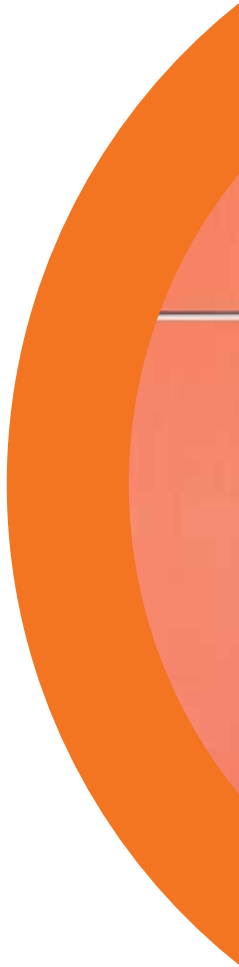




Relatório e Contas 2010

ÍNDICE

5	01 O nosso ano
6	1.1 Identificação sumária do grupo
11	1.2 Principais indicadores
12	1.3 Mensagem do CEO
13	1.4 Principais desenvolvimentos corporativos
14	1.5 Eventos subsequentes
14	1.6 Proposta de aplicação de resultados
15	1.7 Agradecimentos
17	02 O nosso negócio
18	2.1 O mercado português de telecomunicações
25	2.2 Evolução dos negócios
30	2.3 Negócio de telecomunicações
42	2.4 SSI
48	2.5 Oline e Media
49	2.6 Resultados individuais da Sonaecom SGPS
52	2.7 O nosso compromisso
54	2.8 O nosso serviço ao cliente
56	2.9 A nossa rede de telecomunicações
60	2.10 Os nossos sistemas de informação
62	2.11 As nossas pessoas
65	2.12 Anexo
67	03 As nossas acções
69	3.1 O mercado de capitais
70	3.2 Evolução do preço da acção em 2010
71	3.3 Estrutura accionista
72	3.4 Acções próprias
75	04 A nossa gestão
76	4.0 A nossa equipa de gestão
78	4.1 Habilitações do Conselho de Administração
80	4.2 Outros cargos desempenhados pelo Conselho de Administração
84	4.3 Artigo 447º, 448º e participações qualificadas
91	05 o nosso modelo de governação
92	5.0 Introdução
94	5.1 Declaração de cumprimento
105	5.2 Assembleia Geral de Accionistas
107	5.3 Órgãos de Administração e Fiscalização
119	5.4 Política de remuneração do grupo e remuneração dos membros dos órgãos de Administração e fiscalização
133	5.5 GEstão de risco
152	5.6 Outras informações
156	5.7 Artigos 447º, 448º e participações qualificadas
157	5.8 Anexo
161	06 O nosso desempenho
162	6.1 Demonstrações financeiras consolidadas da Sonaecom
169	6.2 Anexo às demonstrações financeiras consolidadas da Sonaecom
234	6.3 Demonstrações financeiras individuais da Sonaecom
240	6.4 Anexo às demonstrações financeiras individuais da Sonaecom
289	07 Declaração nos termos do Artº 245, 1, al.c) do Código de Valores Mobiliários
293	08 Certificação legal de contas e relatório de auditoria
297	09 Relatório e parecer do Conselho Fiscal
301	10 Glossário



01



O nosso ano

- 1.1 | Identificação sumária do grupo
- 1.2 | Principais Indicadores
- 1.3 | Mensagem do CEO
- 1.4 | Principais desenvolvimentos corporativos
- 1.5 | Eventos subsequentes
- 1.6 | Proposta de aplicação de resultados
- 1.7 | Agradecimentos

1.1. Identificação sumária do grupo

A carteira de negócios da Sonaecom compreende fundamentalmente duas unidades de negócio: a Optimus, cuja ambição é tornar-se no melhor operador integrado de telecomunicações em Portugal e a área de Software e Sistemas de Informação (SSI). As mais-valias da Sonaecom decorrem da ambição, da inovação, das capacidades de marketing e de execução, qualidades que operam em conjunto com a infra-estrutura própria de telecomunicações, bem como com a capacidade de compreender e superar as expectativas dos clientes.

1.1.1. Sobre a Sonaecom

Missão

A Sonaecom é uma empresa orientada para o crescimento, cuja ambição é ser a melhor prestadora de serviços de comunicações em Portugal, criando um ambiente de eleição para o desenvolvimento do potencial dos melhores profissionais.

A Sonaecom procura de uma forma determinada criar consistentemente produtos, serviços e soluções inovadores que satisfaçam integralmente as necessidades dos seus mercados e gerem valor económico superior.

1.1.2. Os nossos valores

Ética e Confiança

Temos como compromisso fundamental a criação de valor económico baseado em princípios de ética e desenvolvimento sustentável, num horizonte de longo prazo e assente em relações de confiança com as nossas partes interessadas.

As pessoas no centro do nosso sucesso

Promovemos o desenvolvimento das capacidades e competências de cada um através dos desafios constantes, da predisposição para a mudança e do trabalho em equipa. Acreditamos que tudo isto, suportado numa cultura interna que promove a meritocracia, são factores cruciais para a atracção, retenção e desenvolvimento de colaboradores de elevada capacidade e potencial.

Ambição

É a nossa força orientadora corporizada no contínuo estabelecimento de metas que, mantendo constante a atitude resiliente e corajosa da organização, estimulam e desafiam as nossas competências e acrescentam valor aos nossos clientes.

Inovação

Está na essência e na origem dos nossos negócios. Quebramos de forma sistemática com o convencional e temos a capacidade de surpreender o mercado. Acreditamos que a aprendizagem também se faz pelo erro

e pelos insucessos, estando conscientes, no entanto, da importância de saber balancear este factor dentro dos padrões regulares de risco.

Responsabilidade Social

Temos um sentido de responsabilidade social activo de contribuição para a melhoria da sociedade em que nos inserimos, com forte preocupação ambiental e de desenvolvimento do conhecimento humano.

Frugalidade e eficiência

Valorizamos a eficiência e a competição saudável, procurando otimizar a utilização dos nossos recursos e maximizar o seu retorno.

Cooperação e Independência

Adoptamos uma posição de independência e autonomia em relação aos poderes central e local, mas sempre com abertura e predisposição para cooperar com os governos, com o objectivo de melhorar o quadro regulamentar, legislativo e social.



1.1.3. Perfil corporativo

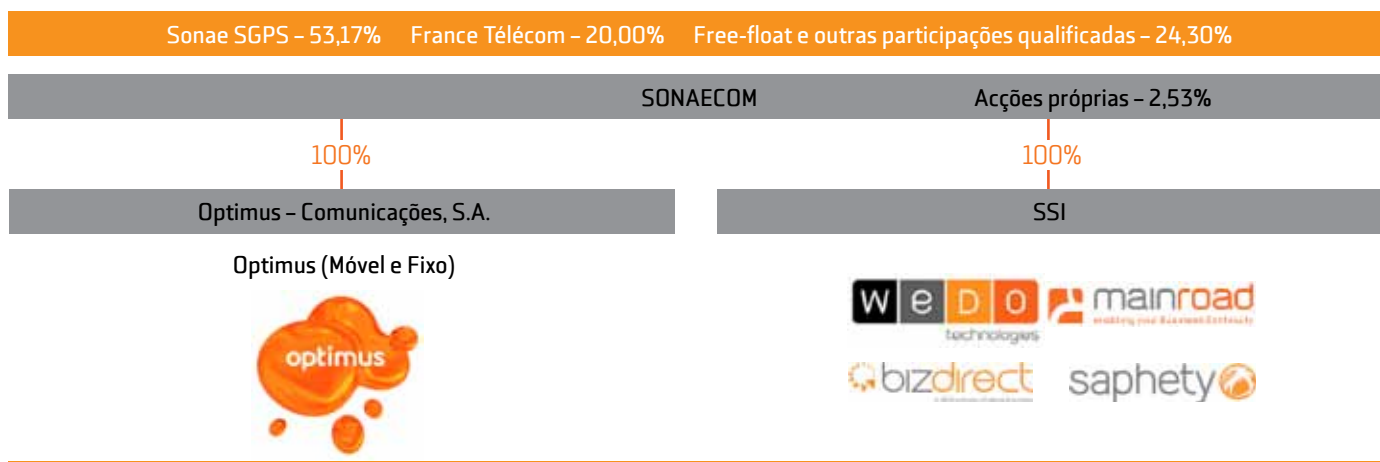
A Sonaecom é uma holding que controla e gere activamente uma carteira de empresas, dividida em duas unidades de negócio principais: a Optimus, um operador de telecomunicações integrado e convergente, e a área de Software e Sistemas de Informação (SSI). Adicionalmente, a Sonaecom integra também a área de Online e Media, que abarca um conjunto de negócios como o Miau.pt, o Público, um jornal diário de referência em Portugal, já com mais de 20 anos de existência, e o Público.pt, sempre na vanguarda digital dos media nacionais.

A Sonaecom conta com dois accionistas de referência, a Sonae e a France Télécom, que prestam um significativo apoio estratégico aos negócios. Através da Optimus, a Sonaecom é actualmente um dos maiores geradores de tráfego de comunicação em Portugal, com base na sua própria infra-estrutura de telecomunicações de âmbito nacional.

A Sonaecom é um agente de transformação activo no sector das telecomunicações português. A Optimus é, actualmente, o operador integrado melhor posicionado como verdadeira alternativa ao operador incumbente. Em termos de serviços de telecomunicações, a Sonaecom contribui significativamente para a promoção da Sociedade de Informação em Portugal.



Estrutura Simplificada da Sonaecom





Serviços de comunicações

As actividades de comunicações móveis da Sonaecom são desenvolvidas pela marca Optimus, lançada em 1998, após ter ganho a terceira licença móvel GSM em Portugal. Até 2007, a Optimus Telecomunicações, S.A. era a subsidiária que desenvolvia as actividades de comunicação móveis. Durante 2007, esta entidade foi objecto de fusão, tendo sido integrada na Novis Telecom, S.A. (a nossa anterior subsidiária de serviços de comunicações fixas) e a nova empresa adoptou o nome de Sonaecom – Serviços de Comunicações, S.A..

Após um longo caminho de integração dos nossos negócios de telecomunicações, a Optimus é, actualmente, a marca que abrange todas as actividades de telecomunicações, tendo uma presença extremamente significativa em todos os segmentos de mercado. Com o objectivo de obter sinergias, criámos, em 2001, alguns serviços partilhados entre as equipas de fixo e móvel. Posteriormente, fomos pioneiros em convergência técnica ao fundir a infra-estrutura de rede e as respectivas equipas. Constituindo a única alternativa ao incumbente, a Optimus, ao antecipar as necessidades do segmento de Corporate e PMEs, apresenta agora equipas comerciais e de marketing totalmente integradas, prestando simultaneamente serviços móveis e fixos a este segmento. Em resultado da estratégia de integração seguida, a Optimus – Comunicações, S.A. é, actualmente, a empresa que controla o negócio de telecomunicações da Sonaecom.

A Optimus oferece, em Portugal, uma vasta gama de serviços de comunicações móveis a clientes residenciais e empresariais, incluindo ofertas tradicionais de voz, dados, televisão móvel e uma ampla gama de soluções móveis e serviços de roaming, assim como serviços grossistas a terceiros. Através dos seus inovadores produtos de convergência fixo-móvel, o Optimus Home, da sua oferta líder de serviços de banda larga móvel, o Kanguru, bem como do seu produto inovador e direccionado para um público jovem, o TAG (que se materializa em chamadas gratuitas dentro de uma comunidade), a Optimus consolidou, em 2010, a sua posição no mercado português, com 3,6 milhões de clientes e uma quota de mercado de cerca de 21%.

No que respeita às actividades de comunicações fixas, a Sonaecom está presente tanto no mercado residencial como no mercado empresarial, oferecendo serviços de voz, de dados e de televisão. As operações fixas foram levadas a cabo após

a liberalização, em 2000, do mercado de comunicações fixas em Portugal, tendo sido a nossa subsidiária Novis Telecom, S.A. a desenvolver, até 2007, as actividades neste segmento. Tal como mencionado acima, ao longo de 2007, a Novis Telecom foi objecto de fusão, tendo integrado a Optimus Telecomunicações, S.A. e adoptado a designação social de Sonaecom – Serviços de Comunicações, S.A. Também em 2007, fortalecemos os nossos serviços de comunicações fixas através da aquisição da Tele2 Portugal e da base de clientes residencial e SOHO de um dos nossos concorrentes.

Ao longo dos anos, temos vindo a fortalecer a nossa posição enquanto operador alternativo e integrado, líder em Portugal, fornecendo serviços de televisão, voz e Internet a clientes residenciais e empresariais, e fornecendo capacidade e serviços de conectividade de voz e dados a operadores de telecomunicações em todo o mundo.

Software e Sistemas de Informação (SSI)

Estas actividades são desenvolvidas pela divisão SSI, criada no final de 2002, que inclui actualmente quatro empresas: a WeDo Technologies, a Bizdirect, a Mainroad e a Saphety.

A WeDo Technologies é uma empresa fornecedora de soluções de Business Assurance, focando a sua actividade na optimização de sistemas e processos de desempenho e de gestão de risco. Ao longo dos últimos oito anos, a empresa instalou as suas soluções em mais de 125 empresas em 78 países espalhados pelos cinco continentes e prestou serviços de consultoria a mais de 100 operadores de todo o mundo através da bem-sucedida divisão de consultoria, a Præsidium. As software houses da WeDo Technologies estão actualmente localizadas em Dublin (Irlanda), Braga (Portugal) e Poznan (Polónia). Desde 2007, com a aquisição da Cape Technologies Limited (uma empresa com sede na Irlanda), a WeDo Technologies tornou-se líder mundial no mercado de software integrado de Revenue Assurance.

A Bizdirect, cujos accionistas minoritários são o BPI e a AITEC, é uma das principais empresas de referência na comercialização de soluções TI multi-marca, suportada em parcerias com os principais fabricantes do mercado, e na gestão de contratos corporativos de licenciamento de software, baseada em novos modelos de negócio.



A Mainroad é uma empresa líder em tecnologias de informação, fornecendo serviços e soluções de IT Managed Services, IT Security, Business Continuity, IT Service Management e consultoria ITIL, apoiada nos seus Data Centres.

A Saphety, uma empresa criada em 2006 a partir das nossas operações de telecomunicações fixas, é um fornecedor de serviços de certificação, facturação electrónica e segurança em transacções B2B. É também uma empresa de referência em automatização de processos de negócio.

No final do ano de 2008, foi tomada a decisão de integrar a anterior unidade B2B da Bizdirect na Saphety, uma reestruturação concebida para capitalizar as sinergias entre as duas empresas. Com a nova e alargada escala e capacidade, o negócio integrado cresceu em várias áreas do B2B, com soluções que abrangem a facturação electrónica, a segurança de transacções electrónicas, escritórios “sem papel” e soluções de facturação totalmente integradas.

Em Julho de 2010, a Saphety Level – Trusted Services, S.A. chegou a um acordo com a Softlimits no que respeita à aquisição da sua unidade de negócio B2B “Mercados Electrónicos”. Este acordo teve como objectivo reforçar a posição da Saphety no mercado de facturação electrónica, uma das suas principais áreas estratégicas.

1.1.4. Factores de Sucesso

Desde a criação da Sonaecom e o lançamento dos nossos vários negócios, temos vindo a surpreender o mercado com novos produtos e serviços, melhor segmentação, ganhos operacionais significativos, melhoramento contínuo e exploração de sinergias entre os nossos negócios.

Tendo em consideração as características do mercado e os nossos concorrentes, os nossos factores de sucesso não poderiam basear-se em aspectos de escala, poder de mercado ou dimensão. Acreditamos, pelo contrário, que as nossas vantagens competitivas e os nossos factores de diferenciação assentam nos seguintes elementos fundamentais, desenvolvidos ao longo dos anos:

- conhecimento e compreensão dos nossos mercados e das necessidades dos nossos clientes;

- elevadas capacidades de marketing e distribuição, assim como uma abordagem integrada do mercado;
- detenção de uma infra-estrutura de telecomunicações de ponta, de âmbito nacional, que tem permitido uma redução contínua da dependência relativa ao operador incumbente;
- organização simplificada, robusta e ágil, capaz de uma rápida adaptação, assim como de antecipar as dinâmicas de mercado;
- capacidade da nossa equipa jovem e motivada, com um currículo comprovado de inovação e dinamismo, de trabalhar em equipa e perseguir objectivos comuns;
- capacidade de perspectivar os problemas de forma diferente, envolvendo uma inovação contínua, promovendo a diferenciação e surpreendendo os nossos clientes;
- base de accionistas clara e estável, capaz de desafiar constantemente os nossos negócios.

O nosso posicionamento como operador integrado de telecomunicações (serviços móvel, fixo, banda larga e TV) permitiu-nos obter importantes sinergias comerciais entre os vários negócios do grupo, o que resultou na criação de oportunidades de cross-selling e geração de valor acrescentado para os nossos clientes.

A procura de eficiência operacional, de melhoria de processos e de sinergias levou a uma gestão integrada e a uma estrutura organizacional que inclui uma divisão de serviços partilhados e um serviço ao cliente integrado, uma plataforma comum de TI/SI e uma equipa técnica (gestão de rede) integrada. Implementámos a nossa estratégia com três objectivos em mente: maximizar a nossa capacidade de desenvolver novas oportunidades de negócios, encorajar o desenvolvimento de produtos e promover oportunidades de marketing transversais aos nossos segmentos móvel e fixo.

Estrutura organizacional e número de colaboradores da Sonaecom em 31 de Dezembro de 2010⁽¹⁾

Centro Corporativo – 23

Quadros Topo, Corporate Finance, Auditoria e Gestão de Risco, Relações com Investidores, Planeamento e Controlo de Gestão

Serviços Partilhados – 118

Contabilidade e Finanças, Recursos Humanos, Comunicação Institucional, Ambiente e Instalações, Legal e Regulação

Optimus – 1.099

Online e Media – 252

SSI – 565

(1) O número de colaboradores exclui estagiários

1.1.5. Principais eventos em 2010

Principais desenvolvimentos organizacionais	2010	Principais desenvolvimentos de mercado
Novo modelo organizacional	Jan	
Resultados do Concurso Público para as RNGs	Fev	Optimus lança oferta pós-paga Smart
	Mar	
Assembleia Geral de Accionistas	Abr	De acordo com ECSI, a Optimus adquire a melhor evolução anual em termos de indicadores de qualidade de serviço
Stratecast reconhece a WeDo como o líder mundial no mercado de Revenue Assurance em telecoms	Mai	Optimus distinguida pela APCC como tendo o melhor Contact Centre de Portugal
	Jun	Optimus lança o primeiro Android de marca própria, Optimus Boston Android
Aquisição de unidade de negócio da Softlimits pela Saphety	Jul	
	Ago	Lançamento do Optimus Kanguru Mi-Fi
	Set	Sonaecom adquire nível A+ no Relatório de Sustentabilidade, de acordo indicadores da Global Reporting Initiatives
	Out	Optimus lança WiZi location, abrindo caminho à geosocialização nas redes sociais
Miau.pt celebra o 10º aniversário	Nov	Optimus TAG distribui 1 milhão de euros em campanha promocional para novos e actuais clientes numa campanha member-get-member
Optimus e Vodafone assinam parceria para RNGs Sonaecom vende a sua participação minoritária de 11,54% no capital da Altitude SGPS, S.A.	Dez	

1.2. Principais Indicadores

A informação financeira consolidada incluída no presente relatório foi extraída das Demonstrações Financeiras, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Reporte Financeiro (“IAS/IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), tal como adoptadas pela União Europeia.

Milhões de euros	2010	2009	Varição anual
Demonstração de Resultados Consolidados			
Volume de Negócios	920,7	949,4	(3,0%)
Móvel	592,8	607,0	(2,4%)
Fixo	237,6	245,2	(3,1%)
SSI	142,5	149,9	(4,9%)
Outros e Eliminações	(52,2)	(52,7)	(1,0%)
EBITDA	194,0	175,7	10,4%
Móvel	185,5	166,7	11,3%
Fixo	3,5	5,7	(39,4%)
Online & Media	8,5	8,4	0,9%
SSI	(3,4)	(5,1)	(32,7%)
Margem EBITDA (%)	21,1%	18,5%	(2,6pp)
EBIT	64,5	23,9	169,8%
Resultados Financeiros Líquidos	(6,4)	(12,7)	(49,8%)
EBT	58,1	11,2	418,7%
Resultado Líquido atribuível ao Grupo ⁽¹⁾	41,2	5,7	616,4%
CAPEX e FCF alavancado			
CAPEX Operacional ⁽²⁾	130,5	135,9	(3,9%)
CAPEX Operacional como % do volume de negócios	14,2%	14,3%	(0,1pp)
EBITDA - CAPEX Operacional	63,5	39,8	59,5%
CAPEX Total	139,8	151,8	(7,9%)
Cash Flow operacional ⁽³⁾	43,4	44,5	(2,5%)
FCF alavancado ⁽⁴⁾	10,56	7,5	41,2%
Balanco Consolidado			
Total do Activo Líquido	1.857,73	1.920,1	(3,2%)
Imobilizações Corpóreas e Incorpóreas	865,3	857,1	1,0%
Liquidez	68,6	83,6	(18,0%)
Capital Próprio	975,3	935,6	4,2%
Interesses Minoritários	0,6	0,5	16,9%
Dívida Bruta	357,4	382,2	(6,5%)
Dívida Líquida	288,8	298,5	(3,2%)
Dívida Líquida/ EBITDA últimos 12 meses	1,5	1,7	(0,2x)
Dívida/(Dívida+Capital Próprio)	26,8%	29,0%	(2,2pp)
Milhões de euros	2010	2009	Varição anual
Indicadores Operacionais – Móvel			
Clientes (EOP) ('000)	3.604,1	3.432,6	5,0%
Novos clientes ('000)	171,5	241,0	(28,8%)
Dados como % Receitas de Serviço	30,6%	28,1%	2,5pp
MOU ⁽⁵⁾ (min.)	133,9	132,4	1,1%
ARPU (euros)	13,7	14,8	(7,9%)
Indicadores Operacionais - Fixo			
Total Acessos (EOP)	417066	483.613	(13,8%)
Acessos Directos	344.631	403.212	(14,5%)
Acesso Directo como % Receitas de Clientes	78,8%	79,5%	(0,8%)
Receita Média por Acesso (retalho) ⁽⁶⁾	23,7	22,9	3,8%
Centrais Desagregadas com ADSL2+	182,0	179,0	1,7%
Indicadores Operacionais - Sonaecom			
Colaboradores	2.057	2.013	2,2%
Volume de Negócios por colaborador ('000 euros)	447,6	471,6	(5,1%)
EBITDA por colaborador ('000 euros)	94,3	87,3	8,1%

(1) Resultado Líquido após interesses minoritários.

(2) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros e Provisões para desmantelamento de sites e outros investimentos não operacionais.

(3) Cash Flow Operacional = EBITDA – CAPEX Operacional – Variação de Fundo de Maneio – Itens não Monetários e Outros.

(4) FCF após Custos Financeiros e antes de Fluxos de Capitais e Custos de Emissão de Empréstimos.

(5) Minutos de utilização por Cliente por mês (incluindo 'Optimus Home').

(6) Excluindo receitas de Mass Calling services.

1.3. Mensagem do CEO



2010 foi um ano extremamente positivo para a Sonaecom. Melhoramos muito significativamente a rentabilidade ao mesmo tempo que progredimos decisivamente em todos os vectores determinantes da nossa estratégia.

Nas telecomunicações, reforçamos a quota nos segmentos móveis e convergentes, avançamos para a liderança da satisfação dos clientes, marcamos a agenda do sector com os produtos e serviços inovadores que temos introduzido e atingimos um novo patamar de eficiência e rigor na gestão de custos e investimentos.

Na área de Software e Sistemas de Informação (SSI) expandimos a presença internacional e consolidamos a liderança mundial do segmento de Revenue Assurance em telecomunicações.

Também durante este ano estabelecemos um novo modelo organizativo, mais flexível e focalizado, e simultaneamente mais capaz de identificar o talento existente e potenciar o desenvolvimento profissional dos nossos colaboradores.

Temos agora redobrada confiança no nosso modelo de negócio e na sua sustentabilidade pelo que acreditamos estarem reunidas as condições para iniciar uma prática, que pretendemos recorrente, de remuneração dos nossos accionistas que encontra fundamento na evolução vivida, na qualidade da equipa de profissionais da Sonaecom, na solidez do nosso balanço, na confiança na estratégia que delineamos e no potencial e relevância dos sectores em que actuamos. Neste sentido, o Conselho de Administração irá propor na

próxima Assembleia Geral a distribuição de um dividendo líquido de 5 cêntimos por acção.

O ano que agora iniciamos encerra enormes desafios e oportunidades que estamos preparados para enfrentar. Temos consciência da importância das telecomunicações para o desenvolvimento da sociedade e esperamos que todos, em especial o Regulador e o Governo, saibam interpretar as suas responsabilidades, em particular no que respeita à gestão do espectro radioelétrico, e sejam coerentes com a vontade declarada de assegurar um sector competitivo, sustentável e na vanguarda do serviço aos consumidores.

A Sonaecom continuará fiel à sua estratégia de afirmação como o melhor fornecedor de Telecomunicações em Portugal, consciente das limitações que a reduzida dimensão do mercado português e a condição de operador alternativo num mercado de incumbentes lhe impõem, mas acreditando que as oportunidades com que depara as podem superar.

No mercado internacional, continuaremos a investir na consolidação da WeDo, assegurando o crescimento em áreas como combate à fraude e Business Assurance, em telecomunicações e outros sectores.

Os períodos de contenção do consumo são favoráveis às melhores propostas de valor, pelo que acreditamos que a nossa oferta continuará a ser reconhecida e valorizada pelos clientes que vamos continuar a servir cada vez melhor.

A qualidade e resiliência da equipa da Sonaecom, a quem quero manifestar profundo reconhecimento, são a base mais sólida para a nossa confiança.

1.4. Principais desenvolvimentos corporativos

Destacam-se os principais desenvolvimentos corporativos de 2010:

Santander anuncia participação qualificada

6 de Janeiro de 2010

Sonaecom recebe comunicação do Santander Asset Management – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliários, S.A. indicando que os fundos geridos por este totalizam, desde 20 de Outubro de 2009, 7408.788 acções, representativas de 2,02% do capital social e dos direitos de voto da Sonaecom.

Implementação de novo modelo organizacional

20 de Janeiro de 2010

No seguimento da decisão de concentrar todos os negócios de telecomunicações do Grupo numa só marca, a Optimus torna-se na única marca da Sonaecom para o sector. Este passo envolve a integração das actividades do negócio fixo residencial na marca Optimus Clix.

Sonaecom emite dois empréstimos obrigacionistas

3 de Fevereiro de 2010

Sonaecom procede à emissão de empréstimo obrigacionista, no montante de 30 milhões de euros, sem garantias e pelo prazo de três anos. Esta emissão, organizada pelo Banco Espírito Santo de Investimento, terá subjacente um reembolso único em Fevereiro de 2013.

26 de Março de 2010

Sonaecom procede à emissão de empréstimo obrigacionista, no montante de 40 milhões de euros, sem garantias e pelo prazo de 5 anos. Esta emissão, organizada pela Caixa – Banco de Investimento, S.A., terá subjacente um reembolso único em Março de 2015. Foi requerida a admissão à negociação destas obrigações na Euronext Lisbon.

Resultado do Concurso Público para as Redes de Nova Geração (RNG) nas zonas rurais é anunciado

6 de Fevereiro de 2010

Governo Português anuncia os resultados do Concurso Público para o desenvolvimento de Redes de Nova Geração nas zonas menos densamente povoadas de Portugal. A DST, a empresa de construção parceira da Sonaecom neste processo, obtém o concurso público nas regiões Norte e Alentejo e Algarve, que abrangem cerca de 750 mil residentes.

Banco Europeu de Investimento aprova empréstimo

26 de Fevereiro de 2010

Banco Europeu de Investimento (BEI) aprova empréstimo de 75 milhões de euros, destinado a financiar o investimento em Redes de Nova Geração da Sonaecom.

Assembleia Geral de Accionistas de 2010

23 de Abril de 2010

Na Assembleia Geral de Accionistas de 2010, são aprovados

pelos accionistas os seguintes pontos:

- 1) Aprovação do Relatório de Gestão, Balanço e Contas, individuais e consolidadas, relativos ao exercício de 2009, tal como apresentados;
- 2) Aplicação do Resultado Líquido negativo do exercício de 2009, tal como apresentado;
- 3) Atribuição de um voto de louvor e confiança à actividade desempenhada pela Administração e Fiscalização da sociedade durante o ano de 2009;
- 4) Aprovação de declaração relativa à política de remuneração dos membros dos órgãos de Administração e de Fiscalização da sociedade;
- 5) Eleição de António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier para integrar o Conselho de Administração, até ao termo do mandato em curso (2008-2011);
- 6) Autorização ao Conselho de Administração para, durante um período de 18 meses e dentro dos limites legais, proceder à aquisição e alienação de acções próprias, nos termos da proposta apresentada por aquele órgão;
- 7) Autorização, pelo período de 18 meses, para aquisição de acções da própria sociedade por sociedades dela directa ou indirectamente dependentes, bem como a respectiva detenção, nos termos da proposta apresentada pelo Conselho de Administração.

Saphety acquire unidade de negócio da Softlimits

26 de Julho de 2010

Saphety Level – Trusted Services, S.A. procede a acordo com a Softlimits relativo à aquisição da sua unidade de negócio B2B, “Mercados Electrónicos”, reforçando, deste modo, a sua posição numa área que a empresa considera estratégica para o seu desenvolvimento futuro, o da Facturação Electrónica.

Optimus e Vodafone assinam acordo para partilha de RNGs

17 de Dezembro de 2010

No seguimento de acordo realizado em Dezembro de 2009, Optimus e Vodafone Portugal formalizam parceria para investimento em fibra óptica nas regiões do Porto e Lisboa. Um acordo que permitirá aos dois operadores duplicar a sua rede de nova geração, concretizando as suas ofertas comerciais sob este novo enquadramento no primeiro trimestre de 2011.

Sonaecom anuncia venda de participação na Altitude

29 de Dezembro de 2010

A Sonaecom, tal como outros accionistas da Altitude Software, aliena a sua participação minoritária de 11.55% no capital da empresa, uma empresa internacional líder na venda de soluções para centros de atendimento. Esta alienação constituiu uma movimentação natural para a Sonaecom considerando a estratégia de investimento da SSI.

1.5. Eventos subsequentes

Diminuição de participação do "Santander Asset Management – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliários, S.A."

18 de Fevereiro de 2011

A Sonaecom recebe uma comunicação do "Santander Asset Management – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliários, S.A.", informando que os fundos geridos por este totalizam, desde 16 de Fevereiro de 2011, 3.732.774 acções, correspondentes a 1,019% do capital social e direitos de voto da Sonaecom, descendo, portanto, abaixo do limiar dos 2% de participação qualificada.

1.6. Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração propõe que os resultados líquidos relativos às contas individuais, no montante de 135.403.787,41euros, sejam aplicados como segue:

- i) Reserva Legal, no montante de 6.770.189,37euros;
- ii) Dividendos, no montante global de 18.312.343euros, correspondendo a 0,05 euros ilíquidos por acção, relativamente ao número total de acções emitidas, ao qual deverão ser descontadas as acções próprias em carteira à data do pagamento;
- iii) Reservas Livres, no montante remanescente.

Considerando que não será possível determinar com exactidão o número de acções próprias que estarão em carteira à data do pagamento acima referido sem limitar a capacidade de intervenção da Sociedade, esclarece-se que:

- i) A cada acção emitida será pago o montante unitário de 0,05 euros ilíquidos por acção;
- ii) Não será pago, sendo transferido para Reservas Livres, o montante correspondente às acções que, no dia do pagamento do montante acima referido, pertencerem à própria Sociedade (calculado com base no mencionado montante unitário de 0,05 euros ilíquidos por acção emitida).

1.7. Agradecimentos

A Sonaecom gostaria de agradecer ao Auditor Externo pelos valiosos conselhos e auxílio prestado no ano de 2010 e ao Conselho Fiscal pelo acompanhamento próximo dos nossos negócios.

Gostaríamos ainda de expressar a nossa gratidão aos nossos fornecedores, instituições financeiras e outros parceiros de negócio do grupo, pelo seu envolvimento contínuo e pela confiança mais uma vez demonstrada na nossa organização. A Comissão Executiva da Sonaecom gostaria de expressar a sua gratidão aos Administradores Não-Executivos, pelo seu trabalho e valiosos conselhos.

Finalmente, gostaríamos de expressar a nossa gratidão a todos os colaboradores, que constituem o recurso mais valioso da companhia e que, mais uma vez, demonstraram uma notável resiliência, flexibilidade e espírito inovador e cujos esforços se encontram claramente na base do sucesso continuado da Sonaecom e dos resultados alcançados durante o ano.



02



O nosso negócio

- 2.1 | O mercado português de telecomunicações
- 2.2 | Evolução dos negócios
- 2.3 | Negócio de Telecomunicações
- 2.4 | SSI
- 2.5 | Online e Media
- 2.6 | Resultados Individuais da Sonaecom SGPS
- 2.7 | O nosso compromisso
- 2.8 | O nosso serviço ao Cliente
- 2.9 | A nossa rede de telecomunicações
- 2.10 | Os nossos Sistemas de Informação
- 2.11 | As nossas pessoas
- 2.12 | Anexo

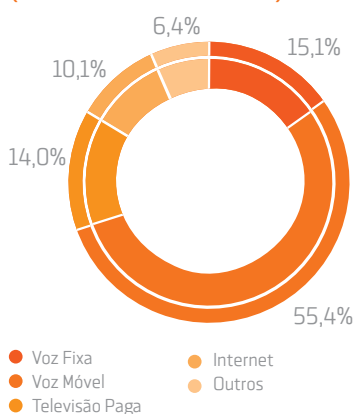
2.1. O mercado português de telecomunicações

Os anos de 2009 e 2010 foram marcados por um contexto macroeconómico austero. Assinala-se, nomeadamente, a crise de dívida soberana na União Europeia que teve repercussões em todos os sectores da economia. Apesar disto, o mercado português de telecomunicações revelou-se resiliente, tal como é evidenciado pelo crescimento positivo do número de subscritores e do nível de penetração de serviços.

No mercado português de telecomunicações, após o efeito de substituição Fixo-Móvel a que assistimos, a banda larga Móvel tem vindo progressivamente a aumentar o seu peso no mercado global de banda larga. Os indicadores referentes ao número de subscritores Fixo e Móvel indicaram já que a tecnologia Móvel se está a tornar no acesso privilegiado à comunicação, informação e entretenimento, ultrapassando a tecnologia de acesso Fixa. Tal é o resultado de uma maior utilização decorrente de um uso mais alargado de terminais tais como *smartphones* e *tablets* em linha com a crescente necessidade de acesso à Internet *anywhere, anytime*.

Introdução

Mercado Português de telecomunicações em 2009 (Mil milhões de euros)

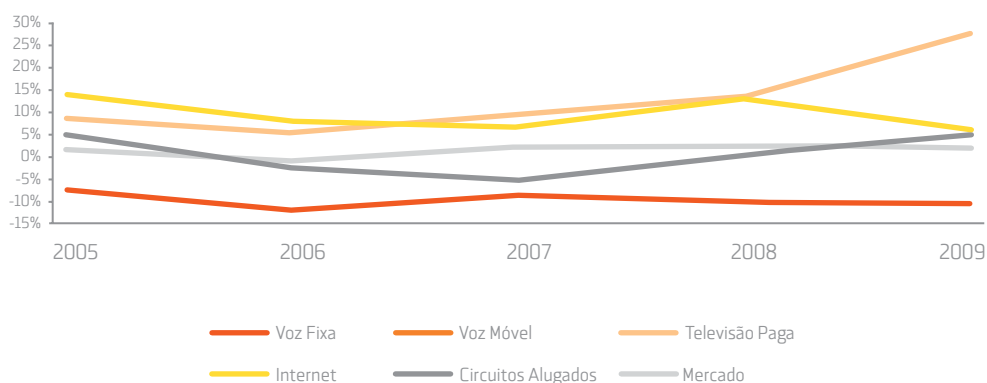


Fonte: ICP-Anacom

Em Portugal, 2009 revelou-se um ano difícil em termos de desemprego. A contribuição do sector de telecomunicações para o emprego a nível nacional manteve-se estável, em cerca de 0,25%. As receitas totais do sector enquanto percentagem do PIB cresceram 0,04pp, evoluindo de 4,48% para 4,52%, entre 2008 e 2009. Em 2009, o mercado consolidado de telecomunicações, excluindo receitas de interligação entre operadores, valia 5,6 mil milhões de euros, representando um aumento de 1,9% quando comparado com 2008, sendo que o PIB Português evoluiu negativamente entre os dois períodos em análise.

Em 2009, em termos de peso relativo, as receitas de voz móvel continuaram a liderar o mercado, ultrapassando 50% do total de receitas. As receitas de voz fixa mantiveram a segunda posição, com

Taxas de crescimento do mercado (%)



15,1% do total de receitas. Não obstante, entre 2008 e 2009, tanto o mercado de voz móvel como de voz fixa evoluíram negativamente em termos de receitas. O mercado de televisão paga aumentou a sua quota de mercado para 14,0% e o mercado de banda larga, por sua vez, aumentou a sua quota para 10,1%. É de realçar que, em 2009, a diminuição verificada no mercado de voz foi superada pelo aumento verificado no mercado de televisão paga e Internet.

Em 2009, o mercado de voz móvel registou uma ligeira quebra ao nível das receitas, diminuindo 0,6% face a 2008. O mercado de televisão paga registou um crescimento de 28,5% comparativamente com o ano anterior, manifestando uma tendência de evolução positiva em linha com o nível de investimento feito pelos operadores, especialmente ao nível de infra-estrutura FTTH e conteúdos.

Mercado móvel

No terceiro trimestre de 2010, a taxa de penetração de serviços móveis manteve-se nos 151,7 %, aumentando 5,3pp face ao ano anterior. O número de subscritores de serviços móveis ultrapassou os 16 milhões, aumentando 3,8% face ao período homólogo de 2009, o que representa um aumento do número de clientes de serviços pós-pagos, bem como do número de clientes de serviços pré-pagos (+6,1% e +2,9%, respectivamente). É importante referir que os clientes de serviços pós-pagos representavam, no terceiro trimestre de 2010, 28,1 % do mercado de serviços móveis. Já no período homólogo de 2009, os mesmos representavam 27,5% do referido mercado, o que significa que se verificou um aumento de 0,6pp.

O número de chamadas originadas tem vindo a aumentar, evoluindo 6,2% entre o 3T09 e o 3T10. Do mesmo modo, o volume total de tráfego móvel evidencia uma tendência positiva, no mesmo período, de 4,6 para 5,3 mil milhões de minutos. Contudo, é importante sublinhar o facto de ser o tráfego de chamadas on-net que está a suporta esta tendência (representando 77,7% do total de tráfego de saída) com uma melhoria sonante de 20%, o que contrasta com o tráfego de chamadas off-net, que diminuiu 2,1%. Este crescimento deve-se, essencialmente, à estratégia desenhada pelos operadores para o segmento jovem, com o TAG (Optimus), Moche (TMN) e Yorn Extravaganza (Vodafone).

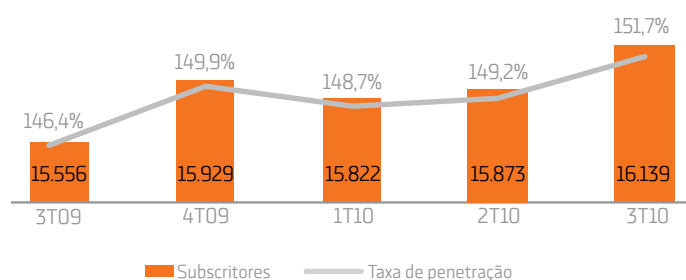
A duração média das chamadas aumentou para 2,3 minutos no terceiro trimestre de 2010, o que contrasta com os 2,2 minutos

respeitantes à duração média atingida nos primeiros nove meses de 2009. A utilização de SMS e de MMS seguiu esta tendência, tendo aumentado 0,7% e 12,4%, respectivamente, ainda que as MMS continuem a representar um volume de tráfego relativamente baixo.

O tráfego de voz de roaming-out aumentou 9,5% no terceiro trimestre de 2010 relativamente ao ano anterior, e o volume de SMS aumentou 40,9% entre o primeiro trimestre de 2010 e o terceiro trimestre do mesmo ano (dados fornecidos pelo ICP-Anacom desde o 1T10). O tráfego de voz de roaming-in diminuiu ligeiramente, cerca de 1,5%, enquanto o volume de SMS e de dados de roaming-in aumentou consideravelmente (+19,7% no terceiro trimestre de 2010 comparativamente ao período homólogo de 2009, e +142,6%, do primeiro trimestre de 2010 para o terceiro trimestre do mesmo ano), o que reflecte o esforço dos operadores em adequar as ofertas às necessidades dos clientes.

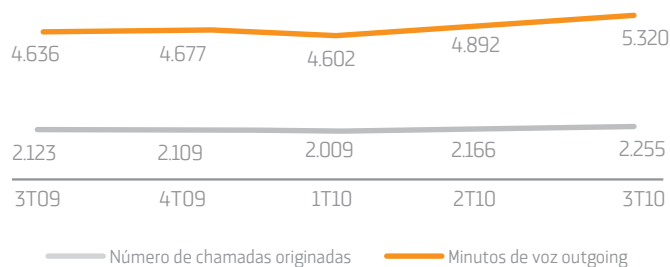
De acordo com os valores apresentados pelas empresas do sector, durante os primeiros nove meses de 2010, a quota de mercado da Optimus aumentou em termos de subscritores e de Receitas de Serviços, alcançando 20,9% (+0,41pp) e 18,7% (+0,85pp), respectivamente. A TMN viu a sua quota de mercado e Receitas de Serviços a diminuir, respectivamente, em 0,4pp e 1,20pp. Já a quota de mercado da Vodafone relativa ao número de subscritores manteve-se estável nos 35,8 %.

Clientes Móvel e taxa de penetração



Fonte: ICP-Anacom

Informação sobre chamadas de Voz





Mercado de banda larga

De acordo com o ICP-Anacom, a Optimus tem aumentado de forma consistente a sua quota no mercado de placas de banda larga Móvel, evoluindo de 27,2% no 2T10 para 27,5% no 3T10. No mesmo período, a TMN alcançou uma quota de mercado de 46,7%, descendo 2,4pp face ao 2T10. Já a Vodafone alcançou, no 3T10, uma quota de mercado de 21,9%, aumentando 1,1pp face ao 2T10.

No que respeita aos utilizadores de banda larga móvel, verificou-se um aumento de 23,8% nos últimos doze meses até Setembro de 2010, atingindo os 2,5 milhões de utilizadores activos. Como consequência, a taxa de penetração em termos de população aumentou de 18,7%, no terceiro trimestre de 2009, para 23,1%, no terceiro trimestre de 2010. Além disto, o tráfego de Internet de banda larga móvel ascendeu aos 7,5 petabytes, o que representa um aumento, no terceiro trimestre de 2010, de 68,8% relativamente ao terceiro trimestre de 2009. Comparativamente, o tráfego médio de Internet de banda larga móvel por utilizador activo cresceu 21,7% no mesmo período.

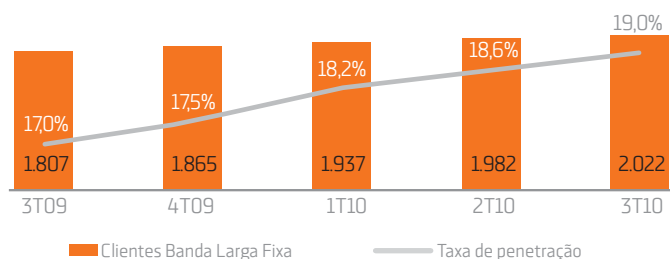
Em 2010, o número de utilizadores de Internet fixa ultrapassou os dois milhões, como resultado de diferentes factores: (i) o número de clientes de ADSL, apesar de representar 52% do total de clientes de Internet fixa, estabilizou em cerca de um milhão; (ii) os assinantes de modem por cabo aumentaram 13,5%, para mais de 827 mil

utilizadores no terceiro trimestre de 2010, relativamente ao período homólogo do ano anterior; e (iii) o número de clientes de outras tecnologias, tais como a fibra óptica (principalmente no segmento residencial) tem vindo a aumentar, alcançando os 128 mil no final do terceiro trimestre de 2010, contra 38 mil no período homólogo do ano de 2009. Como consequência, a taxa de penetração de banda larga fixa, no que respeita à população e ao número de lares, aumentou para 19,0% e 35,3%, respectivamente.

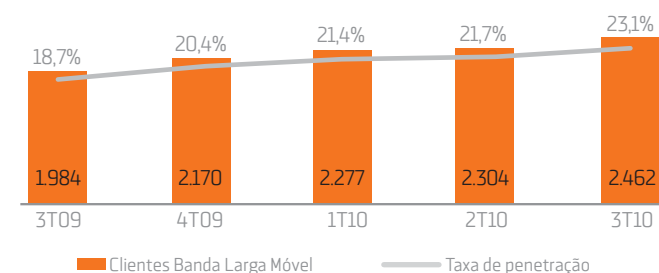
A PT e a Zon/TV Cabo continuaram a deter as quotas de mercado e as taxas de crescimento mais elevadas, com 46,2% (+2,9pp) e 32,7% (+0,4pp), respectivamente. No caso da Vodafone (quota de mercado de 4,0%, +0,2pp) e da Cabovisão (quota de mercado de 8,1%, +0,1pp), estes dois operadores viram, durante 2010, as respectivas quotas de mercado estabilizarem. No 3T10, a quota de mercado da Optimus diminuiu para 7,1%.

Em termos de receitas, de acordo com o ICP-Anacom, o total de receitas de banda larga fixa caiu 7,0% entre o 3T09 e o 3T10. As receitas de banda larga móvel aumentaram 21,5%, reflectindo a tendência recente em termos de utilização de banda larga móvel. No 3T10, as receitas individualizadas de banda larga móvel ascenderam a 288 milhões de euros, face aos 298 milhões de receitas individualizadas de banda larga fixa.

Clientes de Banda Larga Fixa e Taxa de Penetração



Clientes de Banda Larga Móvel e Taxa de Penetração



Fonte: ICP-Anacom



Mercado de voz fixa

Nos primeiros nove meses de 2010, os acessos instalados a pedido do cliente atingiram os 4,4 milhões, o que representa um aumento de 5,0% relativamente aos 4,2 milhões de acessos atingidos no terceiro trimestre de 2009. Este crescimento deveu-se, principalmente, ao aumento dos acessos GSM/UMTS (+7,5% no terceiro trimestre de 2010 relativamente ao período homólogo do ano anterior), bem como à oferta de outras tecnologias, tais como VoIP e cabo, com um aumento total de 52,1%. Como resultado deste crescimento, a taxa de penetração da rede fixa atingiu, neste período, os 41,1%.

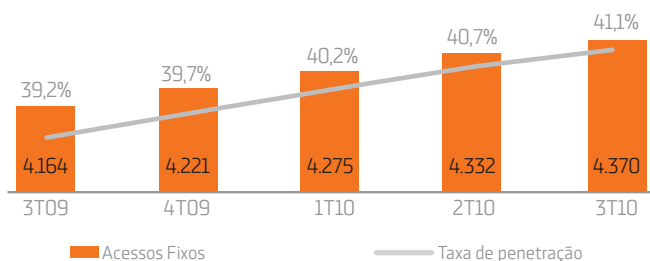
O número de clientes aumentou 5,1% do terceiro trimestre de 2009 para o terceiro trimestre de 2010, atingindo os 3,8 milhões. O número de clientes com acesso directo continuou a crescer, atingindo os 3,5 milhões no terceiro trimestre de 2010, enquanto o número de clientes com acesso indirecto diminuiu gradualmente atingindo os 126 mil, o que representa uma diminuição de 20,1 % relativamente ao terceiro trimestre de 2009.

Apesar do aumento do número de acessos instalados a pedido do cliente, o tráfego originado na rede fixa diminuiu nos primeiros nove meses de 2010.

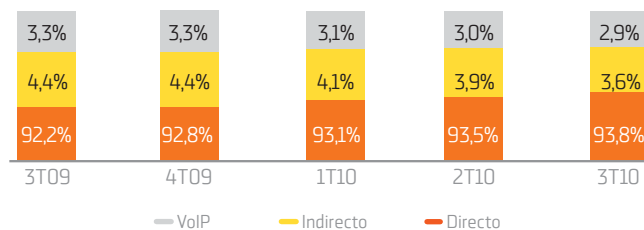
Comparativamente com o último trimestre de 2009, o tráfego originado caiu cerca de 7,6%, devido, principalmente, à substituição das comunicações fixas pelas móveis. Em contraste, a duração média das chamadas aumentou para 3,3 minutos relativamente ao terceiro trimestre de 2009, onde a média era de 3,1 minutos, o que representa um aumento de 5,2%.

Durante 2010, de acordo com os dados do ICP-Anacom, o operador incumbente, a PT, continuou a perder acessos (cerca de 56 mil acessos), obtendo uma quota de mercado de pouco menos de 60%. A Zon aumentou a sua quota de mercado cerca de 14,4%. A Vodafone aumentou ligeiramente a sua quota de mercado de 3,8%, no 3T09, para 4,2%, no 3T10. A quota de mercado da Cabovisão manteve-se nos 5,9%. A quota de mercado da Optimus diminuiu 1,1pp entre o 3T09 e o 3T10.

Acessos Fixos e Taxa de Penetração



Clientes Fixo por tipo de Acesso



Fonte: ICP-Anacom

Mercado de televisão paga

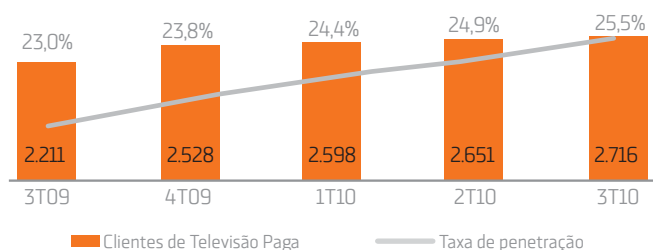
O mercado de televisão paga cresceu nos últimos doze meses até Setembro de 2010. O número de assinantes de televisão paga atingiu os 2,7 milhões de subscritores, aumentando 11,2%, o que representa uma taxa de penetração de 25,5% face à população.

Este crescimento resultou, sobretudo: (i) do aumento em 65,4% dos assinantes da tecnologia IPTV, incluindo clientes de fibra, atingindo os 609 mil clientes (o que contrasta com os 368 mil de 2009); (ii) do crescimento de 7,4% dos assinantes de DTH (face aos 11,2% atingidos no ano anterior); e (iii) apesar de ser a principal oferta (cerca de 52,9%), a diminuição em 1% do número de assinantes de televisão por cabo, se compararmos o 3T10 com o período homólogo em 2009.

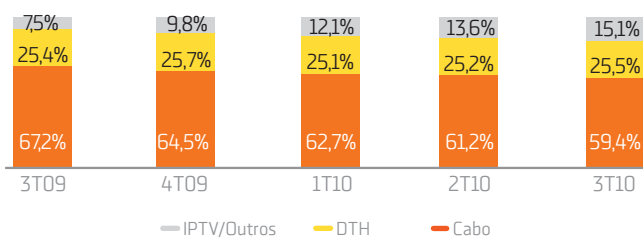
No que respeita às quotas de mercado, como resultado do agressivo investimento levado a cabo pela PT, a quota de mercado da ZON continuou a diminuir, atingindo os 59,2%, o que contrasta com os 66,6% do terceiro trimestre de 2009. Relativamente à Cabovisão, este operador viu, no mesmo período, a respectiva quota de mercado diminuir para os 9,6%, alcançando menos 1,0pp face ao ano anterior. A Optimus manteve o respectivo posicionamento neste mercado, com um aumento de 0,3pp, o que representa 1,2% do mercado total de televisão paga. Este crescimento deveu-se, sobretudo, à centralização na valorização dos clientes de fibra e, ao mesmo tempo, às infra-estruturas e parcerias estabelecidas.



Cientes Televisão Paga e Taxa de Penetração



Cientes Fixo por tipo de Acesso



Fonte: ICP-Anacom

2.1.1. Contexto Regulatório

Apresentam-se, de seguida, os principais desenvolvimentos Regulatórios ocorridos em 2010.

Decisão final relativamente a alterações à Oferta de Referência de Acesso ao Lacete Local (ORALL)

Em Fevereiro de 2010 o ICP-Anacom publicou a decisão final relativa a alterações à Oferta de Referência de Acesso ao Lacete Local (ORALL) que é relevante para o negócio fixo da Optimus. Entre outras, as alterações à ORALL definidas pelo ICP – Anacom incluem:

- Inclusão de SLA's Premium;
- Reforço do esquema de penalizações;
- Obrigação da PT disponibilizar aos operadores alternativos informação sobre a sua rede de cobre e respectiva evolução prevista, de modo a assegurar a continuidade da prestação de serviços baseados em lacetes desagregados.

Decisão final relativa a Tarifas de Terminação Móvel

A 21 de Maio, o ICP-ANACOM aprovou a decisão final relativa à definição dos mercados relevantes do serviço grossista de terminação de chamadas de voz nas redes móveis (Mercado 7). Esta decisão inclui um esquema de reduções consecutivas dos preços do serviço de terminação.

Ao contrário da proposta inicial, os preços fixados pelo regulador não são retroactivos e entraram em vigor a 24 de Maio de 2010:

	Tarifas (em euros)
24 de Maio de 2010	0,060
24 de Agosto de 2010	0,055
24 de Novembro de 2010	0,050
24 de Fevereiro de 2011	0,045
24 de Maio de 2011	0,040
24 de Agosto de 2011	0,035





Refarming do espectro de 900 e 1800 MHz

A 22 de Julho, o ICP-Anacom aprovou a decisão final relativa ao refarming do espectro dos 900 e 1800 MHz, o que significa que os serviços UMTS podem agora ser prestados com recurso às frequências dos 900 e 1800 MHz. No âmbito deste processo, o ICP-ANACOM decidiu substituir as anteriores licenças GSM e UMTS por um único título habilitante.

Primeiros ensaios técnicos com tecnologia LTE

Em Agosto de 2010, o ICP-Anacom concedeu à Optimus autorização para realizar ensaios técnicos com a tecnologia LTE na faixa de frequências 2500-2690 MHz, nas áreas metropolitanas do Porto e Lisboa. Esta autorização foi definida num calendário específico: de 1 de Outubro de 2010 a 31 de Março de 2011, na área metropolitana do Porto e, de 1 de Dezembro de 2010 a 31 de Maio de 2011, na área metropolitana de Lisboa.

Limites estabelecidos aos valores a cobrar pelo desbloqueamento de equipamentos

Em Agosto de 2010, entrou em vigor o Decreto-Lei nº 56/2010, que estabelece limites aos valores a cobrar pelo desbloqueamento de equipamentos, definindo que os períodos de fidelização para os contratos celebrados a partir daquela data não podem exceder 24 meses.

Recomendação da Comissão Europeia sobre Redes de Nova Geração

Em Setembro de 2010, a Comissão Europeia lançou uma nova recomendação para o acesso a Redes de Nova Geração. Esta recomendação, ao focar-se em segmentação geográfica, determina o acesso às infra-estruturas de fibra, quer por via da desagregação do lacete local de fibra quer por via de bitstream.

Consulta pública sobre Roaming

Em Novembro de 2010, a Comissão Europeia lançou uma consulta pública relativa à revisão do Regulamento Comunitário de Roaming, atendendo a que o actual Regulamento expira em Junho de 2012. Esta consulta irá vigorar até 11 de Fevereiro de 2011 e irá servir de base à proposta que a Comissão Europeia apresentará ao Parlamento Europeu e ao Conselho europeu em Junho de 2011.

Libertação da faixa dos 790-862 MHz para serviços de comunicações electrónicas

Em Dezembro de 2010, o ICP-Anacom designou a sub-faixa dos 790-862 MHz para a prestação de serviços de comunicações electrónicas. Porém, conforme já havia sido previsto em anterior projecto de decisão, a disponibilização desta sub-faixa antes de 2015 fica dependente da definição de condições técnicas e geográficas que visem a compatibilização, nomeadamente, com as utilizações de Espanha e Marrocos.

Novas ofertas de referência

Em Dezembro de 2010, na sequência das decisões do ICP-Anacom, a PT Comunicações (PTC) publicou duas novas ofertas de referência: ORCE (Oferta de Referência de Circuitos Ethernet) e ORAP (Oferta de Referências de Acesso a Postes).

A ORCE define as condições técnicas e comerciais do fornecimento de circuitos Ethernet pela PTC e a ORAP regula a disponibilização do acesso e utilização de postes, assim como de outras infra-estruturas associadas (propriedade da PTC), estabelecendo procedimentos de gestão de pedidos, parâmetros de qualidade de serviço e compensações associadas ao seu incumprimento.

2.2. Evolução dos negócios

2.2.1. Perspectiva Consolidada

Volume de Negócios

Em 2010, o Volume de Negócios Consolidado foi positivamente influenciado pela tendência de crescimento das Receitas de Clientes no Móvel, que aumentaram para os 466,5 milhões de euros, 1,0% acima do nível de 2009. No entanto, devido a uma redução de 15,9% no nível de Vendas de Equipamentos, explicada, sobretudo, pela desaceleração já antecipada do programa e-iniciativas, e uma redução de 0,8% no nível das Receitas de Serviços, devido a menores Tarifas de Terminação Móvel e a um declínio nas tarifas reguladas no roaming-in, o Volume de Negócios Consolidado diminuiu 3,0% em relação a 2009, para cerca de 920,7 milhões de euros.

Custos Operacionais

O total dos Custos Operacionais diminuiu 5,6% para 718,9 milhões de euros, representando cerca de 78,1% do Volume de Negócios Consolidado. É de realçar que, entre 2009 e 2010, o total de Custos Operacionais como percentagem do Volume de Negócios diminuiu 2,1pp, reflectindo, principalmente, o sucesso do nosso esforço continuado no sentido de racionalizar custos.

Desde 2009, a Optimus tem vindo a implementar um plano de transformação estrutural, transversal a todo o negócio, com o objectivo de criar uma organização mais eficiente. Este plano tem produzido resultados positivos em todas as grandes linhas de custos e é esperado que continue a traduzir-se em benefícios futuros.

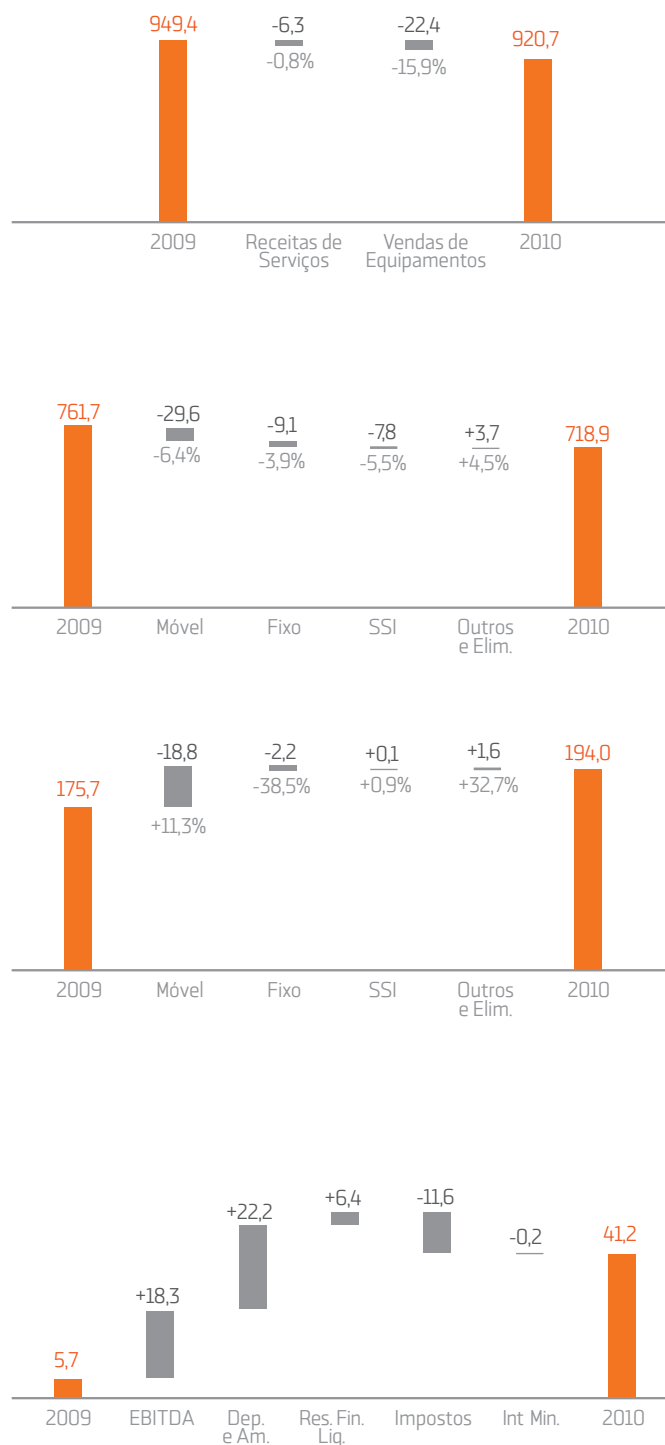
EBITDA

Em 2010 o EBITDA Consolidado apresentou um crescimento de dois dígitos, atingindo os 194,0 milhões de euros. A margem EBITDA atingiu 21,1%, 2,6pp acima de 2009, reflectindo claramente não só a nossa tendência positiva em termos de Receitas de Clientes no negócio Móvel e de Receitas de Serviços na divisão da SSI, mas também o impacto positivo das iniciativas de controlo de custos implementadas. Em 2010, as perdas de imparidade de existências foram registadas como "Custo das Vendas", ao invés de provisões. Excluindo este efeito, a variação entre o nível de provisões de 2009 e 2010 teria sido quase nula.

Resultado Líquido

O Resultado Líquido atribuível ao Grupo foi positivo em 41,2 milhões de euros, aumentando mais de 35 milhões de euros face a 2009. Este forte crescimento foi influenciado não só pela melhoria substancial do EBITDA, mas também pela diminuição dos encargos com Amortizações e Depreciações.

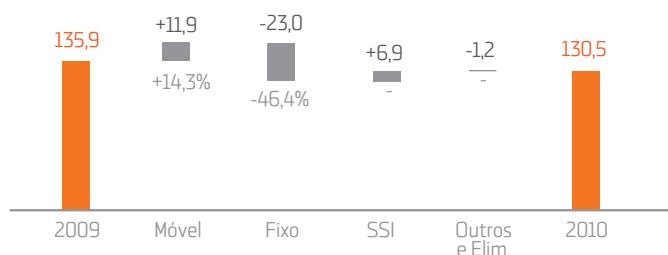
Os Resultados Financeiros Líquidos melhoraram 49,8% face ao ano anterior, para 6,4 milhões de euros negativos, reflectindo: i) uma redução no nível de Custos Financeiros em cerca de 4,1 milhões de euros, em virtude da diminuição do nível médio da dívida líquida em 2010 e do custo médio da dívida em 2010, apesar da recente tendência de subida das taxas de juro; e ii) um aumento de 2,3 milhões de euros nos Proveitos Financeiros, que inclui um impacto extraordinário relativo a mais-valias, referentes à venda de uma participação minoritária da SSI no capital da Altitude SGPS, S.A. (11,54%). A rubrica de Impostos apresentou, em 2010, um custo de 16,7 milhões de euros, que compara com um custo de 5,1 milhões de euros em 2009, resultante, essencialmente, de um melhor desempenho ao nível do Resultado Antes de Imposto de 11,2 milhões de euros positivos para 58,1 milhões de euros positivos.



CAPEX Operacional

Em 2010, o CAPEX operacional atingiu os 130,5 milhões de euros, 3,9% abaixo de 2009.

Na Optimus, prosseguimos com o investimento na nossa infra-estrutura de telecomunicações, assegurando que temos a melhor rede integrada em Portugal. O CAPEX operacional do Móvel aumentou 14,3%, impulsionado pelo contínuo investimento na expansão e cobertura da nossa rede. A diminuição de 46,4% no CAPEX operacional do negócio Fixo continua a beneficiar do nosso posicionamento "capital light", concentrado na prossecução de formas alternativas de expansão da Optimus na cobertura de fibra, sem investimentos adicionais. O CAPEX operacional na SSI é explicado por dois factores: pela aquisição da unidade de negócio B2B da Softlimits - "Mercados Electrónicos" pela Saphety, no 3T10, e pela aquisição de direitos de exclusividade num grande cliente por parte da WeDo Technologies. Em resultado da nossa performance ao nível do Volume de Negócios e do CAPEX, o CAPEX operacional como percentagem do Volume de Negócios passou de 14,3% para 14,2%.



Estrutura de Capital

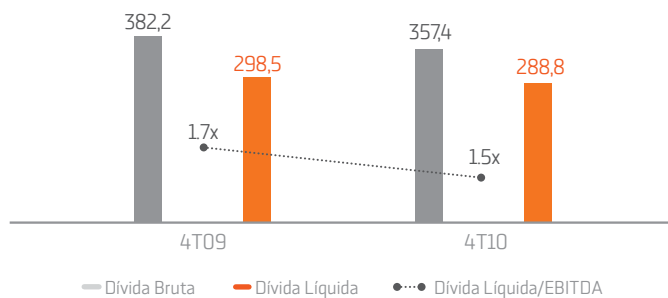
A estrutura de capital da Sonaecom é uma das nossas vantagens, especialmente considerando a incerteza e agitação económica que marcou o ano de 2010 e que, provavelmente, irá prevalecer em 2011.

A Dívida Bruta Consolidada totalizou 357,4 milhões de euros, 24,8 milhões de euros abaixo do nível registado em 2009. A totalidade de linhas de crédito contratadas ascende a 484 milhões de euros.

No final de 2010, a Dívida Líquida Consolidada ascendeu a 288,8 milhões de euros, 9,7 milhões de euros inferior a 2009, reflectindo, principalmente, a evolução positiva do Free Cash Flow (FCF) entre os dois períodos, incluindo a amortização de 20 milhões de euros relativa à operação de securitização executada em 2008.

De notar que não estão previstas necessidades de refinanciamento até Julho de 2012. Actualmente, a maturidade média da dívida da Sonaecom ascende a 2,3 anos, com um custo médio all-in da dívida de 2,3%.

Em termos da evolução dos principais indicadores financeiros, a Dívida Líquida face ao EBITDA atingiu os 1,5x em 2010, reflectindo uma melhoria de 0,2x face ao final de 2009.



FCF

Em 2010, o FCF Consolidado foi positivo em 10,6 milhões de euros, 3,1 milhões de euros acima do valor registado em 2009. Este é o quarto ano consecutivo em que a Sonaecom reporta Free Cash Flow positivo.

Durante os últimos trimestres, a Sonaecom tem melhorado consistentemente a sua performance em termos de EBITDA-CAPEX operacional, o que reflecte um forte crescimento do EBITDA e uma rigorosa gestão do CAPEX, não obstante o maior investimento em Fundo de Maneio.

2.2.2. Demonstração de Resultados Consolidados

Milhões de euros	2010	2009	Variação
Volume de negócios	920,7	949,4	(3,0)%
Móvel	592,8	607,0	(2,4)%
Fixo	237,6	245,2	(3,1)%
SSI	142,5	149,9	(4,9)%
Outros & Eliminações	(52,2)	(52,7)	(1,0)%
Outras receitas	8,2	7,0	17,0%
Custos Operacionais	718,9	761,7	(5,6)%
Custos com Pessoal	96,6	98,0	(1,5)%
Custos Directos Serviços Prestados ⁽¹⁾	275,0	268,4	2,4%
Custos Comerciais ⁽²⁾	205,7	248,2	(17,1)%
Outros custos operacionais ⁽³⁾	141,7	147,1	(3,6)%
EBITDAP	210,0	194,7	7,9%
Provisões e perdas de imparidade	16,0	19,0	(15,8)%
EBITDA	194,0	175,7	10,4%
Margem EBITDA (%)	21,1%	18,5%	2,6pp
Móvel	185,5	166,7	11,3%
Fixo	3,5	5,7	(38,5)%
SSI	8,5	8,4	0,9%
Outros & eliminações	(3,4)	(5,1)	(32,7)%
Depreciações e Amortizações	129,5	151,8	(14,6)%
EBIT	64,5	23,9	169,8%
Resultados financeiros	(6,4)	(12,7)	(49,8)%
Proveitos financeiros	8,2	5,9	38,2%
Custos financeiros	14,5	18,6	(21,9)%
EBT	58,1	11,2	-
Resultado de imposto	(16,7)	(5,1)	-
Resultado líquido	41,3	6,1	-
Atribuível ao Grupo	41,2	5,7	-
Atribuível a interesses minoritários	0,2	0,3	(49,6)%

(1) Custos Directos de Serviços Prestados = Interligação e conteúdos + Circuitos Alugados + Outros Custos de Operação de Rede.

(2) Custos Comerciais = Custo das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas.

(3) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Outros custos.

2.2.3. Balanço Consolidado

Milhões de euros	2010	2009	Varição
Total do activo líquido	1.861,9	1.920,1	(3,0)%
Activos não correntes	1.500,4	1.506,4	(0,4)%
Imobilizações corpóreas e incorpóreas	865,3	857,1	1,0%
Goodwill	526,1	526,1	0,0%
Investimentos	0,2	1,2	(82,4)%
Impostos diferidos activos	109,6	121,9	(10,1)%
Outros	0,2	0,1	-
Activos correntes	360,5	413,7	(12,9)%
Clientes	143,3	158,9	(9,8)%
Liquidez	68,6	83,6	(18,0)%
Outros	148,6	171,2	(13,2)%
Capital próprio	975,3	935,6	4,2%
Grupo	974,7	935,1	4,2%
Interesses minoritários	0,6	0,5	16,9%
Total passivo	886,6	984,5	(9,9)%
Passivo não corrente	400,7	444,7	(9,9)%
Empréstimos bancários	305,0	299,1	2,0%
Provisões para outros riscos e encargos	33,2	32,2	3,0%
Outros	62,5	113,4	(44,9)%
Passivo corrente	485,9	539,7	(10,0)%
Empréstimos bancários	30,9	59,3	(47,8)%
Fornecedores	178,7	195,3	(8,5)%
Outros	276,2	285,2	(3,1)%
CAPEX operacional ⁽¹⁾	130,5	135,9	(3,9)%
CAPEX operacional como % do Volume de negócios	14,2%	14,3%	(0,1)pp
CAPEX total	139,8	151,8	(7,9)%
EBITDA -CAPEX operacional	63,5	39,8	59,5%
Cash flow operacional ⁽²⁾	43,4	44,5	(2,5)%
FCF ⁽³⁾	10,6	7,5	41,2%
Dívida bruta	357,4	382,2	(6,5)%
Dívida líquida	288,8	298,5	(3,2)%
Dívida líquida/EBITDA últimos 12 meses	1,5x	1,7x	(0,2)x
EBITDA/Juros ⁽⁴⁾ últimos 12 meses	14,4x	9,8x	4,6x
Dívida/(Dívida + Capital próprio)	26,8%	29,0%	(2,2)pp
Excluindo a operação de securitização:			
Dívida líquida	348,1	377,8	(7,9)%
Dívida líquida/EBITDA últimos 12 meses	1,8x	2,2x	(0,4)x
EBITDA/Juros ⁽⁴⁾ últimos 12 meses	14,4x	9,8x	4,6x

(1) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros, Provisões para desmantelamento de sites e outros investimentos não operacionais.

(2) Cash Flow Operacional = EBITDA - Capex Operacional - Variação de Fundo de Maneio - Itens não Monetários e Outros.

(3) FCF após Custos Financeiros e antes de Fluxos de Capitais e Custos de Emissão de Empréstimos.

(4) Cobertura de Juros.

2.2.4. FCF Consolidado

Milhão de euros	2010	2009	Variação
EBITDA - CAPEX operacional	63,5	39,8	59,5%
Variação de fundo de maneio	(22,0)	(4,1)	-
Itens não monetários & outros	3,3	8,8	(62,8)%
Cash flow operacional	44,8	44,5	0,6%
Operação de Securitização	(20,0)	(20,0)	0,0%
Acções próprias	(4,9)	(3,1)	57,7%
Resultado financeiro	(8,1)	(13,9)	(42,2)%
Impostos	(4,6)	0,0	-
Free Cash Flow	10,6	7,5	41,2%



2.3. Negócio de Telecomunicações

2.3.1. Principais desenvolvimentos do mercado

Segmento Móvel Residencial

Iniciativas inovadoras

TAG - a expandir a base de clientes

O conceito da Optimus direccionado para o segmento jovem, o TAG, lançado em 2008, representou uma oferta distintiva e extremamente inovadora, com benefícios especiais para o utilizador. O TAG combina comunicações de voz e de texto gratuitas entre membros, com um serviço multiplataforma disponível para telemóveis e PCs, e uma comunidade social com base numa plataforma Web.

Em 2010, a base de clientes do TAG continuou a aumentar. A Optimus permaneceu focada, essencialmente, em angariar novos clientes, em reter os actuais clientes, fortalecendo, simultaneamente, a relação do TAG com o segmento jovem. O TAG continuou a ser a proposta de melhor valor para a categoria ilimitada no segmento.

Durante 2010, implementámos algumas iniciativas comerciais, incluindo uma campanha de base que oferece aos actuais clientes do TAG um bónus de 100% em carregamentos (TAG carregamentos duplicados), uma campanha televisiva com uma proposta de member-get-member que concedia um bónus aos clientes em conformidade com os respectivos carregamentos TAG (incluindo também um calling ring a promover esta campanha) e, adicionalmente, uma campanha televisiva que realçou uma das diferenças entre o TAG e os produtos concorrentes semelhantes: comunicação de voz e de texto grátis entre membros, disponível no período de Natal e do Ano Novo (TAG 1 Milhão de Euros – TAG Natal).

É de salientar que estas duas últimas campanhas foram especialmente bem recebidas pelo segmento jovem, tendo um forte impacto no mercado e despoletando, inclusive, a sua repetição pela TMN e pela Vodafone. Não obstante, o TAG continuou a definir a tendência do mercado.

Optimus Kids – uma proposta de comprovado valor destinada às crianças

As crianças continuaram a ser, no ano de 2010, um segmento muito importante para a Optimus, especialmente tendo em consideração que a estagnação do crescimento do mercado e as dificuldades em mudar de operador de telecomunicações móveis são riscos óbvios.

O Optimus Kids foi um dos produtos da Optimus mais publicitados, quer na imprensa quer através de acções desenvolvidas no terreno, no sentido de convencer os pais de que reúne as principais funcionalidades que asseguram a utilização em segurança pelos seus filhos: um



plano tarifário bastante simples, sem carregamentos obrigatórios, complementado por um conjunto de serviços inovadores, tais como a restrição de destinos e origens de chamadas, serviço de localização e chamadas de voz SOS (chamadas grátis para os pais, mesmo quando não já possuem crédito na respectiva conta kids).

Continente Mobile – base de clientes a crescer mais de 50%

O Continente Mobile foi lançado em 2009 como uma solução de telecomunicações para o Modelo-Continente. O produto opera sob a marca Continente e a sua proposta de valor combina tarifários competitivos com descontos em compras nos supermercados Modelo-Continente.

Durante 2010, houve uma actividade promocional contínua do Continente Mobile. Com o objectivo de aumentar a base de clientes, foram oferecidos descontos bastante aliciantes em telemóveis. Um dos momentos altos desta actividade promocional foi a celebração do 25º aniversário do Continente. Nesta campanha, o Continente Mobile ofereceu telemóveis com 100% de desconto no cartão de fidelização do Modelo-Continente. Com o objectivo de aumentar a fidelização, a base de clientes do Continente Mobile recebeu promoções contínuas e descontos noutros produtos Continente.

Rede 4 – uma presença forte no mercado de retalho

Em 2010, a Rede 4, a marca de baixo custo da Optimus, celebrou o quinto aniversário com uma campanha de bónus em carregamentos designada "5 anos, 5 euros". Durante o ano, a marca deu continuidade à sua estratégia de manter contacto directo com os seus clientes, através da Internet e SMS, lançando campanhas mensais que ofereciam, entre outros incentivos, 100 SMS grátis para todas as redes, descontos suplementares em tarifários, carregamentos com 10% de bónus, chamadas gratuitas efectuadas dentro da rede, telemóveis gratuitos e cartões SIM a preços reduzidos.

A Rede 4 manteve uma presença forte no mercado de retalho (excluindo Modelo-Continente), através de uma actividade de marketing promocional. Dado o actual ambiente económico, a estratégia para o produto manteve-se centrada na criação de uma oferta que assegura, de forma consistente, comunicações com todas as



redes ao melhor preço de mercado – incluindo poupanças significativas nos serviços de voz e SMS – com base nos princípios da simplicidade e compromisso com as necessidades dos clientes.

OFERTA INTERNACIONAL – “Mundo” com preços ainda mais competitivos

As chamadas internacionais são uma necessidade específica de um segmento relevante da população. A Optimus dá resposta a estas necessidades através de um plano tarifário designado “Mundo”. Em 2010, a oferta foi reformulada com vista a melhor satisfazer as necessidades dos clientes. A Optimus relançou o “Mundo” alterando a respectiva estrutura tarifária, passando de um tarifário por zona para um tarifário por país. Esta alteração permitiu à Optimus oferecer preços mais competitivos correspondendo a necessidades específicas consoante o destino.

Produtos e serviços inovadores

“SMART”, a oferta pós-paga da Optimus mais bem-sucedida de sempre

Durante 2010, com o lançamento de planos tarifários “Smart” pós-pagos, a Optimus posicionou-se como um operador que oferece comunicações ilimitadas, fortalecendo, assim, a conquista deste território (iniciada em força com o Optimus TAG).

O lançamento do “Smart”, em Fevereiro de 2010, destina-se a utilizadores de smartphones de elevado valor; incluindo voz, SMS e Internet ilimitados. Com base nestas ofertas, lançámos várias iniciativas de migração pré-paga para pós-paga, aumentando a satisfação dos clientes e maximizando o valor da nossa base de subscritores. Como resultado, a base de clientes particulares aumentou 25 % em apenas um ano.

Reestruturação da oferta pré-paga

Em Fevereiro de 2010, no segmento pré-pago, começámos por simplificar a oferta, tornando-a bastante mais simples e centrando-a nas principais necessidades dos clientes. Em Novembro, foi lançado o produto “Livre”, um plano de tarifas inovador e sem carregamentos obrigatórios, constituindo o tarifário mais económico para todas as redes.

Estimulando o valor do cliente

A Optimus lançou várias campanhas sob o conceito abrangente “Não pares de...”, oferecendo desde chamadas grátis para a rede Optimus, durante 30 dias, a jogos grátis durante 30 dias e, no Natal, SMS gratuitas para todas as redes, durante 30 dias. Estas promoções não acarretaram quaisquer custos para o cliente, para além de um carregamento mínimo.

Programa de fidelização

Em 2010, a Optimus redefiniu as condições de elegibilidade do programa de fidelização. No sentido de permitir o acesso a outros clientes, tais como os clientes do segmento jovem e clientes de valor médio, foi revisto o nível mínimo de pontos exigidos para utilização. No sentido de aumentar a nossa base de clientes com terminais mais sofisticados e, conseqüentemente, aumentar as receitas de dados, diferenciámos também a nossa oferta de smartphones.

Melhorando a qualidade de serviço ao cliente

Cada vez mais, os clientes preferem e procuram canais de contacto alternativos. Neste contexto, a Optimus introduziu a lógica do apoio ao cliente no seu perfil da página do Facebook.

A criação deste novo canal permitiu a utilização das redes sociais enquanto suporte de assistência ao cliente, disponibilizando uma interação quase imediata com os actuais e potenciais clientes. Simultaneamente, esta é uma forma de manter a marca Optimus presente nas redes sociais, aproximando o cliente dos nossos produtos e serviços, e concedendo-nos um maior conhecimento sobre as suas reais necessidades. Através desta funcionalidade, a Optimus pode mesmo comunicar de forma proactiva, possibilitando a troca de conhecimento entre clientes com dúvidas similares.



Banda larga móvel – Optimus Kanguru

O ano de 2010 representou mais um ano de grande desenvolvimento do negócio de banda larga móvel, Optimus Kanguru, marcado por importantes inovações ao nível do produto, promoções dinâmicas, liderança da marca, um forte desempenho comercial e um enfoque renovado na melhoria operacional e na experiência do cliente.

No início de 2010, a Optimus foi o primeiro operador a explorar a nova tendência de aparelhos personalizados, lançando um conjunto de placas de acesso à Internet coloridas. Mais tarde, seguiu-se o lançamento de uma versão exclusiva Hello Kitty das mesmas. Em Maio de 2010, a Optimus lançou o novo tarifário pós-pago Kanguru Start, ao mais baixo preço do segmento, destinado aos clientes de utilização menos frequente. Ao mesmo tempo, a Optimus lançou uma avançada solução de controlo de utilização para produtos pós-pagos. Esta solução oferece alertas de controlo de utilização em tempo real e a possibilidade de comprar pacotes suplementares de tráfego para além do pacote base e ainda um novo web self-care, incluindo estatísticas do total da utilização, concedendo a capacidade para alterar o tarifário via Internet, entre outras funcionalidades.

Em Julho de 2010, a Optimus lançou uma oferta pré-paga totalmente renovada, incluindo uma nova opção baseada no tempo, com descontos progressivos em conformidade com o carregamento obrigatório, e um novo plano tarifário diário. Juntamente com estes novos tarifários, foi também disponibilizada uma experiência de utilização revista para este tipo de produtos, que inclui a funcionalidade de efectuar online os carregamentos obrigatórios através de cartão de crédito. Lançámos, em Setembro, o conceito Mi-Fi para o Optimus Kanguru, destinado ao acesso partilhado através de um novo dispositivo que combina o router Wi-Fi com um modem de banda larga móvel, permitindo que uma única ligação 3G consiga suportar o acesso simultâneo de diferentes dispositivos, tais como tablets, computadores portáteis e consolas. Este lançamento fortaleceu, posteriormente, o âmbito de utilização dos produtos Optimus Kanguru, abrangendo a crescente necessidade dos clientes em aceder à Internet, onde quer que seja, através de um conjunto de dispositivos cada vez mais amplo e mais diversificado.

No último trimestre de 2010, a Optimus lançou uma experiência de utilização completamente renovada, incluindo a possibilidade de o cliente escolher o próprio plano tarifário imediatamente após o registo. A Optimus revelou, também, o novo conceito Kanguru Inside, um cartão SIM para utilizar em tablets e outros dispositivos com módulos integrados, colocando a Optimus na vanguarda dos serviços de conectividade para esta nova categoria de produtos. No final de 2010, a Optimus lançou o primeiro



tablet, inserido num pacote especificamente destinado a canais de retalho distintos e com um cartão SIM incluído, permitindo ao cliente desfrutar da experiência de utilização que o Optimus Kanguru Inside proporciona.

A actividade comercial foi reforçada com o desenvolvimento de um elevado número de actividades em todos os canais de distribuição da Optimus, o que resultou num forte desempenho não só em matéria de angariações, mas também no perfil das mesmas.

No segmento e-iniciativas, a Optimus aumentou significativamente a respectiva quota de novos clientes. Este sucesso teve como base a qualidade e diversidade da nossa gama de PCs, que inclui os modelos mais recentes das principais marcas, a nossa capacidade exclusiva de fazer entregas imediatas em mais de 30 lojas, em todo o país, e a melhoria contínua das características do acesso à Internet Optimus Kanguru.

A gestão e retenção de clientes foram aperfeiçoadas através da implementação de um conjunto alargado de medidas, com o objectivo de melhorar a comunicação com os clientes. Para tal, promoveram-se actividades de up-sell junto dos clientes e melhorou-se a experiência destes através da possibilidade de beneficiar em grande escala das características das tarifas. Estas melhorias, em conjunto com as melhorias significativas efectuadas na experiência do utilizador, tanto para produtos pré-pagos como pós-pagos, conduziram a um aumento considerável no índice de satisfação geral do cliente. O Optimus Kanguru posiciona-se, assim, como um dos melhores fornecedores de Internet (ISPs) do País, independentemente da tecnologia.

Consequentemente, 2010 foi um ano forte para a categoria de serviços móveis de banda larga, que conta agora com aproximadamente 40% das assinaturas de acesso à Internet e dos serviços pré-pagos, em especial para o Optimus Kanguru, que viu a sua quota de mercado

nos principais canais de retalho, quota de aquisição e índice geral de satisfação do cliente a aumentar.

Produto de convergência Fixo-Móvel - Optimus Home

Em 2010, a dinâmica de mercado para o Optimus Home caracterizou-se pelas mesmas tendências verificadas em 2009, com a contracção do mercado de produtos "single play" com base apenas em serviços de voz e intensa actividade promocional de operadores com ofertas "multi-play".

Assim, o Optimus Home prosseguiu com as linhas estratégicas definidas em 2009, obtendo excelentes resultados. Estas linhas estratégicas implicaram controlar o investimento efectuado na angariação de clientes, controlar a taxa de churn e reduzir os custos operacionais. Adicionalmente, concebemos e implementámos iniciativas de smart pricing, obtendo resultados positivos na nossa margem de serviço.

A convergência entre a marca Optimus Home e a marca Optimus revelou-se bastante positiva. Como resultado, esperamos agora obter uma renovada visibilidade, associada à nova imagem do produto.

Com o objectivo de maximizar a angariação de novos clientes no mercado de retalho, mantivemos uma contínua actividade promocional, assente na proposta de valor do nosso produto. A nossa equipa de vendas teve um papel crítico para o nosso sucesso, na medida em que permitiu fortalecer a relação com os canais de distribuição chave através de um programa de partilha de incentivos.

Procedemos, também, a uma revisão da nossa oferta de terminais, favorecendo a nossa capacidade negocial, permitindo reduções de custos significativas e, conseqüentemente, criando um impacto positivo no custo de aquisição por utilizador (CAPU).

Apesar do contexto de mercado, alcançámos excelentes resultados em 2010. A taxa de churn manteve a sua tendência de evolução negativa, mesmo considerando o aumento da pressão competitiva ocorrido no último trimestre de 2010. As competências que adquirimos na retenção reactiva e proactiva a nível operacional, bem como a segmentação efectuada, tiveram um papel relevante na obtenção destes resultados.

De acordo com a Marktest, em Dezembro de 2010, o Optimus Home detinha 9,2% de quota de Mercado, evoluindo positivamente face aos 7,2% obtidos no ano anterior, consolidando a sua posição como o "single-play" alternativo mais forte face ao operador incumbente.

Segmento residencial de rede fixa – Optimus Clix

O contexto

Ao longo de 2010, a concorrência no segmento fixo residencial baseou-se fortemente nas ofertas de fibra. Com o objectivo de diferenciar as suas ofertas, os operadores recorreram à diversidade de canais televisivos, à velocidade de Internet e a outras funcionalidades.

Rede de FTTH

A Optimus continuou a desenvolver o seu negócio de FTTH, tendo atingido mais de 200 mil casas passadas. Os resultados de aquisição foram positivos, com ofertas competitivas e fortes promoções de lançamento para auxiliar as equipas de vendas no terreno. Pela primeira vez, a tecnologia FTTH liderou no que respeita às adições totais de novos clientes.

Em Dezembro de 2010, celebrámos com a Vodafone um acordo de partilha de rede FTTH, tendo como resultado a duplicação do mercado elegível em 2011. Implementámos, ainda, um novo modelo de partilha de rede vertical, o que permitiu reduzir custos relacionados com desenvolvimentos adicionais.

Os projectos de redes de nova geração para o Norte e o Sul de Portugal foram adjudicados pelo governo português ao consórcio no qual a Sonaecom é parceiro, o que permitirá uma nova expansão da rede sem investimento adicional nos próximos dois anos.



A actividade comercial nas áreas da fibra foi intensificada e, consequentemente, as adições totais de clientes aumentaram em mais de 60%. Os pacotes de fibra foram revistos e incluem agora novas características e mais valor pelo mesmo preço (por exemplo, o aluguer da TVBox e de filmes por VoD são agora incluídos no pacote XXL). O número médio de serviços por adição total também aumentou para 2,8, demonstrando o sucesso alcançado na estratégia desenhada para a oferta do pacote triple play.

Desagregação de lacete local (ULL)

Em 2010, o modelo de ULL foi responsável por uma porção significativa da nossa actividade de vendas de 2P e 3P. A concorrência muito agressiva e as fortes actividades de recuperação tornaram a rentabilidade deste modelo muito pouco atractiva. Neste contexto, a Optimus continuará a reforçar a inovação, a qualidade do serviço e as actividades de up-sell junto dos clientes de ULL, mas interromperá a actividade comercial, uma vez que o seu objectivo central será a aquisição de clientes através da sua rede de fibra.

Qualidade e melhor serviço ao cliente

O nosso maior objectivo foi o de melhorar a experiência do cliente, através da simplificação de processos e do melhoramento da experiência nos pontos mais relevantes. Com este objectivo em mente, o tempo de instalação diminuiu, enquanto as taxas de instalações bem-sucedidas aumentaram. Os canais alternativos e as opções ecológicas foram melhoradas e promovidas, tais como a factura electrónica ou o serviço web self-care, no qual o cliente pode gerir os seus serviços online.

Gestão de valor do cliente

Em 2010, efectuaram-se novos desenvolvimentos na segmentação do valor da base de clientes. Esta segmentação identificou o valor, a tecnologia e o número de serviços de cada cliente, sendo fundamental para permitir o estabelecimento de campanhas promocionais, ofertas e tratamento diferenciado em função do segmento.

No que respeita à gestão do cliente foram melhoradas duas áreas fundamentais: definimos novas regras para a angariação de clientes, de forma a reduzir o número de activações erradas, e desenvolvemos novas campanhas junto da base de clientes existentes por forma a aumentar a satisfação global.

Serviços de televisão

A televisão é o serviço mais relevante de qualquer serviço triple play. Tanto o número de canais, como as funções disponíveis, são fundamentais para proporcionar uma excelente experiência de entretenimento interactiva. Ao longo dos últimos anos, houve



melhorias significativas nestas duas áreas. Lançámos, em 2010, um total de 17 novos canais, sete dos quais em alta definição, o que torna os pacotes televisivos da Optimus nos mais completos do mercado. Relativamente ao video on demand, a nossa oferta continuou a aumentar devido a um acordo celebrado com a Paramount, que trouxe novos títulos, e à renovação de títulos efectuada com os fornecedores já existentes. Foram lançados, em média, 48 novos títulos por mês.

Lançámos também, uma série de novos e inovadores serviços interactivos, tais como uma aplicação para aceder às ferramentas de redes sociais na TV (Twitter e Facebook), nos quais a Optimus foi pioneira em Portugal. A aplicação de futebol interactiva, lançada durante o Campeonato do Mundo de 2010, permitiu que os clientes assistissem a todos os desafios com informação sobre as estatísticas, relatórios de jogo e notícias. O controlo dos serviços de televisão foi aumentado graças ao lançamento da possibilidade de colocar a gravar por controlo remoto utilizando os telemóveis e a Internet. A possibilidade de gravar automaticamente os episódios das séries televisivas preferidas completou este serviço.

Segmento PME e SOHO – Optimus Negócios

A missão da Optimus Negócios consiste no melhoramento da eficácia e da competitividade dos seus clientes, permitindo novas e estimulantes formas de comunicação, de acordo com as necessidades de cada um, em qualquer altura e em qualquer local. O nosso compromisso baseia-se no desenvolvimento das melhores ferramentas para as necessidades de comunicação de empresas e profissionais, fixas ou móveis, de voz, dados ou acesso à Internet.

Durante 2010, os nossos clientes e parceiros foram constantemente desafiados para implementar soluções de comunicação integradas, tendo já demonstrado que a nossa proposta integrada acrescenta valor aos respectivos negócios.

As vantagens da nossa proposta são óbvias:

- respondemos a todas as necessidades de comunicação: voz móvel, Internet móvel, voz fixa e Internet fixa;
- oferecemos taxas especiais para a linha fixa sempre que se subscreve um serviço móvel;



HA UMA LINHA
QUE FIXA
O SEU NEGÓCIO
AO MUNDO

- possuímos uma oferta vasta de produtos inovadores tais como a “Central ON”, um produto que substitui totalmente o tradicional PBX, uma vez que utiliza a rede sem fios para estabelecer a ligação, associando todos os números fixos e móveis do cliente a um único serviço.

Introduzimos, também, alterações significativas na nossa carteira de produtos, para diferenciar ainda mais a nossa oferta e fortalecer a nossa posição no mercado de negócios:

- continuámos o nosso caminho no sentido da liberalização, tratando de forma indiferenciada Portugal e Espanha, incluindo o roaming em Espanha nos nossos pacotes de minutos de voz;
- fornecemos uma oferta de convergência completa, com números fixos e móveis num único equipamento;
- Reforçámos a nossa aposta no acesso à Internet, fornecendo a mais competitiva oferta de dados e aumentando as vendas de smartphones, permitindo que os clientes beneficiem da mais recente evolução no campo dos terminais móveis;
- ao assumir que as comunicações devem ser sustentáveis e devem contribuir para um mundo melhor, lançámos a marca Optimus Green Life e atribuímos uma etiqueta verde a alguns dos nossos equipamentos e produtos. Como exemplo, procedemos à introdução do primeiro telefone ecológico no mercado de negócios: o Sony Ericsson Elm.

Entre muitas outras vantagens ao nível da prestação de serviços, disponibilizamos, actualmente, uma única factura para todas as nossas comunicações, independentemente da tecnologia, disponibilizamos uma única linha de apoio para os nossos clientes – 16939 – e vendemos através de um único consultor de vendas certificado. Como tal, acreditamos que a convergência é a forma de responder a uma das principais necessidades dos clientes: chegamos a todos os clientes com uma única abordagem e uma única infra-estrutura.

A inovação continua a ser uma das principais linhas orientadoras para a Optimus Negócios. Esta estratégia tem-nos permitido estar na vanguarda no que respeita ao fornecimento de novas tecnologias,

sejam fixas ou móveis. Lançámos soluções de visualização, tais como a linha e-Services com tecnologia Microsoft e, ainda, soluções baseadas em novos equipamentos, tais como o tablet PC, que nos permite disponibilizar um pacote com equipamento e tráfego incluídos.

Desenvolvemos serviços de convergência e criámos novas propostas de negócio com valor ao integrar serviços cloud nas telecomunicações tradicionais. Uma vez mais, a linha de e-Services com tecnologia Microsoft foi um exemplo desta estratégia de inovação. A Optimus lançou um conjunto de e-Services novos com base no Microsoft Communications Services, denominados e-Exchange, e-Communicator, e-Meetings e e-Share. Estes serviços constituem ferramentas-chave para alavancar a produtividade do negócio e permitir a colaboração e a partilha de informação entre os utilizadores. Estes e-Serviços estão disponíveis para empresas de todas as dimensões num modelo de software como um serviço (Software-as-a-service, SaaS), com uma simples mensalidade por utilização do serviço, sem custo de aquisição, desenvolvimento e manutenção do equipamento no local.

A oferta conjunta da Optimus e da Microsoft combina a solução da Microsoft para Hosted Messaging and Collaboration com os serviços e produtos de banda larga e voz da Optimus. Esta solução fornece voz, presença, instant messaging, vídeo-conferência e web-conferência, o que permite que os colaboradores trabalhem virtualmente em qualquer local e colaborem em tempo real. Esta ferramenta, em combinação com as funcionalidades dos novos smartphones Windows Mobile 7, é um verdadeiro condutor para a transformação do processo de negócio no sentido de uma forma de trabalho mais eficaz.

A excelência do serviço ao cliente e a satisfação do cliente constituíram as principais linhas orientadoras durante 2010. Acreditamos que é fundamental compreender a evolução das necessidades dos nossos clientes para continuarmos a oferecer os serviços que pretendem. Com vista a aumentar cada vez mais a satisfação do cliente, focámo-nos em dar respostas com a melhor qualidade e no mínimo tempo possível.

O investimento na qualidade e na capacidade de resposta da nossa Linha de Apoio teve, novamente, retorno: o 16939 Optimus Negócios obteve o prémio “Melhor Contact Centre em Portugal, em 2010”, atribuído pela Associação Portuguesa de Contact Centres. Esta é uma recompensa crucial e muito importante, que surge como resultado de todos os esforços que envidamos no sentido da satisfação do cliente, motivando-nos a melhorar cada vez mais.

A par disto, reforçámos o investimento na nossa infra-estrutura da rede. No estudo mais recente da Anacom, a Optimus foi considerada o operador com a melhor cobertura 3G na apreciação global, e atingiu os

99,6% na cobertura GSM. Novamente, a Optimus foi qualificada como o operador que garante o melhor serviço aos seus clientes.

Outra importante linha orientadora foi a da maximização do valor dos nossos clientes através de uma nova segmentação, centrada na especificidade das necessidades dos nossos clientes em cada momento do seu ciclo de vida. Implementámos várias campanhas de cross-selling, promovendo vendas de pacotes aos clientes Optimus Negócios. Estes pacotes foram criados no sentido de promover junto dos clientes o aumento do número de serviços, apresentando-lhes vários benefícios, tais como ofertas de mensalidades e descontos no serviço adicional ou mesmo no serviço a que já tinham aderido.

No sentido de atingir o nosso objectivo de valor do cliente, de acordo com a nossa estratégia de integração, consolidámos a integração do cliente no nosso programa de fidelização, "Clube Negócios", valorizando os serviços móveis sobre os serviços fixos, bem como apresentando novas ofertas e campanhas para aumentar a fidelização e para manter um leque mais alargado de clientes de serviços móveis e fixos.

Os resultados de 2010 são especialmente encorajadores no que diz respeito ao nosso percurso de crescimento. Mais uma vez, demonstrámos um ritmo comercial significativo e ultrapassámos os nossos concorrentes em todas as categorias de produto, voz e Internet, móvel e fixo, tendo a nossa quota de mercado crescido dois pontos entre o terceiro trimestre de 2009 e o terceiro trimestre de 2010 (Fonte: Telecommunications Survey 2010 – Terceiro trimestre).

Segmento Corporate – Optimus Corporate

A unidade de negócios Optimus Corporate fornece soluções integradas, providenciando produtos e serviços convergentes, inovadores e tecnologicamente avançados, capazes de entregar o máximo valor aos seus clientes.

Em 2010, renovámos totalmente a nossa oferta do segmento Corporate. Através de uma oferta de produtos para serviços fixos, móveis, de dados e alojamento, desenhamos uma oferta, com uma abordagem mais estruturada e que abrange todos os segmentos do serviço. A par de todas estas alterações, foram dados novos passos no sentido da convergência fixo-móvel. Lançámos, ainda, novas funcionalidades e novos benefícios para os clientes que elegem a Optimus como o seu fornecedor global de comunicações.

A inovação e a liderança dos serviços foram, uma vez mais, as principais linhas orientadoras da nossa oferta de negócio. Os serviços IP Centrex e Carrier Ethernet foram lançados e disponibilizam as funcionalidades



mais sofisticadas do mercado. O serviço Carrier Ethernet é um serviço de dados flexível e de alta capacidade baseado totalmente na rede de fibra óptica. Esta nova oferta levou à criação de um novo conjunto de materiais de venda, tais como novas apresentações de ofertas, panfletos, estudos de caso e manuais de produto, bem como uma imagem nova do Optimus Corporate.

Em 2010, a Optimus Corporate consolidou a carteira tradicional de ofertas fixas e móveis de telecomunicações e integrou uma nova gama de produtos e serviços ICT. Entre outras acções, elaborámos uma carteira completa para os sistemas de vídeo-conferência da classe de negócios a partir dos principais fornecedores (Polycom, Tandberg, Lifesize e Radvision), para pacotes padrão de LAN e IP PBX gerais que abrangem todas as necessidades de vídeo ICT interno, voz e dados para os nossos clientes do segmento Corporate. Esta oferta caracteriza-se também pela integração de um modelo de aluguer simples que permite um fácil acesso dos nossos clientes do segmento Corporate a estas soluções, sem que tenham necessidade, como é habitual, de efectuar os investimentos elevados associados ao custo de aquisição, desenvolvimento e manutenção deste tipo de equipamentos.

Em 2010, traçámos igualmente uma estratégia mais forte para proporcionarmos o melhor serviço aos clientes do segmento Corporate: consistência e profissionalismo para assegurar que o nosso cliente fica satisfeito no primeiro ponto de contacto. Para atingir este objectivo, identificámos e desenvolvemos oportunidades para o melhoramento do serviço ao cliente na prestação de serviços da linha da frente. Neste sentido, introduzimos mais oportunidades de serviço autónomo, permitindo aos clientes efectuar tarefas periódicas sem necessitarem de interagir com a nossa equipa de gestão de conta. Tal permitiu-nos melhorar a nossa eficiência, reinvestindo tempo e energia na maximização do valor do cliente.

Como parte do desenvolvimento do valor do cliente, investimos nas equipas de serviço ao cliente, concedendo-lhes as ferramentas e formação necessárias para garantir que possuímos as competências e as ferramentas adequadas para prestar um serviço de excelência ao cliente.

Acreditamos que temos a estratégia e as iniciativas certas para conduzir o nosso negócio mais longe, prestando um serviço de excelência e liderando na satisfação do cliente.

Optimus Wholesale

A unidade de negócio de serviços grossistas da Optimus oferece serviços de voz e dados, tendo implementado para este segmento uma abordagem orientada para o cliente.

A unidade de negócio de Wholesale serve os operadores nacionais e internacionais, as empresas de telecomunicações e os revendedores que procuram serviços de qualidade em Portugal e no estrangeiro, tendo como base uma equipa de apoio ao cliente eficaz e extremamente focada. As relações de ganhos mútuos de longo prazo com parceiros e clientes sólidos constituem o núcleo da nossa carteira de clientes.

Apesar do ambiente macroeconómico desafiador, a adopção de uma abordagem comercial agressiva permitiu que a unidade de negócio de Wholesale da Optimus melhorasse os resultados operacionais e as receitas em 2010 e, como tal, mantivesse a posição de liderança entre os concorrentes alternativos no mercado grossista em Portugal.

Optimus Connect e a Internet of Things

A Optimus criou no último trimestre de 2010 uma nova unidade de negócio, denominada Optimus Connect, vocacionada para o desenvolvimento dos negócios emergentes na área das ligações entre máquinas *Machine to Machine* (M2M), abarcando o conceito da Internet of Things. Através de uma pequena equipa altamente especializada, esta unidade pretende criar novas soluções com valor na área das comunicações móveis de dados e alargar o conjunto de parcerias tecnológicas e comerciais para sectores de actividade específicos.

Um dos pilares de suporte no desenvolvimento deste negócio será a implementação de uma plataforma operacional extremamente eficiente que permita, neste âmbito, a disponibilização de soluções de comunicação específicas a um custo muito reduzido, garantindo em simultâneo a escalabilidade e bom desempenho das mesmas e, ao mesmo tempo, automatizando processos e aproveitando o melhor das tecnologias Web para conseguir eficiência, simplicidade e qualidade. Aos clientes será oferecido um conjunto de serviços e funcionalidades com valor acrescentado que garanta um reconhecimento e diferenciação positiva da oferta da Optimus Connect.

A capacidade de actuação da Optimus Connect neste mercado tem vindo a ser afirmada com uma maior penetração, por exemplo, no segmento dos

Transportes e da Construção com soluções de Gestão de Frotas e Gestão Operacional de Recursos, na Banca através da aplicação de sistema de pagamentos em terminais móveis (POS), na Saúde com o lançamento de várias iniciativas e pilotos na área da Saúde (mHealth), na Segurança através das soluções de monitorização e alarmística, assim como na Energia e Águas, através da participação em projectos de telemetria.

A Optimus Connect ambiciona ser líder na área da gestão de soluções de comunicação entre equipamentos, constituindo uma referência no mercado pela qualidade, simplicidade e segurança de cada produto e serviço disponibilizado.



2.3.2. Negócio Móvel

A caminho de uma Internet de pessoas, de locais e de coisas, com o crescimento exponencial dos serviços móveis, o fenómeno das redes sociais e a omnipresença de cada vez mais terminais – telefones, smartphones e tablets, acreditamos na oportunidade da explosão dos dados móveis. De facto, torna-se evidente que a tecnologia Móvel se tornou no acesso privilegiado à Internet, ultrapassando largamente a tecnologia Fixa. Oferecendo uma oferta vasta e competitiva de terminais e soluções, a Optimus está, actualmente, numa excelente posição para captar valor desta tendência de mercado.

2.3.2.1. Indicadores Operacionais

	2010	2009	Variação
Clientes (EOP) ('000)	3.604,10	3.432,57	5,0%
Novos Clientes ('000)	171,5	241,0	(28,8)%
Dados como % receitas de serviço	30,6%	28,1%	2,5%
Total # SMS/mês/Cliente	47,7	48,8	(2,2)%
MOU ⁽¹⁾ (min.)	133,9	132,4	1,2%
ARPU ⁽²⁾ (euros)	13,7	14,8	(7,6)%
Cliente	11,4	12,1	(5,6)%
Interligação	2,2	2,8	(18,9)%
ARPM ⁽³⁾ (euros)	0,10	0,11	(8,9)%

(1) Minutos de utilização por cliente por mês.

(2) Receita média mensal por utilizador.

(3) Receita média por minuto.

Base de Clientes

Em 2010, a base de clientes da Optimus aumentou 5,0%, para 3,60 milhões de clientes, com o nível de adições líquidas a alcançar os 63 mil clientes no 4T10. Devido à nossa oferta atractiva de pós-pagos, os subscritores neste tipo de contratos alcançaram cerca de 32,9% da base de clientes, aumentando 1,4pp face ao final de 2009.

Em 2010, a receita média mensal por cliente ("ARPU") foi de 13,7 euros, menos cerca de 1,1 euros face a 2009. Esta evolução resulta da combinação de menores Receitas de Interligação (que diminuíram de 2,8 euros para 2,2 euros) e menor nível de facturação média por cliente (que diminuiu de 12,1 euros para 11,4 euros), apesar do aumento de 1,1% verificado nos minutos de utilização por cliente por mês, para 134 minutos.

Dados e Banda Larga Móvel

No final deste ano, as Receitas de Dados representaram 30,6% das Receitas de Serviços, aumentando 2,5pp face ao ano anterior. Em termos de evolução trimestral, é de notar que no 4T10 as Receitas de Dados representaram 32,4% das Receitas de Serviços no Móvel, aumentando 3,2pp. Este resultado assinalável está totalmente em linha com a tendência actual ao nível do tráfego de dados. As Receitas de Serviços de Dados (excluindo receitas de SMS) continuaram a aumentar o seu peso no total de Receitas de Dados, representando cerca de 75,1% no total de Receitas de Dados no final de 2010, em comparação com os 72,3% registados no ano anterior.



2.3.2.2. Indicadores Financeiros

Milhões de euros	2010	2009	Varição
Volume de Negócios	592,8	6070	(2,4)%
Receitas de serviço	557,8	566,4	(1,5)%
Receitas de Clientes	466,5	461,9	1,0%
Receitas de operadores	91,2	104,5	(12,7)%
Vendas de equipamento	35,0	40,6	(13,7)%
Outras receitas	33,4	36,2	(7,6)%
Custos Operacionais	435,9	465,5	(6,4)%
Custos com Pessoal	51,7	53,7	(3,8)%
Custos Directos Serviços Prestados ⁽¹⁾	170,4	167,8	1,6%
Custos Comerciais ⁽²⁾	109,7	134,7	(18,5)%
Outros custos operacionais ⁽³⁾	104,1	109,4	(4,8)%
Provisões e perdas de imparidade	4,8	10,9	(56,4)%
EBITDA	185,5	166,7	11,3%
Margem EBITDA (%)	31,3%	27,5%	3,8pp
CAPEX operacional ⁽⁴⁾	94,7	82,8	14,3%
CAPEX operacional como % Volume de negócios	16,0%	13,6%	2,3pp
EBITDA – CAPEX operacional	90,8	83,9	8,2%
CAPEX total	104,0	98,7	5,3%

(1) Custos Directos de Serviços Prestados = Interligação e conteúdos + Circuitos Alugados + Outros Custos de Operação de Rede.

(2) Custos Comerciais = Custo das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas.

(3) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Outros custos.

(4) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros e Provisões para desmantelamento de sites e outros investimentos não operacionais.

Volume de Negócios

As Receitas de Clientes no negócio Móvel aumentaram 1,0% em 2010, para 466,5 milhões de euros. No entanto, o total de Receitas do Móvel diminuiu 2,4% face a 2009, para 592,8 milhões de euros, devido a uma diminuição de 12,7% no nível de Receitas de Operadores, devido unicamente a tarifas reguladas, e a uma diminuição de 13,7% no nível de Vendas de Equipamentos.

Custos Operacionais

Os Custos Operacionais no Móvel diminuíram 6,4% face a 2009, para 435,9 milhões de euros. Esta diminuição é consequência directa da estratégia de redução de custos a decorrer actualmente na Optimus, um plano extenso de transformação, desenhado no sentido de criar uma organização mais eficiente, com efeitos positivos em todas as linhas de custos.

O nível de Custos Comerciais diminuiu 18,5% em 2010, devido a menor subsidiação e menores custos de publicidade. O nível de Custos Directos de Serviços Prestados diminuiu 6,9% no 4T10 devido, em parte, a menores Receitas de Terminação Móvel. O aumento de 1,6% verificado em 2010 deveu-se a descontos extraordinários obtidos nos 9M09. O nível de Outros Custos Operacionais diminuiu 4,8% face ao ano

anterior, devido essencialmente à diminuição de alguns custos cobrados a outras empresas do grupo (o que, aliás, justifica a diminuição nas linhas correspondentes de Outras Receitas).

Tal como já reportado ao mercado, o nível de Provisões no primeiro semestre de 2010 beneficiou da taxa de sucesso acima do esperado ao nível dos recebimentos de incobráveis, judiciais e não judiciais, dos últimos anos.

EBITDA

O EBITDA do negócio Móvel aumentou entre 2009 e 2010 de 166,7 milhões de euros para 185,5 milhões de euros, devido a um aumento de 1,0% nas Receitas de Clientes do Móvel e, especialmente, devido a uma descida de 6,4% no nível de Custos Operacionais. Alcançámos este resultado apesar da extinção da assimetria nas tarifas de terminação móvel, favorável à Optimus até Outubro de 2009. A margem EBITDA atingiu os 31,3%, aumentando 3,8pp comparativamente a 2009. Em termos de evolução trimestral, o EBITDA aumentou 21,6% entre o 4T09 e 4T10, devido a diminuições nas principais linhas de custos, particularmente nas linhas de Custos comerciais (devido a menor subsidiação e custos de publicidade) e ainda devido à tendência de evolução positiva na linha de Receitas de Clientes no Móvel.

2.3.3. Negócio Fixo

Temos uma forte convicção de que a convergência é, actualmente, o elemento chave para o crescimento no segmento empresarial. O nosso posicionamento, que contempla soluções totalmente integradas e convergentes, é a melhor forma de não só responder mas também antecipar as necessidades do mercado. Assim, temos vindo a expandir a nossa presença no segmento de Corporate e PMEs, aumentando o número total de acessos e, principalmente, aumentando a penetração de ofertas convergentes na nossa base de clientes. No segmento Residencial continuaremos a focar-nos em criar valor na nossa base de subscritores, nomeadamente no que respeita a clientes FTTH, enquanto procuramos alavancar a nossa infra-estrutura através de parcerias.

2.3.3.1. Indicadores Operacionais

	2010	2009	Varição
Total de Acessos (EOP) ⁽¹⁾	417066	483.613	(13,8)%
Acessos directos em % receitas de Clientes	344.631	403.212	(14,5)%
Voz	185.294	214.865	(13,8)%
Internet de Banda Larga	104.819	146.349	(28,4)%
Outros	54.518	41.998	29,8%
Acessos Indirectos	72.435	80.401	(9,9)%
Centrais desagregadas com transmissão	206	198	4,0%
Centrais desagregadas com ADSL2+	182	179	1,7%
Acessos directos em % receitas de Clientes	78,8%	79,5%	(0,7)pp
Receita média por acesso – retalho	23,7	22,9	3,8%

(1) Devido a uma mudança no critério de classificação de Outras Receitas de Clientes, o nível de Receitas de Acessos Directos sofreu alterações entre o 4T09 e o 3T10.

Base de Clientes

Em 2010, aumentámos a presença no segmento Corporate e PMEs, com o número de Acessos a evoluir positivamente. Neste segmento, o total de Acessos evoluiu de 140 mil, em 2009, para 151 mil, em 2010, o que equivale a um aumento de 7,8%.

Devido exclusivamente ao segmento Residencial, o número total de Acessos do negócio Fixo diminuiu para 417 mil, diminuindo 13,8% face a 2009. Esta queda deve-se a uma diminuição de 14,5% no nível de Acessos Directos, agora influenciada pela decisão de abandonar a aquisição de clientes no segmento Residencial através da infra-estrutura de cobre do operador incumbente e uma diminuição de 9,9% no nível de Acessos Indirectos.

Porém, é de realçar que a tendência de perda no número total de acessos tem vindo a diminuir desde o início de 2009.



2.3.3.2. Indicadores Financeiros

Milhões de euros	2010	2009	Variação
Volume de Negócios	2376	245,2	(3,1)%
Receitas de Serviço	236,8	243,4	(2,7)%
Receitas de Clientes	122,7	138,7	(11,5)%
Receitas de acesso directo	96,7	110,2	(12,2)%
Receitas de acesso indirecto	25,5	28,0	(9,1)%
Outros	0,5	4,2	171%
Receitas de operadores	114,1	104,7	9,0%
Vendas de equipamento	0,8	1,8	(56,1)%
Outras receitas	1,8	2,5	(29,7)%
Custos Operacionais	225,3	234,3	(3,9)%
Custos com Pessoal	3,9	4,8	(19,9)%
Custos Directos Serviços Prestados ⁽¹⁾	154,9	154,4	0,3%
Custos Comerciais ⁽²⁾	21,2	22,8	(6,8)%
Outros custos operacionais ⁽³⁾	45,3	52,3	(13,4)%
Provisões e perdas de imparidade	10,7	7,8	37,7%
EBITDA	3,5	5,7	(38,5)%
Margem EBITDA (%)	1,5%	2,3%	(0,9)pp
CAPEX operacional ⁽⁴⁾	26,5	49,4	(46,4)%
CAPEX operacional como % Volume de negócios	11,1%	20,2%	(9,0)pp
EBITDA -CAPEX operacional	(23,0)	(43,8)	(47,4)%
CAPEX total	26,5	49,4	(46,4)%

(1) Custos Directos de Serviços Prestados = Interligação e conteúdos + Circuitos Alugados + Outros Custos de Operação de Rede.

(2) Custos comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas.

(3) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Outros custos.

(4) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros e Provisões para desmantelamento de sites e outros investimentos não operacionais.

(5) Devido a uma mudança no critério de classificação de Outras Receitas de Clientes, o nível de Receitas de Acessos Directos e Outras Receitas de Clientes sofreu alterações entre o 4T09 e o 3T10.

Volume de Negócios

O Volume de Negócios do negócio Fixo diminuiu 3,1% em 2010, para 2376 milhões de euros. O aumento de 9,0% no nível de Receitas de Operadores não foi suficiente para superar a diminuição de 11,5% no nível de Receitas de Clientes, motivada pela redução do número de Acessos Directos e Indirectos no segmento Residencial.

Custos Operacionais

No negócio Fixo, os Custos Operacionais diminuíram 3,9% face ao ano anterior, para 225,3 milhões de euros. Esta evolução deveu-se, essencialmente, a reduções no nível de Custos Comerciais e Outros Custos Operacionais, como resultado dos esforços em curso para controlar a estrutura de custos, adequando-a ao corrente nível de actividade. A rubrica de Custos com o Pessoal diminuiu 19,9% em

virtude dos nossos esforços de reestruturação da unidade de negócio do segmento Fixo Residencial. A rubrica de Custos Comerciais, por sua vez, diminuiu 6,8% devido a menores Custos de Marketing e Vendas. Finalmente, o nível de Outros Custos Operacionais diminuiu 13,4% devido essencialmente a ganhos de eficiência obtidos no Call Centre da Optimus e a uma diminuição da actividade no segmento Residencial Fixo.

EBITDA

O EBITDA do negócio Fixo foi de 3,5 milhões de euros, diminuindo 38,5% quando comparado com o nível de 2009. Esta redução deveu-se, sobretudo, à nossa necessidade de reforçar o nível de Provisões e Perdas de Imparidade. A margem EBITDA evoluiu de 2,3% para 1,5% entre os dois períodos em análise.

O EBITDA-CAPEX Operacional aumentou cerca de 20,8 milhões de euros, beneficiando da nossa estratégia de "capital light", assegurando a expansão da nossa infra-estrutura de FTTH através de parcerias e sem investimento adicional.

2.4. SSI



O modelo de negócio da SSI assenta numa estratégia de criação de valor, quer através de criação de empresas com elevado potencial de crescimento, quer investindo em empresas de IT/IS, privilegiando activos em fase pós start-up, focalizados e com forte orientação internacional. Em 2010, a divisão de B2B da Softlimits foi adquirida e integrada com sucesso na Saphety. Posteriormente, em Dezembro, a SSI concluiu a venda da sua participação de 11,54% no capital da Altitude SGPS, S.A., gerando uma mais valia de 2,2 milhões de euros.

Actualmente, a divisão de Software e Sistemas de Informação (SSI) inclui quatro empresas: WeDo Technologies (soluções de garantia de negócio, permitindo otimizar tanto o desempenho do negócio como os processos e sistemas de gestão de risco), Mainroad (IT Management, Segurança e Continuidade), Bizdirect (comercialização de soluções multi-marca de equipamentos de IT), e Saphety (serviços de automatização de processos de negócio, facturação electrónica e segurança nas transacções B2B).

A WeDo Technologies tem-se empenhado continuamente em alargar a sua presença internacional e em reforçar a sua liderança no mercado de Revenue Assurance, enquanto expande o seu portfolio de produtos e alarga a sua oferta a outros sectores.

No 2T10, a Stratecast posicionou a WeDo Technologies como o líder global do mercado de Revenue Assurance em Telecomunicações em 2009, com uma quota de mercado de 25%. Actualmente, considerando as dez maiores empresas de telecomunicações do mundo⁽¹⁾, sete são clientes da WeDo Technologies. No final de 2010, a WeDo Technologies possuía mais de 100 clientes em 78 países. É de assinalar, em 2010, o crescimento de 19% das receitas internacionais, que pesam agora 63% no volume de negócios da empresa, dando evidência que o enfoque desta empresa em expandir-se a nível internacional continua a gerar resultados positivos.

⁽¹⁾ Critério de definição da PRTM (Radical change in the Mobile Telecoms Industry, 2009).

2.4.1. Principais desenvolvimentos do mercado

WeDo Technologies

Em Maio de 2010, a Stratecast Frost & Sullivan, uma empresa independente, estimou que a quota de mercado global da WeDo Technologies no mercado de software de revenue assurance em telecomunicações ascendia a 25%, tornando a WeDo Technologies líder mundial neste mercado.

Tendo atingido, em dez anos, a liderança global no mercado de software de revenue assurance em telecomunicações, a WeDo Technologies ambiciona ser líder mundial em software de business assurance nos sectores dos seguros, da energia, do retalho e das telecomunicações, aumentando, deste modo, as suas receitas e encomendas.

A empresa está a seguir a estratégia definida em 2008 e anunciada em 2009, que implica levar o revenue assurance e fraud management a um nível mais avançado, denominado business assurance.

A WeDo Technologies é actualmente o único fornecedor que integra no mesmo produto as funcionalidades business assurance RAID®, revenue assurance e fraud management, e foi uma das primeiras empresas a actuar para além do sector de telecomunicações.

2010 revelou-se um ano bastante positivo para a WeDo Technologies em várias frentes.

O nosso negócio ganhou um conjunto significativo de novos clientes:

- acordo que abrange revenue assurance com um grupo de telecomunicações euro-asiático;
- acordo de fraud management com uma empresa de telecomunicações da Península Arábica;
- acordo com um operador da Europa Oriental na área da gestão de roaming;
- acordo de outsourcing com a Sonae Sierra.

Em termos de gestão de carteira, destacam-se as seguintes concretizações:

- acordo de fraud management celebrado com o principal grupo de telecomunicações europeu, com o qual havia já um acordo apenas para revenue assurance;
- acordo de fraud management com a Orange Slovakia;
- dois importantes contratos adicionais adjudicados na área de fraud management: um na Ásia e outro na América Latina;
- acordo com um cliente da Malásia na área de credit & collections;
- novos acordos no grupo Digicel, abrangendo incentives management e data retention products;
- grandes acordos com um grupo de telecomunicações do Tier-1 na América Latina, abrangendo churn management e incentives;
- reforço das relações com os seus principais clientes: celebração de novos acordos com a Oi Brasil, grupo Orange, grupo Vodafone, grupo



Oрасcom, grupo Telefonica e grupo Vimpelcom, reforçando o volume de encomendas durante 2010.

A WeDo Technologies encontra-se em processo de revisão da sua estratégia de parcerias. A acção estratégica produziu já um contrato com um importante fornecedor de rede que abrange revenue assurance, fraud management e roaming management. Em 2011, a empresa estará mais activa nas parcerias e centrar-se-á em novas ofertas conjuntas e em novos mercados-alvo.

2010 foi também um ano de consideráveis investimentos:

- **Novos mercados:** a empresa está a desenvolver testes no mercado e a adaptar o produto às novas indústrias-alvo.
- **Região da América do Norte:** em 2009, a WeDo Technologies iniciou um forte investimento a longo prazo nesta região. Tendo sempre presente o volume de encomendas e a confiança desenvolvidas nos anos anteriores, estamos certos de que no curto e médio prazo iremos alcançar grandes resultados nesta frente;
- **Desenvolvimento de software:** depois de lançar a versão 6.0 do Business Assurance RAID®, no final de 2009, a equipa de desenvolvimento da WeDo Technologies cumpriu o compromisso assumido com todos os clientes após a aquisição da Cape Technologies, em 2007, agregando o melhor produto das duas empresas.

No que diz respeito a prémios, o CEO da WeDo Technologies, Rui Paiva, obteve o prémio Best Leaders Awards na categoria "Líder nas Novas Tecnologias". A atribuição deste prémio é organizada anualmente pelo Leadership Business Consulting.

A WeDo Technologies comemora 10 anos em Fevereiro de 2011. No seu percurso, a empresa já instalou as suas soluções em mais de 135 empresas em 78 países dos cinco continentes e prestou serviços de consultoria a mais de 100 operadores em todo o mundo através da sua bem sucedida divisão de consultoria, Praesidium. As software houses da WeDo Technologies estão actualmente localizadas em Dublin (Irlanda), em Braga (Portugal) e em Poznan (Polónia).

Mainroad

Ao longo de 2010, a Mainroad continuou a focar-se no fornecimento de serviços de alta disponibilidade, continuidade e serviços de outsourcing para o mercado português.

Este ano, a Mainroad juntou-se à Associação Portugal Outsourcing, que reúne as melhores empresas de TI e de BPO em Portugal, com o objectivo de contribuir para o desenvolvimento do sector de Outsourcing em Portugal, que oferece valor acrescentado e recursos às tecnologias de informação e de comunicação.

No decorrer deste ano, a Mainroad completou, com sucesso, a recertificação do Sistema de Gestão da Qualidade em conformidade com a nova norma NP EN ISO 9001:2008. As salas de controlo de Data Centres da Mainroad, em Lisboa e Matosinhos, foram também sujeitas a uma renovação, o que contribuiu para uma melhoria das condições de trabalho das equipas de Operação e Monitorização. Além disso, tornou-se na primeira empresa em Portugal e na segunda empresa na Península Ibérica a manter o seu estatuto de SAP Hosting Partner.

Para além de outras concretizações, a Mainroad assinou novos contratos com empresas e instituições tais como a Sonae Sierra, a Altitude Software, a AHRESP, a Fertagus e a TimWe, entre outras. Paralelamente, esta empresa continuou a desenvolver a sua expansão para o mercado Espanhol, tendo alcançado mais de 20 novos clientes em 2010. Tal demonstra que a Mainroad se está a tornar num parceiro Ibérico de confiança, conhecido pelo seu know-how e pela qualidade dos seus serviços e soluções.

Mais de 100 clientes da Mainroad estiveram presentes no seu evento anual, subordinado ao tema "You run your business, We support IT...in the Cloud". A Unicer, a Geostar, a Fertagus, a Efacec ou a Advance Care tiveram a possibilidade de partilhar a sua experiência sobre as soluções implementadas pela Mainroad nas suas respectivas empresas.

Com o intuito de dar continuidade às suas preocupações inovadoras, a Mainroad investiu mais de meio milhão de euros no aumento da capacidade do seu Data Centre em Carnaxide. Com este investimento, a empresa, cuja preocupação constante é a de acompanhar as tendências de mercado mais recentes, reforçou o seu compromisso com as questões ambientais e de gestão energética, nomeadamente a "Green IT", Virtualização e Consolidação de Servidores.



Bizdirect

Na sequência da sua estratégia implementada, em 2010, a Bizdirect reforçou o seu posicionamento no mercado como player de referência na Comercialização de Soluções de IT multi-marca, suportado em parcerias com os principais fabricantes da indústria, e na Gestão de Contratos Corporativos, alavancando desta forma um forte crescimento verificado em todas as suas unidades de negócio, e um aumento de notoriedade junto dos Clientes e do mercado.

Os resultados alcançados são o espelho do sucesso das linhas de negócio desenvolvidas: projecto e-iniciativas, enquanto parceiro da Optimus kanguru, não obstante a já antecipada forte desaceleração do programa; licenciamento de software, uma área em crescimento contínuo no número de contas sob gestão e nos novos mercados endereçados, como é exemplo a Educação; soluções diferenciadoras, com o desenvolvimento de um portefólio de produtos de Valor orientados a soluções de nicho, e infra-estruturas, que representou a área de negócio com maior crescimento, e a afirmação das suas competências num mercado Corporate altamente competitivo, onde ao longo do ano, a Bizdirect ganhou projectos de IT relevantes em organizações de referência no tecido empresarial português, onde se destacam o Bloco Gráfico, AdvanceCare, Salvador Caetano, Cimpor, TIM we, entre outros.

Deve ainda assinalar-se a importante presença da Bizdirect no Sector Público através do fornecimento de infra-estrutura tecnológica para projectos de referência no Ministério da Finanças/DGCI, Ministério da Administração Interna, INE, entre outros, passando a gerir 12 novos contratos de licenciamento de software na área da Educação. Não podemos deixar de realçar a parceria com a Agência Nacional de Compras Públicas (ANCP) que tem vindo a ser fortalecida desde 2008.

Em 2010 a Bizdirect apostou numa estratégia orientada para os resultados, para a qual contou com os seus recursos humanos na concretização desses objectivos. Para tal, a Bizdirect definiu quatro pilares estratégicos:

- **Área de Infra-estrutura:** abrange toda a arquitectura tecnológica que os clientes utilizam para suportar o seu negócio – área bastante associada ao volume de negócios da Bizdirect;
- **Área de Licenciamento:** importante componente do negócio da Bizdirect que engloba tecnologia de fabricantes como a Microsoft, CA, Oracle, IBM e HP;
- **Área de Soluções:** é a área de valor e concentra um conjunto de

ferramentas/produtos diferenciadores que os clientes procuram para desenvolver os seus projectos;

- **Área de Projectos:** funciona como incubadora de projectos, que são dinamizados por toda a equipa da Bizdirect e pelo feedback que chega dos clientes.

A reestruturação da empresa levou ao aumento do número de recursos e crescimento qualitativo junto dos clientes.

Em 2010 conquistaram-se projectos de peso em clientes de referência, nomeadamente a Universidade Católica do Porto, a Fundação Inatel, Accor Hospitality, KPMG, Grupo Casais, PLMJ, Ferpinta, Grupo Soporcel, entre outros. De salientar também o desempenho das unidades de negócio de Licenciamento e Projectos.

A Bizdirect reforçou ainda parcerias com os principais fabricantes como a Microsoft, reforçando o seu estatuto de Certified Partner, a VMware, como “VMware Solutions Provider Enterprise”, a parceria com a AlienVault, ao entrar para AlienVault Partner Program, e a Citrix.

Continuar a marcar a diferença no mercado, consolidar e diferenciar pelas competências, capturando novas oportunidades e produtos nas áreas de soluções e licenciamento, foram os grandes projectos estabelecidos e cumpridos em 2010.

Em 2010, a Bizdirect apostou numa nova estratégia de comunicação cuja linha de orientação tem por base uma analogia entre os universos empresarial e desportivo, considerados estratégicos para o nosso negócio, com o único objectivo de reforçar marca Bizdirect e as nossas soluções. Em 2011 a campanha continuará forte reforçando igualmente as nossas parcerias estratégicas.

Outro eixo de crescimento passa pela internacionalização, estando em avaliação a presença directa em alguns países, nomeadamente Espanha, assim como a presença em Angola.

Ainda em 2010 arrancou o projecto BizPortal, uma nova forma de interacção entre a Bizdirect e os seus clientes. Esta é uma ferramenta que visa dar mais qualidade e informação, sendo uma solução única e diferenciadora de negócio, que disponibilizará acesso a serviços e funcionalidades que irão permitir acelerar os processos de relacionamento entre a Bizdirect e o mercado. O BizPortal será lançado em Abril de 2011.



Saphety

O ano de 2010 fica marcado pela aquisição da unidade de negócio "Mercados Electrónicos", da empresa Softlimits, que reforçou a posição da empresa no mercado numa área considerada estratégica para o seu desenvolvimento futuro da Saphety, o da Facturação Electrónica, no qual reforçou a liderança nos sectores da Administração Pública, Grande Distribuição e Retalho. Com a integração da unidade adquirida, a empresa passa a contar com 56 colaboradores, e com uma carteira de cerca de 2.000 Clientes, muitos dos quais líderes dos respectivos sectores de actividade. Enquanto contribuição para a notoriedade no segmento da desmaterialização electrónica de processos de negócio, a Saphety participou, através de patrocínio e orador, nos eventos IDC: "Factura & Meios de Pagamento Electrónicos", "Cloud Computing & Saas" e "Business Optimization: BI, BPM and SOA".

2010 foi um ano de consolidação da presença da Saphety no mercado da Facturação Electrónica, destacando-se, enquanto novos clientes desta solução, as empresas Sonae Sierra, Secil, Albano Alves, JP Sá Couto, Chronopost-Portugal e ANA-Aeropostos de Portugal. É ainda de realçar a presença internacional, através do cliente GS1 Suécia.

Em 2010 a Saphety apostou em diversas campanhas de Marketing Directo, as quais promoveram as formações da empresa, para clientes e prospects, no âmbito da solução de contratação pública electrónica "BizGov".

A Administração Pública assume um papel determinante no negócio da Saphety, sendo que, neste momento, uma das maiores apostas da empresa é a plataforma de contratação pública "BizGov". Em 2010, foram vários os Municípios angariados (tais como Montemor-o-Novo, Arraiolos, Alandroal e Vila Viçosa), bem como Câmaras Municipais (Évora, Estremoz, Mourão e Borba) e entidades públicas (tais como Turismo de Portugal e Turismo Alentejo Litoral). Importa destacar, que a empresa iniciou o desenvolvimento de integração na plataforma "BizGov" de todas as soluções onde a Saphety já se assumia como líder de mercado: a facturação electrónica, as compras electrónicas, os leilões electrónicos e o portal de fornecedores.



Em 2010 evidenciou-se ainda a importância da solução Compras Electrónicas no negócio da Saphety, sobretudo no sector da Administração Pública (como são exemplos as entidades públicas Ministério Negócios Estrangeiros, Ministério do Ambiente, Ministério da Cultura e Ministério da Educação).

2010 foi ainda o ano em que, pela primeira vez, a Saphety integrou o "Ranking 200 Maiores Empresas de TI", de acordo com a revista "Semana Informática".

2.4.2. Indicadores Operacionais

	2010	2009	Varição
Receitas de Serviços IT /colaborador ⁽¹⁾	129,1	125,9	2,6%
Vendas de Equipamento como % do Volume de Negócios	50,9%	57,6%	(6,7)%
Vendas de Equipamento/colaborador ⁽²⁾	2.979,6	4.514,7	(34,0)%
EBITDA/colaborador ⁽³⁾	15,0	16,0	(6,6)%
Colaboradores	565	522	8,2%

(1) Excluindo colaboradores dedicados a Vendas de Equipamentos;

(2) Bizdirect.

No final de 2010, as Receitas de Serviço IT por Colaborador atingiram os 129,1 mil euros, um valor superior ao registado em 2009 em 2,6%, tendo as Vendas de Equipamento por Colaborador diminuído cerca de 34%. Esta última evolução é resultado de um nível inferior de Vendas de Equipamento, na sequência da esperada desaceleração do programa e-iniciativas.

O número total de colaboradores da SSI evoluiu para 565, representando um crescimento de 8,2% face ao ano anterior. Este aumento deveu-se à necessidade adicional de consultores para suportar o crescimento do nível de actividade das subsidiárias da SSI, à integração dos colaboradores da unidade B2B, Mercados Electrónicos, da Softlimits e, finalmente, à internacionalização da WeDo Technologies.



2.4.3. Indicadores Financeiros

Milhões de euros	2010	2009	Variação
Volume de Negócios	142,54	149,91	(4,9)%
Receitas de Serviço	70,03	63,63	10,1%
Vendas de Equipamento	72,51	86,28	(16,0)%
Outras receitas	0,51	0,43	19,9%
Custos Operacionais	134,08	141,83	(5,5)%
Custos com Pessoal	30,09	28,25	6,5%
Custos Comerciais ⁽¹⁾	71,72	85,67	(16,3)%
Outros Custos Operacionais ⁽²⁾	32,27	27,92	15,6%
Provisões e perdas de imparidade	0,51	0,12	-
EBITDA	8,46	8,38	0,9%
Margem EBITDA	5,9%	5,6%	0,3pp
CAPEX operacional ⁽³⁾	10,06	3,18	-
CAPEX operacional como % Volume de negócios	7,1%	2,1%	4,9pp
EBITDA - CAPEX operacional	(1,60)	5,21	-
CAPEX total	10,06	3,18	-

(1) Custos Comerciais = Custo das Vendas + Custos de Marketing e Vendas.

(2) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Outras.

(3) O CAPEX Operacional exclui Investimentos financeiros, Provisões para desmantelamento de sites e Outros investimentos não-operacionais.

Volume de Negócios

O Volume de Negócios da SSI diminuiu cerca de 4,9% para 142,5 milhões de euros, totalmente motivado pela diminuição de 16,0% no nível de Vendas de Equipamento, que se deveu à já antecipada desaceleração do programa e-iniciativas. É, no entanto, de salientar o aumento das Receitas de Serviço em 10,1%, para 70,0 milhões de euros. Este aumento deveu-se à expansão internacional da WeDo Technologies, bem como ao reforço da sua liderança do mercado de *Revenue Assurance*.

Custos Operacionais

O total de Custos Operacionais diminuiu face ao ano anterior cerca de 5,5%, para 134,1 milhões de euros, devido a uma quebra de 16,3% nos Custos Comerciais, essencialmente na linha de Custo das Vendas, uma consequência directa da desaceleração das vendas de portáteis no programa e-iniciativas. O aumento nas linhas de Custos com o Pessoal e Outros Custos Operacionais (principalmente custos de outsourcing) deveu-se ao aumento do nível de actividade ocorrido nas subsidiárias e à expansão internacional da WeDo Technologies.

EBITDA

Em 2010, o EBITDA da SSI evoluiu positivamente para 8,5 milhões de euros, aumentando 0,9% face a 2009, como consequência da evolução positiva das Receitas de Serviço em 10,1%. Esta evolução positiva foi no entanto afectada por: i) uma intensificação na estrutura de custos para apoiar o aumento da actividade internacional; e ii) menores Vendas de Equipamento causadas pela desaceleração do programa e-iniciativas.

O aumento do EBITDA foi alcançado apesar da expansão internacional da WeDo Technologies e da integração da unidade de negócio B2B da Softlimits, adquirida pela Saphety.

Como resultado da combinação de maiores Receitas de Serviço e menores Vendas de Equipamento, a margem EBITDA aumentou de 5,6% para 5,9%.

2.5. Online e Media

O negócio de Online e Media da Sonaecom contempla um conjunto de negócios como o Miau.pt, o Público, um jornal diário de referência em Portugal, já com mais de 20 anos de existência, e o Público.pt, sempre na vanguarda digital dos Media nacionais.

Em 2010, o Público foi influenciado pela dinâmica negativa de mercado no segmento da imprensa diária generalista, quer em termos de circulação quer em receitas de publicidade. No entanto, em 2010, o Público revelou-se resiliente ao manter o seu terceiro lugar no ranking da imprensa diária generalista paga em termos de circulação.

No que respeita à edição online do Público, é de salientar o sucesso alcançado com alguns projectos inovadores, dos quais se destaca uma aplicação para o iPad.

Em termos de indicadores financeiros, em 2010, o EBITDA do negócio Online e Media foi ainda negativo em 1,27 milhões de euros, apresentando uma melhoria significativa de mais de 50% quando comparado com os 2,66 milhões de euros negativos registados em 2009.



2.6. Resultados Individuais da Sonaecom SGPS

2.6.1. Indicadores Operacionais

Os resultados individuais da Sonaecom SGPS, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009, podem ser resumidos conforme apresentado de seguida:

Milhões de euros	2010	2009	Variação	%
Receitas de Serviço	6,3	7,1	(0,8)	(11,7)%
Outras receitas operacionais	0,0	0,0	(0,0)	(36,6)%
Custos operacionais ⁽¹⁾	(7,3)	(8,3)	1,0	11,8%
EBITDA	(1,0)	(1,1)	0,1	11,9%
EBIT	(1,1)	(1,3)	0,2	12,4%
Dividendos Recebidos	137,0	3,5	133,5	-
Actividade financeira líquida	8,9	1,4	7,4	520,8%
Outros resultados financeiros	(8,1)	(9,6)	1,6	16,1%
EBT	136,7	(6,0)	142,6	-
Resultado Líquido	135,4	(6,1)	141,5	-

(1) Excluindo Amortizações, Depreciações e Provisões.

Em 2010, a Sonaecom gerou receitas de serviços no montante de 6,3 milhões de euros provenientes, essencialmente, de serviços prestados às respectivas subsidiárias, relacionados com:

- gestão do contexto regulamentar;
- apoio em novos financiamentos;
- auditoria interna e gestão do risco;
- apoio fiscal e legal;
- cedência temporária de colaboradores a subsidiárias.

O centro corporativo da Sonaecom emprega 38 pessoas, das quais 30 estão alocadas à divisão de Serviços Partilhados. Em 2010, os custos com pessoal totalizaram 4,4 milhões de euros, o que compara com os 4,6 milhões registados em 2009. Em 31 de Dezembro de 2010, os custos totais do centro corporativo representaram, aproximadamente, 0,6% do volume de negócios consolidado do Grupo (um valor equivalente ao registado em 2009). O total de custos operacionais (excluindo amortizações, depreciações e provisões) ascendeu a 7,3 milhões de euros, que comparam com os 8,3 milhões de euros de 2009. Todas as linhas de custos apresentaram poupanças quando comparadas com o ano anterior, principalmente os custos com pessoal e subcontratados.

O EBITDA foi de 1,0 milhões de euros negativos, o que compara com o valor negativo de 1,1 milhões de euros de 2009. Esta evolução deveu-se, sobretudo, à redução de receitas de serviço não compensada pela redução de custos operacionais.

A principal fonte de receitas financeiras da Sonaecom SGPS foi de 137,0 milhões de euros relativa a dividendos recebidos da Sonae Telecom SGPS (84,4 milhões de euros) e da Optimus - Comunicações, SA (52,6 milhões de euros). Em 2009, a Sonaecom recebeu 3,1 milhões de euros de dividendos da Sonaecom Sistemas de Informação, SA e 0,4 milhões de euros da Sonae Telecom SGPS.

A actividade financeira líquida (receitas de juros deduzidas das despesas de juros) foi positiva, alcançando os 8,9 milhões de euros, um valor significativamente acima de 2009 (1,4 milhões de euros). Este valor deveu-se a um nível mais elevado de aplicações de tesouraria nas subsidiárias mas, sobretudo, a uma maior taxa de juro aplicável aos empréstimos a subsidiárias.

Os outros resultados financeiros foram negativos de 8,1 milhões de euros devido ao reconhecimento de imparidades na Sonaetelecom BV (5,6 milhões de euros; 7,2 milhões em 2009), na Miauger (0,8 milhões de euros; 2,4 milhões em 2009) e na Lugares Virtuais (1,5 milhões de euros).

O resultado Líquido do exercício foi positivo e alcançou os 135,4 milhões de euros devido ao elevado nível de dividendos e à boa performance da actividade financeira líquida.

2.6.2. Indicadores Financeiros

A tabela seguinte resume os principais movimentos monetários ocorridos durante 2010:

Alterações na liquidez da Sonaecom SGPS	Milhões de euros
Liquidez da Sonaecom SGPS a 31 Dezembro de 2009	3,2
Programa de Papel Comercial (CPP)	(91,8)
Empréstimos obrigacionistas	70,0
Outra dívida externa	(3,5)
Aplicações de Tesouraria recebidas das subsidiárias (pagas)	(51,0)
Aquisições líquidas e Prestações acessórias de capital	(73,6)
Aquisição de acções próprias	(4,9)
Prestações acessórias na Sonaecom Telecom SGPS	(22,8)
Prestações Acessórias na Sonaecom Telecom BV	(15,0)
Reforço de participação na Sonaecom Telecom BV (Prémio de emissão de Acções)	(4,3)
Reforço de participação na Sonaecom BV (Prémio de emissão de Acções)	(25,0)
Reforço de participação na Sonaecom Telecom SGPS	(1,5)
Suprimentos líquidos	73,1
Artis	37,8
Sonaecom Telecom BV	10,4
Sonaecom BV	30,9
WeDo	8,0
Sonaecom Sistemas de Informação	(13,8)
Lugares Virtuais	(0,1)
Movimentos financeiros e operacionais	149,2
Juros pagos	(7,0)
Dividendos recebidos	137,0
Juros recebidos	18,3
Outros movimentos operacionais	1,0
Total de movimentos no exercício	72,4
Liquidez da Sonaecom SGPS a 31 Dezembro 2010	75,6

Durante 2010, a liquidez da Sonaecom SGPS aumentou 72,4 milhões de euros, de 3,2 milhões para 75,6 milhões de euros, em resultado dos seguintes movimentos:

A. Dívida externa nominal bruta: diminuição de 25,3 milhões de euros

Durante 2010, a Dívida externa nominal bruta diminuiu 25,3 milhões de euros em resultado de uma diminuição de 91,8 milhões relacionados com a utilização de papel comercial (PPC), uma redução de 3,5 milhões relativos a descobertos bancários e a um aumento de 70,0 milhões de euros de empréstimos obrigacionistas.

Durante o exercício, a Sonaecom completou a negociação de dois novos empréstimos obrigacionistas a 3 e 5 anos nos montantes de 30 e 40 milhões de euros, respectivamente, ambos por subscrição particular, sem garantias e admitidos à negociação na Euronext Lisbon.

Desde 2007, ano em que a Sonaecom SGPS completou a negociação de um programa de papel comercial, com garantia de subscrição, no

montante de 250 milhões de euros, que a dívida bruta é totalmente contratada pela Sonaecom SGPS e movimentos internos são utilizados para efectuar a alocação de liquidez entre as várias subsidiárias, através de suprimentos e/ou aplicações de tesouraria, dependendo do prazo de reembolso expectável.

No final do ano, a dívida bruta da Sonaecom SGPS incluía quatro linhas de crédito a longo prazo: três emissões de obrigações no valor de 150, 30 e 40 milhões de euros e o programa de papel comercial, com garantia de subscrição, no valor de 150 milhões de euros.

B. Aplicações de tesouraria de subsidiárias: diminuição de 51,0 milhões de euros

Durante o exercício, os principais movimentos financeiros foram: a diminuição de 62,5 milhões de euros de aplicações efectuadas pela Optimus – Comunicações, SA; o aumento de 5,3 milhões de euros efectuado pela Be Towering; o aumento de 3,1 milhões de euros aplicado pela Sonaecom Sistemas de Informação SGPS, SA; o aumento de 2,1 milhões de euros efectuado pelo Publico

Comunicação Social, S.A. e o aumento de 0,5 milhões de euros provenientes da Mainroad.

C. Aquisições de acções e prestações acessórias: saídas de caixa no valor de 73,6 milhões de euros

Durante 2010, as principais saídas de fundos relativas a aquisições e investimentos foram as seguintes:

- 15,0 milhões de euros de prestações acessórias reembolsadas pela Sonae Telecom SGPS;
- 22,8 milhões de euros de prestações acessórias reembolsadas pela Sonae Telecom BV;
- Reforço de participação na Sonae Telecom SGPS no montante de 1,5 milhão de euros (aumento de capital);
- Reforço de participações na Sonae Telecom BV e na Sonaecom BV nos montantes de 4,3 milhões e 25,0 milhões de euros, respectivamente (prémio de emissão de acções);
- Para cobrir as responsabilidades com os MTIP, a Sonaecom SGPS investiu 4,9 milhões de euros na aquisição de acções próprias.

D. Suprimentos líquidos: diminuição de 73,1 milhões de euros

Durante 2010, o total de empréstimos efectuados pela Sonaecom SGPS nas subsidiárias diminuiu 73,1 milhões de euros:

- Durante o exercício, a Sonaecom aplicou mais 13,8 milhões de euros na Sonaecom Sistemas de Informação e mais 0,1 milhões de euros na Lugares Virtuais;
- Os empréstimos à Be Artis diminuíram 37,8 milhões de euros, os empréstimos à Sonae Telecom BV e à Sonaecom BV diminuíram 10,4 e 30,9 milhões de euros, respectivamente. A Sonaecom também reduziu os empréstimos à WeDo no montante de 8,0 milhões de euros.

E. Movimentos financeiros e operacionais da Sonaecom - 149,3 milhões de euros positivos

A actividade operacional e financeira da Sonaecom SGPS gerou um fluxo líquido positivo de 149,3 milhões de euros, os quais resultam, essencialmente, dos seguintes movimentos:

- Dividendos no montante de 137,0 milhões de euros recebidos da Sonae Telecom SGPS (84,4 milhões de euros) e da Optimus (52,6 milhões de euros);
- Uma actividade financeira líquida positiva de 11,3 milhões de euros, em resultado dos juros obtidos em fundos alocados às subsidiárias.



2.7. O nosso Compromisso

Em 2008, a Sonaecom criou um grupo de trabalho interno no âmbito dos indicadores de desempenho Global Reporting Initiative (GRI). Os objectivos deste grupo eram definir e colocar em prática um processo estruturado para reunir, monitorizar e apresentar indicadores de desempenho com base na metodologia GRI. A sua finalidade era a de permitir à Sonaecom desenvolver um relatório de Corporate Responsibility (CR) de nível A, adoptando a metodologia da GRI, e a obtenção de indicadores de desempenho GRI numa base fiável, coerente e completa, que garantisse, em 2009, a verificação externa sem restrições.

Ao longo de 2010, a Sonaecom publicou o seu primeiro Relatório de Sustentabilidade de nível A+, de acordo com as directrizes GRI. Este relatório foi verificado por uma entidade de auditoria externa, a Deloitte & Associados, SROC, S.A., que submeteu os principais indicadores e os indicadores do suplemento sobre telecomunicações a uma verificação de fiabilidade.

A preparação do relatório segue as directrizes da terceira geração da Global Reporting Initiative (G3/GRI) e seu suplemento que serviu como experiência-piloto para o sector das telecomunicações, internacionalmente considerado como sendo a melhor prática para o desenvolvimento de relatórios de sustentabilidade

Smile – Programa de Intervenção na Comunidade da Sonaecom

A principal preocupação do programa Smile foi o compromisso estabelecido entre a Sonaecom e a comunidade, promovendo a aplicação das competências dos seus colaboradores no sentido da criação de valor para as entidades com as quais se relaciona, aumentando, paralelamente, a tomada de consciência e envolvimento da organização e dos seus colaboradores na luta contra a exclusão social.

Como principal desafio, a Sonaecom comprometeu-se em proporcionar às instituições as competências na área das tecnologias da informação que estas não dispõem. Percebemos quão importante é para as organizações ter acesso a este tipo de ferramentas no sentido da simplificação de processos e procedimentos, de forma a melhor se centrarem na sua missão social.

O programa Smile está dividido em quatro principais áreas de intervenção:

- **Smile Competências:** abrange projectos específicos que combinam as competências da Sonaecom com as necessidades da organização, especialmente as relacionadas com as tecnologias da informação, uma área na qual a Sonaecom pode contribuir directamente para combater a info-exclusão.
- **Smile Intervenção:** através da qual se realizam actividades pontuais para resolver os problemas concretos que as organizações enfrentam, tais como a recuperação ou a reorganização de infraestruturas.
- **Smile Team Building:** tem como objectivo o desenvolvimento de competências intra e inter pessoais dos nossos colaboradores e o envolvimento participativo com a comunidade através da promoção de boas práticas.
- **Smile Causas:** através da qual o Smile sensibiliza os colaboradores da Sonaecom para questões sociais e ambientais.

Em 2010, o Smile envolveu um total de 470 colaboradores da Sonaecom, doou mais de 1400 horas de trabalho comunitário, envolveu 25

organizações do sector terciário e teve impacto em mais de 2500 pessoas.

Programa de responsabilidade corporativa da Optimus

A Optimus apresentou um programa de responsabilidade corporativa baseada no fornecimento e na oferta, para públicos especiais, de soluções completas de telecomunicações e entretenimento da carteira de produtos da Optimus. O objectivo é tornar o equipamento (computadores portáteis de última geração com internet móvel Kanguru, comunicações grátis e apoio à manutenção) disponível às crianças submetidas a tratamentos, o que promove a inclusão, combate o isolamento, aumenta o conforto e reforça as competências. Através de uma parceria entre a Optimus e a Acreditar, a Associação SOL e a Fundação do Gil, as rotinas e necessidades das crianças em tratamento foram avaliadas, de forma a identificar a solução que melhor se enquadra nos objectivos do programa.

Esta iniciativa reflecte o compromisso da Optimus em relação à utilização das tecnologias da informação e comunicação para apoiar a sociedade civil. Acima de tudo, a Optimus está a conseguir marcar a diferença para centenas de crianças e respectivas famílias, ao encurtar distâncias e ao reforçar os afectos por meio do uso inteligente das novas tecnologias. Ao mesmo tempo, a Optimus também pretende que esta iniciativa dê um importante contributo para a educação, para as tecnologias da informação e para a info-exclusão, promovendo o uso responsável e correcto dos equipamentos que disponibiliza para um público tão especial.

É cada vez mais consensual que as tecnologias de informação e comunicação desempenham um papel fundamental na inclusão social, na valorização das competências individuais e no desenvolvimento do conhecimento. A Optimus está na linha da frente das áreas tecnológicas e está comprometida de tal forma que todos podem beneficiar do progresso tecnológico.

Gestão ambiental

Em 2010, a Sonaecom renovou a certificação do seu Sistema de Gestão Ambiental em conformidade com os requisitos da Norma ISO 14001. Desde 2003 que o esforço em melhorar o nosso desempenho ambiental é reconhecido pela Associação Portuguesa de Certificação, a APCER. Continuámos a melhorar os nossos processos de gestão internos e a encorajar as restantes partes interessadas a envolver-se cada vez mais e estar cada vez mais informadas acerca dos nossos programas de gestão ambiental.

Em 2010, desenvolvemos a marca Optimus Green Life, que destaca as questões ambientais dos seus produtos e torna pública a sua responsabilidade ambiental.

Demos, também, um passo importante com a segunda medição de emissões de carbono. Temos, agora, mais confiança no controlo das principais fontes de emissões de gases com efeito de estufa e contribuimos para aumentar a consciência de todos os stakeholders para as questões de mudança climática, eficiência energética e redução de emissões de gases com efeito estufa.

Mais informações sobre os esforços ambientais, económicos e sociais da Sonaecom poderão ser encontradas no nosso Relatório Sustentabilidade anual.



2.8. O nosso serviço ao Cliente

Seguindo o caminho da integração do negócio fixo e móvel da Optimus, temos apostado na convergência tecnológica em equipas partilhadas. Temos, também, introduzido novos sistemas de informação e métodos mais poderosos no sentido de melhor monitorizar e gerir o desempenho das operações de serviço ao cliente. Estamos muito orgulhosos dos resultados alcançados, em termos de rentabilidade e satisfação do cliente, que se reflectem não só nos nossos indicadores internos, mas também nos relatórios independentes. Desafiar estes resultados serve de estímulo para trabalhar no sentido de oferecer um serviço ao cliente cada vez melhor.

Novos sistemas e melhorias operacionais

Com a finalidade de melhorar a eficiência operacional, a Optimus tem investido em novos sistemas que ajudam a melhorar o desempenho dos processos de negócio. Seguindo o caminho para a integração dos negócios da Optimus, o serviço ao cliente começou, em 2009, por implementar equipas partilhadas para os serviços fixos e móveis, fundindo também algumas plataformas.

Esta convergência tecnológica de plataformas terminou com sucesso em 2010, sendo de destacar a adopção de um sistema único de gestão de relação com o cliente para todas as áreas de negócio de customer relationship management (CRM). A utilização do CRM para gerir todos os pedidos e todas as reclamações dos clientes revelou-se não apenas mais eficiente, como também permitiu o desenvolvimento de processos que podem ser partilhados entre diferentes áreas de negócio.

Um passo também importante foi a implementação de um sistema de aprovisionamento de serviços utilizado para a activação de todos os serviços oferecidos pela Optimus reduzindo os tempos de espera e diminuindo o tempo médio de prestação de serviços. A gestão das equipas que estão no terreno, que agendam e fazem as instalações no cliente, no caso dos serviços com fios, é levada a cabo por uma plataforma totalmente integrada com este sistema de aprovisionamento de serviços. A utilização desta plataforma para a tecnologia ADSL começou em 2009, foi introduzida para FTTH em 2010, e constituiu um importante contributo para a melhoria destes processos.

Ter equipas totalmente integradas a dar apoio aos serviços convergentes é uma estratégia que continuará a ser seguida pela Optimus, a fim de alcançar um melhor desempenho no serviço ao cliente e de obter maiores sinergias de custos internos.

Desempenho do serviço ao cliente e monitorização da satisfação do cliente

Efectuámos um importante investimento em sistemas que armazenam informação sobre o desempenho dos principais processos de negócios e que a tornam disponível praticamente em tempo real. A possibilidade de monitorizar (quase em tempo real) as chamadas dos clientes atendidas por cada equipa em todos os contact centres, a disponibilização de relatórios de avarias, criados pela primeira linha, a possibilidade de conhecer o estado actual de cada processo de activação, sabendo quais não estão a cumprir os SLA definidos, tem permitido uma gestão muito mais eficiente dos processos, possibilitando uma melhor gestão das

actividades diárias do serviço ao cliente.

A metodologia para a gestão de reclamações de clientes introduzida em 2008 e 2009 em todas as áreas de negócio de serviço ao cliente (modelo Atitude+), juntamente com o exclusivo sistema de gestão de relacionamento com o cliente, permitiu identificar a origem das causas das reclamações e ajustar os processos e serviços que são responsáveis pelas mesmas.

Com o objectivo de assegurar que o cliente é ouvido, criámos um programa que periodicamente afere a experiência do cliente, permitindo-nos ajustar os processos de acordo com o feedback obtido.

Todos os indicadores confirmam que a Optimus está a seguir o caminho certo para atingir o objectivo de se tornar no melhor fornecedor de serviços de telecomunicações, no que respeita à satisfação do cliente. Tanto os indicadores internos como os estudos independentes têm demonstrado que a Optimus tem vindo a melhorar constantemente o índice de satisfação do cliente.

Destacam-se, de seguida, alguns resultados demonstrados por indicadores internos:

- Melhorias consideráveis em termos de tempo de espera das chamadas para os nossos contact centres: SLAs diários mais consistentes e estáveis. Tal foi conseguido em quase todas as áreas de negócio de atendimento ao cliente, tendo sido obtida uma redução significativa no custo operacional desta actividade.
- Redução de 24 % no volume de contactos telefónicos atendidos nos call centres e redução de 17 % na percentagem de clientes distintos que ligam para o apoio ao cliente todos os meses.
- Aumento do uso de canais de contacto alternativos. O volume de contactos recebidos através de formulários pela Web e por e-mail duplicou. Se incluirmos os pedidos apresentados através do web self-care (atendimento automático) e as sessões de chat, o aumento no uso de canais alternativos teria sido muito maior.
- Aumento de 18% na resolução de reclamações pela primeira linha dos contact centre em 2010, em comparação com o mesmo período de 2009.
- Redução de cerca de 14% no tempo médio de espera de resolução de uma reclamação em 2010, quando comparado com o mesmo período de 2009.
- Tempos de espera muito menores em termos de aprovisionamento e activação tanto das linhas fixas como de serviços móveis.
- Redução de 21% na quantidade de reclamações recebidas pelo Provedor.



PRÉMIO
apcc
2010

É de referir os resultados obtidos pela análise mensal efectuada pela Marktest, disponível no Barómetro das Telecomunicações para a rede fixa e móvel, que incluem a Optimus no grupo de marcas de telecomunicações líderes em satisfação do cliente.

O ECSI Portugal – Índice Nacional de Satisfação do cliente, usado há mais de 10 anos em vários países europeus, avalia a satisfação global dos clientes no mercado nacional. Os resultados publicados em 2010 revelam uma melhoria clara e consistente da marca Optimus, principalmente nas áreas relacionadas com o serviço ao cliente, tal como a gestão de reclamações.

Não é apenas a evolução do índice de satisfação da indústria de telecomunicações, mas é principalmente o feedback dos clientes que nos faz acreditar que estamos no caminho certo para oferecer o melhor serviço ao cliente no mercado nacional de telecomunicações.

Prémios recebidos e atribuídos por organizações independentes

A Optimus foi premiada com dois prémios nacionais que distinguem as melhores operações de contact centre.

A operação Optimus Mass Business foi distinguida pela APCC - Associação Portuguesa de Contact Centre como sendo a melhor, na categoria de telecomunicações. Mais importante ainda, a Optimus Mass Business obteve o prémio para o melhor contact centre em todas as categorias avaliadas.

A Optimus foi, também, premiada com outro prémio que distingue anualmente o call centre com melhor desempenho e segue as melhores práticas: "Melhor Contact Centre". Este prémio foi atribuído pelo IFE (International Faculty for Executives) ao contact centre da Optimus Home.

É importante destacar que a certificação de qualidade APCC foi atribuída a todos os parceiros da Optimus que operem call centres de apoio a todas as áreas de negócio.

Cultura "orientada para o cliente"

O *Take-Off*, um programa lançado em 2009 cujo objectivo é cultivar em toda a empresa uma cultura de orientação para o cliente tornou-se uma iniciativa bastante conhecida internamente. Uma vez que o programa foi um sucesso, com bastantes colaboradores interessados em viver essa experiência de um dia, o programa foi reforçado com mais sessões em 2010.

Foi criado, em 2009, um prémio para recompensar os agentes que procuram a solução para as reclamações dos clientes com dedicação acima das expectativas. Este prémio é conhecido como "eu tenho atitude+" e foi entregue, em 2010, a 35 agentes.

No serviço ao cliente da Optimus acreditamos que o facto de acompanharmos de perto a operação, aliado à utilização de tecnologia de ponta na gestão da relação com o cliente, no aprovisionamento, na facturação e nas plataformas de gestão da interacção com o cliente é o caminho mais eficaz para oferecer os melhores níveis de qualidade. Apenas com investimento e enfoque nestas áreas estratégicas será possível otimizar os processos existentes para que cada vez mais clientes nos reconheçam como o operador com o melhor serviço ao cliente no mercado de telecomunicações.



SQ
Selo de
Qualidade **apcc**



2.9. A nossa rede de telecomunicações

Concentrada em proporcionar o mais elevado nível de serviço aos nossos clientes, a Optimus melhorou e reforçou ainda mais a sua avançada rede de telecomunicações integrada, a qual suporta uma exaustiva e diversificada gama de ofertas móveis, fixas e convergentes. Com a intensificação da procura de mais capacidade de voz e dados, realizámos investimentos e desenvolvimentos fundamentais para acomodar o crescimento de tráfego e ir ao encontro das necessidades dos nossos clientes.

2.9.1. Inovação e melhoria da qualidade de serviço

Os desenvolvimentos e melhorias contínuas que realizámos na nossa rede, permitiram à Optimus melhorar ainda mais a qualidade da experiência do utilizador enquanto introduzíamos novos serviços aos nossos clientes e suportávamos o desenvolvimento de novas ofertas integradas.

Durante 2010, a rede de acesso rádio 2G nas zonas Norte e Centro de Portugal foi modernizada e alvo de upgrades. A rede 2G então existente foi completamente trocada por uma nova plataforma capaz de operar em multi-sistema (2G/3G/LTE). Esta nova plataforma tecnologicamente evoluída, de fornecedores líderes ao nível global, corresponde aproximadamente a metade da nossa rede nacional de acesso rádio.

Os novos equipamentos e funcionalidades permitem melhorias significativas, nomeadamente ao nível de: (i) redução de consumo de energia, levando à diminuição nas emissões de carbono associadas, (ii) redução de footprint dos sites, com impacto consequente nas rendas dos respectivos locais, e (iii) evolução tecnológica das funcionalidades

da rede e da componente rádio, permitindo aperfeiçoar a cobertura de rede e, portanto, melhorar a qualidade do serviço aos nossos clientes.

A plataforma multi-sistema irá permitir uma evolução mais suave e rápida para a tecnologia LTE, que irá ser implementada sobre a infraestrutura existente. Já estão no entanto a ser exploradas sinergias entre as tecnologias de acesso 2G e 3G, tais como a partilha de contentores, energia e transmissão. Adicionalmente a este intenso processo de modernização, as despesas de transmissão diminuiram com redução do número de sites de agregação possibilitada pela implantação de nós de rede 2G de maior capacidade.

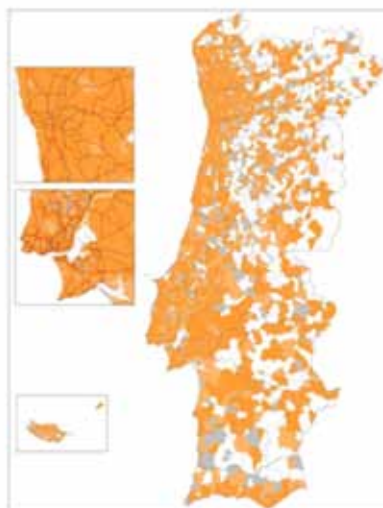
Para assegurar que continua a oferecer o melhor serviço de banda larga móvel, a Optimus continua a expandir a sua cobertura e capacidade da rede 3G. Durante 2010, a implantação de sites adicionais permitiu reforçar a cobertura, particularmente indoor. Com efeito, no final de 2010, 90% da população estava coberta com UMTS e mais de 85% por HSPA.



Cobertura 3G



Cobertura HSDPA



De forma a liderar a inovação na banda larga móvel, a Optimus monitoriza e analisa constantemente as tendências tecnológicas. Em 2009 assistiu-se à introdução de HSPA+ (21 Mbps) para melhorar a capacidade de downstream e aumentar a capacidade de upstream até 5,7 Mbps. Durante 2010, começaram as preparações para a introdução das últimas tecnologias de acesso rádio na rede. Referimo-nos, por exemplo, ao dual carrier HSPA+, que permitirá atingir débitos no downstream até 42 Mbps, impulsionando a experiência do utilizador 3G, e que foi testado e demonstrado com sucesso.

A migração para IP dos node-Bs 3G foi acelerada na medida em que a fibra e outras soluções de transporte de alto débito estão a ser amplamente implementadas. Vários upgrades de capacidade foram realizados nos RNCs (Radio Network Controllers) para que suportem volumes de tráfego superiores enquanto se proporciona aos nossos clientes uma navegação super rápida. Foram instalados novos nós de alta capacidade, baseados em tecnologia IP e com footprint reduzido. Isto permitirá uma integração suave com a rede core e a expansão do backhaul móvel com a tecnologia IP, levando a custos de transmissão mais reduzidos.

Tendo em vista o futuro, foram iniciados testes de LTE com diversos fornecedores, tendo as fases de testes em laboratório já sido concluídas. Toda a infra-estrutura de rede foi testada, e foram validadas várias funcionalidades. Como exemplos temos os testes de interoperabilidade com a nova arquitectura core, SAE (System Architecture Evolution), e os testes iniciais de serviço em ambientes urbanos. Foi possível atingir débitos de 122Mbps no downstream, em ambiente de rede real, enquanto em laboratório se atingiram débitos de 150 Mbps e 60 Mbps, respectivamente no downstream e upstream. A estabilidade e performance da tecnologia indicam que, do ponto de vista da infra-estrutura, o LTE pode ser viável no curto a médio prazo, apesar da actual escassez de terminais e das funcionalidades limitadas.

O ano de 2010 foi também o ano de consolidação da oferta comercial de Femtocells, Signal On, que foi lançada no final de 2009. As Femtocells são pequenas estações-base, tipicamente adequadas para utilização no lar ou num pequeno escritório. A Optimus foi o nono operador, a nível mundial, a lançar este serviço inovador, sendo que durante 2010 não foram lançados quaisquer serviços concorrentes.

No final de 2010, várias centenas de clientes tinham uma Femtocell instalada. O conceito Signal On foi estendido para além dos clientes PME de forma a incluir clientes Corporate e VIP, e as Femtocells foram utilizadas para reforçar a cobertura 3G em diversos eventos especiais. Durante o ano, foram necessários vários upgrades de software, tal como a optimização contínua dos processos da empresa.

Durante 2010, a Optimus e a Vodafone formalizaram um acordo de partilha das suas redes FTTH nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. A execução deste acordo é particularmente importante, especialmente porque abrange um dos sectores mais competitivos da economia Portuguesa e envolve uma área tão importante como as redes de nova geração (RNGs).

Este acordo irá proporcionar obter sinergias e economias de escala nos investimentos em RNGs enquanto mantém a independência comercial e competitiva de cada empresa. Daqui irão resultar benefícios claros aos clientes, impulsionando o desenvolvimento nacional de Portugal e apoiando a sociedade da informação e conhecimento. As duas empresas estão também a considerar a abertura deste acordo de partilha a outros operadores interessados. Na perspectiva técnica, as principais actividades associadas a este acordo focaram-se nas configurações de rede e nas integrações de sistemas necessárias para construir a plataforma. É importante destacar o carácter positivamente inovador desta solução, não tendo

resultado da aplicação de uma outra solução pronta a usar, mas sim do desenvolvimento pioneiro e complexo por parte do operador.

A Optimus implementou uma solução que permite a mais do que um operador utilizar os mesmos equipamentos de acesso para prestar serviços não só de voz e dados, o que já é uma prática corrente, mas também para prestar serviços independentes de IPTV multicast e on-demand, assim como de broadcast de TV por cabo, utilizando tecnologias GPON (RF overlay). Acreditamos que esta implementação é um importante marco e que resultará num benchmark das melhores práticas entre outros operadores, atraindo mais entidades, por todo o mundo, ao conceito de RNGs de acesso abertas.

A assinatura deste acordo da Sonaecom com a Vodafone é um importante passo na direcção de criar RNG abertas. Além de permitir racionalizar os investimentos, num momento particularmente crucial para Portugal, o acordo promove ainda a concorrência e a sustentabilidade, possibilitando a disponibilização de serviços avançados e diversificados, de alta velocidade e a preço competitivo.

Durante 2010, a Optimus continuou a desenvolver a sua rede multi-serviços IP integrada. Baseada numa arquitectura layered, esta rede foi concebida para suportar todas as nossas redes de acesso e integrar todos os nossos serviços numa rede única, reduzindo o número de interfaces enquanto melhora a qualidade de serviço e permite significativas sinergias de investimento entre os diversos negócios e ofertas. Isto assegura uma arquitectura future-proof capaz de suportar todas as nossas necessidades de negócio e capaz de otimizar os nossos investimentos, por possibilitar acelerar o time-to-market e alavancar nos recursos existentes.

A nossa rede IP avançada, totalmente preparada para Carrier Ethernet, suporta e impulsiona um abrangente e evoluído portfolio de cloud services, especificamente, as ofertas comerciais de Infrastructure-as-a-Service (IaaS) e de Platform-as-a-Service (PaaS). Com a melhoria dos nossos serviços de valor acrescentado, Carrier Ethernet e IP Centrex para os nossos clientes empresariais, os cloud services da Optimus endereçam as reais necessidades dos segmentos de grandes empresas e PMEs mais eficazmente. Adicionalmente, continuamos a alavancar na nossa infra-estrutura IMS através da prestação de novos serviços e funcionalidades aos nossos clientes, de forma transversal a todos os segmentos.

Em 2010, a Optimus expandiu significativamente o seu footprint de rede IP, quer nacionalmente, quer internacionalmente. Actualmente, pode prestar serviços Carrier Ethernet em todo o país e detém uma infra-estrutura global de peering, que suporta os nossos clientes empresariais e clientes carriers com serviços de vanguarda.

2.9.2 Optimização da arquitectura de rede e da estrutura de custos

Tal como mencionado, em 2010, a Optimus modernizou e actualizou totalmente metade da sua rede de acesso 2G. Isto irá permitir diminuir os custos de posse desta infra-estrutura através do decréscimo significativo dos custos de energia e das melhorias consideráveis na performance e na capacidade da rede rádio. Com a instalação dos novos equipamentos, a nossa capacidade de tráfego 2G aumentou significativamente, possibilitando a disponibilização de funcionalidades avançadas em GSM/GPRS enquanto se reduzem consideravelmente os consumos de energia por BTS (Base Transceiver Station).

Adicionalmente, a nossa rede pode agora suportar facilmente IP sobre a rede GSM/GPRS, permitindo uma melhor experiência de utilização e uma melhor qualidade, combinada com uma aproximação IP/3G convergente. A substituição da anterior plataforma de BSCs (Base Station Controllers) reduziu significativamente os custos operacionais associados com sites remotos. Isto incluiu, por exemplo, custos relacionados com a operação e manutenção, energia e rendas desses sites. A substituição da plataforma BSC reforça, também, o nosso compromisso no sentido de reduzir a pegada de carbono.

Ao mesmo tempo, a nossa rede de acesso ficará pronta para acomodar quaisquer futuros desenvolvimentos, tal como a migração para um backhaul totalmente em IP. Adicionalmente, as BTSs são plataformas multi-sistema. Noutras palavras, podem acomodar expansões 2G, 3G e LTE com facilidade, garantindo maiores sinergias e poupanças de investimento.

Durante 2010, a Optimus continuou a investigar os desenvolvimentos de projectos e soluções que permitam reduções de custos no backhaul móvel, assegurando ao mesmo tempo a diminuição da dependência de entidades terceiras e concorrentes. Tendo sido lançado em 2009, o Projecto de Backhaul Móvel envolveu uma abrangente transformação da nossa rede de transporte e transmissão. O objectivo do projecto é planear e implementar um conjunto de iniciativas para construir uma rede de transporte mais eficiente, sólida, future-proof e de elevada qualidade, com recurso a infra-estruturas de micro-ondas e fibra óptica. O projecto permite ainda preparar a rede de transporte para os cada vez mais elevados requisitos de velocidade da banda larga móvel, proporcionados por novas tecnologias como o LTE.

Este projecto de âmbito extenso envolve várias equipas de forma transversal a toda a organização, com as principais actividades de 2010 focadas na migração e expansão da rede baseada em pacotes (Ethernet), nomeadamente: i) a modernização da rede de micro-ondas já existente para suportar a tecnologia Ethernet e a expansão desta rede de micro-ondas com a instalação de 150 ligações adicionais, e ii) a concepção e implementação de uma rede de packet-backhaul baseada numa infra-estrutura de fibra óptica em mais 150 sites móveis.

O Fórum de Inovação Sonae (FINOV) atribuiu o seu Prémio Inovação a este Projecto de Backhaul Móvel.

Durante 2010, continuámos a realizar actualizações e upgrades significativos à nossa rede core de pacotes comutados. O objectivo: reforçar o nosso programa de redução de custos enquanto expandimos a nossa capacidade de rede para acompanhar a crescente procura impulsionada pelas novas ofertas e pelo cada vez mais elevado consumo de largura de banda dos consumidores. Introduzimos o direct tunneling 3G na nossa rede core, o que nos permitiu aumentar a eficiência e reduzir significativamente os custos por unidade de tráfego. Adicionalmente, continuámos a potenciar a nossa rede core integrada, baseada nos nossos novos nós de elevada capacidade, optimizando a arquitectura de conectividade internacional e adicionando novas ligações internacionais, melhorando ainda mais a qualidade do serviço aos nossos clientes.

Em função do investimento contínuo, a Optimus detém actualmente uma rede IP totalmente integrada, escalável e flexível, concebida para crescer com o negócio e com as suas evoluções de necessidades. Com uma arquitectura de rede world-class, baseada 100% em standards internacionais, a nossa rede permite-nos oferecer os melhores e mais avançados serviços – móveis, fixos e convergentes – aos nossos clientes residenciais e empresariais.

A rede da Optimus continua a evoluir com uma nova plataforma inteligente, capaz de proporcionar e impulsionar continuamente a inovação. O nosso objectivo final é o de surpreender continuamente o mercado com serviços, funcionalidades e proposições avançadas que satisfaçam as necessidades dos nossos clientes e entreguem valor acrescentado.



2.10. Os nossos Sistemas de Informação

O nosso departamento de Sistemas de Informação, alinhado com o objectivo de sermos o melhor operador de Telecomunicações em Portugal, concentrou-se, durante 2010, no desenvolvimento de aplicações orientadas ao aumento da eficiência e da produtividade, para todas as unidades de negócio. Lançámos um conjunto de iniciativas com o objectivo de dotar a Sonaecom com ferramentas capazes de assegurar, de forma sustentada, ganhos de produtividade e melhoria nos processos de controlo e gestão de negócio. Em simultâneo, continuamos a garantir o desenvolvimento de aplicações exigido pelo crescimento do negócio.

2.10.1 Melhorias operacionais na eficiência e produtividade

Ao nível operacional, destacamos os seguintes desenvolvimentos:

- Uma nova ferramenta de trouble-ticketing com base no Application Framework da BMC Company, em conformidade com as normas e melhores práticas ITIL (Information Technology Information Library) e o COBIT (Control Objectives for Information and related Technology). Esta ferramenta, com funcionalidades de atendimento aos clientes, permite melhorar a qualidade de serviços prestada aos clientes empresariais por permitir a integração total entre inventário, catálogo de serviços e ofertas comerciais contratadas pelos clientes.
- Uma nova plataforma de vídeo conferência de alta definição, totalmente integrada com a nossa solução de Enterprise Instant Messaging, assegurando que todos os PCs estão virtualmente ligados às salas de video conferência. Este desenvolvimento permitiu-nos aumentar significativamente a nossa produtividade através da redução de custos de deslocação e de tempos de deslocação associados.
- Actualização técnica dos sistemas de Rating & Billing, com redução do tempo necessário para a produção e envio da facturação, com detalhe dos consumos, aos nossos clientes.
- Melhoria contínua das principais aplicações da Sonaecom com interface de utilizador, com o objectivo de assegurar ganhos de produtividade, sobretudo no centro de atendimento ao cliente.
- Revisão da arquitectura de aprovisionamento de rede, em conformidade com a arquitectura SOA, com substituição de aplicações isoladas, assegurando-se a simplificação do suporte e a maior rapidez na activação dos serviços.
- Desenvolvimento de ferramentas de teste e migração para actualização da plataforma de rede IMS.
- Integração do sistema de inventário de rede e da ferramenta Physical Network Design, para as tecnologias de fibra e micro-ondas, garantindo o planeamento e a manutenção da rede de forma mais eficiente
- Implementação de uma nova arquitectura de Backup/Restore, capaz de um maior número de backups diários em linha com as maiores exigências associadas ao armazenamento de dados, em crescimento, e à replicação de backups offsite.
- Reforço das nossas parcerias chave com a Microsoft, com a renovação do Microsoft Enterprise Agreement, e com a Oracle, através de um Unlimited License Agreement.

- Lançamento de iniciativas de melhoria de eficiência operacional: "IT Datacentre Modernization Program", promovendo as tecnologias de virtualização e o recurso a gestão automatizada de servidores e computadores. A renovação da infraestrutura existente permitiu ainda a redução do consumo de energia e a redução das emissões de CO2.



2.10.2 Melhorias operacionais no controlo de risco

Nesta dimensão, destacamos os seguintes desenvolvimentos:

- Implementação de uma arquitectura de balanceamento de carga geográfica para as aplicações de TI principais, entre os maiores centros de dados, com o objectivo de mitigar impactos em caso de falha.
- Lançamento de um projecto na área de gestão de acessos e identidade, com o objectivo de garantir o acesso adequado aos recursos da empresa, em conformidade com as políticas de segurança da organização.
- Nos testes conduzidos pela Entidade de Referência para a Portabilidade (PORTABIL) relativamente aos mecanismos de redundância implementados entre os operadores e a ER, a Optimus obteve todas as certificações com sucesso.

2.10.3. Desenvolvimento de soluções de negócio

De entre as diversas iniciativas implementadas ao longo de 2010, destacamos as seguintes:

- O website da Optimus foi expandido a todas as linhas de negócio e, no seguimento da nossa estratégia de self-service, continuámos a melhorar as suas funcionalidades nas plataformas de self-care;
- Foram introduzidos novos serviços nas plataformas de TV, nomeadamente em termos de integração com redes sociais e aplicações interactivas de futebol;
- Foi implementada a recomendação engine para subscritores de serviços de TV. Esta recomendação faz sugestões a cada subscritor de serviços lineares e não lineares, tendo como base as suas preferências e perfil de utilização;
- As nossas plataformas de Customer Value Management e Campaign Management foram estendidas a outras linhas de negócio com novas funcionalidades, nomeadamente para clientes de banda larga móvel;
- A nossa plataforma de televoto foi melhorada com novas funcionalidades interactivas, de forma a arquivar novos algoritmos de televoto;
- Em linha com a estratégia do nosso negócio, completámos mais uma fase de integração da Optimus, com o intuito de tornar os sistemas fixo e móvel totalmente convergentes. O sistema CRM Siebel system foi desenvolvido de forma a abarcar todos os clientes de todos os serviços fornecidos pela Optimus;
- Completámos uma solução que nos permite, em tempo real, controlar e enviar alertas a todos os clientes de Roaming da União Europeia acerca da sua utilização (Eurotarifa);
- Foi desenvolvida uma ferramenta de monitorização da qualidade, permitindo ao nosso Serviço de apoio ao Cliente monitorizar a utilização de voz e desktop;
- Foi implementada uma nova funcionalidade ao nosso sistema de comissões, por forma a suportar os novos esquemas de pagamento do negócio residencial;
- Foi desenvolvida uma solução para a nossa oferta "Smart", que permite aos nossos clientes pós-pagos controlarem os custos em tempo real. Com esta solução inovadora, os nossos clientes pós-pagos podem beneficiar do controlo de custos de uma oferta pré-paga, mas gozando da flexibilidade de uma oferta pós-paga.



2.11. As nossas pessoas

A Sonaecom defende e pratica uma estratégia orientada para as pessoas, acreditando firmemente que essa é a via que melhor favorece o desenvolvimento e a sustentabilidade dos seus negócios.

2.11.1. Dados gerais

A 31 de Dezembro de 2010 a Sonaecom contava com um número total de 2057 colaboradores, distribuídos pelas diferentes áreas de negócio - Telecomunicações, Media e SSI, Serviços Partilhados e Centro Corporativo.

À mesma data a média etária dos colaboradores era de 36 anos.

À juventude, dinamismo, resiliência e espírito empreendedor alia-se o desejo de aprender e inovar. Os colaboradores Sonaecom são determinados, orientados para o cliente e focados nos objectivos do negócio.

No que respeita ao vínculo contratual, 96% dos colaboradores encontram-se em regime de contrato efectivo e 4% em regime de contrato a termo.

A experiência e qualificação da equipa da Sonaecom constituem factores diferenciadores e amplamente valorizados, denotando que o forte investimento no capital humano perpassa a captação, o desenvolvimento e a retenção de talento. A Sonaecom recruta profissionais das melhores universidades e desafia constantemente os seus colaboradores a participarem activamente em diversas soluções formativas, financiadas pela Empresa, sendo que 83% dos nossos colaboradores têm formação superior.

A dispersão geográfica tem implicado esforços ao nível do acesso à formação por parte dos colaboradores que se encontram a exercer funções fora de Portugal, levando a Sonaecom a praticar a sua política de formação e desenvolvimento além-fronteiras. Os colaboradores da Sonaecom presentes no estrangeiro estão dispersos, actualmente, em 14 países distintos, representando 8% do total de colaboradores.

Na Sonaecom promovemos a mobilidade entre as várias divisões. Em 2010, 119 colaboradores foram transferidos para diferentes departamentos da Sonaecom.



2.11.2. Atrair e desenvolver talento

Na Sonaecom as Pessoas fazem a diferença. Investimos numa equipa de excelência, procurando recrutar, motivar e reter os melhores profissionais.

Recrutamento e selecção

A natureza e diversidade dos negócios Sonaecom tem exercido um forte poder de atracção sobre quem procura integrar uma organização jovem e dinâmica.

Na Sonaecom, o e-recruitment é a forma preferencial de recrutar talento, através do recurso a diferentes canais: Site Institucional; Sites de Recrutamento; Bolsas de Emprego de Universidades e Redes Sociais.

Todas as candidaturas são geridas online, através da nossa plataforma de Recrutamento e Selecção, a qual conta já com 20.000 candidaturas.

Formação

A Sonaecom persegue com afincado e optimismo a aposta no desenvolvimento pessoal e profissional dos seus colaboradores. O Sonaecom Learning Centre (SCLC), baseado no conceito de "universidade corporativa", constitui uma solução educativa centralizada e agregadora de toda a formação, dirigida a todos os colaboradores das várias áreas de negócio e a todos os nossos parceiros comerciais.

Durante o ano de 2010 a Sonaecom investiu 1.955.256 euros na formação dos seus colaboradores, desenvolvendo 392 acções de formação que totalizaram 59.549 horas de formação e envolveram 1.343 participantes.

Adicionalmente, o financiamento de formação pós-licenciatura foi direccionado particularmente para programas de MBA e para programas de formação de executivos em universidades e escolas de gestão nacionais e internacionais. Estes programas exercem um impacto muito significativo no desenvolvimento de carreiras, visando reforçar as competências técnicas, de gestão ou de liderança dos nossos colaboradores de mais elevado potencial. Em 2010 a Sonaecom apoiou 26 colaboradores neste tipo de formação.

Avaliação de Desempenho e Desenvolvimento de Carreira

A Avaliação de Desempenho e Desenvolvimento de Carreira (ADDC) constitui um método privilegiado de reunir e partilhar informação entre o colaborador e a chefia. É um momento crucial na análise dos resultados e na definição de novos objectivos. É igualmente relevante na identificação de necessidades de formação e na exploração de oportunidades de mobilidade e desenvolvimento de carreira.

A gestão deste processo é realizada online, através do RH Online, o portal do colaborador.

O processo de ADDC é transversal a todas as empresas Sonaecom e realiza-se duas vezes por ano.



Estudo de Clima Social

O Estudo do Clima Social permite-nos uma melhor compreensão da experiência colectiva que é trabalhar na Sonaecom.

Sendo efectuado de dois em dois anos, no ano de 2010 decorreu o mais recente Estudo do Clima Social, realizado em todas as empresas da Sonaecom, tendo contado com a participação de 1.535 colaboradores, em Portugal e no estrangeiro.

A percepção dos colaboradores sobre o clima social é globalmente muito positiva e encontra-se em linha com os resultados obtidos no estudo anterior. As nossas pessoas identificaram a Inovação como o principal atributo da Sonaecom e a satisfação do cliente como a prioridade principal, em consonância com a nossa estratégia.

2.11.3. O nosso portal de Recurso Humanos: O RH Online

Os principais processos e informações de recursos humanos estão disponíveis e centralizados no RH Online, o portal do colaborador na Sonaecom. Este portal pretende aumentar a eficiência e a qualidade dos processos e também a eficácia da gestão pessoal e de equipas, constituindo um repositório único de toda a informação sobre recursos humanos, disponível para toda a organização e em tempo real.

O principal objectivo relativamente a este portal tem sido torná-lo mais adaptado às necessidades resultantes da crescente internacionalização da organização. Actualmente, esta ferramenta de RH está disponível em Português e Inglês, estando adaptada às especificidades de cada país.

O RH Online é também o ponto de acesso a informação complementar aos temas RH, através dos websites [b_connected](#), [Sonaecom Learning Centre](#) e [careers@sonaecom](#).

b_connected

O [b_connected](#) é um canal de comunicação e informação sobre as regalias dos colaboradores, parcerias e outras iniciativas promovidas pela Sonaecom para os seus colaboradores e respectivas famílias. O seu objectivo é estreitar relações, sendo todos os colaboradores convidados a colaborar activamente através da apresentação de sugestões. Lançado em 2008, este website é considerado uma ferramenta essencial para os colaboradores da Sonaecom.

Como resultado de um processo de melhoria contínua, identificámos durante o último ano novas oportunidades de desenvolvimento do website. Neste sentido, de forma a reunir, concentrar e tornar visível informação útil e relevante, foram criadas no [b_connected](#) as áreas "Health & Saphety" e "Onboarding Roadmap".



O projecto "Health & Saphety" visa fornecer um conjunto de informação útil sobre os temas de ergonomia, medicina do trabalho, prevenção pessoal e segurança nas nossas instalações.

O "Onboarding Roadmap" foi especialmente concebido para orientar os primeiros passos dos novos colaboradores na Sonaecom. Através de uma navegação interactiva, é possível percorrer diferentes "regiões" de um mapa colorido que dá a conhecer informação diversa sobre a nossa Organização.

Com o intuito de promover e facilitar o processo de integração inicial dos novos colaboradores, neste espaço todos têm a oportunidade de conhecer as nossas áreas de negócio, a nossa equipa de gestão, os

nossos valores e missão. Os colaboradores podem ainda visitar as nossas principais práticas e políticas, locais de trabalho, suportes de comunicação interna (publicações e Websites internos) e iniciativas Sonaecom para as quais todos os colaboradores são convidados a participar.

Sonaecom Learning Centre



O Sonaecom Learning Centre é um website concebido para fornecer informação clara e detalhada sobre as ofertas de formação que a Sonaecom proporciona aos seus colaboradores. Reúne os principais programas disponíveis, os respectivos objectivos, conteúdos e programas.

No Sonaecom Learning Centre é possível encontrar programas orientados para a formação e desenvolvimento de competências de gestão e de competências técnicas, distinguindo-se assim duas "escolas": a Management Learning Centre e a Technical Learning Centre.

Face aos desafios lançados pela crescente internacionalização, este website encontra-se disponível em Português e Inglês e procura responder às necessidades de formação identificadas por todos os colaboradores.

Careers@sonaecom

Careers@sonaecom

Lançado em Junho de 2009, este website tem como objectivo tornar o modelo de carreiras da Sonaecom mais transparente, aumentar o conhecimento dos colaboradores acerca das respectivas carreiras e promover a mobilidade interna.

O "Careers@sonaecom" reúne informação relativa ao desenvolvimento de carreira em cada uma das áreas disponíveis na organização (área Técnica, Comercial, TI/SI, Marketing, Recursos Humanos, Legal e Regulação, Financeira e Operações). Ao criar este website, o nosso objectivo foi o de fornecer uma abordagem completa sobre as necessidades específicas de carreira de cada colaborador, indicando claramente quais as etapas de cada carreira, as aptidões mais valorizadas e a formação disponível para cada carreira.

Com o intuito de reforçar a mobilidade interna, o [careers@sonaecom](#) dispõe também de uma área de recrutamento interno, na qual estão disponíveis as oportunidades existentes na Sonaecom e no Grupo Sonae, as quais são publicitadas através de uma Newsletter.

2.12. Anexo

2.12.1. Online e Media

2.12.1.1. Indicadores Operacionais

	2010	2009	Variação
Circulação média mensal paga ⁽¹⁾	34.020	37322	(8,8)%
Quota de mercado de publicidade (%)	10,5%	11,6%	(1,2)pp
Audiência ⁽²⁾ (%)	4,4	4,4	0,0pp

(1) Valor estimado, actualizado no trimestre seguinte;

(2) Em % da população; Fonte: Bareme Imprensa (Inquérito não realizado no 3º trimestre de cada ano);

2.12.1.2. Indicadores Financeiros

Milhões de euros	2010	2009	Variação
Volume de Negócios	29,74	30,40	(2,2)%
Vendas de publicidade ⁽¹⁾	12,16	13,19	(7,8)%
Vendas de jornais	10,82	11,51	(6,0)%
Vendas de papel	1,97	0,91	115,5%
Vendas de produtos associados	4,79	4,79	(0,1)%
Outras receitas	0,58	0,29	103,9%
Custos Operacionais	31,55	33,14	(4,8)%
Custos com Pessoal	10,75	11,89	(9,6)%
Custos Comerciais ⁽²⁾	10,52	10,35	1,7%
Outros Custos Operacionais ⁽³⁾	10,28	10,90	(5,7)%
Provisões e perdas de imparidade	0,04	0,21	(82,2)%
EBITDA	(1,27)	(2,66)	(52,3)%
Margem EBITDA (%)	(4,3)%	(8,7)%	4,5pp
CAPEX operacional ⁽⁴⁾	0,58	0,79	(271)%
CAPEX operacional como % Volume de negócios	1,9%	2,6%	(0,7)pp
EBITDA - CAPEX operacional	(1,85)	(3,45)	(46,5)%
CAPEX total	0,58	0,79	(26,4)%

(1) Inclui conteúdos;

(2) Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas;

(3) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Outros Custos;

(4) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros e Provisões para desmantelamento de sites e outros investimentos não operacionais.





03

As nossas acções

- 3.1 | O mercado de capitais
- 3.2 | Evolução do preço da acção em 2010
- 3.3 | Estrutura accionista
- 3.4 | Acções próprias

3.1. O mercado de capitais

A Sonaecom está cotada na bolsa de valores portuguesa - Euronext Lisboa - desde Junho de 2000, com o símbolo SNC. Na tabela seguinte são apresentadas as principais estatísticas relativas ao desempenho das acções da Sonaecom em 2010

Acções da Sonaecom no Mercado de Valores em 2010

Mercado de Capitais	Euronext Lisbon
Símbolo	SNC
ISIN	PTSNC0AE0006
Código Bloomberg	SNC PL Equity
Código Reuters	SNC.LS
Número de acções cotadas	366.246.868
Capital Social	366.246.868
Preço por acção no último dia de Dezembro (euros)	1,350
Preço por acção - Máximo (euros)	2,007
Preço por acção - Mínimo (euros)	1,230
Volume de transacções médio diário em 2010 (acções)	465.842
Volume de transacções médio diário em 2009 (acções)	450.726
Capitalização bolsista no último dia de Dezembro (euros)	494.433.272

Performance do Mercado

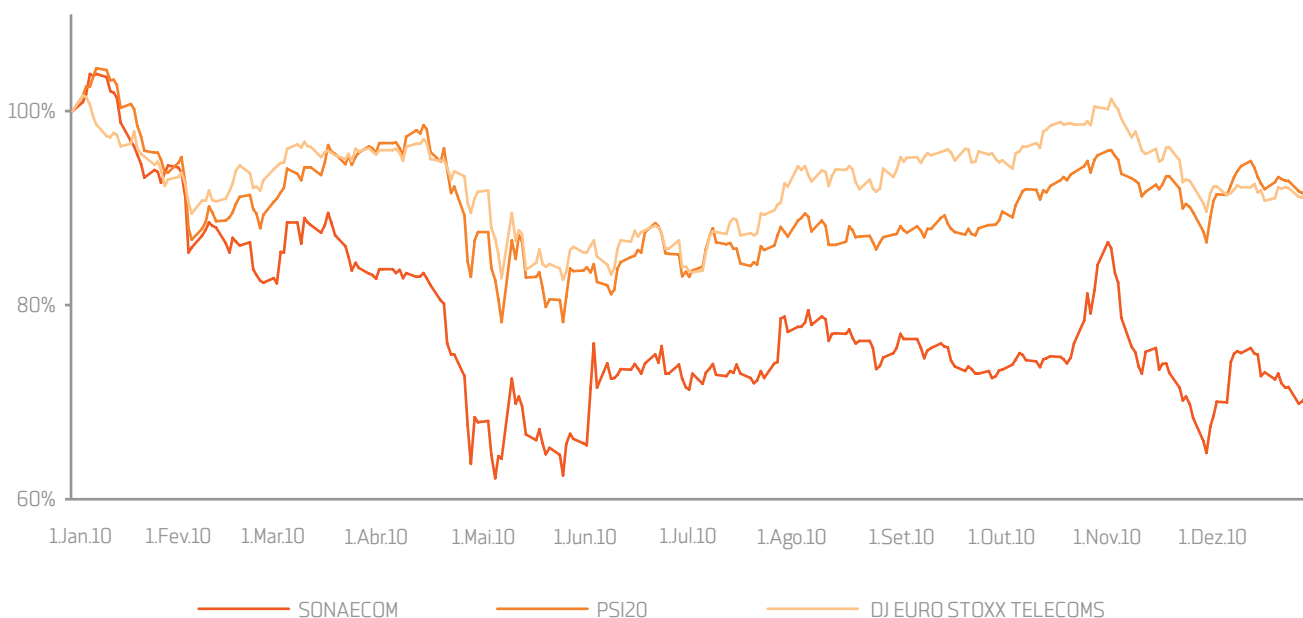


Gráfico 1 – Performance da Sonaecom vs PSI20 e DJ Euro Stoxx Telecoms

O índice europeu do mercado de telecomunicações, DJ Euro Stoxx Telecoms, terminou o ano de 2010 com uma quebra de cerca de 9,7%. Considerando que o sector de telecomunicações registou um desempenho acima do desempenho médio do mercado em plena crise, esta diminuição pode ser interpretada como uma correcção, especialmente se considerarmos que este índice é constituído por empresas do Sul da Europa, onde os efeitos do ambiente macroeconómico instável e a crise da dívida soberana se fizeram sentir com mais intensidade.

No que respeita ao mercado português, o índice de referência do mercado de capitais (PSI20) terminou o ano de 2010 com 7588,31 pontos, o que reflecte uma variação negativa de aproximadamente 10,3% face ao final de 2009. O ano de 2010 revelou-se algo turbulento para o mercado português. O risco da dívida soberana elevou-se para níveis históricos e o mercado bolsista reagiu negativamente, num contexto de diversas medidas de austeridade impostas pelo Governo. Este ambiente macroeconómico, transversal a outras economias do Sul da Europa e ainda à Irlanda, foi também marcado por diversos *downgrades* das agências de *rating*, conduzindo a quebras no apetite dos investidores nesta região em concreto.

O volume de negócios total da bolsa de valores portuguesa (Euronext Lisboa) aumentou 31,2% durante o ano de 2010 para 39,5 mil milhões de euros, o que compara com 30,1 mil milhões de euros em 2009. Este aumento do volume de negócios, aliado à descida verificada na performance do PSI20, poderá indiciar alguma falta de confiança no mercado de capitais português. Desde que teve início aquela que se tornou conhecida por "crise do subprime", em 2007, a agravada aversão ao risco e a relativamente reduzida dimensão do mercado de capitais português parecem ter desencadeado uma diminuição da presença de investidores institucionais estrangeiros, já que estes tenderam a reduzir os seus investimentos, influenciando assim os níveis de liquidez do mercado bolsista português.



3.2. Evolução do preço da acção em 2010

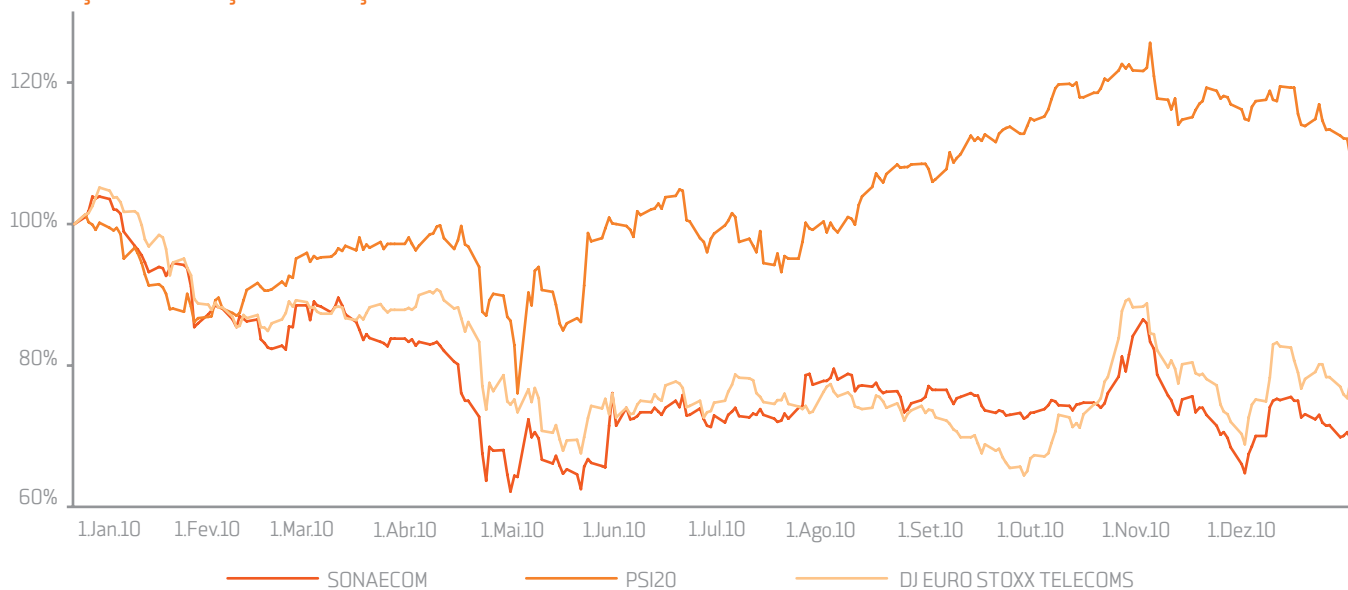
Desempenho das acções da Sonaecom

A cotação dos títulos da Sonaecom desceu, em 2010, cerca de 30,1%. Após a excelente performance verificada em 2009, o risco da dívida soberana portuguesa parece ser a principal razão deste declínio. É de realçar que este desempenho não apresenta correlação positiva com os resultados que a Sonaecom reportou em 2010, trimestre após trimestre, revelando, não só, melhorias consistentes ao nível das margens, mas também apresentando um balanço cada vez mais sólido.

É também provável que as acções da Sonaecom tenham sido influenciadas, ao longo do ano, pelas notícias que de seguida se listam:

- 3 de Março de 2010: emissão de empréstimo obrigacionista a 3 anos;
- 8 de Março de 2010: publicação dos resultados consolidados respeitantes ao ano de 2009;
- 26 de Março de 2010: emissão de empréstimo obrigacionista a 5 anos;
- 23 de Abril de 2010: informações sobre as decisões aprovadas na Assembleia Geral de Accionistas, decorrida no mesmo dia;
- 6 de Maio de 2010: publicação dos resultados consolidados respeitantes ao primeiro trimestre de 2010;
- 29 de Julho de 2010: publicação dos resultados consolidados respeitantes ao primeiro semestre de 2010;
- 3 de Novembro de 2010: publicação dos resultados consolidados respeitantes aos primeiros nove meses de 2010;

Evolução da cotação das acções durante 2010



No final de 2010, as acções da Sonaecom alcançaram o valor de 1,350 euros por acção, 30,1% abaixo da cotação de fecho de 1,932 euros por acção, em 31 de Dezembro de 2009. A cotação atingiu um máximo de 2,007 euros por acção, a 8 de Janeiro de 2010, e um mínimo de 1,230, a 28 de Abril de 2010. Analisando o mercado português de telecomunicações, pode concluir-se que a Sonaecom e a Zon Multimédia registaram um desempenho similar, não obstante o facto de a Zon Multimédia ter terminado o ano de 2010 registando um menor declínio. No caso da Portugal Telecom, o seu desempenho registou um padrão similar ao dos seus concorrentes, mas apenas

até meados de Maio de 2010. Esta empresa terminou 2010 a registar um melhor desempenho, muito provavelmente devido às expectativas dos investidores em relação a uma operação não recorrente no mercado brasileiro, associada a uma oferta não solicitada da Telefónica para aquisição da participação de 50% da Portugal Telecom na Brasilcel.

No final de 2010, a capitalização bolsista da Sonaecom situava-se em cerca de 494 milhões de euros. O volume médio de transacções de áres atingiu aproximadamente 466 mil acções, o que corresponde a um aumento de cerca de 3,35% em comparação com 2009 (451 mil acções).

3.3. Estrutura accionista

De acordo com o Código de Valores Mobiliários, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários deverá ser notificada de participações equivalentes ou superiores aos limiares de 2%, 5%, 10%, 15%, 20%, 25%, 33,33%, 50%, 66,66% e 90% da totalidade do capital social, devendo o mercado de capitais ser também informado das mesmas. Esta informação também é exigível para participações que se tornem inferiores às percentagens referidas.

Em 2010, a Sonaecom recebeu apenas uma notificação, por parte do Santander Asset Management.

Estrutura accionista simplificada da Sonaecom

Accionista	Número de acções detidas	% Participação a 31 Dez. 2010
Sonae SGPS S.A.	194.714.119	53,17%
France Télécom	73.249.374	20,00%
BCP S.A.	12.500.998	3,41%
Santander Asset Management	7408.788	2,02%
Acções Próprias	9.256.357	2,53%
Free Float	69.117.232	18,87%

Os principais accionistas da Sonaecom continuam a ser a Sonae SGPS, um grupo multinacional português com interesses nos sectores de retalho, centros comerciais e seguros, com uma participação total de cerca de 53,17% e a France Télécom, um dos maiores operadores mundiais de telecomunicações, com uma participação de 20,00%.

Em 6 de Janeiro de 2010, a Sonaecom recebeu uma notificação do Santander Asset Management – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliários, S.A., de acordo com a qual fundos geridos por si detinham, desde 20 de Outubro de 2009, um total de 7.408.788 acções, representativas de 2,02% do capital social e direitos de voto da Sonaecom.

Em 31 de Dezembro de 2010, o free float (% de acções não detidas ou controladas pelos accionistas com participações qualificadas e excluindo as acções próprias) situou-se em aproximadamente 18,87%, em comparação com 19,44% no final de 2009.

Em 2010, não houve alterações no número de acções emitidas pela Sonaecom.



3.4. Acções próprias

Ao longo do ano de 2010, de acordo com as autorizações dadas pela Assembleia Geral de Accionistas e com o intuito de cumprir as obrigações decorrentes dos Planos de Incentivo de Médio Prazo dos colaboradores, a Sonaecom adquiriu acções próprias no mercado ao longo de quatro períodos diferentes: de 4 de Janeiro a 8 de Janeiro, de 15 de Março a 26 de Março, de 18 de Maio a 21 de Maio e de 25 de Novembro a 9 de Dezembro. Nestes quatro períodos, a Sonaecom procedeu à aquisição, através da Euronext Lisboa Stock Exchange, de um total de 3.127.388 acções próprias, representativas de aproximadamente 0,85% do seu capital social. O preço médio ponderado destas aquisições foi de 1,55 euros por acção.

Como resultado da aquisição acima mencionada e da distribuição das acções pelos colaboradores conforme o disposto nos Planos de Incentivo de Médio Prazo, no final de 2010, a Sonaecom era titular de 9.256.357 acções próprias, representativas de cerca de 2,53% do seu capital social.



A nossa gestão

4.0 | A nossa equipa de gestão

4.1 | Habilitações do Conselho de Administração

4.2 | Outros cargos desempenhados pelo Conselho de Administração

4.3 | Artigo 447º, 448º e Participações Qualificadas

4.0 A nossa equipa de gestão

Alterações na equipa de gestão em 2010

Os actuais órgãos sociais da sociedade foram eleitos na Assembleia Geral de Accionistas de 16 de Abril de 2008, por um mandato de quatro anos (2008-2011). António Lobo Xavier foi eleito na Assembleia Geral de Accionistas de 23 de Abril de 2010 como Administrador Executivo do Conselho de Administração da Sonaecom para o mandato em questão, que termina em 2011. Actualmente, a Sonaecom tem quatro Administradores Executivos e sete Administradores Não-Executivos.

Composição do Conselho de Administração e respectivas Comissões:

Conselho de Administração e respectivas Comissões	Executivo (1)	Não-Executivo (2)		Comissão de Auditoria e Finanças	Comissão de Nomeações e Remunerações
		Independente (3)	Não-Independente		
Presidente Duarte Paulo Teixeira de Azevedo					
Vogais António Sampaio e Mello					
David Charles Denholm Hobley					
Franck Emmanuel Dangeard					
Gervais Gilles Pellissier					
Jean-François René Pontal					
Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão					
Ângelo Gabriel Ribeirinho S. Paupério (CEO)					
Miguel Nuno Santos Almeida					
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo					
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier					

- (1) Administradores Executivos = Membros do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, com funções de gestão;
 (2) Administradores Não-Executivos = Membros do Conselho de Administração, sem funções executivas;
 (3) Administradores Não-Executivos Independentes = Administradores não associados a interesses específicos na empresa ou outros grupos que afectem, sob qualquer circunstância, a sua objectividade.

O Conselho de Administração é responsável pela gestão dos negócios da Sonaecom, monitorização de riscos, gestão de conflitos de interesse e desenvolvimento dos objectivos e estratégia da organização. Os estatutos da Sonaecom permitem que o Conselho de Administração delegue poderes numa Comissão Executiva em matéria de negócios, deveres e responsabilidades de gestão corrente e nos termos considerados apropriados. O Conselho de Administração constituiu igualmente duas comissões especializadas: a Comissão de Auditoria e Finanças (CAF) e a Comissão de Nomeações e Remunerações (CNR). A CAF é apenas constituída por Administradores Não-Executivos os quais, durante o ano de 2010, se reuniram periodicamente e exerceram uma influência significativa sobre o processo de tomada de decisões e o desenvolvimento da estratégia e política da Sonaecom, não tendo encontrado quaisquer impedimentos na execução das suas funções.

Conselho de Administração

A principal função do Conselho de Administração é supervisionar a gestão dos negócios da Sonaecom, avaliar os riscos e ajudar a desenvolver os objectivos e a estratégia do Grupo. É ainda responsável pela política de remuneração e outras compensações dos colaboradores do Grupo.

As qualificações e experiência profissional dos elementos do Conselho de Administração são apresentadas de forma detalhada no ponto 4.1.

Presidente



Paulo Teixeira de Azevedo

Administradores Executivos



Angelo Paupério (CEO)



Miguel Almeida



Cláudia Teixeira de Azevedo



António Lobo Xavier

Administradores Não-Executivos



António Sampaio e Mello



David Hobley



Jean-François Pontal



Gervais Gilles Pellissier



Franck E. Dangeard



Nuno Manuel Jordão

De acordo com o Regulamento 10/2005 da CMVM, não existem circunstâncias que possam afectar a análise ou o processo de tomada de decisão dos Administradores Não-Executivos Independentes. Todos os nossos Administradores Não-Executivos, Independentes e Não Independentes, exercem uma influência importante no processo de tomada de decisões e no desenvolvimento da estratégia e política da empresa. Como tal, o Conselho de Administração da Sonaecom reflecte um equilíbrio saudável entre o número total de Administradores Não-Executivos e o número de Administradores Não-Executivos Independentes.

Comissão Executiva

A Comissão Executiva da Sonaecom garante a gestão e execução das tarefas operacionais diárias, tal como estabelecido na delegação de competências que lhe foi atribuída formalmente pelo Conselho de Administração.

As funções e responsabilidades da equipa de gestão encontram-se detalhadas na tabela abaixo:

Equipa de gestão e respectivas funções

Ângelo Paupério	Miguel Almeida	Cláudia Azevedo	António Lobo Xavier
CEO	Deputy CEO CEO da Optimus	CEO SSI CEO Online & Media	Administrador Executivo

4.1 Habilitações do Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Data de nascimento: 31 de Dezembro de 1965

Habilitações Literárias: Licenciatura em Engenharia Química pela École Polytechnique Federal de Lausanne; MBA pela EGP – UPBS (anteriormente denominada ISEE).

Experiência profissional: CEO da Sonae SGPS, S.A.; Membro do Conselho de Administração da Efanor Investimentos SGPS, S.A.; Presidente do Conselho de Administração da Sonae Investimentos SGPS, S.A., Sonae Sierra SGPS, S.A. e MDS SGPS, S.A.; Director Não-Executivo da Sonae Indústria; CEO da Sonaecom; CEO da Optimus; Director Executivo da Modelo Continente.

Anteriormente: CEO da Sonaecom, SGPS, S.A.; CEO da Optimus - Telecomunicações, S.A.; Director Executivo da Modelo Continente Hipermercados, S.A..

Membro da APGEI – Associação Portuguesa de Gestão e Engenharia Industrial; Membro do Board of Trustees da AEP – Associação Empresarial de Portugal; President do Oporto University Board of Trustees; Membro do ERT – European Round Table of Industrialists e Membro do Board of Founders da Fundação Casa da Música.

Responsabilidades na Sonaecom: Presidente do Conselho de Administração da Sonaecom; Presidente da Comissão de Nomeações e Remunerações.

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Data de nascimento: 14 de Setembro de 1959

Habilitações Literárias: Licenciatura em Engenharia Civil pela Universidade do Porto; MBA pela EGP-UPBS (anteriormente denominada ISEE).

Experiência profissional: Vice-Presidente Executivo da Sonae SGPS, S.A., Administrador da Sonae Investimentos SGPS, S.A., MDS SGPS S.A. e Sonae Sierra SGPS.

Vice-Presidente da Sonae MC – Modelo Continente SGPS, S.A., Sonae – Retalho Especializado, S.A. e Sonaerp – Retailled Properties, S.A..

Anteriormente: CEO da Sonae Capital SGPS, S.A., CEO da Sonae Turismo SGPS, S.A. e Administrador da Modelo Continente SGPS, S.A

Professor convidado da EGP-UPBS (ex. ISEE)

Responsabilidades na Sonaecom: CEO da Sonaecom SGPS, S.A., Presidente do Conselho de Administração do Público - Comunicação

Social, S.A., Optimus Comunicações, S.A. e Sonaecom - Sistemas de Informação SGPS, S.A.

Miguel Nuno Santos Almeida

Data de nascimento: 15 de Março de 1967

Habilitações literárias: Licenciatura em Engenharia Mecânica pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto e MBA pelo INSEAD (Fontainebleau).

Experiência profissional: Director Executivo da Optimus Comunicações, S.A..

Anteriormente: Director de Marketing da Modelo Continente

Responsabilidades na Sonaecom: Membro do Conselho de Administração e Director executivo da Sonaecom SGPS, S.A., CEO da Optimus-Comunicações, S.A., Administrador Não-Executivo do Público - Comunicação Social, S.A. e da Sonaecom – Sistemas de Informação SGPS, S.A.

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Data de nascimento: 13 de Janeiro de 1970

Habilitações literárias: Licenciatura em Gestão pela Universidade Católica da Universidade do Porto e MBA pelo INSEAD (Fontainebleau).

Experiência profissional: Membro do Conselho de Administração da Efanor Investimentos, SGPS, S.A.; Presidente do Conselho de Administração da Efanor – Serviços de Apoio à Gestão, S.A..

Anteriormente: Directora Executiva da unidade residencial de Marketing da Optimus e Administradora da Sonae Matrix Multimedia.

Responsabilidades na Sonaecom: Directora Executiva da Sonaecom SGPS, S.A.; Directora Executiva da Sonaecom Sistemas de Informação ('SSI'); Directora Não-Executiva da Optimus - Comunicações, S.A..

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Data de nascimento: 16 de Outubro de 1959

Habilitações literárias: Licenciatura em Direito e Mestrado em Direito Económico pela Universidade de Coimbra.

Experiência profissional: Partner e Membro do Conselho de Administração da MLGTS; Administrador Não-Executivo do Conselho de Administração do BPI SGPS, S.A., Riopole S.A. e da Mota-Engil.

Responsabilidades na Sonaecom: Director Executivo da Sonaecom SGPS, S.A., Membro do Conselho de Administração do Público - Comunicação Social, S.A., Optimus - Comunicações, S.A. e Sonaecom - Sistemas de Informação SGPS, S.A..

António Sampaio e Mello

Data de nascimento: 29 de Janeiro de 1955

Habilitações literárias: Licenciatura em Engenharia pela Universidade Técnica de Lisboa; Mestrado em Economia pela Columbia University, EUA; MBA pela Columbia University, EUA; Doutoramento em Economia pela London Business School, Inglaterra;

Experiência profissional: Director do Banco Robert Baird; Director de Corporate Finance do Banco Comercial Português; Director de Investigação Económica e Estatística do Banco de Portugal; Presidente da Associação de Gestão Financeira Europeia; Membro do Conselho de Administração da Associação de Gestão Financeira dos EUA; Professor do MIT; Presidente da Comissão das Ciências Sociais e Humanidades da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

Responsabilidades na Sonaecom: Administrador Não-Executivo Independente da Sonaecom; Membro da Comissão de Auditoria e Finanças.

David Charles Denholm Hobley

Data de nascimento: 9 de Dezembro de 1946

Habilitações literárias: Fellow pelo Institute of Chartered Accountants of England and Wales.

Experiência profissional: Director do Deutsche Bank AG, Londres; Administrador de diversas empresas do Grupo Orange.

Responsabilidades na Sonaecom: Administrador Não-Executivo da Sonaecom; Membro da Comissão de Auditoria e Finanças.

Gervais Gilles Pellissier

Data de nascimento: 14 de Maio de 1959

Habilitações literárias: Licenciatura em Direito pela Université Paris XI; (Gestão Internacional – programa conjunto da Berkeley University e da University of Cologne).

Experiência profissional: Deputy CEO da France Télécom, Group Finance e Sistemas de Informação.

Anteriormente: Supervisor da integração operacional e geográfica dos negócios da France Télécom em Espanha e Vice-Presidente do Board of Bull (200-2005)

Responsabilidades na Sonaecom: Director Não-Executivo da Sonaecom.

Franck Emmanuel Dangeard

Data de nascimento: 25 de Fevereiro de 1958

Habilitações literárias: Licenciatura em Direito Económico pela École des Hautes Études Commerciales; Licenciatura pelo Institut d' Étude Politiques de Paris; Fulbright Scholar pela Harvard Law School LLM; Fellow pela Harvard Law School;

Experiência profissional: Partner da Harcourt, S.A.; Presidente e CEO da Thomson; Vice-Presidente sénior Executivo da France Télécom; Director do SBC Warburg France.

Responsabilidades na Sonaecom: Administrador Independente Não-Executivo da Sonaecom; Membro da Comissão de Nomeações e Remunerações.

Jean-François René Pontal

Data de nascimento: 17 de Abril de 1943

Habilitações literárias: Licenciatura em Engenharia pelo Centre d'Études Supérieures des Techniques Industrielles, em França.

Experiência profissional: CEO da subsidiária espanhola do Carrefour – PRYCA; Membro do Conselho de Administração do Carrefour; Vice-Presidente Executivo do Grupo Mass Market Products & Services da France Telecom; CEO da Orange.

Responsabilidades na Sonaecom: Administrador Independente Não-Executivo da Sonaecom; Presidente da Comissão de Auditoria e Finanças; Membro da Comissão de Nomeações e Remunerações.

Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão

Data de nascimento: 27 de Abril de 1956

Habilitações literárias: Licenciatura em Economia pelo ISCTE – Universidade de Lisboa.

Experiência profissional: Vice-Presidente Executivo da Sonae SGPS, S.A., Membro do Conselho de Administração da Sonae Investimentos SGPS, S.A.; Sonaerp – Retail Properties, S.A. e Modelo – Distribuição de Materiais de Construção.

Anteriormente: Membro do Conselho de Administração e CEO da Sonae Investimentos, SGPS, S.A..

Responsabilidades na Sonaecom: Director Não-Executivo da Sonaecom.

4.2. Outros cargos desempenhados pelo Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Cargos exercidos em companhias em que a Sonaecom é accionista:
Não exerce qualquer cargo em empresas em que a Sonaecom é accionista.

Outros cargos:

Efanor Investimentos SGPS, S.A.

(Membro do Conselho de Administração)

Imparfin SGPS, S.A.

(Membro do Conselho de Administração)

MDS SGPS, S.A.

(Presidente do Conselho de Administração)

Migracom SGPS, S.A.

(Presidente do Conselho de Administração)

Sonae Indústria SGPS, S.A.

(Membro do Conselho de Administração)

Sonae Investimentos SGPS, S.A.

(Presidente do Conselho de Administração)

Sonae MC – Modelo Continente SGPS, S.A.

(Presidente do Conselho de Administração)

Sonae SGPS S.A.

(Membro do Conselho de Administração, CEO)

Sonae Sierra SGPS, S.A.

(Presidente do Conselho de Administração)

Sonaegest, Sociedade Gestora de Fundos de Investimentos

(Presidente do Conselho de Administração)

Sonaerp – Retail Properties, S.A.

(Presidente do Conselho de Administração)

Sonae –Retailho Especializado SGPS, S.A.

(Presidente do Conselho de Administração)

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Cargos exercidos em companhias em que a Sonaecom é accionista:
Optimus – Comunicações, S.A.

(Presidente do Conselho de Administração)

Público – Comunicação Social, S.A.

(Presidente do Conselho de Administração)

Sonae Télécom SGPS, S.A.

(Presidente do Conselho de Administração)

Sonaecom BV

(Membro do Conselho de Administração)

Sonaecom – Sistemas de Informação SGPS, S.A.

(Presidente do Conselho de Administração)

WeDo Consulting, Sistemas de Informação, S.A.

(Presidente do Conselho de Administração)

Outros cargos:

Cooper Gay (Holdings) Limited

(Membro do Conselho de Administração)

MDS SGPS, S.A.

(Membro do Conselho de Administração)

Sonae SGPS, S.A.

(Membro do Conselho de Administração)

Sonae Center Serviços II, S.A.

(Membro do Conselho de Administração)

Sonae Investments, B.V.

(Director)

Sonae Investimentos SGPS, S.A.

(Membro do Conselho de Administração)

Sonae MC – Modelo Continente SGPS, S.A.

(Membro do Conselho de Administração)

Sonaerp – Retail Properties, S.A.

(Membro do Conselho de Administração)

Sonae Sierra SGPS, S.A.

(Membro do Conselho de Administração)

Sonae – Retailho Especializado SGPS, S.A.

(Membro do Conselho de Administração)

Sontel B.V.
(Director)

Enxomil SGPS, S.A.
(Director)

Enxomil – Sociedade Imobiliária, S.A.
(Director)

Lapidar SGPS, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)

Love Letters – Galeria de Arte, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Cargos exercidos em companhias em que a Sonaecom é accionista:

Digitmarket – Sistemas de Informação, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)

Lugares Virtuais, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)

M3G – Edições Digitais, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)

Mainroad – Serviços de Tecnologias de Informação, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)

Miauger – Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)

Público Comunicação Social, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)

Saphety Level – Trusted Services, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)

Optimus – Comunicações, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)

Sonaecom Serviços de Comunicações, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)

Sonaecom Sistemas de Informação SGPS, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)

Sonaecom – Sistemas de Información Espana, S.L.
(Administradora)

WeDo Consulting, Sistemas de Informação, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)

WeDo Technologies Mexico, S. De R.L. De C.V.
(Gerente)

WeDo Technologies Egypt
(Membro do Conselho de Administração)

WeDo Technologies B.V.
(Membro do Conselho de Administração)

Cape Technologies Limited (Irlanda)
(Membro do Conselho de Administração)

WeDo Poland Sp. Z.o.o.
(Gerente)

WeDo Technologies Australia PTY Limited
(Membro do Conselho de Administração)

WeDo Technologies (UK) Limited
(Membro do Conselho de Administração)

WeDo Technologies Americas Inc.
(Presidente do Conselho de Administração)

WeDo Technologies Chile, Spa
(Membro do Conselho de Administração)

WeDo Technologies Panama, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)

WeDo Technologies Singapore Pte Ltd
(Membro do Conselho de Administração)

Praesidium Services Limited
(Membro do Conselho de Administração)

Outros cargos:

Efanor – Serviços de Apoio à Gestão, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)

Efanor Investimentos SGPS, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)

Fundação Belmiro de Azevedo
(Membro do Conselho de Administração)

Imparfin, SGPS, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)

Linhacom, SGPS, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)

Praça Foz – Sociedade Imobiliária, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Cargos exercidos em companhias em que a Sonaecom é accionista:

Optimus – Comunicações S.A.
(Membro do Conselho de Administração)

Público - Comunicação Social, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)

Sonaecom – Sistemas de Informação SGPS, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)

Outros cargos:

MLGTS & Associados, Sociedade de Advogados
(Partner e Membro do Conselho de Administração)

BPI SGPS, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)

Mota-Engil SGPS, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)

Riopele, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)

Miguel Nuno Santos Almeida

Cargos exercidos em companhias em que a Sonaecom é accionista:

Be Artis, Conceção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações, S.A. (Presidente do Conselho de Administração)

Be Towering – Gestão de Torres de Telecomunicações, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)

Per-Mar, Sociedade de Construções, S.A.
(Presidente do Conselho de Administração)

Público – Comunicação Social, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)

Sonae Télécom SGPS, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)

Optimus Comunicações, S.A.
(CEO)

WeDo Consulting – Sistemas de Informação, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)

Sonaecom, Sistemas de Informação, SGPS, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)

Sonaecom BV
(Membro do Conselho de Administração)

Outros cargos:

Não exerce outros cargos em outras companhias

António Sampaio e Mello

Cargos exercidos em companhias em que a Sonaecom é accionista:

Não exerce qualquer cargo em empresas em que a Sonaecom é accionista.

Outros cargos:

Nakoma Capital Management
(Membro do Conselho de Administração)

Central Healthcare
(Membro do Conselho de Administração)

David Charles Denholm Hobley

Cargos exercidos em companhias em que a Sonaecom é accionista:

Não exerce qualquer cargo em empresas em que a Sonaecom é accionista.

Outros cargos:

Egyptian Company for Mobile Services S.A.
(Membro do Conselho de Administração)

Mobinil, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)

Nectar Capital LLC
(Membro do Conselho de Administração)

Orange Brand Services Limited
(Membro do Conselho de Administração)

Westgate Nominees Hall Limited
(Membro do Conselho de Administração)

Velti plc
(Membro do Conselho de Administração)

Deutsche Bank AG, London Branch
(Administrador)

Franck Emmanuel Dangeard

Cargos exercidos em companhias em que a Sonaecom é accionista:
Não exerce qualquer cargo em empresas em que a Sonaecom é accionista.

Outros cargos:

Crédit Agricole-commercial and Investment Bank (France):
Director; Membro da Comissão de Remunerações

Atari (France): Presidente do Conselho de Administração; Membro da Comissão de Auditoria; Membro da Comissão de Remunerações

Symantec (Symantec US): Director; Membro da Comissão de Auditoria; Membro da Comissão de Nomeações e Governance

Moser Baer (India): Director; Membro da Comissão de Auditoria

Moser Baer Projects (India): Director; Membro da Comissão de Auditoria

PricewaterhouseCoopers (France): Presidente da Comissão Estratégica

Bruegel: Membro do Conselho de Administração

Energos (Italy): Membro do Conselho Consultivo

Reech AIM (UK): Membro do Conselho Consultivo

HEC: Membro do Conselho consultivo

HBS: Membro do Conselho Consultivo Internacional

Gervais Gilles Pellissier

Cargos exercidos em companhias em que a Sonaecom é accionista:
Não exerce qualquer cargo em empresas em que a Sonaecom é accionista.

Outros cargos:

France Télécom Spain
(Membro do Conselho de Administração)

Mobistar
(Membro do Conselho de Administração)

Studio 37
(Membro do Conselho de Administração)

Fram (Membro do Conselho Consultivo)

Jean-François René Pontal

Cargos exercidos em companhias em que a Sonaecom é accionista:
Não exerce qualquer cargo em empresas em que a Sonaecom é accionista.

Outros cargos:

Ing Direct, France
(Membro do Conselho Consultivo)

Oger Télécom, Dubai
(Membro do Conselho de Administração)

Nuno Manuel Moniz Trigoso Jordão

Cargos exercidos em companhias em que a Sonaecom é accionista:
Não exerce qualquer cargo em empresas em que a Sonaecom é accionista.

Outros cargos:

Modelo – Distribuição de Materiais de Construção, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)

Sonae Investimentos SGPS, S.A. (Membro do Conselho de Administração)

Sonae SGPS, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)

Sonaerp – Retail Properties, S.A.
(Membro do Conselho de Administração)

4.3. Artigo 447º, 448º e Participações Qualificadas

Artigo 447º

Nos termos do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais e do Regulamento da CMVM nº 5/2008.

Acções detidas pelos membros do Conselho de Administração e Dirigentes e respectivas transacções durante o ano de 2010:

Conselho de Administração

	Data	Aquisições		Alienações		Saldo em 31 Dezembro 2010
		Quantidade	Média Valor €	Quantidade	Média Valor €	Quantidade
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo						
Efanor Investimentos, SGPS, SA ⁽¹⁾						1
Migracom, SGPS, SA ⁽³⁾						1.969.996
Sonae, SGPS, SA ⁽⁶⁾						3.293
Ángelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério						
Sonae, SGPS, SA ⁽⁶⁾						250.000
Sonaecom, SGPS, SA ⁽⁹⁾						225.000
Miguel Nuno Santos Almeida						
Sonae, SGPS, SA ⁽⁶⁾						28.184
Acções entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	10.03.2010	28.184	0,00			39.799
Sonaecom, SGPS, SA ⁽⁹⁾	10.03.2010	18.942	0,00			
Acções entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo						
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo						
Efanor Investimentos, SGPS, SA ⁽¹⁾						1
Linhaacom, SGPS, SA ⁽⁴⁾						99.996
Sonae, SGPS, SA ⁽⁶⁾						-
Acções entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	10.03.2010	17585	0,00			
Alienação	23.08.2010			17585	0,82	
Sonaecom, SGPS, SA ⁽⁹⁾						170
Acções entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	10.03.2010	11.818	0,00			
Alienação	23.08.2010			11.818	1,49	
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier						
Sonae, SGPS, SA ⁽⁶⁾						42.046
Acções entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	10.03.2010	25.412	0,00			
Sonaecom, SGPS, SA ⁽⁹⁾						19.682
Acções entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	10.03.2010	17079	0,00			

Artigo 447º (continuação)

Dirigentes

	Data	Aquisições		Alienações		Saldo em
		Quantidade	Média Valor €	Quantidade	Média Valor €	31 Dezembro 2010
						Quantidade
David Graham Shenton Bain						
Sonae, SGPS, SA ⁽⁶⁾						20.000
Sonaecom, SGPS, SA ⁽⁹⁾						15.000
Ana Paula Garrido Pina Marques						
Sonae, SGPS, SA ⁽⁶⁾						11.000
Sonaecom, SGPS, SA ⁽⁹⁾						14.444
Acções entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	10.03.2010	8.165	0,00			
Alienação	15.03.2010			8.165	1,70	
Manuel António Neto Portugal Ramalho Eanes						
Sonaecom, SGPS, SA ⁽⁹⁾						-
Acções entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	10.03.2010	9.197	0,00			
Alienação	25.03.2010			9.197	1,65	
David Pedro Oliveira Parente Ferreira Alves						
Sonae, SGPS, SA ⁽⁶⁾						5.000
Sonaecom, SGPS, SA ⁽⁹⁾						14.322
Acções entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	10.03.2010	14.322	0,00			
Rui José Gonçalves Paiva						
Sonaecom, SGPS, SA ⁽⁹⁾						460
Artur Carlos Gomes Loureiro						
Sonae, SGPS, SA ⁽⁶⁾						-
Alienação	02.11.2010			4.000	0,85	
Sonaecom, SGPS, SA ⁽⁹⁾						41.135
Acções entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	10.03.2010	14.773	0,00			
José Manuel Pinto Correia						
Sonae, SGPS, SA ⁽⁶⁾						3.905
Sonaecom, SGPS, SA ⁽⁹⁾						96.305
Acções entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	10.03.2010	14.288	0,00			
Pedro Rafael de Sousa Nunes Pedro						
Sonae, SGPS, SA ⁽⁶⁾						4.400
Ana Cristina Dinis da Silva Fanha Vicente Soares						
Sonaecom, SGPS, SA ⁽⁹⁾						1.125
Acções entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo	10.03.2010	1.125	0,00			

Conselho Fiscal

	Data	Aquisições		Alienações		Saldo em
		Quantidade	Média Valor €	Quantidade	Média Valor €	31 Dezembro 2010
						Quantidade
Armando Luís Vieira Magalhães						
Sonae, SGPS, SA ⁽⁶⁾						10.000
Alienação	26.04.2010			20.000	0,83	

Artigo 447º (continuação)

Notas

	Data	Aquisições		Alienações		Saldo em
		Quantidade	Média Valor €	Quantidade	Média Valor €	31 Dezembro 2010 Quantidade
(1) Efanor Investimentos, SGPS, SA Sonae, SGPS, SA ⁽⁶⁾ Pareuro, BV ⁽²⁾ Sonaecom, SGPS, SA ⁽⁹⁾						659.650.000 2.000.000 1.000
(2) Pareuro, BV Sonae, SGPS, SA ⁽⁶⁾						400.000.000
(3) Migracom, SGPS, SA Imparfin, SGPS, SA ⁽⁵⁾ Sonae, SGPS, SA ⁽⁶⁾ Sonaecom, SGPS, SA ⁽⁹⁾						150.000 1.485.000 387.342
(4) Linhacom, SGPS, SA Imparfin, SGPS, SA ⁽⁵⁾ Sonae, SGPS, SA ⁽⁶⁾ Aquisição Sonaecom, SGPS, SA ⁽⁹⁾ Aquisição	23.08.2010 23.08.2010	17.585 11.818	0,82 1,49			150.000 368.881 49.862
(5) Imparfin, SGPS, SA Sonae, SGPS, SA ⁽⁶⁾						4.105.280
(6) Sonae, SGPS, SA Sonaecom, SGPS, SA ⁽⁹⁾ Sonae Investments BV ⁽⁷⁾ Sontel BV ⁽⁸⁾						838.649 2.000.000 4.286
(7) Sonae Investments BV Sontel BV ⁽⁸⁾ Sonaecom, SGPS, SA ⁽⁹⁾						5.714 10.500.000
(8) Sontel BV Sonaecom, SGPS, SA ⁽⁹⁾						183.374.470
(9) Sonaecom, SGPS, SA Acções entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo Aquisição Acções entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo Aquisição Aquisição Acções entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo Aquisição Acções entregues ao abrigo do Plano de Incentivo de Médio Prazo Aquisição	04.01.2010 Jan-10 10.03.2010 Mar-10 Mai-10 22.11.2010 Nov-10 22.12.2010 Dez-10	747.000 886.935 433.000 335.500 724.953	1,986 1,658 1,257 1,295 1,397	28.459 943.725 24.036 44.385	0,00 0,00 0,00 0,00	9.256.357

Artigo 448º

Nos termos do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais.

	Número de ações em 31 Dezembro 2010
Efanor Investimentos, SGPS, SA	
Sonae, SGPS, SA	659.650.000
Pareuro, BV	2.000.000
Sonaecom, SGPS, SA	1.000
Pareuro, BV	
Sonae, SGPS, SA	400.000.000
Sonae, SGPS, SA	
Sonaecom, SGPS, SA	838.649
Sonae Investments BV	2.000.000
Sontel BV	4.286
Sonae Investments BV	
Sonaecom, SGPS, SA	10.500.000
Sontel BV	5.714
Sontel BV	
Sonaecom, SGPS, SA	183.374.470
Atlas Services Belgium, S.A.	
Sonaecom, SGPS, SA	73.249.374

Participações Qualificadas

Dando cumprimento ao artigo 8º, nº1, alínea b) do Regulamento 05/2008 da CMVM, declaramos as seguintes participações qualificadas a 31 de Dezembro de 2010:

Accionista	Número de acções	% Participação no capital	% Direitos de voto	
			Com acções próprias	Sem acções próprias
Sontel BV	183.374.470	50,07%	50,07%	51,37%
Sonae Investments BV	10.500.000	2,87%	2,87%	2,94%
Sonae SGPS	838.649	0,23%	0,23%	0,23%
Migracom, SGPS, SA	387.342	0,11%	0,11%	0,11%
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério ⁽¹⁾ (2) (4)	225.000	0,06%	0,06%	0,06%
Belmiro Mendes de Azevedo ⁽¹⁾ (3)	75.537	0,02%	0,02%	0,02%
Linhacom, SGPS, SA	49.862	0,01%	0,01%	0,01%
Miguel Nuno Santos Almeida ⁽⁴⁾	39.799	0,01%	0,01%	0,01%
Álvaro Carmona e Costa Portela ⁽¹⁾	5.000	0,00%	0,00%	0,00%
Efanor Investimentos, SGPS, SA	1.000	0,00%	0,00%	0,00%
António Bernardo Aranha Lobo Xavier	19.682	0,01%	0,01%	0,01%
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo ⁽³⁾ (4)	170	0,00%	0,00%	0,00%
Total imputável	195.516.511	53,38%	53,38%	54,77%
France Telecom, S.A.				
Atlas Services Belgium, S.A.	73.249.374	20,00%	20,00%	20,52%
Total attributable	73.249.374	20,00%	20,00%	20,52%
BCP				
Banco Comercial Português S.A.	100.998	0,03%	0,03%	0,03%
Fundo de Pensões Grupo BCP	12.400.000	3,39%	3,39%	3,47%
Total imputável	12.500.998	3,41%	3,41%	3,50%
Santander				
Fundo Santander PPA	527.749	0,14%	0,14%	0,15%
Fundo Santander Acções Portugal	3.375.379	0,92%	0,92%	0,95%
Fundo Santander Acções Europa	725.705	0,20%	0,20%	0,20%
Fundo Santander Seleção Acções	363.539	0,10%	0,10%	0,10%
Fundo Santander Euro- Futuro Telecomunicações Média e Componentes Electrónicas do				
Agrupamento de Fundos Euro Futuro	83.685	0,02%	0,02%	0,02%
Fundo Santander Global	2.332.731	0,64%	0,64%	0,65%
Total imputável	7408.788	2,02%	2,02%	2,08%

(1) Membro do Conselho de Administração da Sonae, SGPS, S.A.

(2) Membro do Conselho de Administração da Sonae Investments BV e da Sontel BV.

(3) Membro do Conselho de Administração da Efanor Investimentos, SGPS, S.A.

(4) Membro do Conselho de Administração da Sonaecom, SGPS, S.A.



05



O nosso modelo de governação

- 5.0 | Introdução
- 5.1 | Declaração de cumprimento
- 5.2 | Assembleia Geral de Accionistas
- 5.3 | Órgãos de administração e fiscalização
- 5.4 | Política de remuneração do grupo e remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização
- 5.5 | Gestão de risco
- 5.6 | Outras informações
- 5.7 | Artigos 447º, 448º e participações qualificadas
- 5.8 | Anexo

5.0. Introdução

i) Mensagem aos accionistas

Caro accionista,

A Sonaecom tem um compromisso sério no sentido de criar valor de longo prazo para os accionistas. Como tal, estamos focados em adoptar as melhores práticas nacionais e internacionais em termos de Governo da Sociedade. Cumprimos, na totalidade, as exigências legais da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (“CMVM”), adoptando a grande maioria das suas recomendações e mantendo-nos activos no melhoramento permanente das nossas práticas.

Este compromisso é assumido por toda a organização e os nossos valores são amplamente divulgados. No sentido de uma total transparência, publicamos as orientações e informação sobre o Governo da Sociedade no *website* da empresa (www.sonae.com).

Pretendemos ser um modelo de referência, não só no que respeita ao modelo de Governação, mas também na forma como o comunicamos às partes interessadas.

Estamos particularmente satisfeitos com os princípios sólidos e objectivos nos quais se baseia a nossa política de remuneração, uma política competitiva, ligada ao desempenho, alinhada com os interesses dos accionistas, transparente, razoável e justa. A remuneração atribuída é, também, apresentada em detalhe. Os nossos princípios reflectem, claramente, o nosso compromisso nesta área.

ii) Princípios de Governo da Sociedade

As nossas práticas de Governo da Sociedade baseiam-se, essencialmente, nos seguintes princípios:

- Transparência
- Independência
- Supervisão
- Gestão do Risco
- Compromisso com os accionistas
- Adaptação do modelo de Governo da Sociedade – Um modelo não é universalmente aplicável (ou “cumprimos” ou “justificamos”)

O que significa Governo da Sociedade para a Sonaecom?

Por Governo da Sociedade, entende-se o processo de tomada de decisão e a forma como as nossas decisões são implementadas, incluindo também as estruturas formais e os diferentes órgãos envolvidos na preparação, desafio, aprovação, implementação e elaboração de relatórios sobre essas tomadas de decisão. Para a Sonaecom, Governo da Sociedade significa assegurar que:

- A nossa gestão está a orientar o negócio na direcção correcta e actua de forma a defender o interesse da empresa e dos seus accionistas;
- Protegemos os nossos padrões éticos e respeitamos o interesse das partes envolvidas;
- Cumprimos com os nossos estatutos e com as leis e regulamentos em vigor;



- Seguimos a nossa estratégia corporativa, de forma a atingir os nossos objectivos de desempenho;
- Temos as formas de controlo e os procedimentos adequados para gerir o risco de forma eficaz;
- A nossa gestão e modelo de governação são avaliados e monitorizados, com base nas estruturas e nos procedimentos correctos.

Como fazemos acontecer a nossa governação?

Na Sonaecom, a nossa governação está presente em toda a estrutura organizacional, nos nossos princípios e na nossa comunicação e divulgação ao mercado, contribuindo para a criação de uma cultura de governação. O nosso Director de Governo da Sociedade apoia o presidente do Conselho de Administração e o presidente da Comissão Executiva da Sonaecom em relação ao modelo de governação adoptado, de forma a garantir que os processos e procedimentos são adoptados no sentido de salvaguardar os interesses dos accionistas. Além disso, estamos organizados para que os diferentes órgãos, estatutários e não estatutários, assumam a responsabilidade de assegurar que são adoptadas as melhores práticas em termos de governação, optimizando o alinhamento entre a gestão e os accionistas.

5.1. Declaração de cumprimento

De acordo com as Recomendações sobre Governo das Sociedades, publicadas em Janeiro de 2010 pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (“CMVM”), esta secção descreve pormenorizadamente as funções, responsabilidades e composição dos nossos órgãos de governação. Entre outros assuntos, esta secção inclui também uma descrição e explicação detalhada da nossa política de remunerações e das posições accionistas detidas pelos nossos Administradores.

Divulgação do local onde a informação é publicada

Os textos integrais contendo as actuais regras de governo da Sonaecom – com fonte regulamentar, recomendatória ou de natureza voluntária, incluindo o código de conduta e, em particular, as normas internas sobre transacção de acções e conflitos de interesse – são disponibilizados ao público em geral através do nosso *website*: www.sonae.com e do *website* da CMVM: www.cmvm.pt.

Recomendações da CMVM sobre Governo das Sociedades

O quadro seguinte apresenta um resumo das recomendações da CMVM sobre o Governo das Sociedades, publicadas em Janeiro de 2010 e respectivo nível de cumprimento por parte da Sonaecom, a 31 de Dezembro de 2010.

Recomendações da CMVM		Cumprimento pela Sonaecom	Comentários
1	Assembleia Geral		
1.1	Mesa da Assembleia Geral		
1.1.1	O presidente da mesa da Assembleia Geral deve dispor de recursos humanos e logísticos de apoio que sejam adequados às suas necessidades, considerada a situação económica da sociedade.	Sim	Todos os recursos necessários são disponibilizados pela Sonaecom através dos departamentos relevantes: Jurídico, Instalações, Financeiro, etc.
1.1.2	A remuneração do presidente da mesa da Assembleia Geral deve ser divulgada no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	Sim	A remuneração é divulgada (ver secção “5.2. Assembleia Geral de Accionistas – Remuneração”).
1.2	Participação na Assembleia		
1.2.1	A antecedência imposta para a recepção, pela mesa, das declarações de depósito ou bloqueio das acções para a participação em Assembleia Geral não deve ser superior a cinco dias úteis.	Sim	Este requisito, que está previsto nos estatutos da Sonaecom, é de cinco dias úteis (ver secção “5.2. Assembleia Geral de Accionistas - Bloqueio de Acções”). No entanto, o bloqueio das acções deixou de ser requerido na sequência de alteração legislativa.
1.2.2	Em caso de suspensão da reunião da Assembleia geral, a sociedade não deve obrigar ao bloqueio durante todo o período que medeia até que a sessão seja retomada, devendo ser suficiente a antecedência exigida na primeira sessão.	Sim	Em caso de suspensão, os estatutos da sociedade apenas exigem o bloqueio durante os cinco dias úteis que antecedem a data em que a Assembleia é retomada (ver secção “5.2. Assembleia Geral de Accionistas - Normas aplicáveis ao bloqueio das acções no caso de suspensão da Assembleia Geral”).

Recomendações da CMVM		Cumprimento pela Sonaecom	Comentários
1.3	Voto e exercício de direito de voto		
1.3.1	As sociedades não devem prever qualquer restrição estatutária ao voto por correspondência e, quando adoptado e admissível, ao voto por correspondência electrónico.	Sim	Não existem restrições ao voto por correspondência (ver secção "5.2. Assembleia Geral de Accionistas - Voto por correspondência").
1.3.2	O prazo estatutário de antecedência para a recepção da declaração de voto emitida por correspondência não deve ser superior a três dias úteis.	Sim	O prazo previsto pelos nossos estatutos é de três dias (ver secção "5.2. Assembleia Geral de Accionistas - Prazo limite para o voto por correspondência").
1.3.3	As sociedades devem assegurar a proporcionalidade entre os direitos de voto e a participação accionista, preferencialmente através de previsão estatutária que faça corresponder um voto a cada acção. Não cumprem a proporcionalidade as sociedades que, designadamente: i) tenham acções que não confirmam o direito de voto; ii) estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só accionista ou por accionistas com ele relacionados.	Sim	Os estatutos da Sonaecom contemplam o princípio uma acção um voto (ver secção "5.2. Número de acções correspondentes a um voto").
1.4	Quórum deliberativo		
	As sociedades não devem fixar um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.	Sim	O nosso Quórum corresponde ao mínimo requerido por lei.
1.5	Actas e informação sobre deliberações adoptadas		
	Extractos de acta das reuniões da Assembleia geral, ou documentos de conteúdo equivalente, devem ser disponibilizados aos accionistas no <i>Website</i> da sociedade, no prazo de cinco dias após a realização da Assembleia Geral, ainda que não constituam informação privilegiada. A informação divulgada deve abranger as deliberações tomadas, o capital representado e os resultados das votações. Estas informações devem ser conservadas no Website da sociedade durante pelo menos três anos.	Sim	Os elementos requeridos foram disponibilizados no <i>website</i> da sociedade e aí se mantêm.
1.6	Medidas relativas ao controlo das sociedades		
1.6.1	As medidas que sejam adoptadas com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição devem respeitar os interesses da sociedade e dos seus accionistas. Os estatutos das sociedades que, respeitando esse princípio, prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único accionista, de forma individual ou em concertação com outros accionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, será sujeita a deliberação pela Assembleia Geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	Sim	Não existem tais medidas a restringir limitação do número de votos.

Recomendações da CMVM		Cumprimento pela Sonaecom	Comentários
1.6.2	Não devem ser adoptadas medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, prejudicando dessa forma a livre transmissibilidade das acções e a livre apreciação pelos accionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.	Sim	Não existem tais medidas (ver secção "5.2. Assembleia Geral de Accionistas - Medidas defensivas em caso de transição de controlo ou de alterações na composição do órgão de administração").
2	Órgãos de administração e fiscalização		
2.1	Temas gerais		
2.1.1	Estrutura e competência		
2.1.1.1	O órgão de administração deve avaliar no seu relatório anual sobre o Governo da Sociedade o modelo adoptado, identificando eventuais constrangimentos ao seu funcionamento e propondo medidas de actuação que, no seu juízo, sejam idóneas para os superar.	Sim	Ver secção 5.3.a) Órgãos de administração e fiscalização - Identificação e Composição".
2.1.1.2	As sociedades devem criar sistemas internos de controlo e gestão de riscos, em salvaguarda do seu valor e em benefício da transparência do seu governo societário, que permitam identificar e gerir o risco. Esses sistemas devem integrar, pelo menos, as seguintes componentes: i) fixação dos objectivos estratégicos da sociedade em matéria de assumpção de riscos; ii) identificação dos principais riscos ligados à concreta actividade exercida e dos eventos susceptíveis de originar riscos; iii) análise e mensuração do impacto e da probabilidade de ocorrência de cada um dos riscos potenciais; iv) gestão do risco com vista ao alinhamento dos riscos efectivamente incorridos com a opção estratégica da sociedade quanto à assunção de riscos; v) mecanismos de controlo da execução das medidas de gestão de risco adoptadas e da sua eficácia; vi) adopção de mecanismos internos de informação e comunicação sobre as diversas componentes do sistema e de alertas de riscos; vii) avaliação periódica do sistema implementado e adopção das modificações que se mostrem necessárias.	Sim	Tais sistemas estão implementados e encontram-se descritos neste relatório (ver secção "5.5. Gestão de Risco").
2.1.1.3	O órgão de administração deve assegurar a criação e funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos, cabendo ao órgão de fiscalização a responsabilidade pela avaliação do funcionamento destes sistemas e propor o respectivo ajustamento às necessidades da sociedade.	Sim	Estes sistemas estão implementados e são monitorizados pelos nossos órgãos de supervisão (ver secção "5.5. Gestão de Risco - Reporte aos órgãos de supervisão").
2.1.1.4	As sociedades devem, no relatório anual sobre o Governo da Sociedade: i) identificar os principais riscos económicos, financeiros e jurídicos a que a sociedade se expõe no exercício da actividade; ii) descrever a actuação e eficácia do sistema de gestão de riscos.	Sim	Ver secção "5.5. Gestão de Risco - Principais riscos e acções de controlo".
2.1.1.5	Os órgãos de administração e fiscalização devem ter regulamentos de funcionamento os quais devem ser divulgados no Website da sociedade.	Sim	Os regulamentos internos estão disponíveis no nosso <i>website</i> (ver secção "5.3.b) Órgãos de administração e fiscalização - Estrutura societária - funções e Competências"). Ver ainda secção "5.5. Gestão de Risco - Outros processos de Gestão de Risco".

Recomendações da CMVM	Cumprimento pela Sonaecom	Comentários
2.1.2 Incompatibilidades e independência		
2.1.2.1 O Conselho de Administração deve incluir um número de membros Não-Executivos que garanta efectiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da actividade dos membros Executivos.	Sim	Do total de 11 membros do Conselho de Administração da Sonaecom, 7 são Não-Executivos (ver secção 5.3.a) Órgãos de administração e fiscalização - Identificação e Composição”).
2.1.2.2 De entre os Administradores Não-Executivos deve contar-se um número adequado de Administradores independentes, tendo em conta a dimensão da sociedade e a sua estrutura accionista, que não pode em caso algum ser inferior a um quarto do número total de Administradores.	Sim	Actualmente o nosso Conselho de Administração inclui três Administradores independentes, o que corresponde a mais de um quarto do número total de Administradores (ver secção “5.3.a) Órgãos de administração e fiscalização - Identificação e Composição”).
2.1.2.3 A avaliação da independência dos seus membros Não-Executivos feita pelo órgão de administração deve ter em conta as regras legais e regulamentares em vigor sobre os requisitos de independência e o regime de incompatibilidades aplicáveis aos membros dos outros órgão sociais, assegurando a coerência sistemática e temporal na aplicação dos critérios de independência a toda a sociedade. Não deve ser considerado independente Administrador que, noutro órgão social, não pudesse assumir essa qualidade por força das normas aplicáveis.	Sim	O cumprimento dos requisitos legais de independência foram assegurados através de questionários específicos respondidos pelos membros Não-Executivos do Conselho de Administração.
2.1.3 Elegibilidade e nomeação		
2.1.3.1 Consoante o modelo aplicável, o presidente do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria ou da comissão para as matérias financeiras deve ser independente e possuir as competências adequadas ao exercício das respectivas funções.	Sim	O cumprimento dos requisitos legais de independência e a verificação da adequação das competências foram assegurados através de questionários específicos solicitados pela Sonaecom (ver secção “5.3.f) Órgãos de administração e fiscalização – habilitações, experiência e responsabilidade dos membros dos Órgãos sociais”).
2.1.3.2 O processo de selecção de candidatos a Administradores Não-Executivos deve ser concebido de forma a impedir a interferência dos Administradores Executivos.	Sim	O processo de selecção de candidatos a Administradores Não-Executivos cumpre totalmente esta recomendação. Ver secção “5.3.b) Órgãos de administração e fiscalização – Estrutura societária – funções e competências”).

Recomendações da CMVM	Cumprimento pela Sonaecom	Comentários
2.1.4 Política de Comunicação de irregularidades		
2.1.4.1 A sociedade deve adoptar uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seu seio, com os seguintes elementos: i) indicação dos meios através dos quais as comunicações de práticas irregulares podem ser feitas internamente, incluindo as pessoas com legitimidade para receber comunicações; ii) indicação do tratamento a ser dado às comunicações, incluindo tratamento confidencial, caso assim seja pretendido pelo declarante.	Sim	A Sonaecom adoptou uma política que cumpre integralmente com esta recomendação (ver secção “5.5. Gestão de Risco - Política de comunicação de irregularidades”).
2.1.4.2 As linhas gerais desta política devem ser divulgadas no relatório sobre o Governo da Sociedade.	Sim	A Sonaecom divulga as linhas gerais desta política neste relatório e no seu <i>website</i> (ver secção “5.5. Gestão de Risco - Política de comunicação de irregularidades”).
2.1.5 Remuneração		
2.1.5.1 A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses de longo prazo da sociedade, basear-se em avaliação de desempenho e desincentivar a assunção excessiva de riscos. Para este efeito, as remunerações devem ser estruturadas, nomeadamente, da seguinte forma:	Não	O alinhamento com os interesses dos accionistas está assegurado e esta recomendação é cumprida com excepção do ponto 2.1.5.1.i).
i) A remuneração dos Administradores que exerçam funções executivas deve integrar uma componente variável cuja determinação dependa de uma avaliação de desempenho, realizada pelos órgãos competentes da sociedade, de acordo com critérios mensuráveis pré-determinados, que considere o real crescimento da empresa e a riqueza efectivamente criada para os accionistas, a sua sustentabilidade a longo prazo e os riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à actividade da empresa.		Apesar de António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier ser Administrador Executivo, a sua remuneração não inclui uma componente variável, tratando-se de uma excepção à política de remuneração do Administradores Executivos. Dada a especificidade das funções deste Administrador Executivo em termos de Governação e enquanto membro da Comissão de Ética, foi considerado que não seria recomendável a sua remuneração conter uma componente variável.
ii) A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes.		A política de Remuneração da Sonaecom contempla uma componente variável, tal como previsto nos principais indicadores de referência Europeus. A componente variável representa mais de 40% do total auferido.
iii) Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos, e o seu pagamento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período.		Ver “5.4.b) Remuneração auferida pelo Conselho de Administração”.
(iv) Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade.		Não foram identificados contratos desta natureza.

Recomendações da CMVM	Cumprimento pela Sonaecom	Comentários
<p>(v) Até ao termo do seu mandato, devem os Administradores Executivos manter as acções da sociedade a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com excepção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas acções.</p>		<p>Desde 2008, a Sonaecom implementou uma política de retenção de acções que cumpre integralmente esta recomendação.</p>
<p>(vi) Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.</p>		<p>A remuneração variável não contempla atribuição de opções.</p>
<p>(vii) Devem ser estabelecidos os instrumentos jurídicos adequados para que a compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de Administrador não seja paga se a destituição ou cessação por acordo é devida a desadequado desempenho do Administrador.</p>		<p>A Sonaecom recorre aos instrumentos jurídicos disponíveis na lei adequados para esta situação.</p>
<p>(viii) A remuneração dos membros não Executivos do órgão de administração não deverá incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho ou do valor da sociedade.</p>		<p>Os Administradores Não-Executivos da Sonaecom não auferem remuneração variável nem participam no MTIP.</p>
<p>2.1.5.2 A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, deve, além do conteúdo ali referido, conter suficiente informação: i) sobre quais os grupos de sociedades cuja política e práticas remuneratórias foram tomadas como elemento comparativo para a fixação da remuneração; ii) sobre os pagamentos relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de Administradores.</p>	Não	<p>Uma proposta sobre a política de remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização que contenha a mencionada informação será objecto de deliberação na Assembleia Geral Anual de Accionistas de 2011.</p>
<p>2.1.5.3 A declaração sobre a política de remunerações a que se refere o art. 2.º da Lei n.º 28/2009 deve abranger igualmente as remunerações dos dirigentes na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários e cuja remuneração contenha uma componente variável importante. A declaração deve ser detalhada e a política apresentada deve ter em conta, nomeadamente, o desempenho de longo prazo da sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à actividade da empresa e a contenção na tomada de riscos.</p>	Não	<p>Uma proposta sobre a política de remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização que contenha a mencionada informação será objecto de deliberação na Assembleia Geral Anual de Accionistas de 2011.</p>
<p>2.1.5.4 Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de acções, e/ou de opções de aquisição de acções ou com base nas variações do preço das acções, a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correcta do plano. A proposta deve ser acompanhada do regulamento do plano ou, caso o mesmo ainda não tenha sido elaborado, das condições a que o mesmo deverá obedecer. Da mesma forma devem ser aprovadas em Assembleia Geral as principais características do sistema de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários.</p>	Sim	<p>Esta proposta foi aprovada na Assembleia Geral em 2007. Não existem quaisquer planos de pensões de reforma em vigor (ver secção "5.4.a) Política de Remuneração do Grupo").</p>

Recomendações da CMVM	Cumprimento pela Sonaecom	Comentários
2.1.5.5 Pelo menos um representante da Comissão de Remunerações deve estar presente nas Assembleias Gerais de accionistas.	Sim	Um representante da Comissão de Vencimentos esteve presente na Assembleia Geral de accionistas.
2.1.5.6 Deve ser divulgado, no relatório anual sobre o Governo da Sociedade, o montante da remuneração recebida, de forma agregada e individual, em outras empresas do grupo e os direitos de pensão adquiridos no exercício em causa.	Sim	A sociedade procede a esta divulgação (ver secção "5.4.b) Remuneração auferida pelo Conselho de Administração".
2.2 Conselho de Administração		
2.2.1 Dentro dos limites estabelecidos por lei para cada estrutura de administração e fiscalização, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	Sim	A administração quotidiana da sociedade está delegada numa Comissão Executiva (ver secção "5.3.b) Órgãos de administração e fiscalização – Estrutura societária – funções e competências").
2.2.2 O Conselho de Administração deve assegurar que a sociedade actua de forma consentânea com os seus objectivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	Sim	Tais responsabilidades não estão contempladas na delegação de poderes (ver secção "5.3.b) Órgãos de administração e fiscalização – Estrutura societária – funções e competências").
2.2.3 Caso o presidente do Conselho de Administração exerça funções executivas, o Conselho de Administração deve encontrar mecanismos eficientes de coordenação dos trabalhos dos membros Não-Executivos, que designadamente assegurem que estes possam decidir de forma independente e informada, e deve proceder-se à devida explicitação desses mecanismos aos accionistas no âmbito do relatório sobre o Governo da Sociedade.	Sim	O Presidente do Conselho de Administração não exerce funções executivas (ver secção 5.3.a) Órgãos de administração e fiscalização – Identificação e composição").
2.2.4 O relatório anual de gestão deve incluir uma descrição sobre a actividade desenvolvida pelos Administradores Não-Executivos referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.	Sim	Esta informação está descrita na Secção 4 do relatório anual de gestão.
2.2.5 A sociedade deve explicitar a sua política de rotação dos pelouros no Conselho de Administração, designadamente do responsável pelo pelouro financeiro, e informar sobre ela no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	Sim	Ver secção "5.3.b) Órgãos de administração e fiscalização – Estrutura societária – funções e competências".
2.3 Administrador Delegado, Comissão Executiva e Conselho de Administração Executivo		
2.3.1 Os Administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.	Sim	Os Administradores Executivos da Sonaecom cumprem esta recomendação.
2.3.2 O presidente da comissão executiva deve remeter, respectivamente, ao presidente do Conselho de Administração e, conforme aplicável, ao presidente do Conselho Fiscal ou da Comissão de Auditoria, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões.	Sim	O Presidente da Comissão Executiva cumpre esta recomendação.

Recomendações da CMVM	Cumprimento pela Sonaecom	Comentários
2.3.3 O presidente do Conselho de Administração Executivo deve remeter ao presidente do Conselho Geral e de Supervisão e ao presidente da comissão para as matérias financeiras, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões.	Não aplicável	A Sonaecom não adoptou este modelo de governação.
2.4 Conselho Geral e de Supervisão, Comissão para as Matérias Financeiras, Comissão de Auditoria e Conselho Fiscal		
2.4.1 O Conselho Geral e de Supervisão, além do exercício das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve desempenhar um papel de aconselhamento, acompanhamento e avaliação contínua da gestão da sociedade por parte do Conselho de Administração Executivo. Entre as matérias sobre as quais o Conselho Geral e de Supervisão deve pronunciar-se incluem-se: i) a definição da estratégia e das políticas gerais da sociedade; ii) a estrutura empresarial do grupo; e iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	Não aplicável	A Sonaecom não adoptou este modelo de governação.
2.4.2 Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo Conselho Geral e de Supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal devem ser objecto de divulgação no Website da sociedade, em conjunto com os documentos de prestação de contas.	Sim	O relatório anual elaborado pelo Conselho Fiscal é objecto de divulgação no <i>website</i> da Sonaecom.
2.4.3 Os relatórios anuais sobre a actividade desenvolvida pelo Conselho Geral e de Supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal devem incluir a descrição sobre a actividade de fiscalização desenvolvida referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.	Sim	O relatório do Conselho Fiscal inclui esta descrição.
2.4.4 O Conselho Geral e de Supervisão, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal, consoante o modelo aplicável, devem representar a sociedade, para todos os efeitos, junto do auditor externo, competindo-lhe, designadamente, propor o prestador destes serviços, a respectiva remuneração, zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços, bem assim como ser o interlocutor da empresa e o primeiro destinatário dos respectivos relatórios.	Sim	A Sonaecom cumpre integralmente o que está estipulado no Código das Sociedades Comerciais em termos das funções e funcionamento do Conselho Fiscal. O Conselho Fiscal articula-se com a Comissão de Auditoria e Finanças, tal como descrito neste Relatório.
2.4.5 O Conselho Geral e de Supervisão, a Comissão de Auditoria e o Conselho Fiscal, consoante o modelo aplicável, devem anualmente avaliar o auditor externo e propor à Assembleia geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito.	Sim	O Conselho Fiscal procede a esta avaliação.
2.4.6 Os serviços de auditoria interna e os que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de compliance) devem reportar funcionalmente à Comissão de Auditoria, ao Conselho Geral e de Supervisão ou, no caso das sociedades que adoptem o modelo latino, a um Administrador independente ou ao Conselho Fiscal, independentemente da relação hierárquica que esses serviços mantenham com a administração executiva da sociedade.	Sim	Os serviços de auditoria interna reportam funcionalmente tanto à Comissão de Auditoria e Finanças como ao Conselho Fiscal sendo o último independente do Conselho de Administração. (ver secção "5.5. Gestão de Risco – Reporte aos Órgãos de Gestão e Supervisão").

Recomendações da CMVM		Cumprimento pela Sonaecom	Comentários
2.5 Comissões Especializadas			
2.5.1	Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração e o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo adoptado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para: i) assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos Administradores Executivos e para a avaliação do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes; ii) reflectir sobre o sistema de governo adoptado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria; iii) identificar atempadamente potenciais candidatos com o elevado perfil necessário ao desempenho de funções de Administrador.	Sim	A Comissão de Auditoria e Finanças e, em particular, a Comissão de Nomeações e Remunerações foram constituídas para este propósito (ver secção "5.3.b) Órgãos de administração e fiscalização – Estrutura societária – funções e competências").
2.5.2	Os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração.	Sim	Ver explicação abaixo relativa à independência de Paulo Azevedo ("Cumprimento com as Recomendações da CMVM").
2.5.3	Não deve ser contratada para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou colectiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do Conselho de Administração, ao próprio Conselho de Administração da sociedade ou que tenha relação actual com uma eventual consultora da empresa. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou colectiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.	Sim	Não procedemos à contratação de pessoa singular ou colectiva que encaixe nesta descrição.
2.5.4	Todas as comissões devem elaborar actas das reuniões que realizem.	Sim	As nossas Comissões redigem actas das reuniões.
3. Informação e Auditoria			
3.1 Deveres Gerais de Informação			
3.1.1	As sociedades devem assegurar a existência de um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos accionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores. Para tal deve a sociedade manter um Gabinete de Apoio ao Investidor.	Sim	A Sonaecom dispõe de um gabinete de Relações com Investidores (ver secção "5.6. Outras informações - Relação com Investidores").
3.1.2	A seguinte informação disponível no Website da sociedade deve ser divulgada em inglês: a) A firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e os demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais; b) Estatutos; c) Identidade dos titulares dos órgãos sociais e do representante para as relações com o mercado; d) Gabinete de Apoio ao Investidor, respectivas funções e meios de acesso;	Sim	Esta informação está disponível, em inglês, no <i>website</i> da Sonaecom.

Recomendações da CMVM	Cumprimento pela Sonaecom	Comentários
<p>e) Documentos de prestação de contas; f) Calendário semestral de eventos societários g) Propostas apresentadas para discussão e votação em Assembleia geral; h) Convocatórias para a realização de Assembleia Geral.</p>		
<p>3.1.3 As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respectivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do Conselho Fiscal que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição.</p>	Sim	Recomendação não aplicável, uma vez que o mandato do auditor terminará a 31 de Dezembro de 2011. (ver "secção 5.1. Declaração de Cumprimentos - Cumprimento com as Recomendações da CMVM").
<p>3.1.4 O Revisor Oficial de Contas pronuncia-se sobre a actividade por si desenvolvida no exercício de 2010 nos termos do seu relatório anual de auditoria, disponível em ww.sonae.com.</p>	Sim	Tal verificação consta do Relatório de Controlo Interno da Sonaecom emitido pelo auditor externo.
<p>3.1.5 A sociedade não deve contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com eles se encontrem em relação de participação ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços – que devem ser aprovados pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu relatório anual sobre o Governo da Sociedade – eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à sociedade.</p>	Sim	A política da Sonaecom é de que os serviços contratados ao auditor externo, para além dos serviços de auditoria, não atinjam mais de 20% da totalidade de serviços contratados pela empresa. Em 2010, em particular, a percentagem de serviços para além dos serviços de auditoria, contratados ao auditor externo, foi de 5%.
4. Conflitos de Interesses		
4.1 Relações com Accionistas		
<p>4.1.1 Os negócios da sociedade com accionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser realizados em condições normais de mercado.</p>	Sim	A Sonaecom tem a política de realizar este tipo de negócios em condições normais de Mercado. (ver "secção 5.5. Gestão de Risco - Política de Conflito de Interesses").
<p>4.1.2 Os negócios de relevância significativa com accionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser submetidos a parecer prévio do Conselho Fiscal. Este órgão deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância destes negócios e os demais termos da sua intervenção.</p>	Sim	A Sonaecom tem a política de comunicar este tipo de negócios. (ver "secção 5.5. Gestão de Risco - Política de Conflito de Interesses").

Cumprimento com as recomendações da CMVM

No que respeita às recomendações da CMVM sobre Governo da Sociedade, gostaríamos de acrescentar que, no caso da recomendação 2.5.2. (Independência dos elementos da Comissão de Vencimentos), acreditamos cumprir com esta recomendação em termos de substância, apesar de, formalmente, não cumprirmos, uma vez que um dos membros desta Comissão (Duarte Paulo Teixeira de Azevedo) é presidente do Conselho de Administração da Sonaecom.

A nossa opinião baseia-se nas seguintes considerações: (i) Duarte Paulo Teixeira de Azevedo representa o nosso accionista de referência maioritário na Comissão de Vencimentos na qualidade de Presidente da Comissão Executiva da Sonae, SGPS, S.A., o que está consistente com o propósito desta Comissão; (ii) é presidente Não-Executivo do Conselho de Administração da Sonaecom; (iii) não participa em nenhuma discussão ou resolução em que exista um conflito de interesses com o seu cargo de Presidente do Conselho de Administração (em especial, a sua própria remuneração é aprovada pelo outro membro independente da Comissão de Vencimentos); e (iv) a sua remuneração na Sonaecom não regista um valor significativo, sendo de 60.700 euros em 2010.

Relativamente à questão da independência, a Comissão de Nomeações e Remunerações da Sonaecom interage com a Comissão de Vencimentos de forma a que esta Comissão disponha da informação relativa ao desempenho de todos os Administradores (em particular os Administradores Executivos), já que a Comissão de Vencimentos não supervisiona de perto a sua actividade durante o ano. Este facto não é, sob nenhum ponto de vista, incompatível com a independência dos membros da Comissão de Vencimentos, antes facilitando as avaliações e as decisões relativas a remuneração, que são aprovadas em nome dos accionistas.

No âmbito da recomendação 3.1.3., a Sonaecom adoptou no ano de 2007 o actual modelo de governo da sociedade, em que o Revisor Oficial de Contas (Auditor Externo) deixou de integrar o seu órgão de fiscalização. De acordo com este modelo, a eleição para cada mandato de Revisor Oficial de Contas / Auditor Externo é efectuada em Assembleia Geral mediante proposta do órgão de fiscalização. Adicionalmente, o Conselho Fiscal procede anualmente a uma avaliação do trabalho do Auditor Externo, vigiando, ainda, que o disposto no artigo 54º do Decreto - Lei nº 487/99, de 16 de Novembro (alterado pelo Decreto - Lei nº 224/2008, de 20 de Novembro), relativamente à rotação do sócio responsável pela execução do trabalho é cumprido.

5.2. Assembleia Geral de Accionistas

Composição da Mesa da Assembleia Geral

João Augusto Esmeriz Vieira de Castro	Presidente
António Agostinho Cardoso da Conceição Guedes	Secretário

Mandatos

O actual mandato dos membros da Mesa da Assembleia Geral decorre entre 2008 e 2011.

Remuneração

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral auferirá uma remuneração anual fixa de 5.000 euros e o Secretário auferirá uma remuneração anual fixa de 1.500 euros. Estes montantes não sofreram qualquer alteração desde 2008.

Bloqueio das acções

A Assembleia Geral de Accionistas é constituída pelos accionistas com direito de voto, possuidores de acções ou títulos de subscrição que as substituam, que, até cinco dias úteis antes da realização da Assembleia, comprovem junto da sociedade a sua titularidade, nos termos estabelecidos na lei.

Normas aplicáveis ao bloqueio das acções no caso de suspensão da Assembleia Geral

Os estatutos da sociedade prevêm que, no caso de suspensão da Assembleia Geral, o bloqueio de acções só será necessário nos cinco dias úteis que antecedem a segunda sessão da reunião.

Número de acções correspondentes a um voto

A cada acção corresponde um voto.

Regras estatutárias para o exercício do direito de voto

Os estatutos da sociedade não prevêm qualquer limitação à contagem do número de votos nem está prevista a existência de acções sem direito a voto.

Voto por correspondência

Os estatutos da Sonaecom contemplam a possibilidade de os accionistas votarem por correspondência em relação a qualquer uma das matérias constantes da convocatória, nos termos e condições nela previstos. O Presidente da Mesa é responsável pela verificação da autenticidade e salvaguarda da confidencialidade do voto.

Modelo para exercício de voto por correspondência

Os boletins para voto por correspondência encontram-se disponíveis em papel e no sítio de Internet da Sonaecom.

Prazo limite para o voto por correspondência

Os votos por correspondência serão considerados válidos se recebidos na sede da sociedade, por meio de carta registada com aviso de recepção ou por via electrónica, dirigidos ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, até três dias antes da data da Assembleia.

Voto através de meios electrónicos

O exercício de voto através de meios electrónicos está contemplado nos estatutos da Sonaecom, devendo respeitar os requisitos impostos pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral na convocatória da respectiva Assembleia Geral, no sentido de assegurar um nível de segurança e autenticidade equivalentes.

Possibilidade de acesso aos extractos das actas das Assembleias Gerais no *website* da empresa

Todos os accionistas têm acesso aos extractos das actas das Assembleias Gerais no *website* da Sonaecom dentro de um período de 5 dias após a respectiva reunião.

Membro da Comissão de Vencimentos que esteve presente na Assembleia Geral de accionistas

O membro da Comissão de Vencimentos que esteve presente na Assembleia Geral de accionistas realizada em 2010 foi Duarte Paulo Teixeira de Azevedo.

Aprovação da política de remuneração e apreciação geral da administração da sociedade

A Comissão de Vencimentos (eleita pela Assembleia Geral de Accionistas) é responsável pela aprovação da remuneração e outras compensações dos membros de todos os órgãos sociais da Sonaecom, incluindo os Administradores Executivos e Não-Executivos, de acordo com a política de remuneração e outras compensações aprovadas em Assembleia Geral de Accionistas.

Em cumprimento da Lei, a ordem de trabalhos das Assembleias Gerais Anuais inclui um ponto relativo à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade, de modo a permitir aos accionistas discutir esta questão. Em linha com as mais recentes Recomendações da CMVM, esta proposta irá conter a política de remuneração dos "Dirigentes" da Sonaecom em 2011.

Aprovação dos planos de atribuição de acções

Os planos de atribuição de acções da Sonaecom são aprovados pela Assembleia Geral e toda a informação relevante é detalhadamente disponibilizada aos accionistas, de modo a permitir-lhes decidir de maneira informada. O plano actualmente em curso foi aprovado na Assembleia Geral Anual de 2007 e toda a informação relevante está disponível no *website* da sociedade.

Aprovação de benefícios de reforma

A Sonaecom não atribui qualquer benefício de reforma.

Existência de norma estatutária que preveja o dever de sujeitar a deliberação da Assembleia Geral a manutenção ou eliminação de norma estatutária referente à limitação do número de votos que um accionista pode exercer

Esta norma não existe nos estatutos da Sonaecom, uma vez que estes não prevêm qualquer limitação ao número de votos que pode ser exercido por um accionista.

Medidas defensivas em caso de transição de controlo ou de alterações na composição do órgão de administração

Não existem quaisquer medidas defensivas.

Acordos com cláusulas de contrato

Uma alteração no controlo da Sonaecom poderia determinar a possibilidade de resolução, por parte da France Télécom, do Acordo de Parceria Estratégica em vigor desde 9 de Junho de 2005, cuja renovação foi assinada a 24 de Outubro de 2008.

Acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes em caso de transição de controlo

Ver 5.4.c), Compensação em caso de cessação do mandato.

5.3. Órgãos de administração e fiscalização

a) Identificação e composição

Conselho de Administração

Composição

De acordo com os estatutos da Sonaecom, o Conselho de Administração pode ser constituído por um número entre três e doze membros, eleitos em Assembleia Geral. O mandato do Conselho de Administração é de quatro anos, existindo ainda a possibilidade de reeleição dos seus membros. O actual mandato do Conselho de Administração cobre o período 2008-2011. O Conselho de Administração deve eleger o seu Presidente.

Membros

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	Presidente
António Sampaio e Mello	Administrador Não-Executivo Independente
David Charles Denholm Hobley	Administrador Não-Executivo *
Gervais Gilles Pellisser	Administrador Não-Executivo
Jean-François René Pontal	Administrador Não-Executivo Independente
Franck Dangeard	Administrador Não-Executivo Independente
Nuno Manuel Jordão	Administrador Não-Executivo
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	Administrador Executivo – CEO
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	Administrador Executivo
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo	Administrador Executivo e CEO das divisões de SSI e <i>Online & Media</i>
Miguel Nuno Santos Almeida	Administrador Executivo e CEO da Optimus

O Conselho de Administração reflecte um equilíbrio salutar entre o número total de Administradores Não-Executivos e o número de Administradores Não-Executivos Independentes.

*Ver "Critério de Independência".

Conselho Fiscal

Composição

O Conselho Fiscal da Sonaecom é composto pelos seguintes membros:

Membros

Arlindo Dias Duarte Silva	Presidente
Armando Luís Vieira de Magalhães	Vogal
Óscar José Alçada da Quinta	Vogal
Jorge Manuel Felizes Morgado	Suplente

Revisor Oficial de Contas (ROC)

Composição

O ROC da Sonaecom é a Deloitte & Associados, SROC, S. A. representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves, que pode ser substituído por João Luís Falua Costa da Silva.

Secretário da Sociedade

Composição

O Secretário da Sonaecom é Filipa Santos Carvalho e o Secretário suplente é Pedro Teixeira Sá.

Outras comissões com competências em matéria de administração e fiscalização

De acordo com as melhores práticas de Governo das Sociedades, e como forma de melhorar a eficiência operacional do seu Conselho de Administração, a Sonaecom criou três Comissões do Conselho de Administração: a Comissão Executiva, a Comissão de Auditoria e Finanças e a Comissão de Nomeações e Remunerações.

Comissão Executiva

Composição

De acordo com os estatutos da Sonaecom, a Comissão Executiva é composta por membros do Conselho de Administração. O CEO do Grupo e os restantes três Administradores Executivos constituem a Comissão Executiva.

Membros

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	Administrador Executivo – CEO
Miguel Nuno Santos Almeida	Administrador Executivo – CEO da Optimus e Deputy CEO
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo	Administrador Executivo – SSI e <i>Online & Media</i>
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	Administrador Executivo

Comissão de Auditoria e Finanças

Composição

A Comissão de Auditoria e Finanças (CAF) da Sonaecom é constituída por três membros do Conselho de Administração, nomeados pelo próprio Conselho de Administração. O quarto membro é o Director de Governo da Sociedade. A Comissão é actualmente composta por três Administradores Não-Executivos, dos quais dois são Independentes, e é presidida por um Administrador Não-Executivo Independente.

Membros

Jean-François René Pontal	Presidente – Administrador Não-Executivo Independente
António Sampaio e Mello	Administrador Não-Executivo Independente
David Charles Denholm Hobley	Administrador Não-Executivo*
David Graham Shenton Bain	Director de Governo da Sociedade

* Ver "Critério de Independência"

Comissão de Nomeações e Remunerações

Composição

A Comissão de Nomeações e Remunerações (CNR) da Sonaecom é constituída por três membros: o Presidente do Conselho de Administração e dois Administradores Não-Executivos Independentes. A sua composição actual é a seguinte:

Membros

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	Presidente – Presidente do Conselho de Administração
Jean-François René Pontal	Administrador Não-Executivo Independente
Franck Emmanuel Dangeard	Administrador Não-Executivo Independente

Comissão de Ética

Composição

A Comissão de Ética da Sonaecom é composta por quatro membros nomeados pelo Conselho de Administração, incluindo, como Presidente da Comissão, um Administrador Não-Executivo Independente, um Administrador Executivo, o Director de Governo da Sociedade e o responsável pelo departamento de Recursos Humanos. A composição actual da Comissão de Ética é a seguinte:

Membros

Jean-François René Pontal	Presidente – Administrador Não-Executivo Independente
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	Administrador Executivo
David Graham Shenton Bain	Director de Governo de Sociedade
Anabela Magalhães	Directora do Departamento de Recursos Humanos

Director de Governo da Sociedade

Composição

O Director de Governo da Sociedade da Sonaecom é David Graham Shenton Bain.

Comissão de Vencimentos

Composição

A Comissão de Vencimentos é composta por 2 elementos nomeados pela Assembleia Geral de accionistas para um mandato de quatro anos, actualmente de 2008 a 2011:

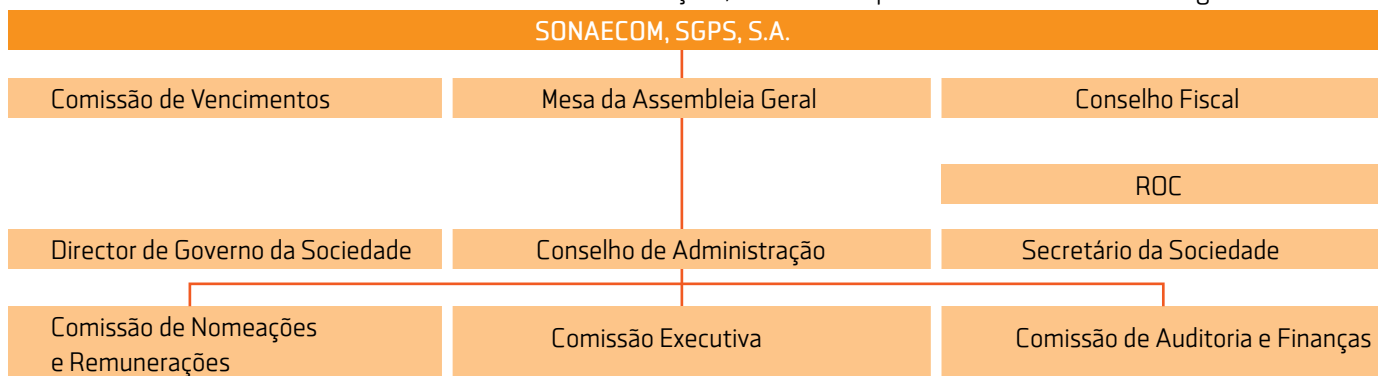
Sonae, SGPS, S.A. representada por	Duarte Paulo Teixeira de Azevedo ⁽¹⁾
Sontel, BV, representada por	Bruno Walter Lehmann ⁽²⁾

⁽¹⁾ CEO da Sonae, SGPS, S.A.

⁽²⁾ Partner – Egon Zehnder International, com uma vasta experiência em questões de política remuneratória.

b) Estrutura societária – funções e competências

A estrutura societária da Sonaecom distribui claramente as funções, deveres e responsabilidades dos diversos órgãos sociais.



Elencamos de seguida as principais funções e responsabilidades dos Órgãos Sociais da Sonaecom:

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é responsável pela gestão dos negócios da sociedade, monitorização de riscos, gestão de conflitos de interesse e desenvolvimento dos objectivos e estratégia da organização.

Os estatutos da Sonaecom permitem que o Conselho de Administração delegue poderes numa Comissão Executiva em matéria de negócios, deveres e responsabilidades de gestão corrente e nos termos considerados apropriados (tal como descrito na secção Comissão Executiva) mas não permitem que o Conselho de Administração aprove aumentos de capital, os quais têm de ser deliberados em Assembleia Geral de accionistas.

Política de Rotação

Na Comissão Executiva da Sonaecom, a rotação existente assenta numa constante associação entre as competências, experiência e projectos de carreira de cada um dos elementos e as competências requeridas para cada função. A identificação de potenciais candidatos surge como uma prática corrente e faz parte dos planos anuais de sucessão e contingência da empresa. Assim, a Sonaecom não possui uma política de rotação formal para os membros do Conselho de Administração, na medida em que a rotação, por si só, não surge como obrigatória. A Sonaecom não concorda com o princípio formal de rotação, por si só, até porque não o reconhece como sendo uma prática de códigos de Governo da Sociedade Internacionais ou até das melhores práticas identificadas por investidores institucionais e seus conselheiros. Acreditamos que a rotação forçada de um CFO bem sucedido ou do detentor de um cargo de Administração Executiva seria uma prática sem benefício, quer para os accionistas, quer para a empresa.

Conselho Fiscal

As principais responsabilidades do Conselho Fiscal da Sonaecom consistem na fiscalização da gestão e actividades da empresa e na supervisão e monitorização do cumprimento da lei e dos estatutos.

Os relatórios anuais sobre a actividade do Conselho Fiscal incluem a descrição do trabalho desenvolvido e, em especial, eventuais constrangimentos detectados e são objecto de divulgação no *website* da sociedade.

O Conselho Fiscal avalia o ROC anualmente e propõe à Assembleia Geral a sua substituição se houver fundamento para tal.

Comissão de Vencimentos

A Comissão de Vencimentos é responsável pela aprovação das remunerações e outras compensações dos membros do Conselho de Administração da Sonaecom e dos restantes órgãos sociais da empresa, em representação dos accionistas, no seguimento das políticas de remuneração e de compensação aprovadas pelos accionistas em Assembleia Geral.

Secretário da Sociedade

O Secretário da Sociedade é responsável por:

- (i) zelar pelas actas e pela lista de presenças da Assembleia Geral de accionistas;
- (ii) enviar as convocatórias e outros documentos legais para a Assembleia Geral;
- (iii) supervisionar a preparação dos documentos de apoio à Assembleia Geral e reuniões do Conselho de Administração e elaborar as respectivas actas das reuniões;
- (iv) responder a pedidos de informação dos accionistas no âmbito da Lei;
- (v) proceder ao registo legal de qualquer acto ou resolução dos órgãos sociais da sociedade.

Comissão Executiva

A Comissão Executiva pode deliberar sobre assuntos relacionados com a gestão corrente da sociedade e não sobre assuntos que são da exclusiva competência do Conselho de Administração. Na Comissão Executiva foram delegados os poderes e a responsabilidade de gerir e executar operações do dia-a-dia, com exclusão dos seguintes temas:

- (i) Eleição do Presidente do Conselho de Administração;
- (ii) Coptação de Administradores;
- (iii) Convocatórias de Assembleias Gerais;
- (iv) Aprovação do Relatório e Contas anual;
- (v) Prestação de cauções e garantias reais ou pessoais pela sociedade se, durante o exercício e no seu conjunto, excederem o valor acumulado de 500.000 euros;
- (vi) Deliberação sobre mudança da sede social e sobre aumento do capital social;
- (vii) Deliberação sobre projectos de fusão, cisão e transformação da sociedade ou quaisquer outros projectos que digam respeito à associação da sociedade a qualquer outra entidade com vista à formação de novas sociedades;
- (viii) Aprovação do Plano de Negócios e do Orçamento Anual da sociedade;
- (ix) Deliberação sobre políticas de recursos humanos, nomeadamente planos de prémio de desempenho diferido e fixação de remuneração variável aplicável a quadros de topo (acima do nível G3) em áreas que não sejam da competência da Assembleia Geral ou da Comissão de Vencimentos;
- (x) Definição ou alteração de políticas contabilísticas das empresas que fazem parte do perímetro de consolidação;
- (xi) Aprovação de contas trimestrais e semestrais;
- (xii) Compra e venda, realização de operações de leasing financeiro de longa duração ou outros investimentos em activos fixos tangíveis, quando envolvam valores que excedam o montante de 1.000.000 euros, por cada transacção, excepto se enquadrados no âmbito do Orçamento Anual ou do Plano de Negócios aprovados em Conselho de Administração;
- (xiii) Subscrição ou compra de acções em sociedades participadas se, durante o exercício e no seu conjunto, excederem o valor acumulado de 5.000.000 euros, excepto se enquadrados no âmbito do Orçamento Anual ou do Plano de Negócios aprovados em Conselho de Administração;

- (xiv) Investimento em outras sociedades, bem como investimento em outros activos fixos financeiros se, durante o exercício e no seu conjunto, excederem o valor acumulado de 1.000.000 euros, excepto se enquadrados no âmbito do Orçamento Anual ou do Plano de Negócios aprovados em Conselho de Administração;
- (xv) Outros investimentos se, durante o exercício e no seu conjunto, excederem o valor acumulado de 1.000.000 euros, excepto se enquadrados no âmbito do Orçamento Anual ou do Plano de Negócios aprovados em Conselho de Administração;
- (xvi) Desinvestimentos ou alienação de activos desde que resulte da referida transacção um efeito significativo (entendido como sendo igual ou superior a 5%) sobre os resultados operacionais da sociedade ou afecte os postos de trabalho de mais de 100 colaboradores, excepto se enquadrados no âmbito do Orçamento Anual ou do Plano de Negócios aprovados em Conselho de Administração.

O Conselho de Administração é mantido informado sobre todas as deliberações da Comissão Executiva através das actas das respectivas reuniões que são extraídas, de forma sistemática, e enviadas, por escrito, para o Conselho de Administração.

Comissão de Auditoria e Finanças (CAF)

A Comissão de Auditoria e Finanças (CAF) funciona com base nos Termos de Referência aprovados pelo Conselho de Administração e é responsável pelo controlo e supervisão dos processos de divulgação de informação financeira, pela revisão das normas de reporte financeiro e pela avaliação, em nome do Conselho de Administração, do risco associado à execução das actividades da empresa e pelo cumprimento das recomendações de Governo das Sociedades. A CAF reúne, também, com os auditores externos do Grupo e com a equipa de auditoria interna. As principais responsabilidades da CAF são:

- (i) rever as demonstrações financeiras anuais e intercalares e os documentos de divulgação de resultados, e relatar as suas conclusões ao Conselho de Administração, antes dos documentos serem aprovados e assinados pelo Conselho de Administração;
- (ii) aconselhar o Conselho de Administração sobre os seus relatórios para os accionistas e para os mercados financeiros a serem incluídos nas Contas Anuais e Semestrais da Empresa, assim como também nas divulgações de resultados trimestrais;
- (iii) aconselhar o Conselho de Administração sobre a adequação da informação interna fornecida pela Comissão Executiva, incluindo sistemas e normas de controlo interno aplicados pela Comissão Executiva;
- (iv) aconselhar o Conselho de Administração na nomeação, atribuição de tarefas e remuneração do ROC e também na nomeação do Auditor Interno;
- (v) rever as competências da função de Auditoria Interna e a sua relação com as competências do ROC e discutir com o ROC e o Auditor Interno os seus relatórios intercalares e anuais, rever os seus relatórios de controlo interno, e aconselhar o Conselho de Administração sobre o mesmo.

Os Termos de Referência podem ser consultados, na sua totalidade, no Website da sociedade (www.sonaecom.com).

A CAF reporta regularmente ao Conselho de Administração o trabalho realizado, os resultados obtidos e problemas identificados, assegurando assim a eficácia do seu trabalho.

Comissão de Nomeações e Remunerações (CNR)

A Comissão de Nomeações e Remunerações (CNR) funciona com base nos Termos de Referência aprovados pelo Conselho de Administração e é responsável pela identificação de potenciais candidatos ao cargo de Administrador ou a outros cargos de topo dentro do Grupo Sonaecom. É também responsável pela supervisão da preparação das propostas de remuneração e outras compensações, em nome do Conselho de Administração, pelos planos de sucessão, pela monitorização da gestão de talentos da Sonaecom e dos processos de planos de contingência. A CNR reporta ao Conselho de Administração, por escrito, sempre que necessário e trabalha em coordenação com a Comissão de Vencimentos na obtenção de aprovação, em representação dos accionistas do Grupo, da remuneração e outras compensações dos Membros do Conselho de Administração e outros órgãos

sociais. A CNR pode recorrer aos serviços de entidades externas, que deverão garantir confidencialidade absoluta em relação ao tratamento da informação obtida.

Destacam-se, de seguida, os termos de referência da CNR:

- A CNR é constituída por um máximo de três membros do Conselho de Administração: o Presidente do Conselho de Administração e dois Administradores Não-Executivos Independentes nomeados pelo Conselho de Administração. O Presidente do Conselho de Administração será também o Presidente da CNR desde que não seja remunerado como Administrador Executivo pela empresa. Se tal acontecer, a CNR será presidida pelo Administrador Não-Executivo Independente com maior antiguidade na empresa.
- Os seus membros deverão ser nomeados para a CNR por um período de quatro anos (de acordo com os mandatos do Conselho de Administração).
- O CEO participará nas reuniões da CNR, a menos que a CNR decida, ad hoc, de outra forma.
- O cargo de Secretário da CNR deverá ser desempenhado pelo Director de Governo da Sociedade da Sonaecom.
- A CNR é responsável pelo planeamento da sucessão e pelo processo de nomeação dos membros do Conselho de Administração, pela revisão das propostas e políticas de remuneração e outras compensações dos Administradores e outros Gestores de Topo da Sonaecom (Grupo Funcional G2 ou superior), pela supervisão dos Planos de Incentivos de Médio Prazo (MTIP), e pela monitorização dos processos de identificação de potenciais candidatos a cargos de topo e planos de contingência.
- A CNR deve reunir, no mínimo, duas vezes por ano (em final de Fevereiro ou início de Março, de preferência antes das reuniões das Comissões de Vencimentos da Sonaecom SGPS (ver nota abaixo), e no final de Outubro ou início de Novembro). O Presidente da CNR ou o Conselho de Administração podem convocar outras reuniões sempre que tal se justifique.
- A CNR reporta ao Conselho de Administração da Sonaecom e, quando necessário, deve apresentar as suas propostas directamente a este Conselho, bem como deve garantir a sua coordenação com a Comissão de Vencimentos da Sonaecom SGPS através do Presidente do Conselho de Administração da Sonaecom.
- A CNR pode recorrer aos serviços de entidades externas, devendo tais despesas ocorrer por conta da Sonaecom. Essas entidades devem garantir total confidencialidade em relação ao tratamento da informação prestada.
- A ordem de trabalhos da reunião de Fevereiro ou Março deverá incluir sempre a revisão das propostas de remuneração e outras compensações dos Administradores Executivos e Não-Executivos da Sonaecom, bem como de outros Gestores de Topo da sociedade. O CEO e outros Administradores da Sonaecom devem, individualmente, sair da reunião sempre que a sua própria remuneração esteja a ser analisada.
- As propostas de remuneração e outras compensações que são submetidas à aprovação da CNR em nome do Conselho de Administração da Sonaecom são preparadas com base nas propostas apresentadas pelo Presidente do Conselho de Administração da Sonaecom (no caso dos Administradores Não-Executivos e do CEO) e pelo CEO (no caso dos Administradores Executivos e outros Gestores de Topo). Tais propostas são elaboradas com base em estudos de mercado resultam das avaliações individuais e análise de KPIs.
- As propostas de remuneração e outras compensações que são submetidas à aprovação da CNR são elaboradas directamente pelo membro independente da Comissão de Vencimentos.
- As actas das reuniões da CNR devem ser preparadas e os respectivos extractos enviados a todos os membros do Conselho de Administração da Sonaecom.

Nota: De acordo com o Art. 27 dos estatutos da sociedade, a Sonaecom tem uma Comissão de Vencimentos composta por dois membros, a saber: Paulo Azevedo (em representação da Sonae SGPS) e Bruno Walter Lehmann (em representação da Sontel BV). Todas as propostas de remuneração e outras compensações que envolvam os Órgãos Sociais da sociedade, incluindo o Conselho de Administração, devem ter o acordo e aprovação desta Comissão em representação dos accionistas.

Em 2010, a CNR contratou serviços externos de consultoria sobre política de remuneração e boas práticas.

Comissão de Ética

A Comissão de Ética é responsável pela supervisão e manutenção do Código de Conduta da Sonaecom, por monitorizar a sua aplicação e por assegurar que todos os membros dos órgãos sociais e todos os colaboradores da empresa o cumprem. A Comissão reporta ao Conselho de Administração em termos do cumprimento do Código de Conduta no mínimo uma vez por ano e sempre que solicitado.

Compete à Comissão de Ética receber, discutir, investigar e avaliar alegadas irregularidades que sejam reportadas, em cumprimento da política de comunicação de irregularidades da Sonaecom. A Comissão decide em cada caso sobre as medidas a tomar.

Os Termos de Referência da Comissão de Ética podem ser consultados, na sua totalidade, no Website da sociedade (www.sonae.com).

Director de Governo da Sociedade

O Director de Governo da Sociedade reporta hierarquicamente ao Conselho de Administração, através do seu Presidente, bem como, sempre que apropriado, através do Administrador Não-Executivo Independente sénior.

As principais responsabilidades do Director de Governo da Sociedade são as seguintes:

- (i) assegurar a boa gestão das actividades do Conselho de Administração e respectivas Comissões;
- (ii) participar em reuniões do Conselho de Administração e respectivas Comissões, intervindo como membro sempre que, como tal, seja nomeado;
- (iii) facilitar a obtenção de informações para todos os membros do Conselho de Administração e das respectivas Comissões;
- (iv) apoiar o Conselho de Administração na definição da sua função, objectivos e procedimentos operacionais; assumir uma posição de liderança na organização das avaliações do Conselho de Administração;
- (v) manter sob escrutínio questões legislativas, regulatórias e do Governo das Sociedades; apoiar e desafiar o Conselho de Administração a alcançar os mais altos padrões ao nível do Governo das Sociedades;
- (vi) assegurar que o conceito de "Stakeholders" (detentores de interesses no Grupo) e a necessidade de proteger os interesses minoritários são tidos em conta aquando da tomada de decisões importantes por parte do Conselho de Administração;
- (vii) ajudar a assegurar que o procedimento de nomeação e eleição de Administradores é realizado apropriadamente e prestar apoio na cooptação de novos Administradores;
- (viii) actuar como ponto de contacto primário e fonte de aconselhamento para, nomeadamente, Administradores Não-Executivos, no que diz respeito à Empresa e às suas actividades; facilitar e apoiar os Administradores Não-Executivos Independentes na afirmação da sua "independência";
- (ix) ajudar a assegurar o cumprimento das Recomendações para sociedades cotadas em Portugal, publicadas pela CMVM;
- (x) participar nos preparativos e coordenação dos processos das Assembleias Gerais;
- (xi) participar na obtenção de cobertura de seguro para membros dos órgãos sociais;
- (xii) participar, em nome da Empresa, em iniciativas externas para debater e melhorar os requisitos e práticas de Governo das Sociedades em Portugal.

A descrição completa das funções do Director de Governo da Sociedade está disponível no Website da empresa (www.sonae.com).

c) Órgãos Sociais – termos de referência, nomeação e substituição

Os termos de referência dos órgãos sociais e das Comissões existentes estão disponíveis no Website da sociedade. Não existe uma definição interna de incompatibilidades nem um número máximo de cargos exercidos noutras sociedades pelos membros do Conselho de Administração.

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Sonaecom são eleitos e destituídos pela Assembleia Geral de accionistas, sem prejuízo das normas legais aplicáveis à nomeação dos membros do Conselho de Administração.

Tal como disposto nos nossos estatutos, se contra a proposta que fizer vencimento na eleição dos Administradores, votarem accionistas representativos de, pelo menos, 10% do capital social, proceder-se-á à eleição de um Administrador adicional por votação entre os accionistas da referida minoria, na mesma Assembleia, e o Administrador assim eleito substitui automaticamente a pessoa menos votada da lista vencedora ou, em caso de igualdade de votos, aquela que figurar em último lugar na mesma lista. Sendo apresentados candidatos por mais de um grupo de accionistas, a votação incide sobre o conjunto dessas candidaturas.

Se contra a proposta que fizer vencimento na eleição dos Administradores votarem accionistas representativos de, pelo menos, 19% do capital social, proceder-se-á à eleição de um segundo Administrador por votação entre os accionistas da referida minoria, na mesma Assembleia, e o Administrador assim eleito substitui automaticamente a segunda pessoa menos votada da lista vencedora ou, em caso de igualdade de votos, aquela que figurar em penúltimo lugar na mesma lista. Só podem ser propostos candidatos por accionistas ou grupos de accionistas que detenham acções representativas de mais de 19% e menos de 30% do capital social da sociedade.

d) Informação sobre o número de reuniões realizadas em 2010

Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Sonaecom reúne pelo menos quatro vezes por ano, tal como definido nos estatutos, e sempre que o Presidente ou dois membros do Conselho de Administração convoquem uma reunião. Em 2010, realizaram-se cinco reuniões deste Conselho e a taxa de comparência foi de 93%.

Os Administradores Não-Executivos reúnem, também, separadamente, com o objectivo de discutir e avaliar a sua independência no exercício das suas funções, bem como de sugerir medidas para melhorar os procedimentos do Conselho de Administração em termos de Governo das Sociedades. Em 2010, realizaram-se duas reuniões de Administradores Não-Executivos e a taxa de comparência foi de 79%. Os Administradores Não-Executivos confirmaram, nestas reuniões, que não existiram durante 2010 quaisquer restrições ao âmbito das suas actividades.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal reúne pelo menos uma vez cada trimestre. Em 2010, realizaram-se oito reuniões formais deste órgão e a taxa de comparência foi de 96%.

Comissão Executiva

A Comissão Executiva da Sonaecom reúne, normalmente, uma vez em cada duas semanas e sempre que o seu Presidente ou a maioria dos seus membros convoquem uma reunião. Em 2010, realizaram-se vinte e uma reuniões da Comissão Executiva, com uma taxa de comparência de 98%.

CAF

A CAF reúne pelo menos cinco vezes por ano e sempre que o seu Presidente, o Conselho de Administração, a Comissão Executiva ou, excepcionalmente, o ROC assim o entenderem. Entre as reuniões, a CAF analisa projectos e monitoriza a actividade através de conferências telefónicas entre os seus membros. Em 2010, esta Comissão reuniu cinco vezes e a taxa de comparência foi de 96%; realizaram-se também quatro conferências telefónicas.

CNR

A CNR reúne pelo menos duas vezes por ano e sempre que o seu Presidente ou o Conselho de Administração acharem necessário. Em 2010, realizaram-se duas reuniões desta Comissão com uma taxa de comparência de 100%.

Comissão de Vencimentos

A Comissão de Vencimentos reúne, pelo menos uma vez por ano. Em 2010, realizaram-se duas reuniões e a taxa de comparência foi de 100%.

Comissão de Ética

A Comissão de Ética reúne, normalmente, uma vez por semestre e sempre que o seu Presidente ou dois dos seus membros acharem necessário. Foram realizadas duas reuniões durante 2010 e a taxa de comparência foi de 100%.

e) Membros Executivos e Não-Executivos do Conselho de Administração

A distinção entre os membros Executivos e Não-Executivos do Conselho de Administração e, de entre estes, a identificação dos membros Independentes, os quais obedecem aos critérios de independência previstos no n.º 5 do artigo 414.º do Código das Sociedades Comerciais e não se encontram em nenhuma das circunstâncias previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A do mesmo diploma, encontra-se explicada na listagem seguinte:

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	Presidente – Não-Executivo
António Sampaio e Mello	Membro Não-Executivo Independente
David Charles Denholm Hobley	Membro Não-Executivo*
Gervais Gilles Pellisser	Membro Não-Executivo
Jean-François René Pontal	Membro Não-Executivo Independente
Franck Dangeard	Membro Não-Executivo Independente
Nuno Manuel Jordão	Membro Não-Executivo
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	Membro Executivo – CEO
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	Membro Executivo
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo	Membro Executivo
Miguel Nuno Santos Almeida	Membro Executivo

*Ver "Critério de Independência".

Critério de Independência

Durante 2010, três Administradores Não-Executivos Independentes fizeram parte do Conselho de Administração da Sonaecom: António Sampaio e Mello, Jean-François René Pontal e Franck Dangeard.

O Conselho de Administração não tem conhecimento de quaisquer circunstâncias que tenham afectado a independência dos três Administradores Não-Executivos atrás referidos desde a sua eleição. Esta avaliação foi efectuada tendo como referência os requisitos legais e, em particular, o resultado das questões que lhes foram colocadas e que revelaram que estes Administradores não estão associados a quaisquer grupos de interesse relacionados com a sociedade ou quaisquer outras circunstâncias que possam afectar a independência da sua análise ou da sua tomada de decisão.

A Sonaecom considera o Administrador Não-Executivo David Hobley como Independente, já que ele age efectivamente como tal, uma vez que a sua nomeação foi proposta pela Sonae SGPS e não pela France Télécom, e a sua independência foi avaliada e aceite pela Comissão de Nomeações e Remunerações do Grupo antes da sua eleição. No entanto, David Hobley não é considerado formalmente como Independente visto que exerce funções de Administrador Não-Executivo Independente no Grupo France Télécom, que detém uma participação de 20% no capital social da Sonaecom.

De notar ainda que todos os membros do Conselho Fiscal cumprem os critérios de independência previstos nos artigo 414.º, n.º 5 do Código das Sociedades Comerciais, não se encontrando em nenhuma das circunstâncias previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A do mesmo diploma.

f) Habilitações, experiência e responsabilidades dos membros dos Órgãos Sociais

Conselho de Administração

A descrição da formação académica, funções desempenhadas na empresa e experiência profissional de cada um dos membros do Conselho de Administração encontra-se num anexo a este relatório.

As datas da primeira nomeação de cada membro do Conselho de Administração são as seguintes.

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	Setembro de 1998
António Sampaio e Mello	Julho de 2006
David Charles Denholm Hobley	Setembro de 2005
Gervais Gilles Pellisser	Julho de 2006
Jean-François René Pontal	Julho de 2003
Franck Dangeard	Julho de 2008
Nuno Manuel Jordão	Abril de 2008
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	Abril de 2007
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo	Abril de 2006
Miguel Nuno Santos Almeida	Abril de 2005
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	Abril de 2010

Funções exercidas em outras sociedades pelos membros do Conselho de Administração

A descrição dos cargos exercidos por cada membro do Conselho de Administração – distinguindo os cargos exercidos em empresas do Grupo e Outras – encontra-se num anexo a este relatório.

Conselho Fiscal

A descrição da formação académica, funções desempenhadas na empresa e experiência profissional nos cinco anos precedentes de cada um dos membros do Conselho Fiscal, assim como a informação sobre o número de acções detidas por cada membro, encontra-se em anexo a este relatório.

As datas da primeira nomeação de cada membro do Conselho Fiscal são as seguintes:

Arlindo Dias Duarte Silva	Abril de 2007
Armando Luís Vieira de Magalhães	Abril de 2007
Óscar José Alçada da Quinta	Abril de 2007
Jorge Manuel Felizes Morgado	Abril de 2007

A data de termo do mandato dos membros do Conselho Fiscal é a mesma dos restantes órgãos sociais, sendo o actual mandato de quatro anos (2008-2011).

Funções exercidas em outras sociedades pelos membros do Conselho Fiscal

A descrição dos cargos exercidos por cada membro do Conselho Fiscal – identificando-se os cargos exercidos em empresas do Grupo Sonaecom – encontra-se em anexo a este relatório.

5.4. Política de remuneração do grupo e remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização

a) Política de remuneração da Sonaecom

i) Princípios da política de remuneração

A nossa política de remuneração tem como objectivo ser:

- **Competitiva**

A Sonaecom pretende ter uma política de remuneração competitiva quando comparada com empresas do mesmo sector, tendo o objectivo de atrair talento para a empresa. Para alcançar este objectivo, a Sonaecom delineou uma política de remuneração baseada em valores de referência do mercado para empresas incluídas no PSI20 e nos demais mercados europeus, garantindo a competitividade da sua política.

- **Associada ao desempenho**

Uma componente significativa da remuneração dos Administradores Executivos da Sonaecom é determinada pelo sucesso atingido pela empresa. Outra parcela significativa da remuneração destes Administradores está associada ao desempenho individual e ao desempenho da empresa.

- **Alinhada com os interesses dos accionistas**

Parte da remuneração dos Administradores Executivos é paga em acções que ficam retidas durante um período de três anos. Tendo em consideração que o valor das acções é definido pelo desempenho da empresa, a remuneração é influenciada pela contribuição dos Administradores Executivos para os resultados, alinhando, deste modo, os interesses dos accionistas e os interesses da Administração no longo prazo, visando a sua sustentabilidade.

- **Transparência e divulgação adequada**

Todos os aspectos da estrutura de remuneração são claros para os colaboradores e divulgados abertamente. Este processo de divulgação contribui para a promoção da equidade e independência.

- **Razoável e justa**

A remuneração dos Administradores Executivos da Sonaecom pretende ser razoável, assegurando o equilíbrio entre os interesses da empresa e o posicionamento no mercado, as expectativas e motivações dos seus colaboradores e a necessidade de manter na empresa o talento.

ii) Quais são as nossas empresas de referência?

A Sonaecom compara a política de remuneração dos seus Administradores Executivos com informação sobre tendências de mercado constante nos principais estudos de mercado nesta área para o mercado português e europeu. A Sonaecom baseia-se, actualmente, nos estudos de mercado da Mercer e do Hay Group.

As empresas que constituem o nosso grupo de referência para efeitos de remuneração são empresas que compõem o PSI20 e algumas empresas europeias.

iii) Quais são as nossas componentes de remuneração?

A política de remuneração para todos os colaboradores da Sonaecom é composta pelas seguintes componentes:

- Uma componente fixa, que é paga na forma de um salário anual (pago 14 vezes por ano, em Portugal);
- Uma componente variável, paga no primeiro trimestre do ano seguinte (através de pagamento em dinheiro, planos de poupança reforma ou transferência de acções com desconto – componente de curto prazo) e, no dia 10 de Março do ano seguinte sob a forma de benefícios diferidos, no âmbito do “Plano de Incentivo de Médio Prazo (“MTIP da Sonaecom”), aplicado aos colaboradores mais seniores (‘Grupos Funcionais’ ou ‘GF’ 1 a ‘GF’ 6); Esta remuneração variável constitui uma componente discricionária da política de remuneração.
- Participação nos resultados.

Remuneração fixa

A remuneração anual e outros elementos do pacote de benefícios são definidos em função dos níveis de responsabilidade dos colaboradores e são revistos anualmente. Cada colaborador é classificado de acordo com a grelha “Grupos Funcionais da Sonaecom”, concebida com base no modelo internacional da Hay para a classificação de funções corporativas e com o objectivo de facilitar comparações entre mercados, bem como promover a equidade interna.

Remuneração variável

- a) A componente da remuneração variável a curto prazo pretende retribuir o cumprimento de determinados objectivos anuais previamente fixados, associados a indicadores-chave de negócio (“Key Performance Indicators (KPIs)”) e pode ser paga em dinheiro, planos de poupança reforma ou transferência de acções com desconto.

O valor objectivo atribuído corresponde a uma percentagem da remuneração base fixa do colaborador, que varia entre 12% e 65% de acordo com o grupo funcional. Deste montante, entre 35% e 70%, consoante o grupo funcional dos colaboradores, é determinado pelos KPIs da empresa, isto é, indicadores objectivos, tais como indicadores económicos, operacionais e financeiros definidos com base no orçamento, no desempenho das acções da Empresa em bolsa, no desempenho de cada unidade de negócio do Grupo, assim como no desempenho do Grupo em geral.

A restante percentagem é determinada pors KPIs pessoais, incluindo indicadores objectivos e subjectivos. A remuneração variável está relacionada com o desempenho real e pode atingir um valor entre 0% e 120% do valor objectivo relativamente a KPIs de negócio e entre 0% e 120% do valor objectivo relativamente a KPIs pessoais. Combinando as duas componentes, o nível mais elevado aplicável a qualquer indivíduo é entre 0% e 120% do valor objectivo.

Em 2010, os KPIs de negócio e respectiva ponderação foram:

Descrição de indicadores	Peso
Volume de negócios	30,0%
EBITDA	30,0%
Free Cash Flow	30,0%
Performance relativa da cotação	10,0%

b) A componente de remuneração de médio prazo, MTIP:

(i) Condições gerais

O MTIP tem como objectivo o compromisso dos colaboradores, alinhando os seus interesses com os dos accionistas, e procurando aumentar a sua percepção acerca do seu papel de relevo nos resultados da empresa, reflectido no comportamento das acções da Sonaecom em bolsa.

O MTIP aplica-se a todas as empresas do Grupo Sonaecom, com a excepção da WeDo Consulting que segue um plano de incentivos específico. Em relação às empresas do Grupo Público, as regras de atribuição são mais restritas e não é expectável que se alterem.

As condições gerais do MTIP e quaisquer alterações significativas devem ser aprovadas pelos accionistas em Assembleia Geral de Accionistas, com base numa proposta apresentada pelo Conselho de Administração, após seguir as recomendações da CNR. A participação no MTIP dos membros da Comissão Executiva da Sonaecom requer aprovação da Comissão de Vencimentos, de acordo com a política de Remuneração do Grupo, que é aprovada pelos accionistas em Assembleia Geral. A participação de outros Executivos seniores é aprovada, anualmente, pela Comissão Executiva da Sonaecom.

O MTIP foi aprovado pelos accionistas na Assembleia Geral Anual realizada em 23 de Abril de 2010.

O MTIP é um plano de benefícios que é atribuído de forma discricionária, sendo diferido por um período de três anos entre a data de atribuição e a data de vencimento. A atribuição é efectuada em Março de cada ano, em relação ao desempenho do ano anterior. Os valores atribuídos resultam do valor resultante da aplicação dos critérios descritos na remuneração variável de curto prazo para o ano a que este se refere. Historicamente, os valores eram atribuídos no dia 31 de Março de cada ano, mas a partir de 2006, a data de atribuição foi alterada para 10 de Março ou, alternativamente, o último dia útil anterior. As datas de exercício para todos os planos também foram ajustadas em conformidade. No caso dos membros da Comissão Executiva da Sonaecom, a entrega do MTIP na data de atribuição depende do sucesso global da sociedade durante este período, estimado em conformidade com os objectivos definidos pela Comissão de Vencimentos para cada período de três anos.

Como o MTIP é baseado em acções, o Conselho de Administração da Sonaecom decidiu que o plano deve ser apresentado para aprovação na Assembleia Geral Anual de Accionistas em 2010, de forma a cumprir com as melhores práticas do Governo da Sociedade.

(ii) Avaliação do MTIP

Todos os colaboradores com Níveis Funcionais GF1 a GF6, podem participar no MTIP, desde que a sua entrada no Grupo ocorra até 31 de Dezembro do ano de desempenho ou sejam promovidos para GF6, ou para nível superior, na revisão anual ocorrida no primeiro trimestre do ano de desempenho.

O valor do prémio atribuído é calculado aplicando as percentagens seguintes ao montante resultante da aplicação dos critérios descritos na remuneração variável de curto prazo, relativamente ao exercício do ano anterior, de acordo com o Grupo Funcional:

Grupos Funcionais Sonaecom (1)	Percentagem
GF6	Até 70%
GF5	Até 80%
GF4	Até 90%
GF3	Até 100%
GF2	100%
GF1	100%

(1) Os Grupos Funcionais ou "GF" são atribuídos de acordo com o modelo Hay, um modelo internacional de classificação de funções empresariais.

Para os colaboradores da Sonaecom com um nível de função correspondente a Executivo Sénior do Grupo (GF1), o MTIP inclui uma componente relacionada com as acções da Sonae SGPS ("Planos de Acções da Sonae SGPS"), montante que pode representar até 40% do valor total atribuído em cada ano. Para os colaboradores da Sonaecom com um nível de função correspondente a Executivo Sénior (GF2), o MTIP inclui também uma componente relacionada com as acções da Sonae SGPS, montante que, nesse caso, pode representar até 30% do valor total. Este incentivo foi criado pela Sonaecom, com o objectivo de promover a cooperação, maximizar as sinergias do Grupo e incentivar a partilha de conhecimento entre a Sonaecom e a Sonae SGPS, o nosso maior accionista de referência. Para os colaboradores com um nível de função igual ou superior ao nível de Executivo Sénior (GF1 e GF2), com funções executivas na Sonaecom ou em qualquer uma das suas subsidiárias, o MTIP atribuído é igual à componente variável de curto prazo.

Na atribuição, a transferência das acções depende do sucesso global da empresa durante este período, estimado de acordo com os objectivos estabelecidos pela Comissão de Vencimentos para cada período de três anos. Se o critério para a continuidade do desempenho positivo da nossa organização, mencionado acima, for cumprido, as acções, correspondente ao número inicial de acções, ajustado pelo efeito de dividendos e outras alterações ao capital social emitido, são transferidas para os beneficiários no terceiro aniversário da data de atribuição, pelo preço da acção à data, ficando a Empresa com a opção de aplicar um desconto sobre o preço da acção. A Empresa tem a opção, sujeita à aprovação da Comissão de Nomeações e Remunerações, de pagar em dinheiro o valor equivalente ao valor das acções, na data de vencimento.

Participação nos resultados

Em alguns casos, o Conselho de Administração, após aprovação da CNR, poderá propor aos accionistas, a distribuição de resultados da empresa aos colaboradores. Após avaliação do montante global a ser distribuído, o valor a receber por cada colaborador dependerá do cumprimento de objectivos anuais que estão ligados aos KPIs pessoais e do negócio, como descrito na remuneração variável.

Resumo das acções incluídas no MTIP – Plano de acções da Sonaecom

O MTIP de acções da Sonaecom, em aberto no ano de 2010, resume-se da seguinte forma:

Planos de acções Sonaecom em aberto no ano de 2010

	Período de diferimento			A 31 de Dezembro de 2010	
	Cotação na data de atribuição*	Data de atribuição	Data de vencimento	Número Agregado de participantes	Número de opções / acções
Acções Sonaecom					
Plano 2006	4,697	9 Mar 2007	08 Mar 2010	-	-
Plano 2007	2,447	10 Mar 2008	09 Mar 2011	379	1.625.795
Plano 2008	1,117	10 Mar 2009	09 Mar 2012	394	3.476.627
Plano 2009	1,685	10 Mar 2010	08 Mar 2013	403	2.473.756

*Cotação média do mês anterior à data de atribuição, excepto para o Plano 2006, cuja cotação corresponde à cotação média do período entre 3 de Março e 5 de Abril de 2007. Esta excepção está relacionada com a data em que terminou a Oferta Pública de Aquisição sobre a Portugal Telecom e foi aprovada pela Comissão de Nomeações e Remunerações.

O número de acções atribuídas e de acções diferidas ou vencidas no âmbito do MTIP da Sonaecom, no ano findo em 31 de Dezembro de 2010, encontra-se descrito na seguinte tabela:

	Acções Sonaecom	
	Número Agregado de participantes ⁽¹⁾	Número de acções
Saldo em 31 Dezembro 2009		
Ainda diferidas	1.192	6.575.867
Total	1.192	6.575.867
Movimentos no ano		
Atribuídas	408	2.498.790
Vencidas	(381)	(943.725)
Vencidas antecipadamente	(8)	(96.880)
Canceladas / Extintas	(35)	(457.874)
Saldo em 31 Dezembro 2010		
Ainda diferidas	1.176	7.576.178
Total	1.176	7.576.178

(1) O número de participantes corresponde ao número acumulado para todos os planos, ou seja, um participante nos três planos conta como três.

O número de acções da tabela corresponde ao compromisso em termos de valor do MTIP.

Planos de acções Sonae SGPS em aberto no ano de 2010

O MTIP de acções da Sonae SGPS, em aberto no ano de 2010, resume-se da seguinte forma:

	Período de diferimento			A 31 de Dezembro de 2010	
	Cotação na data de atribuição*	Data de atribuição	Data de vencimento	Número Agregado de participantes	Número de opções / acções
Acções Sonae SGPS					
Plano 2006	1,680	09 Mar 2007	08 Mar 2010	-	-
Plano 2007	1,160	10 Mar 2008	09 Mar 2011	4	186.234
Plano 2008	0,526	10 Mar 2009	09 Mar 2012	4	389.258
Plano 2009	0,761	10 Mar 2010	08 Mar 2013	4	302.131

*Cotação mais favorável entre a cotação média do mês anterior à Assembleia Geral Anual e a cotação do dia subsequente à Assembleia Geral Anual, excepto para o Plano 2006 cuja cotação corresponde à cotação média do período entre 13 de Fevereiro de 2007 e 26 de Março de 2007. Esta excepção está relacionada com a data em que terminou a Oferta Pública de Aquisição sobre a Portugal Telecom e foi aprovada pela Comissão de Nomeações e Remunerações.

O número de acções atribuídas e de acções diferidas ou vencidas no âmbito do MTIP da Sonae SGPS, no ano findo em 31 de Dezembro de 2010, encontra-se descrito na seguinte tabela:

	Acções Sonae SGPS	
	Número Agregado de participantes ⁽¹⁾	Número de acções
Saldo em 31 Dezembro 2009		
Ainda diferidas	17	877.654
Movimentos no ano		
Atribuídas	4	290.000
Vencidas	(5)	(131.764)
Canceladas/Extintas/Corrigidas ⁽²⁾	(4)	(158.267)
Saldo em 31 Dezembro 2010		
Ainda diferidas	12	877.623

(1) O número de participantes corresponde ao número acumulado para todos os planos, ou seja, um participante nos três planos conta como três.

(2) As correcções são efectuadas em função do dividendo pago e de alterações ao capital social.

Acordos de cobertura e impacto contabilístico

A Sonaecom celebrou acordos de cobertura do MTIP e obrigações relacionadas, até ao Plano de 2009 (inclusive). Os planos de acções foram cobertos através de acções próprias adquiridas entre 2007 e 2010 e mantidas pela Sonaecom. Os planos de acções da Sonae SGPS foram cobertos através de um contrato de swap com liquidação financeira com uma entidade externa. Por sua vez, a Sonaecom celebrou contratos com as suas subsidiárias, através dos quais passa as responsabilidades correspondentes para cada empresa.

Para os Planos da Sonaecom, o total da responsabilidade é calculada com base na cotação da acção a 2 de Janeiro de 2009, data em que se tornou efectiva a alteração da forma de liquidação dos planos de acções, com excepção do plano atribuído em 2009 e 2010, cuja responsabilidade foi calculada com base na cotação à respectiva data de atribuição. O total da responsabilidade relativa aos planos mencionados é de 4.812.753 euros e foi registada na rubrica "Reservas".

Os planos de acções da Sonae SGPS correspondem à entrega de acções da Sonae SGPS, mas, uma vez que estas são atribuídas pela Sonaecom e não pela Sonae SGPS, os planos são tratados como planos baseados em dinheiro. Tendo em consideração os contratos de swap estabelecidos para cobrir estes planos, a responsabilidade é registada em "Outros passivos" com um valor por acção máximo de 1,031 euros, 0,612 euros e 0,832 euros, respectivamente para o MTIP de 2007, 2008 e 2009. Até 31 de Dezembro de 2010, o montante total contabilizado é de 658.399 euros.

Os custos do MTIP da Sonaecom são contabilizados ao longo dos seus respectivos períodos de diferimento para cada plano anual. Em 31 de Dezembro de 2010, foram registados em custos 26,8 milhões de euros (3,4 milhões de euros durante 2010 e 23,4 milhões de euros em anos anteriores).

b) Remuneração auferida pelo Conselho de Administração

A política de remunerações dos membros dos órgãos de Administração do Grupo tem como objectivo remunerar de forma justa, eficaz e competitiva, tendo em atenção as responsabilidades individuais e desempenho individual de cada membro, quer no âmbito de cada subsidiária, quer no Grupo como um todo.

No seguimento da política de remuneração e outras compensações aprovadas pelos accionistas em Assembleia Geral, a Comissão de Vencimentos da Sonaecom é responsável pela aprovação da remuneração e outras compensações do Conselho de Administração, incluindo dos Administradores Executivos e Não-Executivos,

Administradores Executivos

As propostas de remuneração e outras compensações dos Administradores Executivos (excluindo o CEO) são baseadas na proposta do CEO do Grupo e preparadas com base em:

- (i) Comparações de mercado;
- (ii) Outras comparações internas;
- (iii) Avaliação individual de cada Administrador Executivo.

A remuneração e outros benefícios dos Administradores Executivos incluem: (a) uma componente fixa, que inclui um salário anual (pago 14 vezes por ano, em Portugal), um subsídio de responsabilidade anual e um pacote de benefícios ligados ao nível

de responsabilidade; e (b) uma componente variável composta por (i) “remuneração variável”, que é paga durante o primeiro trimestre do ano seguinte, como descrito anteriormente para todos os colaboradores, e (ii) uma componente discricionária, atribuída em 10 de Março do ano seguinte, sob a forma de benefícios diferidos, no âmbito dos “Planos de Incentivo de Médio Prazo”, que vencerá no terceiro aniversário da data de atribuição.

(a) Componente Fixa:

A remuneração anual e outros elementos do pacote de benefícios são definidos em função dos níveis de responsabilidade dos colaboradores e são revistos anualmente. Cada membro da administração está classificado segundo um Nível de Grupos Funcionais da Sonaecom (“Grupo Funcional” or “GF”). Os Administradores Executivos ou são GF1 ou GF2. Cada colaborador é classificado de acordo com a grelha “Nível de Grupos Funcionais da Sonaecom”, concebida com base no modelo internacional da Hay para a classificação de funções corporativas e com o objectivo de facilitar comparações entre mercados, bem como promover a equidade interna. Os pacotes de benefícios a atribuir a cada Administrador Executivo serão determinados através de pesquisas de mercado sobre benefícios para Executivos de topo em Portugal e na Europa, com o objectivo de estabelecer uma remuneração fixa próxima da mediana e uma remuneração total próxima do terceiro quartil em circunstâncias comparáveis.

b) Componente Variável:

(i) A remuneração variável pretende retribuir o cumprimento de determinados objectivos anuais previamente fixados, associados a indicadores-chave de negócio (Business KPIs) e indicadores-chave individuais (KPIs). O valor objectivo atribuído corresponde a uma percentagem da remuneração fixa do Administrador, que varia entre 33% e 60%, de acordo com o Grupo Funcional. Deste montante, 70% é determinado pelos KPIs da empresa, isto é, indicadores objectivos, tais como indicadores económicos e financeiros definidos com base no orçamento, no desempenho das acções da Empresa em bolsa, no desempenho de cada unidade de negócio do Grupo, assim como no desempenho do Grupo em geral. Os restantes 30% são determinados pelos KPIs individuais, incluindo indicadores objectivos e subjectivos. A remuneração variável está relacionada com o desempenho real e pode atingir um valor entre 0% e 120% do valor objectivo relativamente a KPIs.

(ii) O MTIP está desenhado de forma a alinhar os interesses dos Administradores Executivos com os interesses dos accionistas, enfatizando a importância do desempenho dos Administradores Executivos para o sucesso da organização, onde se inclui a evolução dos títulos da Sonaecom e o retorno para o accionista. Paralelamente, o MTIP visa remunerar a contínua contribuição dos Administradores Executivos para além do período de vencimento do plano.

As condições necessárias para que um Administrador Executivo seja elegível para o MTIP são as seguintes:

- a) O objectivo associado ao MTP é atribuído no início de cada ano, representando normalmente 100% do objectivo da remuneração variável nesse ano.
- b) Em 10 de Março do ano seguinte, com base na percentagem de cumprimento dos KPIs utilizados para o MTIP, com base no valor criado para o accionista no médio prazo, o valor alvo aumenta ou reduz, e o valor resultante é convertido em acções dividindo pela média da cotação bolsista nas últimas 30 sessões.
- c) Estas acções, ou o montante equivalente em dinheiro, são entregues após um período de diferimento de 3 anos. Esta entrega depende do sucesso global da empresa durante este período, estimado de acordo com os objectivos estabelecidos pela Comissão de Vencimentos para cada período de três anos.
No entanto, se houver distribuição de dividendos, o valor nominal das acções ou o capital social for alterado durante o período de diferimento, o número inicial de acções no âmbito do Plano de Incentivo de Médio Prazo será alterado para reflectir os efeitos das alterações acima, para que o Plano esteja alinhado com o Retorno Total alcançado. Esta associação é baseada nas acções da

Sonaecom mas uma componente, que representa até 40% do valor global, está associada a acções da Sonae SGPS. Na data de aquisição, se o critério para a continuidade do desempenho positivo da nossa organização, mencionado acima, for cumprido, o pagamento é efectuado pela entrega das acções ao preço da acção na data, com a empresa a ter opção de aplicar um desconto sobre o preço da acção. A Sonaecom mantém a opção de efectuar o pagamento do valor equivalente em dinheiro.

CEO e Administradores Não-Executivos

A remuneração e outras compensações do CEO e a remuneração fixa para os Administradores Não-Executivos (com exclusão do Presidente) são baseadas em propostas feitas pelo Presidente da Sonaecom.

A remuneração do Presidente é decidida pelo outro membro independente da Comissão de Vencimentos.

Para o CEO, a metodologia utilizada é a mesma que para os Administradores Executivos.

A remuneração dos nossos Administradores Não-Executivos é baseada em comparação de Mercado e estruturada da seguinte forma:

- (1) uma componente fixa (na qual 15% depende da participação nas reuniões do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, CAF e CNR).
- (2) subsídio de responsabilidade anual no valor de 1.900 euros, em 2010.

Não existe qualquer outra componente ou outro benefício variável para Administradores Não-Executivos;

Em relação aos Administradores Não-Executivos, a componente fixa pressupõe um compromisso de tempo, no sentido de preparar e participar em pelo menos cinco reuniões do Conselho de Administração, em cada ano. Adicionalmente, os membros das Comissões do Conselho de Administração beneficiam de um acréscimo à sua remuneração base de aproximadamente 5%.

São ainda pagas senhas de presença pelas reuniões em que cada um dos Administradores Não-Executivos participe, tal como aqui se descreve: reuniões do Conselho de Administração, 940 euros, reuniões da Comissão de Auditoria e Finanças, 650 euros, e reuniões da Comissão de Nomeações e Remunerações, 390 euros. O Presidente do Conselho de Administração não recebe senhas de presença pela sua participação em reuniões do Conselho de Administração.

A Comissão de Nomeações e Remunerações poderá definir remunerações adicionais para projectos específicos designados individualmente a Administradores Não-Executivos por parte do Conselho de Administração ou das suas Comissões.

Em caso de destituição dos membros do Conselho da Administração, é política do Grupo o pagamento das compensações previstas na lei, podendo em cada situação ser negociado um valor diferente e que se considere ser o mais adequado por ambas as partes. Os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer compensação adicional, aplicando-se os mesmos critérios dos restantes colaboradores.

Remunerações auferidas pelo Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração da Sonaecom foi a seguinte durante os anos de 2009 e 2010 (este valores incluem a remuneração fixa e os prémios de desempenho anual, ambos calculados numa base de acréscimo, bem como um plano de incentivo de médio prazo com respeito ao desempenho nos anos de 2010 e 2009):

Valores em euros	2010				2009			
	Remuneração fixa	Bónus de Desempenho Anual	Plano de Incentivo Médio Prazo	Total	Remuneração fixa	Bónus de Desempenho Anual	Plano de Incentivo Médio Prazo	Total
Desagregação individual								
Administradores Executivos								
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério (CEO)	409.400	297.700	297.700	1.004.800	415.283	287.900	287.900	991.083
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo	212.525	94.400	94.400	401.325	209.469	88.400	88.400	386.269
Miguel Nuno Santos Almeida	275.375	137.900	137.900	551.175	251.477	119.900	119.900	491.277
António Bernardo Aranha Gama Lobo Xavier (8 meses em 2010) (3)	133.547	-	-	133.547	-	-	-	-
Luis Filipe Campos Dias Castro Reis (12 meses em 2009) (1)	-	-	-	-	311.736	164.300	164.300	640.336
George Christopher Lawrie (4 meses em 2009)(2)	-	-	-	-	73.603	37.633	37.633	148.870
	1.030.847	530.000	530.000	2.090.847	1.261.568	698.133	698.133	2.657.835
Administradores Não-Executivos								
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (Presidente)	60.700	-	-	60.700	60.600	-	-	60.600
Jean François René Pontal	40.180	-	-	40.180	40.180	-	-	40.180
David Charles Denholm Hobley	37.750	-	-	37.750	37.450	-	-	37.450
António Maria Theotonio Pereira Sampaio Melo	35.960	-	-	35.960	37.450	-	-	37.450
Nuno M. M. Trigo Jordão	34.300	-	-	34.300	34.200	-	-	34.200
Frank Emmanuel Dangeard	35.280	-	-	35.280	34.980	-	-	34.980
Gervais Pellissier	-	-	-	-	-	-	-	-
	244.170	-	-	24.170	244.860	-	-	244.860
Total	1.275.017	530.000	530.000	2.335.017	1.506.428	698.133	698.133	2.902.695

(1) Em 10 de Dezembro de 2009, Luis Filipe Reis apresentou a renúncia ao cargo de Administrador. A quantia de 2009 refere-se a 12 meses.

(2) Em 4 Maio de 2009, George Christopher Lawrie apresentou a renúncia ao cargo de Administrador.

(3) Em 23 de Abril 2010, António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier assumiu o cargo de Administrador Executivo.

Na apresentação dos valores da tabela acima, foi incluída a remuneração de cada membro do Conselho de Administração, proporcional ao período da sua nomeação.

Os Prémios de Desempenho Anual dos Administradores Executivos apresentados na tabela acima representam os valores actuais resultantes da avaliação do desempenho do ano de 2010. Os valores finais foram definidos após o desempenho real ter sido devidamente avaliado e depois de aprovação pela Comissão de Nomeações e Remunerações, em representação do Conselho de Administração e pela Comissão de Vencimentos, em representação dos accionistas.

Em 2010, a Sonaecom tinha 20 pessoas com responsabilidades directivas, "Dirigentes". Em 31 de Dezembro de 2010, o valor pago (que compreende a remuneração variável e fixa total) foi de 3.305.557 euros. O MTIP totalizou 902.011 euros. (para uma informação mais detalhada consulte o capítulo 6, no anexo às contas, nota 40).

Participação dos Administradores no MTIP

Os Administradores Executivos auferem compensações no âmbito do MTIP.

Participação dos Administradores no MTIP:

	Plano 2006	Plano 2007	Plano 2008	Plano 2009	Total
Data de atribuição	09 Mar 2007	10 Mar 2008	10 Mar 2009	10 Mar 2010	
Acções Sonaecom					
Cotação na data de atribuição(1)	4.697	2.447	1.117	1.685	
Cotação na data de vencimento	1.720	-	-	-	
Cotação em 31.12.2010 (2)	1.350	1.350	1.350	1.35	
Ángelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério (CEO)					
Nº de acções em 01.01.2010	-	67086	143.259	-	210.345
Nº de acções em 31.12.2010	-	67086	143.259	102.516	312.861
Miguel Nuno Santos Almeida					
Nº de acções em 01.01.2010	18.942	31.009	65.801	-	115.752
Nº de acções em 31.12.2010	-	31.009	65.801	42.694	139.504
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo					
Nº de acções em 01.01.2010	11.818	21.369	47502	-	80.689
Nº de acções em 31.12.2010	-	21.369	47502	36.724	105.595
António Bernardo Aranha Gama Lobo Xavier(5)					
Nº de acções em 01.01.2010	17079	7624	58.156	-	82.859
Nº de acções em 31.12.2010	-	7624	58.156	42.997	108.777
Total					
Nº de acções em 01.01.2010	47839	127088	314.718	-	489.645
Nº de acções em 31.12.2010	-	127088	314.718	224.931	666.737
Acções Sonae SGPS					
Cotação na data de atribuição	1.680	1.160	0.526	0.761	
Cotação na data de vencimento	0.855	-	-	-	
Cotação em 31.12.2010(3)	0.780	0.780	0.780	0.780	
Ángelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério (CEO)					
Nº de acções em 01.01.2010	-	101.008	211.160	-	312.168
Nº de acções em 31.12.2010	-	105.233	219.994	157657	482.884
Miguel Nuno Santos Almeida					
Nº de acções em 01.01.2010	28.184	30.014	62.350	-	120.548
Nº de acções em 31.12.2010	-	31.269	64.959	65.658	161.886
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo					
Nº de acções em 01.01.2010	17585	20.683	45.011	-	83.279
Nº de acções em 31.12.2010	-	21.549	46.894	36.307	104.750
António Bernardo Aranha Gama Lobo Xavier(5)					
Nº de acções em 01.01.2010	25.412	27051	55.106	-	107.569
Nº de acções em 31.12.2010	-	28.183	57411	42.509	128.103
Total					
Nº de acções em 01.01.2010	71.181	178.756	373.627	-	623.564
Nº de acções em 31.12.2010	-	186.234	389.258	302.131	877623
Valores					
CEO					
Valor na data de atribuição	332.201 (4)	281.329	271.090	-	552.419
Valor na data de vencimento	296.647	-	-	-	296.647
Valor em 31.12.2010	-	172.648	364.995	261.369	799.012
Miguel Nuno Santos Almeida					
Valor na data de atribuição	136.320	110.695	106.296	-	353.311
Valor na data de vencimento	56.678	-	-	-	56.678
Valor em 31.12.2010	-	66.252	139.499	108.850	314.601
Maria Cláudia Teixeira de Azevedo					
Valor na data de atribuição	85.052	76.282	76.736	-	238.070
Valor na data de vencimento	35.362	-	-	-	35.362
Valor em 31.12.2010	-	45.656	100.705	77897	224.258
António Bernardo Aranha Gama Lobo Xavier(5)					
Valor na data de atribuição	122.912	50.035	93.946	-	266.893
Valor na data de vencimento	51.103	-	-	-	51.103
Valor em 31.12.2010	-	32.275	123.291	91.203	246.769
Total					
Valor na data de atribuição	676.485	518.341	548.068	-	1.742.894
Valor na data de vencimento	439.790	-	-	-	439.790
Valor em 31.12.2010	-	316.831	728.491	539.319	1.584.641

(1) Cotação média do mês anterior à data de atribuição, excepto para o Plano 2006 em que a cotação utilizada foi a cotação média do período entre 3 de Março de 2007 e 5 de Abril de 2007;

(2) No dia 8 de Janeiro de 2010, a cotação atingiu um máximo de 2,007 euros e em 28 de Abril de 2010 um mínimo de 1,230 euros;

(3) No dia 13 de Janeiro de 2010, a cotação atingiu um máximo de 0,939 euros e em 25 de Maio de 2010 um mínimo de 0,720 euros;

(4) Relativamente ao CEO anterior, foi efectuado um exercício antecipado do Planos diferido de 2006, tendo a Empresa optado pelo pagamento em dinheiro em substituição da entrega de acções Sonaecom e Sonae SGPS a 31 Dezembro de 2007. Para o Planos 2006 do CEO anterior, a data de vencimento corresponde à data de vencimento antecipada (3 de Maio de 2007);

(5) Em 23 de Abril 2010, António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier assumiu o cargo de Administrador Executivo.

Compensações auferidas pelos Administradores em empresas do grupo

Montantes (em euros)	Sonaecom		Sonaecom SGPS		Sonae Investimentos		Sonae RP - Retail Properties		Total
	Função	Total Remuneração	Função	Total Remuneração	Função	Total Remuneração	Função	Total Remuneração	
Nome									
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	CEO	1.004.800	Não Executivo	6.000	-	-	-	-	1.010.800
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	Presidente do Conselho de Administração	60.700	Executivo	1.062.171	Não Executivo	-	-	-	1.122.871
Nuno M. M. Trigo Jordão	Não Executivo	34.300	Não Executivo	192.750	Executivo	87.570	Não Executivo	24.037	338.657

Plano de acções Sonaecom

O plano de acções Sonaecom determina que cada Administrador Executivo é obrigado a reter 50% das acções entregues em cada plano, mantendo permanentemente uma quantidade de acções equivalente ao valor de 2 (dois) salários fixos anuais. A exigência para a retenção das acções entregues em cada plano, cessa a partir do momento que o Administrador Executivo em questão já tenha mantido um número de acções equivalentes ao objectivo definido, alocadas quer pelos planos da Sonaecom quer por aquisição pessoal das acções. Para este efeito, o salário anual é o salário base mensal pago 14 vezes por ano. Quanto ao plano de acções da Sonaecom, cumprimos totalmente com o nosso plano de retenção de acções.

Compensações em caso de cessação do mandato

Em caso de cessação antecipada do termo do mandato dos membros do Conselho de Administração, o Grupo adoptou a política de pagar as remunerações resultantes da Lei ou de negociar, caso a caso, um valor considerado justo e apropriado para ambas as partes. Não existem condições compensatórias adicionais para os membros do Conselho de Administração, que são tratados da mesma forma que os restantes colaboradores.

Para os Dirigentes da Sonaecom, em caso de rescisão do contrato, foi acordado um pagamento de indemnização equivalente à remuneração fixa, devido até ao final do período do mandato até ao máximo de 12 meses, ou o retorno à função anterior como um trabalhador dependente.

c) Remuneração dos Membros do Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal durante 2010 e 2009 foi a seguinte:

	2010	2009
Valores em euros		
<i>Desagregação individual</i>		
<i>Conselho Fiscal</i>		
Arlindo Dias Duarte Silva	8.910	9.900
Armando Luís Vieira Magalhães	6.910	7.900
Óscar José Alçada Quinta	6.910	7.900
Jorge Manuel Felizes Morgado	-	-
Total	22.730	25.700

Estes montantes correspondem à remuneração fixa. Os membros do Conselho Fiscal não recebem qualquer remuneração variável nem participam no MTIP da Sonaecom.

d) Processo de definição da política de Remuneração

A tabela seguinte fornece informações sobre as principais etapas na definição da política de remuneração da Sonaecom em 2010. Ficou estabelecido que a Comissão de Vencimentos reúne entre Julho e Dezembro, mas somente se houver alguma mudança na composição do Conselho. Como não ocorreram alterações até à da Assembleia Geral Anual de 2010, a última reunião da Comissão de Vencimentos foi realizada em Maio de 2010.

Mês	Fase do processo
Fevereiro	CNR reúne: Avaliação do desempenho anual e projecções para 2011: - Remuneração fixa para 2011 (real) - Bónus de desempenho anual de curto prazo (real) - Bónus de desempenho anual de curto prazo (target) - MTIP diferido de 2010 (real) - MTIP diferido de 2011 (target) - Processo de avaliação anual - Revisão da política de remuneração - Comunicação da política de remuneração no Relatório e Contas
Março	Comissão de Vencimentos reúne: - Reunião após CNR, antes do pagamento anual
Abril	CNR comunica: - Detalhes sobre KPIs individuais da Comissão Executiva para 2011 (apenas se não tiverem sido estabelecidos anteriormente)
Maio	Comissão de Vencimentos reúne: - Apenas se houver alterações no Conselho de Administração na Assembleia Geral de Accionistas
Julho	CNR comunica: - Evolução em termos de KPIs estabelecidos para 2011
Outubro	CNR reúne: - Evolução em termos de KPIs estabelecidos para 2011 - Revisão sobre estado do MTIP e retenção de acções - Planos de contingência e sucessão - Gestão de talento - Revisão dos termos de referência do CNR e estabelecimento de novo plano anual
Dezembro	CNR reúne: - Forecast dos KPIs de 2010 - Eventuais ajustes aos KPIs de 2012

5.5. Gestão de Risco

Esta secção contém uma descrição do funcionamento e eficácia do sistema de gestão de risco e uma identificação dos principais riscos que afectam a empresa.

A Sonaecom está empenhada em desenvolver e implementar as melhores práticas em termos de gestão e controlo de risco, dado que estas áreas são consideradas como as bases fundamentais da estratégia da empresa, que é apoiada num sistema sólido de Governo da Sociedade. A empresa implementou um sistema que coloca a responsabilidade do controlo interno e gestão de risco nas áreas funcionais de cada negócio, apoiadas pela equipa de Gestão do Risco, em conjunto com a equipa de Auditoria Interna, os Auditores Externos e a equipa de Planeamento e Controlo de Gestão. A CAF, operando em nome do Conselho, e o CF são responsáveis pela supervisão e acompanhamento do sistema de gestão de risco.

Estão implementados processos para identificar, monitorizar e reportar riscos e controlos, bem como para avaliar a eficácia e melhorar o sistema de controlo interno e de gestão de risco. Os processos são baseados nas melhores práticas da empresa e nas normas internacionais de *Enterprise Risk Management* (ERM), dos quais derivam as abordagens principais da gestão e controlo de risco da empresa. A Sonaecom organiza os seus riscos sob um *Business Risk Model* (BRM), que ajuda na identificação dos nossos riscos e causas subjacentes, bem como na promoção de uma cultura de consciência do risco em toda a empresa.

Os esforços têm sido focados na implementação de acções para melhorar os níveis de controlo dos riscos Económicos, particularmente nos riscos intrínsecos do negócio relacionados com as actividades técnico-operacionais na unidade de negócios de telecomunicações. Isto foi conseguido através do desenvolvimento de programas específicos de gestão de risco, ou através da implementação de actividades de controlo correntes e da existência de equipas dedicadas. Os riscos Financeiros e Jurídicos são, em geral, considerados como tendo um nível de risco inferior na Sonaecom, e têm sido geridos assegurando a conformidade com os requisitos internos e regulamentares. Existem também outras políticas e procedimentos de gestão de risco, incluindo um Código de Conduta, implementado para governar e gerir áreas particularmente sensíveis como conflitos de interesse, transacções com partes relacionadas, práticas de remuneração e comunicação de irregularidades que se aplicam a todos os nossos responsáveis, colaboradores e parceiros de negócio.

a) Sistema de Controlo Interno e Gestão de Risco

Na Sonaecom, reconhecemos que existem riscos presentes em todos os processos de gestão. Em conformidade, os gestores a vários níveis da organização têm de estar conscientes dos riscos específicos nas suas áreas e são responsáveis pela gestão desses riscos.

Organização do Controlo Interno e da Gestão de Risco

As **responsabilidades e objectivos** dos intervenientes chave nos sistemas de Controlo Interno e Gestão de Risco são:

- Áreas de negócio – Cada departamento funcional das unidades de negócio da Sonaecom é, como parte da sua responsabilidade nos seus processos funcionais, responsável pela implementação de controlos internos e pela gestão dos seus riscos específicos. Adicionalmente, para o desenvolvimento de determinados programas de gestão do risco, podem ser formadas equipas específicas de gestão de risco, tais como um Comité de Risco ou uma Equipa de Trabalho, incluindo habitualmente um responsável ao nível Executivo, uma comissão de directores e uma equipa de pivots representando as unidades de negócio.
- Funções de Planeamento e Controlo de Gestão – Responsáveis por elaborar e monitorizar a execução dos Planos de Acção e Recursos anuais e os orçamentos/previsões, bem como os processos que conduzem à sua realização, nas componentes

financeira e operacional. Os planos de negócio são igualmente monitorizados na sua componente financeira. Promovem e apoiam a integração da gestão de risco nos processos de planeamento e controlo das empresas da Sonaecom.

- Funções de Gestão de Risco – Contribui com ferramentas, metodologias, apoio e know-how para as áreas de negócio. Também promove e monitoriza a implementação de programas e acções destinadas a aproximar os níveis de risco aos limites aceitáveis estabelecidos pela gestão. Promove a consciencialização, a medição e a gestão dos riscos de negócio que interferem no atingir dos objectivos e na criação de valor da organização.
- Área de Auditoria Interna – Avalia a exposição ao risco e verifica a eficácia da gestão dos riscos e dos controlos internos dos processos do negócio e dos sistemas de informação e de telecomunicações. Propõe medidas para melhorar os controlos e monitoriza a evolução da exposição ao risco associada aos principais findings das auditorias.
- Auditor Externo – No âmbito do processo de auditoria anual, analisa o funcionamento de mecanismos de controlo interno e reporta deficiências identificadas. É responsável pela verificação das contas e pela emissão de uma certificação legal de contas e de um relatório de auditoria.

A empresa tem duas áreas especializadas em matérias de risco: a função central de Gestão do Risco e a equipa de Auditoria Interna. A sua missão é contribuir para a gestão eficaz dos riscos de negócio da Sonaecom. Apoiam a Sonaecom no atingir dos seus objectivos, acrescentando valor e melhorando as operações da empresa, através de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e ajudar a melhorar a eficácia da gestão de risco, dos controlos internos e dos processos de governo da organização.

A actividade de Gestão de Risco possui uma função central ao nível corporativo que promove a consciencialização da organização para os riscos críticos do negócio, propõe políticas de gestão de risco para a empresa e coordena programas ou projectos transversais para implementar processos de gestão de risco. Existem também funções de gestão de risco nas áreas de negócio, nomeadamente quando a existência de pivots é relevante para algumas especialidades da gestão de risco (por exemplo: Gestão da Continuidade de Negócio e Gestão da Segurança da Informação).

A actividade da equipa de Auditoria Interna está definida ao abrigo da Carta de Auditoria Interna, aprovada pelos órgãos de supervisão. Constitui uma actividade de verificação (assurance) e consultoria independente e objectiva, regendo-se pelas orientações do Institute of Internal Auditors (IIA), incluindo a Definição de Auditoria Interna, o Código de Ética e as Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna (IIA Standards). O plano anual de Auditoria Interna é desenvolvido com base no Plano de Acções e Recursos anual da Sonaecom, numa priorização do trabalho de auditoria, utilizando uma metodologia baseada no risco, e nas opiniões da Comissão Executiva, de outros membros da gestão de topo, na CAF e no CF.

De acordo com as boas práticas internacionais, existem 15 certificações em normas de Auditoria e em programas de Gestão do Risco. Estas incluem o Certified Internal Auditor (CIA), Certified in Control Self Assessment (CCSA), Certified Information System Auditor (CISA), Certified Fraud Examiner (CFE), Management of Risk Foundation and Practitioner (MoR), Associated Business Continuity Professional (ABCP), Certified by Business Continuity Institute (CBCI), Certified Continuity Manager (CCM), Certified Information System Security Professional (CISSP), ISO 27001 Lead Implementer e Project Management Professional (PMP).

Reporte aos Órgãos de Administração e de Supervisão

As responsabilidades de criação, funcionamento e avaliação periódica dos sistemas de controlo interno e gestão de risco são distribuídas normalmente do seguinte modo:

- O Conselho de Administração, através de delegação na Comissão Executiva, garante a criação e o funcionamento do sistema de controlo interno e de gestão de risco.
- A CAF, ao abrigo dos Termos de Referência aprovados pelo Conselho de Administração, aconselha o Conselho sobre a adequação dos sistemas e normas das actividades de controlo interno do negócio e de gestão de risco aplicadas pela Comissão Executiva.
- O CF, ao abrigo dos Termos de Referência e como órgão fiscalizador independente, supervisiona a eficácia global dos sistemas de gestão de risco, controlo interno e auditoria interna.
- O Conselho de Administração estabelece a função de Auditoria Interna e as suas responsabilidades são revistas pela CAF.
- A CAF articula com o CF para assegurar que o CF está em concordância com o papel acordado para a Auditoria Interna.
- A CAF aconselha o Conselho de Administração sobre a qualidade e a independência da função de Auditoria Interna, e deve ser consultada pela gestão em relação à nomeação e destituição do Director de Auditoria Interna.
- A CAF e o CF, de acordo com a Carta de Auditoria Interna, aprovam a nomeação e a destituição do Director de Auditoria Interna, e podem solicitar informação relacionada com a avaliação de desempenho, remuneração anual e ajuste salarial do Director de Auditoria Interna.
- A CAF aconselha o Conselho de Administração sobre a nomeação, as atribuições e a remuneração do Auditor Externo.
- O CF articula com a CAF sobre os assuntos relacionados com o Auditor Externo.
- A CAF revê o âmbito da função de Auditoria Interna e a sua relação com o âmbito do trabalho do Auditor Externo. A CAF discute com o Auditor Externo e com a Auditoria Interna os relatórios destes e aconselha posteriormente o Conselho de Administração.
- O Auditor Externo, no âmbito do processo da auditoria anual, analisa o funcionamento de mecanismos de controlo interno e reporta deficiências identificadas.
- O trabalho do Auditor Externo é avaliado pelo CF numa base anual, e o CF deve propor à Assembleia Geral de Accionistas se o Auditor Externo deve ser destituído, se existirem fundamentos nesse sentido.
- A actividade de Auditoria Interna está sujeita à avaliação da CAF e do CF, que são responsáveis pela supervisão da eficácia do sistema de auditoria interna e que podem propor a adopção das eventuais modificações que sejam necessárias. Adicionalmente, o Director de Auditoria Interna informa a CAF e o CF sobre a qualidade da actividade de Auditoria Interna e programas de melhoria, incluindo os resultados das avaliações internas ou externas, que devem ser efectuadas pelo menos a cada cinco anos. Em concordância, durante 2010, a actividade de Auditoria Interna foi sujeita a uma avaliação externa.
- A função central de Gestão de Risco apresenta, para avaliação pela CAF, e partilha com o CF, um relatório periódico sobre o ciclo de Gestão de Risco Empresarial (método e resultados) e pode obter contributos para o ajustar.

As linhas de reporting da Auditoria Interna (AI) e da Gestão do Risco (GR) são as seguintes:

- A AI reporta hierarquicamente ao CEO da Sonaecom.
- A AI reporta funcionalmente à CAF e ao CF da Sonaecom. Este último assegura a existência de uma linha de reporting para um órgão que seja independente do Conselho de Administração. A AI pode solicitar que as reuniões privadas de reporting à CAF ou ao CF ocorram sem a presença da gestão.
- A função central de GR tem linhas de reporting semelhantes na Sonaecom.

Os mecanismos internos de informação e comunicação sobre o sistema e alertas de risco incluem:

- **Relatórios periódicos** das funções de Auditoria Interna (AI) e Gestão do Risco (GR):
 - Relatórios de AI para a Comissão Executiva após a conclusão de cada auditoria interna.
 - A AI pode emitir um relatório interino em qualquer altura para comunicar informação que requeira atenção imediata.
 - A AI reporta trimestralmente à CAF da Sonaecom e semestralmente ao CF, apresentando um resumo de todas as principais conclusões da auditoria interna.
 - A função central de GR tem relatórios periódicos semelhantes na Sonaecom, relacionados com projectos/acções de controlo de risco.
- **Processos de monitorização** do risco, tais como:
 - A existência de processos e indicadores em todas as áreas de negócio para monitorizar as operações e KPIs.
 - A existência de departamentos dedicados a monitorizar riscos específicos do negócio e gerar alertas, como por exemplo as equipas de Fraude e Revenue Assurance na unidade de telecomunicações.
 - A implementação de indicadores e alertas para interrupção de serviço e incidentes de segurança, ao nível operacional.
 - O desenvolvimento de indicadores de risco do negócio para causas chave, ao nível de gestão.

Abordagem à Gestão do Risco

O diagrama seguinte ilustra as fases principais incluídas no ciclo de gestão de risco da Sonaecom, que podem ser aplicadas a todas as unidades de negócio no seu portfólio. O processo de gestão de risco é suportado por uma metodologia consistente e sistemática, alinhada com a "Norma sobre Metodologias de Gestão de Risco" do Grupo Sonae, que é baseada na norma internacional "Enterprise Risk Management - Integrated Framework", emitida pelo COSO (Committee of Sponsoring Organisations of the Treadway Commission).

Ciclo de Gestão de Risco



Ciclo de Gestão de Risco (ERM - Enterprise Risk Management)
Metodologia baseada na 'Norma sobre Metodologias de Gestão do Risco', do Grupo Consultivo de Gestão de Risco da Sonae (2008)

Fase 1: Identificar riscos do negócio

- Identificar riscos do negócio relevantes
- Priorizar riscos do negócio e definir a matriz de risco (impacto e probabilidade)

Fase 2: Averiguar causas

- Identificar causas (drivers) dos riscos de negócio críticos
- Definir causas chave dos riscos críticos
- Identificar as causas elementares (triggers)
- Definir causas elementares chave (maneáveis e vitais)

Fase 3: Medir triggers

- Determinar indicadores ligados aos triggers
- Seleccionar indicadores de risco
- Medir o valor actual dos indicadores e indicar o valor pretendido

Fase 4: Gerir riscos

- Identificar e determinar as opções de gestão de risco
- Estabelecer planos de acção para gerir o risco
- Integrar os planos de acção da gestão de risco no processo de planeamento do negócio

Fase 5: Monitorar riscos

- Monitorizar o progresso da execução dos planos de acção
- Monitorizar as alterações nos valores dos indicadores de risco
- Reportar o progresso

Derivados desta metodologia geral, a gestão e o controlo dos riscos principais da Sonaecom são conseguidos através das seguintes abordagens e métodos principais:

Gestão dos Riscos Corporativos (EWRM - Enterprise Wide Risk Management)

Abordagem: A Gestão dos Riscos Corporativos alinha o ciclo de gestão do risco com o ciclo de planeamento estratégico. Esta abordagem permite que os negócios da Sonaecom atribuam prioridades e identifiquem riscos críticos que possam comprometer o seu desempenho e objectivos, e adoptar acções para gerir esses riscos, dentro dos níveis predefinidos de aceitação. Isto é conseguido através da monitorização constante dos riscos e da implementação de determinadas medidas correctivas.

Método: 1. Identificar riscos do negócio >> 2. Averiguar causas >> 3. Medir triggers >> 4. Gerir riscos >> 5. Monitorar riscos

Gestão da Continuidade de Negócio (BCM - Business Continuity Management)

Abordagem: A implementação dos processos de Gestão da Continuidade do Negócio tem a finalidade de mitigar o risco de interrupção de actividades críticas de negócio, com origem em situações de catástrofe, falhas técnico-operacionais ou falhas de recursos humanos. O âmbito deste processo inclui também a avaliação e a gestão dos riscos de segurança física nas instalações críticas da empresa.

Método: 1. Compreender o negócio >> 2. Definir estratégias de resiliência >> 3. Desenvolver e implementar Planos de Continuidade e de Gestão de Crise >> 4. Testar, manter e auditar os planos e processos BCM

Gestão da Segurança da Informação (ISM - Information Security Management)

Abordagem: A implementação de processos de Gestão da Segurança da Informação destina-se a gerir os riscos associados com a integridade, confidencialidade e disponibilidade da informação. Pretende desenvolver e manter a Política de Segurança da Informação, verificar a conformidade dos procedimentos com a política, desenvolver programas de formação e consciencialização e estabelecer e monitorizar KPIs de Segurança da Informação.

Método: 1. Identificar informação crítica >> 2. Detalhar plataformas/recursos críticos de suporte à informação >> 3. Avaliar nível de risco de segurança >> 4. Definir e implementar indicadores >> 5. Gerir e monitorar acções de mitigação dos riscos

Ciclos ou Processos de Gestão do Risco específicos (RMCP - Risk Management Cycles or Processes)

Abordagem: O desenvolvimento de ciclos/processos de gestão de risco específicos que permitem mitigar riscos críticos que possam afectar determinados processos, áreas ou entidades, posicionando-os nos níveis definidos pela equipa de gestão. Identifica e monitoriza outros riscos operacionais que a gestão considere relevantes.

Método: 1. Identificar riscos específicos >> 2. Averiguar causas >> 3. Gerir riscos >> 4. Monitorar riscos

A definição de objectivos estratégicos da empresa em relação à assumpção de riscos considera:

- O alinhamento do ciclo de gestão do risco com o ciclo de planeamento estratégico, nomeadamente durante a definição do Plano de Negócios anual (Plano de Acção e Recursos), quando as unidades de negócio identificam os riscos que podem afectar potencialmente a consecução dos seus objectivos, e definem acções para os ultrapassar.
- Os objectivos de assumpção de riscos derivam e estão alinhados com os objectivos estratégicos globais das empresas da Sonaecom.

Existem vários mecanismos para controlar a execução e a eficácia das acções de gestão de risco, incluindo:

- O controlo da execução dos Planos de Acção e Recursos: A actividade das unidades de negócio é monitorizada, e são criados relatórios de progresso (financeiros e operacionais). A análise das acções das unidades de negócio é suportada pelas funções de Planeamento e Controlo de Gestão, incluindo notas preparatórias sobre as principais discrepâncias identificadas e antecipação de problemas futuros.
- A execução dos ciclos de Gestão de Risco: Durante as fases de Avaliação e de Averiguação, a tolerância à assumpção de riscos (baixa, média, elevada ou muito elevada) e a estratégia seleccionada (evitar, reter, reduzir ou transferir) são identificadas para as causas chave dos riscos. Durante a fase de Monitorização, é efectuado um cruzamento dos riscos principais com as acções definidas no Plano de Acção e Recursos anual, para verificar a sua evolução.
- A execução de Auditorias Internas e Externas: A eficácia das acções de controlo interno e gestão de risco é avaliada relativamente aos processo de negócio e sistemas.
- A execução de Monitorização de Findings: É executado numa base semestral um procedimento de acompanhamento interno (follow-up) destinado a monitorizar o estado dos findings relevantes e a adopção de acções correctivas pelas áreas de negócio.

b) Principais riscos e acções de controlo

Esta secção refere-se à identificação dos principais riscos relacionados com as actividades concretas do negócio, incluindo a descrição de alguns eventos que podem originar esses riscos, e as principais acções de controlo implementadas para os gerir. Durante 2010, em relação aos riscos de negócio da Sonaecom, foi colocado um foco particular na execução de uma actualização do ciclo de gestão do risco para a unidade do negócio de telecomunicações. O estado dos seus principais riscos foi actualizado através da revisão das causas de risco mais relevantes, da atribuição de donos do risco e da identificação de controlos existentes ou novas acções para gerir esses riscos. Esta revisão irá continuar durante 2011, resultando na matriz de risco actualizada, incluindo a análise do impacto e probabilidade de cada risco potencial.

Nas categorias de riscos económicos, financeiros e jurídicos, os riscos são apresentados e ordenados nesta secção de acordo com a classificação e a estrutura do Business Risk Model (BRM) da Sonaecom. O BRM é um modo sistemático de identificação dos riscos que afectam a organização (linguagem comum) e permite a definição e agrupamento dos riscos, bem como das suas principais causas (dicionário de riscos).

Riscos Económicos

De acordo com o Business Risk Model (BRM) da Sonaecom, os riscos económicos estão relacionados com as seguintes categorias de risco: Envolvente do Negócio; Estratégia; Operações; Tecnologia e Processamento de Informação; e Empowerment e Integridade.

Influências económicas

A Optimus está exposta ao ambiente económico adverso actual em Portugal e, conseqüentemente, à possível redução geral de consumo (consulte o Capítulo 2 relativo ao mercado de telecomunicações Português).

Apesar de o mercado de telecomunicações altamente competitivo Português ter comprovado ser notavelmente resiliente à recessão global durante 2009, e menos em 2010, esta imunidade pode tornar-se menos aplicável durante 2011. Neste contexto, embora não seja esperada uma diminuição no número de clientes, existe o risco de a receita média por cliente ser afectada devido à redução do consumo.

A Optimus tem em curso várias iniciativas que podem ajudar a diminuir este risco através de controlos de custos mais apertados.

Em relação a outras empresas da Sonaecom, é relevante notar que a WeDo Technologies, através do seu ritmo da expansão e internacionalização, vê o impacto adverso do ambiente económico mundial de forma mais diluída. Adicionalmente, a empresa já antecipou esses possíveis efeitos expandindo o seu portfólio de produtos e identificando outros sectores de negócio como alvo (consulte à frente o risco Portfólio do Negócio).

Inovação tecnológica

Para a Optimus, ter uma infra-estrutura tecnológica optimizada é um factor crítico de sucesso que ajuda a reduzir potenciais falhas em alavancar nas evoluções técnicas.

Entre as causas possíveis para este risco encontram-se o ritmo da introdução das redes móveis 4G com base na tecnologia Long-Term Evolution (LTE); as questões de compatibilidade de 4G; o aumento da convergência de serviços fixo-móvel; e a necessidade de suportar a utilização crescente de serviços multimédia pelos clientes.

Durante 2010, a Optimus continuou as acções para alavancar na inovação tecnológica, permitindo mitigar essas possíveis causas de risco.

A WeDo Technologies conseguiu recentemente a certificação em Gestão de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (NP 4457:2007). Em conjunto com a sua certificação de Qualidade existente (ISO 9001:2008), esta nova certificação ajuda a empresa a continuar a inovar de um modo sustentado e ajuda a mitigar factores potenciais de risco, colocando o risco da inovação como não significativo para esta subsidiária da Sonaecom. A WeDo Technologies foi um dos primeiros produtores de software a investir no mercado de Revenue Assurance, e foi o primeiro a fazê-lo para Business Assurance.

A Mainroad enfrenta os desafios da inovação tecnológica da computação em nuvem (cloud computing). Esta tendência tecnológica é caracterizada por uma forte adopção crescente da virtualização dos servidores e arquitecturas orientadas para os serviços por parte dos clientes. No lado dos prestadores de serviços, tem de ser feito um esforço de acompanhamento, adaptar infra-estruturas e mudar o modelo de operações para um modelo orientado para os serviços.

Alguns riscos relevantes associados geralmente à computação em nuvem são: a mudança dos centros de dados tradicionais (adaptados para as soluções proprietárias dos clientes) para os centros de dados de serviços de computação em nuvem (mais standardizados); uma parte dos serviços de consultoria e suporte de aplicações de TI que podem ser ameaçados, dado que os clientes podem deixar de utilizar aplicações proprietárias; alguns problemas na integração da arquitectura da computação em nuvem com os sistemas actuais que podem trazer complexidade; a necessidade dos clientes para melhorar os controlos de segurança, devido ao facto de a computação em nuvem ser um serviço partilhado por vários clientes, tornando necessário aumentar o nível de controlo sobre a informação.

Neste contexto, a Mainroad continuou a sua abordagem para tratar as questões da computação em nuvem do seguinte modo:

- Melhoria da oferta existente de IT Outsourcing e IT Managed Services.
- Avaliação da possibilidade de fornecimento de aplicações como serviços, utilizando parcerias.
- Alavancagem na coordenação e a gestão das iniciativas do Grupo Sonae relacionadas com a computação em nuvem, que já foram testadas internamente no Grupo.
- Actualização da metodologia e dos processos para acompanhar as exigências da computação em nuvem.
- Desenvolvimento das suas três áreas principais de negócio funcionando em complementaridade para alavancar nas oportunidades da computação em nuvem:
 - Data Center Services – A Mainroad oferece dois centros de dados para os equipamentos dos clientes, incluindo alojamento especializado e infra-estruturas de telecomunicações que permitem aos clientes alojar os seus servidores virtualizados.
 - Support Services – Esta área oferece gestão de TI e serviços de suporte para sistemas e aplicações de clientes, bem como serviços de suporte para infra-estruturas tecnológicas, incluindo serviços de Outsourcing de TI completos ou seleccionados.
 - Professional Services – Esta é a área de projecto da Mainroad, que oferece serviços especializados de consultoria (desenho de soluções) e implementação (integração e personalização de soluções de TI), incluindo serviços de Segurança de TI.

Concorrência

A Optimus tem sido um agente activo na transformação do mercado de telecomunicações Português, e é actualmente o operador integrado melhor posicionado para actuar como uma verdadeira alternativa ao operador incumbente. Neste contexto, a Optimus está exposta a riscos de concorrência de outros intervenientes no seu ambiente de negócio.

Alguns dos riscos a que a Optimus está exposta podem ser resumidos do seguinte modo: a destruição de valor em determinados segmentos de clientes e serviços (questões de preços); a concorrência agressiva no mercado residencial fixo (perda de receitas no acesso indirecto); desafios da alavancagem da fibra óptica; e o efeito da rede móvel.

A WeDo Technologies é líder mundial no mercado de Revenue Assurance em telecomunicações (fonte: Relatório Stratecast de 2009 de "Revenue Assurance and Cost Management Global CSP"), pelo que este risco não é significativo.

Portfólio do Negócio

Na WeDo Technologies, um dos objectivos principais tem sido a expansão e a internacionalização do negócio, que poderia ter sido afectado adversamente se a empresa tivesse continuado com uma só linha de produtos, focada num sector de negócio. Este risco está a ser diminuído porque a empresa continuou a consolidar a sua presença global fora de Portugal durante vários anos, identificou novos sectores de negócio alvo desde 2009 e aumentou o seu portfólio de produtos.

Neste contexto, durante 2010, a WeDo Technologies continuou a sua estratégia através de:

- Expansão do portfólio de Revenue Assurance e Gestão de Fraudes para Business Assurance.
- Aumento da sua oferta para além da sua base de clientes de telecomunicações tradicional, incluindo outros sectores de negócio como o retalho e o financeiro.
- Clarificação das suas duas linhas de produtos:
 - Business Assurance – Destinado aos sectores de Telecomunicações, Retalho, Energia e Financeiro/Seguros. É baseado no “Business Assurance RAID 6.0”, que é um software independente e integrado de Revenue Assurance, de Gestão de Fraude e de Processos de Controlo do Negócio. Este software foi expandido com módulos para gerir a segurança além de operações de garantia da receita, tais como gestão de incentivos, cobranças e processos de gestão de parceiros. Esta linha de produtos é complementada pelos serviços de consultoria de Business Assurance.
 - Business Management and Support systems – É destinado ao nicho de Telecomunicações e Energia. É baseado em vários sistemas e soluções para Gestão de Roaming, Cobranças e Controlo de Crédito, Gestão de Incentivos, Gestão de Processos, Retenção de Dados e Gestão de Valor de Clientes. Esta linha de produtos é complementada por Serviços Profissionais e serviços de Formação e Suporte.

Interrupção de Negócio (Gestão da Continuidade de Negócio)

Uma vez que o negócio da Sonaecom (Telecomunicações, SSI e Media) assenta sobretudo na utilização de tecnologia, as potenciais falhas dos recursos técnico-operacionais (infra-estruturas de rede, aplicações do sistema de informação, servidores, etc.) podem causar um risco significativo de interrupção do negócio, se não forem bem geridas. Este facto pode acarretar outros riscos para a empresa, tais como impactos adversos na reputação, na marca, na integridade das receitas, na satisfação dos clientes e na qualidade do serviço, que podem levar à perda de clientes (churn). No sector das telecomunicações, a interrupção de negócio e outros riscos associados podem ser agravados porque os serviços são em tempo real (voz, dados/internet e TV), e os clientes têm tipicamente uma baixa tolerância a interrupções.

Para identificar este conjunto específico de riscos, e para implementar acções de prevenção e mitigação que garantam a continuidade de operações e serviços críticos, a Sonaecom tem adoptado ao longo de vários anos o programa Gestão da Continuidade do Negócio (BCM – Business Continuity Management). Este programa é patrocinado por um membro da Comissão Executiva da Sonaecom (CEO da Optimus), é coordenado pela função central de Gestão do Risco, e tem um grupo de trabalho permanente com representantes operacionais e de gestão das unidades de negócio relevantes.

Gestão de Crise

O reforço dos procedimentos do Plano de Gestão de Crise, focado em cenários de falhas técnico-operacionais na unidade de telecomunicações, constituiu a parte mais significativa das actividades de BCM em 2010. Envolveu todos os departamentos do negócio, com ênfase particular nas actividades core dos departamentos Técnica, Sistemas de Informação, Instalações e Serviço ao Cliente, bem como nas actividades de comunicação coordenadas pelo departamento de Comunicação Institucional. As acções realizadas envolveram:

- Actualização dos Organigramas de Crise de todos os departamentos, incluindo a nomeação de responsáveis pelas actividades críticas e designação de substitutos.

- Revisão da Matriz de Avaliação de Impactos e Níveis de Crise (critérios operacionais e de negócio), bem como os procedimentos de escalamento e articulação com procedimentos de gestão de incidentes.
- Redefinição de regras de Notificação, suportadas por ferramentas de notificações por e-mail e por SMS.
- Redesenho dos fluxos de Comunicações em Crise, orientações e responsabilidades para gerir a comunicação com as partes interessadas (stakeholders) relevantes internas e externas.
- Implementação de ferramentas e recursos para suportar o Plano, incluindo uma ferramenta web para documentar e manter o Plano. Isto permitiu a definição de procedimentos de crise adaptados a todos os papéis de crise, baseados em check-lists de acções com hiperligações.
- Execução de sessões de formação e de simulação do Plano, englobando cerca de 200 colaboradores aos níveis operacional, tático e estratégico da empresa.

Planos de Continuidade do Negócio e Manutenção

Durante 2010, a Sonaecom continuou a melhorar as actividades de implementação e manutenção dos processos BCM, incluindo as acções seguintes:

- Implementação de estratégias de resiliência complementares para algumas plataformas críticas da rede de telecomunicações.
- Actualização da solução existente de disaster recovery de TI/SI, visando a alta disponibilidade geográfica para algumas aplicações críticas, com foco nas aplicações que suportam as actividades de Atendimento a Clientes da Optimus.
- Execução de auditorias aos riscos de segurança física nos centros de comutação da Optimus e nos centros de dados da Mainroad. Definição de normas para gerir riscos físicos nessas instalações críticas (segurança das infra-estruturas e procedimentos).
- Início da revisão do Foco BCM, para reflectir a evolução do portfólio de serviços da Optimus e actividades críticas actualizadas.
- Coordenação com entidades oficiais externas para cenários catastróficos, segurança de infra-estruturas críticas e comunicação em crise, incluindo a colaboração na actualização dos Planos de Protecção Civil.
- Participação no estudo sobre Segurança nas Comunicações Electrónicas Nacionais, promovido pelo regulador do sector (ICP – ANACOM), que envolveu os principais operadores de comunicações em Portugal.

Disponibilidade, Integridade e Confidencialidade (Segurança da Informação)

Gestão da Segurança da Informação (Telecomunicações, SSI e Media)

Tendo presente que a Sonaecom é sobretudo uma empresa de Tecnologia, Media e Telecomunicações (TMT), todas as suas empresas subsidiárias utilizam intensivamente a tecnologia e a informação, que estão tipicamente sujeitas a riscos de disponibilidade, integridade e confidencialidade. Deste modo, durante 2010, a Sonaecom decidiu aumentar o seu compromisso com a gestão desses riscos criando o Comité de Segurança da Informação (Comité GRC – Governance Risk and Compliance).

O Comité GRC é um grupo de trabalho mandatado pela Comissão Executiva, patrocinado pelo CIO e coordenado pela função central de Gestão do Risco. Tem o nível mais elevado de decisão em assuntos de Segurança de Informação, toma decisões sobre políticas ao nível da Sonaecom e sugere recomendações. Desenvolve e propõe um plano de acção anual. Agrupa as áreas mais relevantes para a segurança da informação.

Durante 2010, o Comité GRC coordenou várias acções de gestão do risco, sendo as mais relevantes as seguintes:

- A revisão da Política de Segurança da Informação da Sonaecom, incluindo os documentos relacionados Carta de Segurança, Normas e Procedimentos.
- A execução de uma campanha de consciencialização para fortalecer uma cultura de Segurança da Informação entre os colaboradores, parceiros e stakeholders chave. Para além de ser uma questão tecnológica, a segurança deve ser considerada

como uma questão cultural e comportamental, o que explica a relevância de uma campanha de consciencialização. Esta campanha incluiu artigos numa revista e em newsletters internas, e o lançamento de um *website* interactivo interno dedicado à Segurança da Informação. Os temas principais focados foram: confidencialidade dos dados (partilha de informação, dados pessoais e armazenamento); utilização dos postos de trabalho (acessos remotos, protecção, equipamento); utilização da web (internet, redes sociais e e-mail); gestão de credenciais (palavras-passe, engenharia social e phishing); software (malicioso e licenciamento); e equipamentos móveis (configuração e utilização).

- A implementação de um report com os indicadores de risco mais relevantes relacionados com a Segurança da Informação, com o objectivo de: monitorizar o desempenho da função de Segurança da Informação; identificar tendências, causas de alterações e oportunidades de melhoria; e também suportar os processos de tomada de decisão, justificando investimentos em recursos humanos ou técnicos.
- Início de uma avaliação detalhada do risco para obter uma visão geral sobre o estado do risco da segurança da informação na Sonaecom. Isto também permitirá priorizar e suportar os processos de tomada de decisão, e completar a recolha de indicadores do risco de segurança ao longo de 2011.

Informação de Cliente e Segurança (Telecomunicações)

Em questões de segurança, tendo presente que a Optimus é uma empresa orientada para o cliente, tem sido colocado um maior esforço na perspectiva do cliente. A evolução das funcionalidades dos serviços de telecomunicações e a sua capacidade para suportar o fluxo de informação do cliente aumentou os riscos de segurança, nas suas facetas técnica e de comportamento do cliente. Durante 2010, foram desenvolvidas várias acções de controlo em relação à segurança dos serviços de telecomunicações:

- Identificação, análise e prevenção de malware móvel e de ameaças de aplicações maliciosas, com vista a proteger a Optimus e os clientes contra ataques. A Optimus seleccionou uma Solução Global de Segurança para integração com telemóveis/smartphones, para proteger os clientes contra vírus, spyware, trojans, vermes, navegação maliciosa, roubo, etc., e a sua estratégia de implementação está em desenvolvimento para ser concretizada durante 2011.
- Publicação de um Programa de Sensibilização e Educação de Clientes nos *websites* da Sonaecom e da Optimus, para criar consciência sobre os riscos comuns e aconselhar os clientes sobre as melhores práticas anti-fraude e de segurança a cumprir quando utilizam serviços de telecomunicações.
- Desenvolvimento adicional do projecto e-Privacy para mitigar e proteger o acesso à informação sensível de clientes nos sistemas operacionais de suporte ao negócio.
- Participação no GSM MoU Association Security Group para estudar as melhores práticas e para propor medidas técnicas de segurança rentáveis, para combater a fraude nas telecomunicações e para prevenir quebras de segurança nas plataformas de suporte aos serviços e ao nível da rede.

Falha de Produto-Serviço (Responsabilidade Civil Profissional)

Sabendo que as empresas da Sonaecom são orientadas para o cliente, é dada atenção especial ao impacto que as potenciais falhas de produtos e serviços podem ter nos seus clientes, nomeadamente questões de responsabilidade civil. Estas são intrínsecas do negócio, e estão normalmente relacionadas com acidentes, actos involuntários, erros ou omissões de colaboradores ou subcontratados. Os eventos de risco podem ser físicos (por exemplo, danos em equipamentos ou instalações) ou não físicos (por exemplo, erro numa instalação de software), sendo relevantes para empresas como as subsidiárias da Sonaecom, que fornecem sobretudo serviços baseados em tecnologia e informação. No caso de uma falha de serviço, e porque essa responsabilidade deriva da relação contratual com os clientes, podem surgir questões de Responsabilidade Civil Profissional.

Alguns exemplos de causas potenciais de risco de falha de serviço podem ser: período de indisponibilidade de serviço no âmbito do processo de activação de serviços de telecomunicações; questões de entrega de projecto (por exemplo, atrasos de fornecimento da integração de software) ou questões de desempenho de projecto (por exemplo, problemas de dimensionamento de hardware

na integração de software com o hardware do cliente) nas empresas SSI; falha na publicação de anúncios no jornal.

A estratégia de gestão do risco seleccionada pela Sonaecom para este tipo de risco, para além de implementar controlos internos, foi transferir o risco utilizando seguradoras. Neste contexto, durante 2010, foram adoptadas várias acções relacionadas com os seguros de Responsabilidade Civil Profissional:

- Execução de avaliação de risco específico para responsabilidade civil profissional, para identificar potenciais causas de risco e para sistematizar os controlos respectivos.
- Implementação de melhoramentos nalguns controlos internos, para diminuir adicionalmente as causas do risco.
- Melhoramento do seguro de responsabilidade civil profissional existente, tendo o novo seguro incorporado um âmbito alargado de coberturas adaptadas às realidades de negócio que as empresas da Sonaecom enfrentam, incluindo:
 - Módulo de Protecção de Tecnologia para a Optimus, WeDo Technologies, Mainroad, Saphety e Bizdirect.
 - Módulo Multimédia para a Optimus e Público.

Garantia de Receitas e Custos (Business Assurance de Telecomunicações)

Os negócios de telecomunicações estão sujeitos aos riscos operacionais inerentes relacionados com a garantia e monitorização de receitas de clientes. Ao longo de 2010, continuámos a melhorar os nossos controlos do risco, com os seguintes objectivos chave:

- Detectar quaisquer perdas de registos entre a utilização do equipamento terminal pelo cliente e a facturação;
- Mitigar perdas na qualidade de serviço ou deterioração causadas por quebras de integridade;
- Prevenir perdas de receitas que possam surgir da implementação de novos produtos e serviços.

Esta monitorização é suportada pelo sistema 'RAID', uma aplicação líder desenvolvida pela WeDo Technologies. Esta plataforma já está preparada para incluir as nossas ofertas convergentes de fixo-móvel.

Business Assurance continuou a ampliar os controlos para actividades de garantia de custos, incluindo itens como a atribuição eficiente de recursos técnicos na rede. Esta tendência deve continuar ao longo de 2011, ampliando o seu âmbito para controlar algumas áreas do sistema de gestão de incentivos (comissões das forças de vendas e dos agentes).

Fraude (Gestão de Fraude de Telecomunicações)

Uma fraude de cliente ou de terceiros é um risco comum no sector das telecomunicações. Os praticantes de fraudes podem tirar partido das potenciais vulnerabilidades do processo, serviço ou rede. Tenho isto presente, a Optimus possui desde há muito tempo uma equipa dedicada à Gestão de Fraude. Durante 2010, a empresa concentrou os seus esforços no desenvolvimento e implementação das seguintes acções de controlo:

- Foco na mitigação e controlo do IRSF (International Revenue Share Fraud), um dos tipos principais de fraude que afectam os operadores de telecomunicações em todo o mundo. Foram adoptadas várias medidas de prevenção e controlo, tais como: bloqueio de destinos de risco específicos; alteração de funcionalidades do serviço para proteger melhor os clientes; revisão dos planos de preços de retalho, etc.
- Criação, em conjunto com a TMN e a Vodafone, de uma metodologia comum e normalizada para classificar e avaliar a Fraude de Telecomunicações ao nível nacional, para melhorar os procedimentos de cooperação e de mitigação.
- O melhoramento da monitorização e da detecção de fraudes através da expansão do sistema Near Real Time Roaming Data Exchange (NRTRDE) para outros operadores de rede e a implementação de novos controlos para clientes Pré-pagos, Pós-pagos e Roamers IN and OUT.
- Participação no GSM MoU Association Fraud Forum para partilhar experiências, estudar os tipos de fraudes mais comuns

cometidas contra as empresas de telecomunicações e encorajar a coordenação mundial para as acções da mitigação e de detecção contra esses crimes. A Optimus promoveu e contribuiu para a criação Base de Dados GSMA Hot B Number, uma lista de risco dos destinos internacionais mais comuns utilizados na Fraude de Telecomunicações.

- Cooperação com a WeDo Technologies em relação ao desenho e desenvolvimento de RAID FMS (Sistema de Gestão de Fraude) para implementação futura na Optimus, que espera-se deve ocorrer durante 2011.

Riscos Financeiros

De acordo com o Business Risk Model (BRM) da Sonaecom, os riscos financeiros estão relacionados sobretudo com a categoria de risco Financeiro.

Nesta secção, a Sonaecom reconhece que está potencialmente exposta a riscos relacionados com os processos de reporting financeiro e de contabilidade, tal como estão outras empresas cotadas com actividades semelhantes, e a uma variedade de outros riscos financeiros como o risco de mercado (particularmente, riscos de taxa de câmbio e taxa de juro), risco de liquidez e risco de crédito. A atitude da Sonaecom em relação à gestão de riscos financeiros é conservadora e prudente, e estes princípios foram seguidos durante 2010.

Os **papéis e responsabilidades** relacionadas com os **riscos financeiros** são normalmente atribuídos do seguinte modo:

- O departamento Financeiro e de Contabilidade gere e controla os riscos; e articula, de acordo com o necessário, com todas as outras áreas de negócio e de suporte que contribuem para controlar riscos financeiros.
- O CF supervisiona e aprova a divulgação de informação financeira sob a sua responsabilidade; supervisiona o trabalho efectuado pelo Auditor Externo nas demonstrações financeiras da empresa; e emite um relatório anual sobre o seu trabalho de fiscalização, bem como uma opinião sobre o relatório do Conselho de Administração, demonstrações financeiras consolidadas e individuais.
- A CAF revê as demonstrações financeiras que devem ser divulgadas e reporta as suas conclusões ao Conselho de Administração; monitoriza exposições financeiras significativas; monitoriza as principais áreas de julgamento em assuntos financeiros e de contabilidade; supervisiona a conformidade com as normas contabilísticas; e supervisiona a conformidade com os requisitos e regulamentos estatutários e legais, em particular no domínio financeiro.
- A Auditoria Interna avalia a exposição ao risco; verifica a eficácia da gestão do risco e dos controlos internos; e propõe medidas para melhorar os controlos.
- O Auditor Externo verifica se os principais elementos dos sistemas de controlo interno e gestão de risco implementados na empresa relativamente ao processo de divulgação de informação financeira são apresentados e divulgados na informação anual sobre o Governo das Sociedades e emite uma certificação legal das contas e Relatório de Auditoria, no qual atesta se aquele relatório divulgado sobre a estrutura e as práticas de governo societário, inclui os elementos referidos no artigo 245º - A do Código dos Valores Mobiliários.

Contabilidade e Reporting Financeiro (Sistema de Controlo de Riscos Financeiros)

A existência de um ambiente de controlo interno eficaz, particularmente no processo de reporting financeiro, é um compromisso do Conselho de Administração da Sonaecom, procurando identificar e melhorar os processos mais relevantes em termos de preparação e divulgação de informação financeira, com os objectivos de transparência, consistência, simplicidade e materialidade. O objectivo do sistema de controlo interno é assegurar uma garantia razoável em relação à preparação de demonstrações financeiras, de acordo com os princípios contabilísticos adoptados, e a qualidade do reporting financeiro.

O **sistema de controlo interno para a contabilidade e preparação das demonstrações financeiras** inclui os seguintes **controlos chave**:

- O processo de divulgação de informação financeira está formalizado, os riscos e controlos associados estão identificados, sendo devidamente estabelecidos e aprovados os critérios para a sua preparação e divulgação, que são revistos periodicamente.

- Existem três tipos principais de controlos: controlos de alto nível (controlos ao nível da entidade), controlos dos sistemas de informação (controlos ao nível de TI) e controlos processuais (controlos ao nível de processos). Incluem um conjunto de procedimentos relacionados com a execução, supervisão, monitorização e melhoramento de processos, com o objectivo de preparar o relato financeiro da empresa.
- A utilização de princípios contabilísticos, que são explicados ao longa das notas às demonstrações financeiras (consulte a secção 6.2, nota 1), constitui um dos pilares fundamentais do sistema de controlo.
- Os planos, procedimentos e registos do Grupo permitem uma garantia razoável que as transacções são executadas apenas com uma autorização geral ou específica da gestão, e que essas transacções são registadas para permitir que as demonstrações financeiras cumpram os princípios contabilísticos geralmente aceites. Assegura também que a empresa mantém um registo actualizado de activos, que o acesso a esses activos depende de uma autorização da gestão, e que o registo dos activos é verificado face aos activos existentes, sendo adoptadas as medidas apropriadas sempre que ocorrem diferenças.
- Durante o processo de preparação e revisão da informação financeira, é estabelecido previamente um cronograma e partilhado com as diferentes áreas envolvidas, e todos os documentos são revistos detalhadamente. Isto inclui a revisão dos princípios utilizados, a verificação da precisão da informação produzida e a consistência com os princípios e políticas definidas e utilizadas em períodos anteriores.
- As demonstrações financeiras do Grupo são preparadas e analisadas pelo departamento Financeiro e de Contabilidade, sob a supervisão da Comissão Executiva do Grupo. O Relatório de Gestão e o Relatório de Governo da Sociedade são preparados pelo departamento de Relação com Investidores, com a contribuição e revisão adicional das várias áreas de negócio e de suporte, com o apoio e fiscalização do Director de Governo da Sociedade e do departamento Jurídico e de Regulação. O conjunto de documentos que constituem o relatório anual é enviado para revisão e aprovação do Conselho de Administração da Sonaecom. Depois da aprovação, os documentos são enviados para o Auditor Externo, que emite a sua certificação legal de contas e o Relatório de Auditoria Externa. Estes documentos são enviados, em conjunto com o Relatório Anual, para serem revistos pelo Conselho Fiscal, que aprova os documentos e emite o Relatório e o parecer do Conselho Fiscal.

Entre as **causas de risco** que podem afectar materialmente o reporting contabilístico e financeiro, evidenciamos as seguintes:

- Estimativas contabilísticas – As estimativas contabilísticas mais significativas são descritas na secção 6.2, nota 1.aa) das demonstrações financeiras, e nas outras notas seguintes. As estimativas foram baseadas na melhor informação disponível durante a preparação das demonstrações financeiras, e no melhor conhecimento e experiência de eventos passados e/ou presentes.
- Saldos e as transacções com partes relacionadas – Os saldos e transacções mais significativos com partes relacionadas são divulgados nas notas das demonstrações financeiras (consulte a secção 6.2, nota 35). Apresentamos como anexo do relatório uma lista de todas as partes relacionadas com o Grupo Sonaecom. Estas estão associadas sobretudo a actividades operacionais do Grupo, bem como a concessão e obtenção de empréstimos, efectuados a preços de mercado.

Pode consultar informação mais específica, sobre como estas e outras causas de risco foram mitigadas, ao longo das notas às demonstrações financeiras (consulte a secção 6.2, nota 1.ab).

A Sonaecom adopta várias acções relacionadas com o melhoria contínua do Sistema de Controlo de Riscos Financeiros, incluindo:

- Melhoria da documentação sobre controlos – No seguimento das acções de 2010, durante 2011 a Sonaecom irá continuar a melhorar a documentação e a sistematização dos riscos e o sistema de controlo interno relacionado com a preparação da informação financeira. Esta acção inclui a identificação do risco/causas (risco inicial), a identificação dos processos com maior materialidade, a documentação de controlos e a análise final (risco residual) após a implementação de potenciais melhorias nos controlos.
- Análise de conformidade – O departamento de Relação com Investidores, em cooperação com o Departamento Financeiro

e de Contabilidade, o departamento Jurídico e de Regulação, o departamento de Auditoria Interna e Gestão de Risco e, de acordo com o necessário, outros departamentos, coordena uma análise periódica da conformidade com os requisitos legais e regulamentos relativamente aos processos de governo subjacentes e informação financeira correspondente, que são comunicados no Relatório de Gestão e no Relatório de Governo da Sociedade.

Moeda

O Grupo opera internacionalmente, e tem subsidiárias que operam no Brasil, Reino Unido, Polónia, Estados Unidos da América, México, Austrália, Egipto e Malásia (delegação). As subsidiárias têm colaboradores locais, e operam em moeda local. A exposição do Grupo ao risco da taxa de câmbio provém sobretudo do facto de algumas das suas subsidiárias reportarem em moedas diferentes do Euro, sendo imaterial o risco associado às actividades operacionais.

A gestão do risco de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e transacções efectuados em moeda estrangeira e, sempre que possível, a empresa utiliza coberturas naturais para gerir a exposição, ou instrumentos financeiros derivados para cobertura.

Nas notas às demonstrações financeiras (consulte a secção 6.2, nota 1.ab) é apresentada informação adicional sobre o modo como este risco é gerido e controlado, incluindo um resumo da exposição do Grupo ao risco da taxa de câmbio e da sua sensibilidade a alterações nas taxas de câmbio.

Taxa de Juro

A dívida total da Sonaecom está indexada a taxas variáveis, expondo o custo total da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados da empresa ou nos fundos dos seus Accionistas é mitigado pelo efeito dos seguintes factores: (i) nível relativamente baixo da alavancagem financeira; (ii) possibilidade de utilizar instrumentos derivados que cobrem o risco da taxa de juro, tal como é mencionado abaixo; (iii) possível co-relação entre o nível das taxas de juro do mercado e o crescimento económico, tendo este um efeito positivo noutras linhas dos resultados da empresa e, deste modo, compensando parcialmente os custos financeiros acrescidos ("cobertura natural"); e (iv) a existência de liquidez individual ou consolidada que também é remunerada a taxas de juro variáveis.

A empresa utiliza apenas derivados ou transacções semelhantes para efeitos de cobertura dos riscos da taxa de juro considerados significativos, nomeadamente swaps de taxa de juros e outros derivados. As contrapartes dos instrumentos de cobertura derivados estão limitadas às instituições financeiras de elevada qualidade creditícia. O Conselho de Administração da Sonaecom aprova os termos e condições de financiamento com impacto significativo na empresa, com base na análise da estrutura da dívida, dos riscos e das diferentes opções do mercado, particularmente o tipo da taxa de juro (fixa/variável). Ao abrigo da política definida acima, a Comissão Executiva é responsável pela decisão sobre os contratos ocasionais de cobertura da taxa de juro, através da monitorização das condições e das alternativas existentes no mercado.

Nas notas às demonstrações financeiras (consulte a secção 6.2, nota 1.ab) é apresentada informação adicional sobre o modo como o risco é gerido e controlado, incluindo a análise de sensibilidade do risco da taxa de juro (consulte a nota 20).

Liquidez

A existência de liquidez na empresa requer a definição de algumas políticas para conseguir uma gestão eficiente e segura da liquidez, permitindo-nos maximizar a rentabilidade e minimizar os custos de oportunidade relacionados com essa liquidez. As políticas subjacentes principais correspondem à variedade de instrumentos permitidos, ao nível máximo de risco aceitável, à quantidade máxima de exposição por contraparte e os períodos máximos para os investimentos.

Nas notas às demonstrações financeiras (consulte a secção 6.2, nota 1.ab) é apresentada informação adicional sobre o modo como o risco é gerido e controlado.

Crédito

A exposição da empresa ao risco de crédito é associada principalmente com as contas a receber relacionadas com actividades operacionais correntes. O risco de crédito associado às operações financeiras é mitigado pelo facto de o Grupo, em relação aos operadores de telecomunicações, negociar apenas com entidades com qualidade elevada de crédito.

A gestão deste risco procura garantir que os valores em dívida são efectivamente cobrados dentro dos períodos negociados sem afectar a saúde financeira da empresa. Para ajudar a mitigar este risco, o Grupo utiliza agências de avaliação de crédito, subscreve seguros de crédito e tem departamentos específicos para Controlo de Crédito, Cobranças e Gestão de Contencioso.

Riscos Legais

De acordo com o Business Risk Model (BRM) da Sonaecom, os riscos legais estão relacionados com a categoria de riscos da Envolve do Negócio.

Para monitorizar as causas dos riscos actuais e potenciais, bem como para assegurar o cumprimento do enquadramento legal e regulatório vigente, a Sonaecom tem uma equipa dedicada, que inclui o departamento Jurídico e de Regulação, que acompanha de muito perto as questões legais e regulatórias. Apesar disto, não podemos excluir totalmente o risco de possíveis processos de infracção contra as empresas da Sonaecom devido a diferentes visões sobre o significado prático do enquadramento legal e regulatório. A Sonaecom também colabora com as autoridades com vista à definição do enquadramento legal e regulatório que, de acordo com o nosso ponto de vista, promove o desenvolvimento do sector das comunicações em Portugal. Essa colaboração pode ser proactiva ou através do envio de comentários às consultas públicas que são lançadas.

Legal e Regulatório

No portfólio de negócio da Sonaecom, as questões regulatórias são mais relevantes na unidade de telecomunicações, a qual está sujeita a regras específicas, definidas sobretudo pelo regulador do sector ICP - Autoridade Nacional de Comunicações (ICP - ANACOM).

As decisões do regulador podem ter um grande impacto no desenvolvimento da actividade da Optimus, incluindo as relacionadas com: condições de atribuição de espectro, tarifas de terminação móvel, enquadramento regulatório das redes de nova geração (NGNs), onde devem ser definidas as condições de acesso a NGNs de terceiros, condições da oferta grossista (nomeadamente,

acesso a condutas, linhas alugadas e acesso à desagregação do lacete local) e financiamento do serviço universal. Tal como já foi mencionado, a ICP – ANACOM é responsável pela definição de condições de atribuição do espectro. Isto é particularmente relevante para as actividades da Optimus, dado que o regulador já anunciou que pretende promover a atribuição do espectro de LTE durante o primeiro semestre de 2011.

Existem também outras questões que afectam a actividade da empresa, que são decididas directamente pelo Governo, embora seja assistido pela ICP - ANACOM, nomeadamente a designação do fornecedor de serviços universal, taxas reguladoras (espectro, numeração, actividade regulatória) ou outras taxas a impor aos prestadores de serviços de comunicações e regras de protecção dos consumidores, tais como as impostas durante o ano de 2010 em relação ao desbloqueio dos equipamentos terminais.

Adicionalmente, a Sonaecom tem também de cumprir as regras definidas ao nível Europeu, que têm um efeito directo em Portugal na sua qualidade de Estado Membro da União Europeia, tais como a regulação de serviços de roaming, que limita as condições de fornecimento dos serviços de roaming ao nível de grossista e retalhista.

Para além das regras específicas relacionadas com o sector das telecomunicações, a Optimus está também sujeita a legislação horizontal, incluindo a lei da concorrência, enquanto que outras empresas da Sonaecom, como a WeDo Technologies, enfrentam um risco adicional: a sua presença em vários países em todo o mundo acarreta riscos específicos relacionados com enquadramentos legais muito diferentes, onde é necessário um esforço adicional para serem totalmente compreendidos.

c) Outros Processos de Gestão de Risco

A última parte da secção sobre gestão de risco cobre as políticas e processos da Sonaecom relativos a três áreas que são geralmente consideradas como sensíveis ao risco e são áreas nas quais existe um foco por parte dos accionistas e outras partes interessadas: Conflitos de Interesse, Práticas de Remuneração e Comunicação de Irregularidades. Embora estas sejam áreas importantes e sensíveis, a Sonaecom considera que, tendo em conta a estrutura de governo da sociedade, as políticas e os processos implementados, estas áreas envolvem níveis de risco inferiores quando comparadas, por exemplo, com alguns dos riscos económicos intrínsecos do negócio, anteriormente já descritos nesta secção.

Política de Conflitos de Interesse

É uma questão de bom governo da sociedade que, em todos os negócios da Sonaecom, a integridade e a reputação não devam ser comprometidas quando qualquer uma das partes do negócio tem um conflito de interesses, actual, potencial, inferido, ou é uma terceira parte. Deste modo, estão em vigor processos de controlo interno que permitem endereçar conflitos de interesse, nas várias dimensões da organização.

Destinado a todos colaboradores, a Sonaecom adoptou um Código de Conduta que inclui a seguintes orientações sobre conflitos de interesse:

- É aplicável a todos os colaboradores, incluindo ao nível da Administração e dos responsáveis da empresa, bem como consultores externos permanentes e pessoal de outsourcing (também referidos como parceiros de negócio). Sendo um princípio da empresa, todos os colaboradores são encorajados a revelar potenciais conflitos de interesse ao seu supervisor imediato na hierarquia.

- Os colaboradores devem evitar intervir nos processos de tomada de decisões que envolvem, directa ou indirectamente, organizações com as quais colaboram ou colaboraram, ou pessoas com que estejam ou tenham estado ligados por laços de parentesco ou de amizade. Se for impossível abster-se da intervenção nestes processos, os colaboradores devem informar o seu superior administrativo sobre a existência dessas ligações.
- Os colaboradores devem abster-se de participar ou desempenhar tarefas em organizações cujas actividades possam ser incompatíveis com o desempenho das suas funções na Sonaecom, ou cujos objectivos possam ser incompatíveis com os da Sonaecom.
- O Código de Conduta, bem como o funcionamento dos seus processos relacionados ao abrigo da supervisão da Comissão de Ética, são disponibilizados a todos os colaboradores actuais e novos e aos parceiros de negócios, e são também publicados no *website* e na intranet da Sonaecom.

Adicionalmente, ao nível da Administração, existe um Regulamento que governa a Política e Procedimentos sobre Conflitos de Interesse, aprovado pelo Conselho, determinando que:

- É aplicável a todos os Administradores, incluindo todos os membros do Conselho de Administração, bem como a outros Gestores Executivos Seniores que participam regularmente nas reuniões do Conselho, reuniões da Comissão Executiva ou de quaisquer Comissões do Conselho.
- Um Administrador, ou entidades nas quais um Administrador tenha um interesse significativo e/ou influência, que entre ou proponha entrar em transacção com a Empresa deve efectuar imediatamente uma revelação completa desse facto.
- Esses conflitos serão comunicados ao Conselho de Administração, normalmente através da CAF. O Conselho de Administração, com aconselhamento da CAF, pode aprovar a transacção ou solicitar que sejam tomados passos adicionais predefinidos, de acordo com o necessário e razoável, para eliminar qualquer conflito de interesse.
- Para todos os Administradores, será mantido um registo pelo Secretário do Conselho de Administração, relativo a cargos de administração exteriores significativos e relevantes e outras funções ou actividades relevantes (supervisionado pela CNR), bem como um registo de todas as participações accionistas detidas (fiscalizado pela CAF). Os Administradores reconfirmarão por escrito o conteúdo do registo pelo menos uma vez por ano.

Ao nível da Empresa, no que se refere às relações com os accionistas e transacções com partes relacionadas:

- Quando efectuam transacções com partes relacionadas, as empresas da Sonaecom devem agir de um modo diligente, cuidadoso e organizado, e devem assegurar que as transacções são bem documentadas. Os interesses das partes envolvidas devem ser respeitados assegurando que, globalmente, as transacções são implementadas numa base de "braço de ferro", respeitando as práticas gerais de mercado (efectuadas como se as partes da transacção fossem entidades independentes, efectuando transacções comparáveis). As transacções devem cobrir interesses a longo prazo das partes envolvidas (incluindo tratamento justo de quaisquer accionistas minoritários) e devem ter em conta os interesses de outras partes relevantes, tais como colaboradores, clientes e credores, assegurando assim a sustentabilidade das empresas.
- Quando são efectuados negócios de importância significativa com detentores de participações qualificadas, ou com entidades que são classificadas como partes relacionadas, esses negócios devem ser sujeitos a opinião preliminar do CF. O CF, ao abrigo dos seus Termos de Referência, obtém do Conselho de Administração, normalmente através da CAF, toda a informação necessária relacionada com o progresso financeiro e operacional da empresa, alterações ao seu portfólio do negócio, os termos de quaisquer transacções sensíveis ou com partes relacionadas que tenham ocorrido e os detalhes das decisões tomadas.

Ao abrigo dos Termos de Referência, a CAF dedica atenção particular a transacções materiais com partes relacionadas, especialmente quaisquer transacções que possam envolver um risco significativo de preços de transferência.

• A informação relevante relativa a accionistas de referência e partes relacionadas é divulgada na secção 5.6, incluindo as participações qualificadas da Sonaecom em “Participações Qualificadas” e a existência de outras transacções não operacionais materialmente relevantes com partes relacionadas, se existirem, em “Transacções relevantes com partes relacionadas”.

Política de Remuneração

A Sonaecom está comprometida na aplicação das orientações de gestão de risco geralmente recomendadas em termos de remunerações:

- O desenho da política de remunerações para todos os responsáveis e colaboradores da empresa deve ter em conta o seu comportamento potencial de assumpção de risco, dando um peso suficiente, mas equilibrado, à sua componente variável, transpondo algum risco da actividade para o risco assumido pelos próprios responsáveis e colaboradores, relacionando a sua recompensa com o desempenho individual e da empresa.
- Adicionalmente, a remuneração dos membros do Conselho de Administração deve ser estruturada para que os seus interesses sejam alinhados com o interesse a longo prazo da empresa. A sua remuneração deve ser baseada numa avaliação independente do seu desempenho, e deve ser estruturada para desencorajar a tomada excessiva de riscos.

Uma avaliação de risco da política de remuneração da Sonaecom pode ser obtida considerando a seguinte informação:

- Os princípios de remuneração aplicados para todos os responsáveis e colaboradores e o modo como as várias componentes da remuneração contribuem para um ambiente controlado em termos do comportamento de assumpção de risco são explicados na secção 5.4 deste relatório. Esta é intitulada de Política de Remuneração do Grupo e Remuneração dos Órgão de Administração e Fiscalização.
- O processo de decisão e de aprovação da política de remuneração envolve vários órgãos de governação para assegurar um escrutínio independente, equidade e gestão de risco adequada do processo. Em particular, a CNR tem um papel importante de supervisão devido à sua função chave, na revisão de toda a política de remuneração e compensação, e todas as propostas de remuneração, bem como supervisionar o MTIP.
- Os princípios e práticas de remuneração que se aplicam ao nível do Conselho são explicados na secção 5.4, em Remuneração de Administradores, bem como o detalhe das remunerações individuais. A CNR comunica por escrito ao Conselho, sempre que necessário, e colabora com a Comissão de Vencimentos da Sonaecom para obter a sua aprovação, em nome dos accionistas, da remuneração e outras compensações do Conselho de Administração e de outros Órgãos de Governo.
- Finalmente, o facto de informação completa ser divulgada na secção 5.4 sobre a política de remuneração adoptada promove a transparência e é ele próprio um factor que contribui para mitigar o risco de práticas de pagamento potencialmente problemáticas.

Política de Comunicação de Irregularidades

A Sonaecom tem uma política e um processo para comunicar alegadas irregularidades efectuadas por responsáveis, colaboradores e parceiros, que definem procedimentos para responder a quaisquer irregularidades comunicadas.

O CF tem responsabilidades estatutárias em relação a este processo, em particular:

- Receber comunicações de alegadas irregularidades comunicadas em relação à Empresa e apresentadas pelos accionistas da Empresa, colaboradores ou outras partes.
- Registar quaisquer alegadas irregularidades que tenham sido comunicadas, promover a investigação com a devida diligência pelo Conselho de Administração, a Auditoria Interna e/ou Externa, e reportar as suas conclusões.

A responsabilidade de supervisão deste processo foi delegada na Comissão de Ética da Sonaecom, que tem de:

- Avaliar as alegadas irregularidades, considerando a política indicada no Código de Conduta.
- Receber, discutir, investigar e avaliar quaisquer alegadas irregularidades que sejam comunicadas e decidir sobre as medidas apropriadas que devem ser adoptadas em cada caso comunicado.
- Rever e avaliar a eficiência e eficácia do funcionamento da política e do processo de comunicação de irregularidades.

O processo de comunicação de irregularidades pode ser resumido do seguinte modo:

- Qualquer pessoa que pretenda comunicar uma irregularidade que pense ou saiba ter sido cometida por qualquer responsável, colaborador ou parceiro da Sonaecom, deve fazê-lo através de carta ou e-mail dirigido à Comissão de Ética, contendo uma descrição sumária dos factos. A identidade do divulgador será mantida anónima, se tal for explicitamente solicitado.
- A carta será analisada pela Comissão de Ética e, se considerar que existem fundamentos para a existência da irregularidade comunicada, serão adoptadas as medidas que considerar apropriadas.

5.6. Outras Informações

Estrutura de Capital

O capital social da Sonaecom está dividido em trezentos e sessenta e seis milhões, duzentas e quarenta e seis mil, oitocentas e sessenta e oito acções ordinárias, escriturais e nominativas, com o valor nominal de um euro cada. Não existem categorias especiais de acções.

Participações Qualificadas

De acordo com o Código de Valores Mobiliários, a Comissão de Mercado de Valores Mobiliários deverá ser notificada de participações equivalentes ou superiores aos limiares de 2%, 5%, 10%, 15%, 20%, 25%, 33,33%, 50%, 66,66% e 90% da totalidade do capital social, devendo o mercado de capitais ser também informado das mesmas. Esta informação também é exigível para participações que se tornem inferiores às percentagens referidas.

Participações Qualificadas da Sonaecom

Accionista	Número de acções detidas	% detida a 31 Dezembro de 2010
Sonae SGPS	194.714.119	53,17%
France Télécom	73.249.374	20,00%
BCP S.A	12.500.998	3,41%
Santander Asset Management	7.408.788	2,02%

Os principais accionistas da Sonaecom continuam a ser a Sonae, um Grupo multinacional português com interesses nos sectores de retalho, centros comerciais e seguros, com uma participação total de cerca de 53%, e a France Télécom, um dos maiores operadores mundiais de telecomunicações, com uma participação de 20%.

Em 31 de Dezembro de 2010, o free float (% de acções não detidas ou controladas pelos accionistas com participações qualificadas e excluindo as acções próprias) situou-se em aproximadamente 18,87%.

Em 2010, não se verificaram alterações no número de acções emitidas pela Sonaecom.

Accionistas titulares de direitos especiais

Não existem accionistas que sejam titulares de direitos especiais.

Restrições à transmissibilidade e titularidade de acções

Não existem quaisquer restrições à transmissibilidade e titularidade de acções.

Acordos parassociais do conhecimento da sociedade

A Sonaecom não tem conhecimento de quaisquer acordos parassociais que imponham restrições à transmissibilidade de acções ou direitos de voto da sociedade.

Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade

As alterações aos estatutos da Sonaecom devem ser aprovadas pela Assembleia Geral de Accionistas, que delibera, de acordo com a lei, por maioria de dois terços dos votos.

Mecanismos de controlo para colaboradores com participação no capital social

Não existem mecanismos de controlo relativos à atribuição de acções da sociedade que resultem na restrição do exercício do direito de voto por parte dos colaboradores com participação no capital social da Sonaecom.

Desempenho do título Sonaecom

No final de 2010, as acções da Sonaecom alcançaram o valor de 1,350 euros por acção, 30,1% abaixo da cotação de fecho de 1,932 euros por acção, em 31 de Dezembro de 2009. A cotação atingiu um máximo de 2,007 euros por acção, em 8 de Janeiro de 2010, e um mínimo de 1,230 euros, em 28 de Abril de 2010.

No final de 2010, a capitalização bolsista da Sonaecom era de, aproximadamente, 494 milhões de euros. O volume médio diário de transacções registado foi de 466 mil acções, aumentando 3,35% relativamente a 2009. O número total de acções da Sonaecom transaccionadas, em 2010, foi superior a 121 milhões de acções, mais de 33% do capital social total da sociedade.

É também provável que as acções da Sonaecom tenham sido influenciadas, ao longo do ano, pelas notícias que de seguida se listam:

- 3 de Março de 2010: emissão de empréstimo obrigacionista a 3 anos;
- 8 de Março de 2010: publicação dos resultados consolidados respeitantes ao ano de 2009;
- 26 de Março de 2010: emissão de empréstimo obrigacionista a 5 anos;
- 23 de Abril de 2010: informações sobre as decisões aprovadas na Assembleia Geral de Accionistas, decorrida no mesmo dia;
- 6 de Maio de 2010: publicação dos resultados consolidados respeitantes ao primeiro trimestre de 2010;
- 29 de Julho de 2010: publicação dos resultados consolidados respeitantes ao primeiro semestre de 2010;
- 3 de Novembro de 2010: publicação dos resultados consolidados respeitantes aos primeiros nove meses de 2010;

Política de distribuição de dividendos

Na reunião da Assembleia Geral Anual, realizada em 23 de Abril de 2010, os accionistas da Sonaecom aprovaram a proposta do Conselho de Administração de aplicação dos resultados líquidos do exercício para reservas e resultados transitados, não havendo distribuição de dividendos, em linha com a estratégia da Sonaecom e com as oportunidades de negócio disponíveis.

A proposta de distribuição de dividendos (bem como todas as propostas de aplicação de resultados) é apresentada pelo Conselho de Administração, de acordo com o disposto na Lei e nos estatutos da sociedade, e a deliberação sobre essa proposta é efectuada na Assembleia Geral Anual, tal como descrito nos parágrafos seguintes.

O Conselho de Administração elabora as propostas relativas à distribuição de dividendos com base, entre outras, nas oportunidades de negócio e de investimento, e respectiva rentabilidade, nas necessidades de financiamento da sociedade e nas expectativas dos accionistas.

Os estatutos da sociedade não contêm cláusulas que possam prejudicar a distribuição de dividendos ou as propostas do Conselho de Administração. O artigo 33º dos estatutos prevê que “o resultado líquido registado nas demonstrações financeiras, depois de deduzidos os montantes correspondentes às reservas legais, será aplicado tal como determinado pela Assembleia Geral de Accionistas, que pode deliberar quanto à sua distribuição total ou parcial ou quanto à sua aplicação em reservas”.

A sociedade não distribuiu quaisquer dividendos nos três últimos anos do seu exercício. No entanto, relativamente ao exercício de 2010, o Conselho de Administração irá propor na próxima Assembleia Geral de Accionistas a distribuição de um dividendo ilíquido de 5 cêntimos por acção.

Transacções relevantes com partes relacionadas

As transacções com partes relacionadas encontram-se divulgadas na nota 21 do anexo às Demonstrações Financeiras Individuais da Empresa. Para além destas, não se efectuaram transacções relevantes durante o ano com os membros dos órgãos de administração e fiscalização, titulares de participações qualificadas ou sociedades que se encontrem em relação de domínio ou de grupo que possam ser considerados significativos em termos económicos, com excepção do Acordo de Parceira Estratégica assinado com a France Télécom em 9 de Junho de 2005 e renovado em 24 de Outubro de 2008.

Relatório do Conselho Fiscal

O relatório anual do Conselho Fiscal é disponibilizado no *website* da Sonaecom.

Relação com Investidores

O Departamento de Relação com Investidores é responsável pela gestão da relação da Sonaecom com a comunidade financeira – investidores actuais e potenciais, analistas e autoridades do mercado – e tem como objectivo o desenvolvimento dos conhecimentos e a compreensão do Grupo Sonaecom através da divulgação de informação relevante, atempada e fidedigna.

O departamento é responsável pela preparação regular de apresentações e comunicações de resultados trimestrais, semestrais e anuais. De igual forma, é também da sua responsabilidade a preparação, sempre que necessário, de comunicados sobre questões relevantes para o mercado que possam de alguma forma influenciar a cotação dos títulos da Sonaecom.

Para melhorar a comunicação com o mercado de capitais e garantir a qualidade da informação divulgada, o Departamento de Relação com Investidores organiza road-shows nos centros financeiros mais importantes da Europa, e participa em várias conferências. Por outro lado, um grande número de investidores e analistas têm oportunidade de falar com a equipa de gestão sob a forma de sessões individuais ou áudio conferências.

Qualquer pessoa interessada pode dirigir-se ao Departamento de Relação com Investidores através dos seguintes contactos:

Carlos Alberto Silva

Director de Relação com Investidores

Tel: (+351) 93 100 2444

Fax: (+351) 93 100 2229

Email: carlos.alberto.silva@sonae.com / investor.relations@sonae.com

Morada: Rua Henrique Pousão, 432 – 7º Piso, 4460-191 Senhora da Hora, Portugal

Website: www.sonae.com

Em 2010, o Departamento de Relação com Investidores participou em 31 sessões individuais ou de grupo, um road-show e três conferências de telecomunicações e investidores, prestando informações sobre os resultados e perspectivas futuras da Sonaecom a analistas e investidores.

O representante para as relações com o mercado de capitais e Euronext é António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier, que pode ser contactado por telefone ou endereço de e-mail:

Tel: (+351) 93 100 2232

Fax: (+351) 93 100 2229

E-mail: antonio.xavier@sonae.com / investor.relations@sonae.com

Morada: Rua Henrique Pousão, 432 – 7º Piso, 4460-191 Senhora da Hora, Portugal

Honorários do ROC

Em 2010, o Grupo Sonaecom pagou, a título de honorários, ao ROC do Grupo, Deloitte, e à sua rede de empresas, os seguintes montantes:

	2010		2009	
Revisão Legal de Contas	232.762	81%	218.736	79%
Outros serviços de garantia e fiabilidade	42.756	15%	14.125	5%
Serviços de Auditoria	275.518	95%	232.861	84%
Consultoria Fiscal	13.283	5%	44.176	16%
Total	288.801	100%	277.037	100%

A política de Gestão de Risco da Sonaecom, supervisionada pela Comissão de Auditoria e Finanças em coordenação com o Conselho Fiscal, acompanha e controla os serviços solicitados aos Auditores Externos e rede de empresas, de forma a não ser comprometida a sua independência. Os honorários pagos pelo Grupo Sonaecom ao Grupo Deloitte representam menos de 1% do total da facturação anual da Deloitte, em Portugal. Adicionalmente, todos os anos é preparada uma “Carta de Independência”, na qual a Deloitte garante o cumprimento com as orientações internacionais em matéria de independência do auditor.

5.7. Artigos 447º, 448º e participações qualificadas

Ver ponto 4.4 da secção 'A nossa gestão'.

5.8. Anexo

5.8.1. Habilitações e experiência profissional dos membros do Conselho de Administração

Ver ponto 4.1 da Secção “A nossa gestão”.

5.8.2. Acções detidas pelos membros do Conselho de Administração

Ver ponto 4.3 da Secção “A nossa gestão”.

5.8.3. Outros cargos desempenhados pelos membros do Conselho de Administração

Ver ponto 4.2 da Secção “A nossa gestão”.

5.8.4. Habilitações, experiência profissional e acções detidas pelos membros do Conselho Fiscal

Arlindo Dias Duarte Silva

Habilitações literárias: Licenciatura em Economia pela Universidade do Porto.

Experiência profissional: Revisor Oficial de Contas, Fiscal Único e membro do Conselho Fiscal de várias sociedades.

Número de acções da Sonaecom de que é titular: não detém quaisquer acções da Sonaecom.

Armando Luís Vieira de Magalhães

Habilitações literárias: Licenciatura em Economia pela Universidade do Porto. MBA Executivo – European Management pelo IESF/IFG.

Experiência profissional: Revisor Oficial de contas em várias sociedades.

Número de acções da Sonaecom de que é titular: não detém quaisquer acções da Sonaecom.

Óscar José Alçada da Quinta

Habilitações literárias: Licenciatura em Economia pela Universidade do Porto.

Experiência profissional: Membro do Institute of Statutory Auditors, Partner of Óscar Quinta, Canedo da Mota & Pires Fernandes, SROC e membro do Conselho Fiscal de várias sociedades.

Número de acções da Sonaecom de que é titular: não detém quaisquer acções da Sonaecom.

Jorge Manuel Felizes Morgado

Habilitações literárias: Licenciatura em Economia pela Universidade do Porto.

Experiência profissional: Membro do Conselho Fiscal de várias sociedades portuguesas.

Número de acções da Sonaecom de que é titular: não detém quaisquer acções da Sonaecom.

5.8.5. Outros cargos desempenhados pelos membros do Conselho Fiscal

Arlindo Dias Duarte Silva

Cargos em sociedades do grupo Sonaecom:

Não exerce cargos em sociedades do Grupo Sonaecom.

Outros cargos:

DMJB – Consultadoria de Gestão, S.A.

(ROC)

Sonae, SGPS, S.A.

(Membro do Conselho Fiscal)

Sonae Investimentos, SGPS, S.A.

(Membro do Conselho Fiscal)

Rochinvest – Investimentos Imobiliários e Turísticos, S.A.

(Membro do Conselho Fiscal)

Cargos em associações de solidariedade social:

ALADI – Associação Lavrense de Apoio ao Diminuído Intelectual

(Membro do Conselho Fiscal)

Centro Social e Paroquial Padre Ângelo Ferreira Pinto

(Membro do Conselho Fiscal)

Associação Cultural do Senhor do Padrão

(Membro do Conselho Fiscal)

Liga dos Amigos do Hospital Pedro Hispano

(Membro do Conselho Fiscal)

Armando Luís Vieira de Magalhães

Cargos em sociedades do grupo Sonaecom:

Não exerce cargos em sociedades do Grupo Sonaecom.

Outros cargos:

Sonae Capital, SGPS, S.A.

(Membro do Conselho Fiscal)

Sonae Indústria, SGPS, S.A.

(Membro do Conselho Fiscal)

Cargos em organizações não lucrativas:

Fundação Eça de Queirós

(Membro do Conselho Fiscal)

Futebol Clube do Porto – Futebol, S.A.D; Porto Comercial – Sociedade de Comercialização e Sponsorização, S.A.;

Porto Estádio – Gestão e Exploração de Equipamentos Desportivos, S.A..

(Membro do Conselho Fiscal)

Óscar José Alçada da Quinta

Cargos em sociedades do grupo Sonaecom:

Não exerce cargos em sociedades do Grupo Sonaecom.

Outros cargos:

BA GLASS I – Serviços de Gestão e Investimentos, S.A.

(Membro do Conselho Fiscal)

Óscar Quinta, Canedo da Mota & Pires Fernandes, SROC

(Membro do Conselho de Administração)

Sonae Distribuição, SGPS, S.A.

(Membro do Conselho Fiscal)

Sonae Indústria, SGPS, S.A.

(Membro do Conselho Fiscal)

Jorge Manuel Felizes Morgado

Cargos em sociedades do grupo Sonaecom:

Não exerce cargos em sociedades do Grupo Sonaecom.

Outros cargos:

Sonae Capital, SGPS, S.A.

(Membro do Conselho Fiscal)

Sonae Indústria, SGPS, S.A.

(Membro do Conselho Fiscal)

Sonae, SGPS, S.A.

(Membro do Conselho Fiscal)

Sonae Sierra, S.A.

(Membro do Conselho Fiscal)





O nosso desempenho

- 6.1 | Demonstrações financeiras consolidadas da Sonaecom
- 6.2 | Anexo às demonstrações financeiras consolidadas
- 6.3 | Demonstrações financeiras individuais da Sonaecom
- 6.4 | Anexo às demonstrações financeiras individuais da Sonaecom

6.1. Demonstrações financeiras consolidadas da Sonaecom

Balanços consolidados

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

(Montantes expressos em Euros)	Notas	Dezembro de 2010	Dezembro de 2009
Activo			
Activos não correntes			
Activos fixos tangíveis	1.d), 1.i) e 6	592.369.741	583.419.492
Activos intangíveis	1.e), 1.f) e 7	272.896.942	273.694.175
Diferenças de consolidação	1.g) e 9	526.141.552	526.106.175
Investimentos disponíveis para venda	1.h), 8 e 10	212.323	1.207.320
Outros activos não correntes	1.s) e 1.t)	174.363	54.765
Impostos diferidos activos	1.q), 1.t) e 11	109.587.224	121.894.677
Total de activos não correntes		1.501.382.145	1.506.376.604
Activos correntes			
Existências	1.j) e 12	174.73.750	14.034.768
Clientes	1.k), 8 e 13	143.294.200	158.921.462
Outras dívidas de terceiros	1.k), 8 e 14	61.302.698	13.417.506
Outros activos correntes	1.s), 1.y) e 15	69.839.130	143.726.837
Caixa e equivalentes de caixa	1.l), 8 e 16	68.577.903	83.629.417
Total de activos correntes		360.487.681	413.729.990
Total do activo		1.861.869.826	1.920.106.594
Capital próprio e passivo			
Capital próprio			
Capital social	17	366.246.868	366.246.868
Acções próprias	1.v) e 18	(15.030.834)	(12.809.015)
Reservas	1.u)	582.259.583	575.946.086
Resultado líquido consolidado do exercício		41.182.587	5.748.497
		974.658.204	935.132.436
Interesses sem controlo	19	593.790	508.152
Total do capital próprio		975.251.994	935.640.588
Passivo			
Passivo não corrente			
Empréstimos de longo prazo liquidados da parcela de curto prazo	1.m), 1.n), 8 e 20	305.038.006	299.139.698
Outros passivos financeiros não correntes	1.i), 8 e 21	19.253.869	20.707.936
Provisões para outros riscos e encargos	1.p), 1.t) e 22	33.150.028	32.175.824
Titularização de créditos	8 e 23	39.740.412	59.374.480
Impostos diferidos passivos	1.q), 1.t) e 11	786.549	106.929
Outros passivos não correntes	1.s), 1.t), 1.y) e 24	2.739.617	33.218.100
Total de passivos não correntes		400.708.481	444.722.967
Passivo corrente			
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	1.l), 1.m), 1.n), 8 e 20	30.942.240	59.256.449
Fornecedores	8 e 25	178.732.746	195.303.884
Outros passivos financeiros	1.i), 8 e 26	2.171.140	3.053.364
Titularização de créditos	8 e 23	19.634.161	19.488.569
Outras dívidas a terceiros	8 e 27	56.752.155	46.979.493
Outros passivos correntes	1.s), 1.y) e 28	197.676.909	215.661.280
Total de passivos correntes		485.909.351	539.743.039
Total do passivo e capital próprio		1.861.869.826	1.920.106.594

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010 e 2009.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

António Sampaio e Mello

David Charles Denholm Hobley

Frank Emmanuel Dangeard

Gervais Gilles Pellissier

Jean-François René Pontal

Nuno Miguel Moniz Trigos Santos Jordão

Demonstrações consolidadas dos resultados por natureza

Para os trimestres e exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

(Montantes expressos em Euros)	Notas	Dezembro de 2010	Setembro a Dezembro 2010 (Não auditado)	Dezembro de 2009	Setembro a Dezembro 2009 (Não auditado)
Vendas	29	118.773.668	38.370.470	141.176.555	33.120.686
Prestações de serviços	29	801.945.320	198.220.870	808.223.772	199.690.661
Outros proveitos operacionais	1.k), 1.r) e 30	8.224.984	3.617.996	7.031.518	3.938.684
		928.943.972	240.209.336	956.431.845	236.750.031
Custo das vendas	1.j) e 12	(127.913.977)	(43.390.607)	(153.951.259)	(38.646.010)
Fornecimentos e serviços externos	31	(479.774.171)	(120.732.470)	(494.992.901)	(126.344.235)
Custos com o pessoal	1.y), 39 e 40	(96.550.733)	(22.716.096)	(98.036.453)	(24.606.767)
Amortizações e depreciações	1.d), 1.e), 6 e 7	(129.542.660)	(31.352.799)	(151.774.270)	(32.946.281)
Provisões e perdas de imparidade	1.k), 1.p), 1.x) e 22	(16.030.069)	(4.640.484)	(19.032.191)	(2.692.996)
Outros custos operacionais	32	(14.663.482)	(3.706.660)	(14.750.258)	(5.317.525)
		(864.475.092)	(226.539.116)	(932.537.332)	(230.553.814)
Outros custos financeiros	1.n), 1.o), 1.w), 1.x) e 33	(14.531.097)	(3.728.192)	(18.599.132)	(3.355.007)
Outros proveitos financeiros	1.o), 1.w) e 33	8.159.770	3.845.409	5.905.914	1.565.957
Resultados correntes		58.097.553	13.787.437	11.201.295	4.407.167
Imposto sobre o rendimento	1.q), 11 e 34	(16.749.346)	(2.301.028)	(5.124.176)	(1.328.393)
Resultado líquido consolidado do exercício		41.348.207	11.486.409	6.077.119	3.078.774
Atribuível a:					
Accionistas da empresa mãe	38	41.182.587	11.463.219	5.748.497	2.998.523
Interesses sem controlo	19	165.620	23.190	328.622	80.251
Resultados por acção					
Incluindo operações em descontinuação:					
Básicos		0,12	0,03	0,02	0,01
Diluídos		0,12	0,03	0,02	0,01
Excluindo operações em descontinuação:					
Básicos		0,12	0,03	0,02	0,01
Diluídos		0,12	0,03	0,02	0,01

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010 e 2009.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo
 Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério
 António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier
 Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida
 António Sampaio e Mello
 David Charles Denholm Hobley
 Frank Emmanuel Dangeard

Gervais Gilles Pellissier
 Jean-François René Pontal
 Nuno Miguel Moniz Trigo Santos Jordão

Demonstrações consolidadas do rendimento integral

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

(Montantes expressos em Euros)	Notas	Dezembro de 2010	Dezembro de 2009
Resultado líquido consolidado do exercício		41.348.207	6.077.119
Componentes de outro rendimento integral consolidado do exercício, líquido de imposto		357.412	475.427
Aumento/(diminuição) do justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura	1.o) e 20	-	307.068
Variação de reservas de conversão cambial e outros	1.w)	357.412	168.359
Rendimento integral consolidado do exercício		41.705.619	6.552.546
Atribuível a:			
Accionistas da empresa mãe		41.539.999	6.223.924
Interesses sem controlo		165.620	328.622

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010 e 2009.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo
 Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério
 António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier
 Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida
 António Sampaio e Mello
 David Charles Denholm Hobley
 Frank Emmanuel Dangeard

Gervais Gilles Pellissier
 Jean-François René Pontal
 Nuno Miguel Moniz Trigo Santos Jordão

Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

	2010							Reservas				Total
	Capital social	Ações próprias (Nota 18)	Reserva legal	Prémios de emissão de acções	Outras reservas	Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo (Nota 35)	Reservas de cobertura (Nota 20)	Reservas de acções próprias	Total de reservas	Interesses sem controlo	Resultado líquido	
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	366.246.868	(12.809.015)	1.985.181	775.290.377	(217.116.182)	2.977.695	-	12.809.015	575.946.086	-	5.748.497	935.132.436
Aplicação do resultado consolidado de 2009	-	-	-	-	5.748.497	-	-	-	5.748.497	-	-	-
Rendimento integral consolidado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010	-	-	(764.178)	-	357.412	-	-	-	357.412	-	41.182.587	41.539.999
Utilização de Reserva Legal para cobertura de prejuízos verificados nas contas individuais	-	-	-	-	764.178	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de acções próprias	-	(4.944.915)	-	-	(4.944.915)	-	-	4.944.915	-	-	-	(4.944.915)
Entrega de acções próprias no âmbito dos Planos de Incentivos de Médio Prazo (Notas 1y e 35)	-	-	1.221.003	-	1.095.626	(974.705)	-	(2.723.096)	(2.602.175)	-	-	120.921
Efeito do reconhecimento dos Planos de Incentivos de Médio Prazo (Notas 1y e 35)	-	2.723.096	-	-	-	2.809.763	-	-	2.809.763	-	-	2.809.763
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	366.246.868	(15.030.834)	-	775.290.377	(214.095.384)	4.812.753	-	15.030.834	582.259.583	-	41.182.587	974.658.204
Interesses sem controlo												
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	508.152	-	508.152
Interesses sem controlo no rendimento integral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	165.620	-	165.620
Distribuição de dividendos	-	-	1.221.003	-	-	-	-	-	-	(161.850)	-	(161.850)
Aumento Prestações suplementares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	71.500	-	71.500
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.368	-	10.368
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	592.790	-	592.790
Total	366.246.868	(15.030.834)	-	775.290.377	(214.095.384)	4.812.753	-	15.030.834	582.259.583	592.790	41.182.587	975.251.994

Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

	Capital social	Ações próprias (Nota 18)	Reserva legal	Prémios de emissão de acções	Outras reservas	Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo (Nota 39)	Reservas de cobertura (Nota 20)	Reservas				Interesses sem controlo	Resultado líquido	Total		
								Reservas de acções próprias	Total de reservas	Reservas de acções próprias	Total de reservas					
2009																
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	366.246.868	(13.499.750)	1.002.287	775.290.377	(218.729.331)	-	(307.068)	13.499.750	570.756.015	-	4.998.142	-	4.998.142	938.501.275	-	
Aplicação do resultado consolidado de 2008	-	-	982.094	-	4.015.248	-	-	-	4.998.142	-	-	-	(4.998.142)	-	-	-
Rendimento integral consolidado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009	-	-	-	-	168.359	-	307.068	-	475.427	-	-	-	5.748.497	6.223.924	-	-
Aquisição de acções próprias	-	(3.134.877)	-	-	(3.134.877)	-	-	3.134.877	-	-	-	-	-	(3.134.877)	-	-
Entrega de acções próprias no âmbito dos Planos de Incentivos de Médio Prazo (Notas 1.y e 39)	-	-	-	-	680.817	(857.553)	-	(3.982.348)	-	-	-	-	-	(156.736)	-	-
Efeito do reconhecimento dos Planos de Incentivos de Médio Prazo (Notas 1.y e 39)	-	-	-	-	-	2.023.223	-	-	2.023.223	-	-	-	-	2.023.223	-	-
Efeito do reconhecimento de contratos com liquidação em acções	-	-	-	-	(116.398)	-	-	-	(116.398)	-	-	-	-	(116.398)	-	-
Transferência das responsabilidades associadas aos Planos de Incentivo de Médio Prazo de passivo (Notas 1.y e 39)	-	-	-	-	-	1.792.025	-	-	1.792.025	-	-	-	-	1.792.025	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	366.246.868	(12.809.015)	1.985.181	775.290.377	(217.116.182)	2.977.695	-	12.809.015	575.946.086	-	5.748.497	-	5.748.497	935.132.436	-	-
Interesses sem controlo																
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	452.717	-	-	452.717	-	-
Interesses sem controlo no rendimento integral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	328.622	-	-	328.622	-	-
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(273.187)	-	-	(273.187)	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	508.152	-	-	508.152	-	-
Total	366.246.868	(12.809.015)	1.985.181	775.290.377	(217.116.182)	2.977.695	-	12.809.015	575.946.086	-	5.748.497	-	5.748.497	935.640.588	-	-

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

(Montantes expressos em Euros)	Dezembro de 2010		Dezembro de 2009	
Actividades operacionais				
Recebimentos de clientes	933.786.081		964.521.213	
Pagamentos a fornecedores	(642.098.176)		(673.570.538)	
Pagamentos ao pessoal	(112.456.173)		(111.403.068)	
Fluxo gerado pelas operações	<u>179.231.732</u>		<u>179.547.608</u>	
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento	(4.636.408)		43.019	
Outros recebimentos/pagamentos relativos a actividades operacionais	(7.981.421)		4.601.559	
Fluxos das actividades operacionais (1)	<u>166.613.903</u>	166.613.903	<u>184.192.186</u>	184.192.186
Actividades de investimento				
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos financeiros	3.171.510		-	
Activos fixos tangíveis	2.246.064		1.844.265	
Activos intangíveis	7.797		50.067	
Juros e proveitos similares	5.296.503		5.328.100	
Dividendos	270.000	10.991.874	-	7.222.432
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros	(5.000)		-	
Activos fixos tangíveis	(103.025.924)		(119.593.090)	
Activos intangíveis	(25.117.781)	(128.148.705)	(22.699.564)	(142.292.654)
Fluxos das actividades de investimento (2)	<u>(117.156.831)</u>	(117.156.831)	<u>(135.070.222)</u>	(135.070.222)
Actividades de financiamento				
Recebimentos respeitantes a:				
Prestações suplementares	71.500		-	
Empréstimos obtidos	70.000.000	70.071.500	-	-
Pagamentos respeitantes a:				
Amortizações de contratos de locação financeira	(2.570.083)		(2.060.592)	
Juros e custos similares	(13.545.181)		(19.070.408)	
Devolução de prestações suplementares	-		(800.395)	
Dividendos	(161.850)		-	
Aquisição de acções próprias	(4.944.915)		(3.134.877)	
Empréstimos obtidos	(115.376.800)	(136.598.829)	(47.028.999)	(72.095.272)
Fluxos das actividades de financiamento (3)	<u>(66.527.329)</u>	(66.527.329)	<u>(72.095.272)</u>	(72.095.272)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	<u>(17.070.257)</u>	(17.070.257)	<u>(22.973.308)</u>	(22.973.308)
Efeito das diferenças de câmbio		147.585		321.624
Caixa e seus equivalentes no princípio do exercício		82.946.871		105.598.556
Caixa e seus equivalentes no final do exercício		<u>66.024.199</u>		<u>82.946.871</u>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010 e 2009.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo
 Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério
 António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier
 Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida
 António Sampaio e Mello
 David Charles Denholm Hobley
 Frank Emmanuel Dangeard

Gervais Gilles Pellissier
 Jean-François René Pontal
 Nuno Miguel Moniz Trigo Santos Jordão

Anexo às Demonstrações consolidadas dos Fluxos de Caixa

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

1. Aquisição ou alienação de filiais e outras actividades empresariais

	Dezembro de 2010	Dezembro de 2009
a) Pagamento de aquisições do ano		
Visapress - Gestão de Conteúdos dos média, CRL	5.000	-
	5.000	-
b) Recebimento de alienações do ano		
Altitude, SGPS, S.A.	3.171.510	-
	3.171.510	-

2. Descrição dos componentes de caixa e seus equivalentes

	2010	2009
Numerário	190.896	63.627
Depósitos à ordem	6.709.461	3.875.125
Aplicações de Tesouraria	61.677.547	79.690.665
Depósitos à ordem (saldos credores)	(2.553.704)	(682.546)
Caixa e seus equivalentes	66.024.199	82.946.871
Depósitos à ordem (saldos credores)	2.553.704	682.546
Disponibilidades constantes do balanço	68.577.903	83.629.417

3. Informações respeitantes a actividades financeiras não monetárias

	2010	2009
a) Créditos bancários obtidos e não sacados	150.750.000	142.000.000
b) Compra de empresas através da emissão de acções	Não aplicável	Não aplicável
c) Conversão de dívidas em capital	Não aplicável	Não aplicável

4. Repartição do fluxo de caixa por ramo de actividade

Actividade	Fluxo das actividades operacionais	Fluxo das actividades de investimento	Fluxo das actividades de financiamento	Variação de caixa e seus equivalentes
Telecomunicações	220.116.367	(117.949.868)	(29.234.615)	72.931.884
Multimédia	(174.365)	(568.307)	(174.964)	(917.636)
Sistemas de Informação	(44.883.263)	(853.759)	(248.776)	(45.985.798)
Holding	(8.414.023)	2.240.149	(36.868.934)	(43.042.808)
Outras	(30.813)	(25.046)	(40)	(55.899)
	166.613.903	(117.156.831)	(66.527.329)	(17.070.257)

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010 e 2009.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo
 Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério
 António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier
 Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida
 António Sampaio e Mello
 David Charles Denholm Hobley
 Frank Emmanuel Dangeard

Gervais Gilles Pellissier
 Jean-François René Pontal
 Nuno Miguel Moniz Trigo Santos Jordão

6.2. Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

A SONAECOM, S.G.P.S., S.A. (“Empresa” ou “Sonaecom” foi constituída em 6 de Junho de 1988, sob a firma Sonae – Tecnologias de Informação, S.A. e tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Maia – Portugal, sendo a empresa-mãe dum universo de empresas conforme indicado nas Notas 2, 3 e 4 (“Grupo”).

Por escritura pública de 30 de Setembro de 1997, realizou-se a cisão-fusão da Pargeste, S.G.P.S., S.A., passando a Empresa a abarcar as participações financeiras das empresas ligadas ao núcleo de comunicação e tecnologias de informação da sociedade cindida.

Em 3 de Novembro de 1999, procedeu-se ao aumento de capital e alteração do pacto social, tendo a firma sido alterada para Sonae.com, S.G.P.S., S.A.. Desde então, o objecto social da Empresa é a gestão de participações sociais, tendo, na mesma data, o capital social sido redenominado para Euros, ficando este, na altura, representado por cento e cinquenta milhões de acções de valor nominal unitário de 1 Euro.

Em 1 de Junho de 2000, a Empresa foi objecto de uma Oferta Combinada de Acções, que integrou o seguinte:

- Oferta Pública de Venda de 5.430.000 acções, representativas de 3,62% do capital social, realizada no mercado nacional, dirigida: (i) aos colaboradores do Grupo Sonae; (ii) aos clientes das sociedades dominadas pela Sonaecom; e (iii) ao público em geral.
- Oferta Particular de Venda de 26.048.261 acções, representativas de 17,37% do capital social, dirigida a investidores institucionais, nacionais e estrangeiros.

Complementarmente à Oferta Combinada de Venda e nos termos a seguir indicados, teve lugar um aumento do capital social da Empresa, tendo as novas acções sido integralmente subscritas e realizadas pela Sonae, S.G.P.S., S.A. (accionista da Sonaecom, doravante designada “Sonae”). Este aumento de capital foi subscrito e realizado, na data de fixação do preço da Oferta Combinada de Venda, na modalidade de novas entradas em dinheiro, dando lugar à emissão de 31.000.000 novas acções ordinárias, escriturais e com o valor nominal unitário de 1 Euro. O preço de subscrição das novas acções foi igual ao preço fixado para a alienação das acções na referida Oferta Combinada (10 Euros).

Adicionalmente, a Sonae alienou, nesse exercício, 4.721.739 acções representativas do capital social da Sonaecom ao abrigo da opção concedida aos bancos líderes da Oferta Particular de Venda e 1.507.865 acções a gestores do Grupo Sonae e a antigos sócios de empresas adquiridas pela Sonaecom.

Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 17 de Junho de 2002, o capital social foi aumentado de 181.000.000 Euros para 226.250.000 Euros por subscrição pública reservada aos accionistas. Foram subscritas e realizadas 45.250.000 novas acções, de valor nominal unitário de 1 Euro, ao preço de 2,25 Euros por acção.

Em 30 de Abril de 2003, por escritura pública, a designação social foi alterada para SONAECOM, S.G.P.S., S.A..

Por deliberação da Assembleia Geral de 12 de Setembro de 2005, o capital social foi aumentado em 70.276.868 Euros de 226.250.000 Euros para 296.526.868 Euros, através da emissão de 70.276.868 novas acções, de valor nominal de 1 Euro cada, e com um prémio de emissão de 242.455.195 Euros, inteiramente subscrito pelo accionista France Telecom. A escritura do aumento de capital foi celebrada no dia 15 de Novembro de 2005.

Por deliberação da Assembleia Geral de 18 de Setembro de 2006, o capital social foi aumentado em 69.720.000 Euros, de 296.526.868 Euros para 366.246.868 Euros, através da emissão de 69.720.000 novas acções, de valor nominal de 1 Euro cada, e com um prémio de emissão global de 275.657.217 Euros, subscrito pelos accionistas O93X – Telecomunicações Celulares, S.A. (EDP) e Parpública – Participações Públicas, S.G.P.S., S.A. (Parpública). A escritura deste aumento de capital ocorreu a 18 de Outubro de 2006.

Por deliberação da Assembleia Geral de 16 de Abril de 2008, as acções escriturais ao portador foram convertidas em acções escriturais nominativas.

Os negócios do Grupo consistem, essencialmente, nas seguintes actividades:

- Operador de telecomunicações móveis;
- Operador de telecomunicações fixas e internet;
- Multimédia;
- Consultoria em sistemas de informação.

O Grupo desenvolve a sua actividade em Portugal, com algumas subsidiárias (da área de consultoria em sistemas de informação) a operar no Brasil, no Reino Unido, na Irlanda, na Polónia, na Austrália, no México, na Malásia, no Egipto, nos Estados Unidos da América, no Panamá, no Chile, em Singapura e em Espanha.

Desde 1 de Janeiro de 2001, as empresas do Grupo sediadas na Zona Euro passaram a adoptar o Euro como moeda base nos seus processos, sistemas e registos contabilísticos.

As demonstrações financeiras consolidadas são também apresentadas em Euros, arredondados à unidade, e as transacções em moeda estrangeira são incluídas, de acordo com as políticas contabilísticas abaixo apresentadas.

1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas respeitam às demonstrações financeiras consolidadas das empresas do Grupo Sonaecom e foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Notas 2, 3 e 4), os quais foram preparados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS/IFRS") tal como adoptadas pela União Europeia. Estas demonstrações foram preparadas tendo por base o custo histórico, excepto para a reavaliação de certos instrumentos financeiros.

Para a Sonaecom, não existem diferenças entre os IFRS adoptados pela União Europeia e os IFRS publicados pelo International Accounting Standards Board.

A data de 1 de Janeiro de 2003 correspondeu ao início do período da primeira aplicação pela Sonaecom dos IAS/IFRS, de acordo com a SIC 8 (First time adoption of IAS).

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas ("endorsed") pela União Europeia e tiveram aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2010, foram adoptadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
Revisões da IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro	1-Jan-10 *
Esta norma foi revista no sentido de agrupar as várias emendas que foram ocorrendo desde a sua primeira versão.	

* A data de eficácia de acordo com a adopção pela UE foi posterior à data de eficácia estabelecida originalmente pela norma.

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 1 – Emendas (Excepções adicionais na adopção pela primeira vez das IFRS's)	1-Jan-10 *
Estas emendas abordam a aplicação retrospectiva das IFRS's em situações particulares e tem como objectivo garantir que as entidades, aplicando as IFRSs, não incorram em custos ou esforços indevidos no processo de transição.	
IFRS 2 – Emendas (Contabilização de pagamentos baseados em acções, liquidados em dinheiro, em transacções intragrupo)	1-Jan-10
Clarifica como uma subsidiária deve contabilizar determinados acordos de pagamento baseado em acções nas suas demonstrações financeiras individuais.	
IFRS 3 – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas (revisão de 2008)	1-Jul-09
Esta revisão vem trazer algumas alterações ao nível do registo de concentrações de actividades empresariais, nomeadamente no que diz respeito: (a) à mensuração dos interesses sem controlo (anteriormente designados interesses minoritários); (b) ao reconhecimento e mensuração subsequente de pagamentos contingentes; (c) ao tratamento dos custos directos relacionados com a concentração; (d) ao registo de transacções de compra de interesses em entidades já controladas e de transacções de venda de interesses sem que de tal resulte a perda de controlo; e (e) ao cálculo do resultado na venda de participação com perda de controlo e necessidade de remensuração dos interesses retidos na participação alienada.	
IAS 28 (revisão de 2008) Investimentos em associadas	1-Jul-09
Os princípios descritos acima e adoptados para a IAS 27 (2008) relativamente ao apuramento do resultado da venda é alargado à IAS 28.	
Alteração à IAS 39 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração - Instrumentos: Itens Cobertos Elegíveis	1-Jul-09
Clarifica a aplicação da contabilidade de cobertura à componente inflação dos instrumentos financeiros e aos contratos de opções, quando utilizados como instrumentos de cobertura.	
IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços	1-Jan-10 *
Esta interpretação vem introduzir regras de reconhecimento e mensuração por parte do operador privado envolvido na prestação de serviços de construção de infraestruturas e de operação no âmbito de concessões do tipo público-para-privado.	
IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis	1-Jan-10 *
Esta interpretação vem abordar a forma para avaliar se um acordo de construção de um imóvel está no âmbito da IAS 11 – Contratos de construção ou no âmbito da IAS 18 – Rêdito e como o correspondente rêdito deve ser reconhecido.	
IFRIC 16 – Coberturas de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira	1-Jul-09 *
Esta interpretação vem fornecer orientações sobre a contabilidade de cobertura de investimentos líquidos em operações estrangeiras.	
IFRIC 17 – Distribuições aos proprietários de activos que não são caixa	1-Jul-09 *
Esta interpretação fornece orientação sobre a correcta contabilização de activos que não são caixa distribuídos aos accionistas como dividendos.	

* A data de eficácia de acordo com a adopção pela UE foi posterior à data de eficácia estabelecida originalmente pela norma.

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRIC 18 – Transferências de activos provenientes de clientes Esta interpretação fornece orientação sobre a contabilização, pelos operadores, de activos fixos tangíveis "dos clientes".	Transferências efectuadas em ou após 1-Jul-09 *
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – 2008 Este processo envolveu a revisão de 12 normas contabilísticas.	1-Jan-10

* A data de eficácia de acordo com a adopção pela UE foi posterior à data de eficácia estabelecida originalmente pela norma.

A aplicação destas normas não teve impactos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ("endorsed") pela União Europeia, mas têm aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 1 – Emendas (Excepções à divulgação de comparativos exigidos pela IFRS 7 na adopção pela primeira vez das IFRS's) Esta emenda permite, na adopção pela primeira vez das IFRS's, a utilização das disposições transitórias introduzidas pela emenda de Março de 2009 à IFRS 7 (Melhoria das divulgações sobre Instrumentos Financeiros) para as entidades que já utilizam as IFRS's.	1-Jul-10
IAS 32 - Emendas (Clarificação de direitos de emissão) Esta emenda clarifica que quando tais direitos são emitidos numa base 'pro rata' para todos os accionistas numa mesma classe por uma quantia monetária fixa, eles devem ser classificados em capitais próprios independentemente da moeda em que o preço de exercício está denominado.	1-Fev-10*
Revisão da IAS 24 (Divulgações de Partes Relacionadas) A norma revista aborda preocupações pelo facto dos requisitos de divulgação anteriores e a definição de entidade relacionada serem demasiado complexos e difíceis de aplicar na prática em ambientes de forte presença governamental, através de: (1) permissão de uma excepção parcial para entidades relacionadas com o Governo e (2) fornecendo uma definição revista de entidade relacionada.	1-Jan-11
IFRIC 14 - Emendas (Pré-pagamento voluntário de contribuições) Estas emendas corrigem uma consequência não desejada da IFRIC 14. Sem estas emendas, em determinadas circunstâncias não era permitido às entidades o reconhecimento como activo de certos pré-pagamentos voluntários de contribuições mínimas.	1-Jan-11
IFRIC 19 (Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital Próprio) Clarifica os requisitos das IFRS's quando uma entidade renegoceia os termos de um passivo financeiro com o seu credor, e este aceita acções da empresa ou outro instrumento de capital para realização completa ou parcial do passivo financeiro.	1-Jul-10*

* A data de eficácia de acordo com a adopção pela UE foi posterior à data de eficácia estabelecida originalmente pela norma.

Estas normas apesar de aprovadas ("endorsed") pela União Europeia, não foram adoptadas pelo grupo no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, em virtude da sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adopção das mesmas.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ("endorsed") pela União Europeia:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 9 (Instrumentos Financeiros) Esta norma é o primeiro passo no projecto de substituição da IAS 39, ela introduz novos requisitos de classificação e mensuração de activos financeiros.	1-Jan-13
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – Ciclo 2008/2010 Este processo envolveu a revisão de 7 normas contabilísticas.	"Várias (a mais próxima em 1-Jul-10)"

A aplicação destas normas e interpretações, quando aplicáveis, não produzirá efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas futuras do Grupo.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados pelo Grupo a 31 de Dezembro de 2010 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2009.

Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram as seguintes:

a) Investimentos financeiros em empresas do Grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha directa ou indirectamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas, correspondente à participação de terceiros nas mesmas, são apresentados no balanço consolidado e na demonstração de resultados consolidada, respectivamente, na rubrica "Interesses sem controlo".

O rendimento integral total é atribuído aos proprietários da empresa-mãe e aos interesses sem controlo mesmo que isso resulte num saldo deficitário dos interesses sem controlo.

Na aquisição de empresas é seguido o método da compra. Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição (ou de tomada de controlo) ou até à data da sua venda (ou cedência de controlo). As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados.

Os encargos incorridos com a compra de investimentos financeiros em empresas do Grupo são registados como custo no momento em que são incorridos.

As empresas consolidadas pelo método de consolidação integral encontram-se descritas na Nota 2.

b) Investimentos financeiros em empresas associadas

Os 'Investimentos em empresas associadas' (geralmente, investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, bem como pelas outras variações patrimoniais ocorridas nas participadas por contrapartida da rubrica de 'Outras reservas'. Anualmente é efectuada uma avaliação dos investimentos em associadas, de modo a verificar se existem situações de imparidade.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada, altura em que procede ao registo de uma provisão para outros riscos e encargos para esse efeito.

Os 'Investimentos em empresas associadas' encontram-se descritos na Nota 4.

c) Empresas controladas conjuntamente

As demonstrações financeiras das empresas controladas conjuntamente foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método da consolidação proporcional, desde a data em que o controlo conjunto foi adquirido. De acordo com este método, os activos, passivos, proveitos e custos destas empresas foram integrados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, rubrica a rubrica, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos activos e passivos identificáveis da empresa controlada conjuntamente na data de aquisição é reconhecido como diferença de consolidação (Nota 9). Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como proveito do período, após reconfirmação do justo valor dos activos e passivos identificáveis.

As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo e empresas controladas conjuntamente são eliminados, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

A classificação dos investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente, entre outros aspectos, é determinada com base nos acordos parassociais que regulam o controlo conjunto.

As empresas controladas conjuntamente encontram-se descritas na Nota 3.

d) Activos fixos tangíveis

Os 'activos fixos tangíveis' encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes e registadas por duodécimos, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As perdas de imparidade detectadas no valor de realização do activo fixo tangível, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As taxas anuais utilizadas correspondem à vida útil estimada dos bens, que são as seguintes:

	Anos de vida útil
Edifícios	50
Outras construções	10-20
Redes de telecomunicações	10-40
Outros equipamentos básicos	8-16
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3-10
Ferramentas e utensílios	4-8
Outros activos fixos tangíveis	4-8

Durante os exercícios de 2010 e 2009, o Conselho de Administração do Grupo procedeu, com efeitos prospectivos, à revisão da vida útil estimada de um conjunto de activos associados às redes de telecomunicações fixa e móvel, tendo como base relatórios de avaliação produzidos por entidades especializadas, independentes.

As despesas correntes com reparação e manutenção do activo fixo tangível são registadas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentam o período estimado de utilização dos respectivos bens, são capitalizadas e amortizadas de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

Os custos estimados de desmantelamento e remoção de bens corpóreos, em cuja obrigação o Grupo incorre, são capitalizados e amortizados de acordo com a vida útil dos correspondentes bens.

Os activos fixos tangíveis em curso representam activos fixos tangíveis ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes activos fixos tangíveis são amortizados a partir do momento em que os activos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão. Boas condições em termos de cobertura de rede e/ou condições necessárias para assegurar um serviço mínimo em termos de qualidade e fiabilidade técnica são exemplos das condições avaliadas pela gestão.

e) Activos intangíveis

Os 'activos intangíveis' encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e eventuais

perdas de imparidade acumuladas. Os 'activos intangíveis' só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, se o mesmo possuir o poder de controlar os mesmos e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os 'activos intangíveis' compreendem, essencialmente, software (excluindo aquele que se encontra associado a 'activos fixos tangíveis' – software de sites de telecomunicações), propriedade industrial, encargos incorridos com as licenças de operador de rede móvel (GSM e UMTS) e de rede fixa e os encargos incorridos com a aquisição de carteiras de clientes (valor atribuído no âmbito da alocação do preço de compra em concentrações de actividades empresariais).

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, durante o período estimado da sua vida útil (três a seis anos), a partir do mês em que as correspondentes despesas sejam incorridas, sendo as licenças de operador de rede móvel e de rede fixa amortizadas pelo período de tempo estimado da concessão, pelo que a licença UMTS, está a ser amortizada até 2030. Custos adicionais com a licença, nomeadamente, os associados com os compromissos assumidos com a Sociedade de Informação, encontram-se a ser amortizados até ao termo estimado da licença acima indicado. As amortizações das carteiras de clientes são calculadas pelo método das quotas constantes, durante o período médio estimado de retenção dos clientes que as compõem (4 a 6 anos).

As despesas com activos intangíveis gerados internamente, nomeadamente, as despesas com investigação e desenvolvimento, são registadas como custo no momento em que são incorridas. As despesas de desenvolvimento apenas são reconhecidas como activo intangível na medida em que se demonstre a capacidade técnica para completar o activo a fim de o mesmo estar disponível para uso ou comercialização.

As amortizações do exercício dos 'activos intangíveis' são registadas na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações'.

f) Marcas e patentes

As marcas e patentes são registadas ao seu custo de aquisição

e são amortizadas a taxas constantes durante o seu período de vida útil estimada. Nos casos em que a vida útil é indefinida, as mesmas não são amortizadas, sendo o seu valor objecto de testes de imparidade numa base anual.

O Grupo Sonaecom não detém quaisquer marcas e/ou patentes com vida útil indefinida, pelo que não é aplicável a segunda parte do parágrafo supra.

g) Diferenças de consolidação

As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas acrescido do valor dos interesses sem controlo, e o montante atribuído ao justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas, são registadas na rubrica de 'Diferenças de consolidação' e, quando negativas, após uma reavaliação do seu apuramento, são registadas directamente na demonstração de resultados. O Grupo optará numa base de transacção a transacção, pelo cálculo do valor dos interesses sem controlo de acordo com a proporção do justo valor dos activos e passivos adquiridos, ou de acordo com o justo valor dos interesses sem controlo. Até 1 de Janeiro de 2010, os interesses sem controlo eram valorados exclusivamente de acordo com a proporção do justo valor dos activos e passivos adquiridos.

O valor dos pagamentos contingentes futuros é reconhecido como passivo no momento da concentração empresarial de acordo com o seu justo valor, sendo que qualquer alteração ao valor reconhecido inicialmente é registada em contrapartida do valor da 'Diferença de consolidação', mas apenas se ocorrer dentro do período de remensuração (12 meses após a data de aquisição) e se estiver relacionada com eventos anteriores à data de aquisição, caso contrário deverá ser registada por contrapartida de resultados.

Transacções de compra de interesses em entidades já controladas e transacções de venda de interesses em entidades sem que tal resulte em perda de controlo são tratadas como transacções entre detentores de capital afectando apenas as rubricas de capital próprio sem que exista impacto na 'Diferença de consolidação' ou em resultados.

No momento em que uma transacção de venda gerar uma

perda de controlo, deverão ser desreconhecidos os activos e passivos da entidade, e qualquer interesse retido na entidade alienada deverá ser remensurado ao justo valor, e a eventual perda ou ganho apurada com a alienação é registada em resultados.

Até 1 de Janeiro de 2004, as 'Diferenças de consolidação' eram amortizadas durante o período estimado de recuperação do investimento, geralmente dez anos, sendo as amortizações registadas na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações' do exercício. A partir de 1 de Janeiro de 2004, de acordo com a IFRS 3 – "Concentrações de actividades empresariais", o Grupo suspendeu a amortização das 'Diferenças de consolidação', sujeitando as mesmas a testes de imparidade (alínea x). A partir dessa data, as perdas de imparidade do exercício relativas às 'Diferenças de consolidação' são registadas na demonstração de resultados do exercício na rubrica de 'Amortizações e depreciações'.

h) Instrumentos financeiros

O Grupo classifica os instrumentos financeiros nas seguintes categorias: 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados', 'Empréstimos e contas a receber', 'Investimentos detidos até ao vencimento' e 'Investimentos disponíveis para venda'. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

A classificação é definida no momento do reconhecimento inicial e reapreciada numa base trimestral.

(i) 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'

Esta categoria divide-se em duas subcategorias: 'activos financeiros detidos para negociação' e 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Um activo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adopção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfazamento contabilístico. Os instrumentos derivados são também classificados como detidos para negociação, excepto se estiverem afectos a operações de cobertura. Os activos desta categoria são classificados como activos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data do balanço.

(ii) 'Empréstimos e contas a receber'

'Empréstimos e contas a receber' são activos financeiros não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que não se encontram cotados em mercados activos/ líquidos. Estes investimentos financeiros surgem quando o Grupo fornece dinheiro, bens ou serviços directamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efectiva e deduzidos de qualquer imparidade.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são classificados como activos correntes, excepto nos casos em que a sua maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como activos não correntes. Em ambos os casos, esta categoria aparece no balanço, incluída nas rubricas de 'Clientes' e 'Outras dívidas de terceiros'.

(iii) 'Investimentos detidos até ao vencimento'

Esta categoria inclui os activos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e relativamente aos quais é intenção do Conselho de Administração a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento.

(iv) 'Investimentos disponíveis para venda'

Incluem-se aqui os activos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadram nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos activos não correntes, excepto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data do balanço. Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transacção, isto é, na data em que o Grupo assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do activo. Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transacção, sendo a única excepção os 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transacção são reconhecidos na demonstração de resultados. Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido

transferido e, conseqüentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

Os 'investimentos disponíveis para venda' e os 'investimentos registados ao justo valor através de resultados' são posteriormente mantidos ao justo valor.

Os 'Empréstimos e contas a receber' e os 'Investimentos detidos até ao vencimento' são registados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efectiva.

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são registados na demonstração de resultados do exercício. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio. No momento em que esse investimento é vendido ou esteja em situação de imparidade, o ganho ou perda acumulada é registado na demonstração de resultados.

O justo valor dos investimentos é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado activo/líquido (investimentos não cotados), o Grupo estabelece o justo valor através de outras técnicas de avaliação como o recurso a transacções de instrumentos financeiros substancialmente semelhantes, análises de fluxos financeiros e modelos de opção de preços ajustados para reflectir as circunstâncias específicas. Caso tal não possa ser utilizado, o Grupo valoriza tais investimentos pelo seu custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade identificadas. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho da Euronext à data do balanço.

O Grupo efectua avaliações à data de cada balanço sempre que exista evidência objectiva de que um activo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa (superior a 25%) ou prolongada (durante dois trimestres consecutivos) do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o activo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência

de imparidade para 'Investimentos disponíveis para venda', as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração de resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração de resultados.

i) Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação. As locações são classificadas como financeiras ou operacionais em função da substância e não da forma do respectivo contrato. Os activos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o activo fixo tangível, as amortizações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos em falta até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do activo fixo tangível são reconhecidos como custos na demonstração de resultados.

Os bens cuja utilização decorre do regime de aluguer de longa duração ("ALD"), estão contabilizados pelo método de locação operacional. De acordo com este método, as rendas pagas são reconhecidas como custo, durante o período de aluguer a que respeitam.

j) Existências

As 'existências' são valorizadas ao custo de aquisição, deduzido das eventuais perdas de imparidade, o qual reflecte o seu valor estimado de realização.

As perdas acumuladas de imparidade para depreciação de existências reflectem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado das existências, bem como a estimativa de perdas de imparidade por baixa rotação, obsolescência e deterioração e são registados na Demonstração de Resultados, em 'Custo das vendas', desde 1 de Janeiro de 2010, sendo que até essa data eram registados

na rubrica "Provisões e perdas de imparidade". O Grupo decidiu não re-expressar a Demonstração de Resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 por entender não ser materialmente relevante o efeito da alteração desta política contabilística (Notas 12 e 22).

k) Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de 'Clientes' e as 'Outras dívidas de terceiros' são registadas pelo seu valor realizável líquido e não incluem juros, por não se considerar material o efeito da sua actualização financeira.

Estes instrumentos financeiros surgem quando o Grupo empresta dinheiro, fornece bens ou presta serviços directamente a um devedor sem intenção de transaccionar o montante a receber.

Os montantes destas rubricas encontram-se deduzidos de eventuais perdas de imparidade, que são registados na Demonstração de Resultados em "Provisões e perdas de imparidade". Recuperações subsequentes de montantes anteriormente sujeitos a imparidade, são creditadas na rubrica de 'Outros proveitos operacionais' da demonstração de resultados.

l) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de 'Caixa e equivalentes de caixa' correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7, através do método directo. O Grupo classifica na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' compreende também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica 'Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos'.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em actividades operacionais, de financiamento e de investimento. As actividades operacionais englobam

os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a actividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas subsidiárias e associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de activos fixos tangíveis. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e a contratos de locação financeira.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo, não existindo qualquer montante penhorado nem dado como garantia.

m) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo "custo amortizado". Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com o método da taxa de juro efectiva. Os juros corridos mas não vencidos são acrescidos ao valor dos empréstimos até ao momento da sua liquidação.

n) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo à medida que são incorridos. Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de activos fixos são capitalizados fazendo parte do custo do activo. A capitalização destes encargos inicia-se com a preparação das actividades de construção ou desenvolvimento do activo e é interrompida após o início de utilização ou no final de produção ou construção do activo ou ainda, quando o projecto em causa se encontra suspenso.

o) Instrumentos financeiros derivados

O Grupo utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Derivados para negociação (especulação) não são utilizados pelo Grupo.

Os instrumentos financeiros derivados ("cash flow hedges") utilizados pelo Grupo respeitam a "swaps" de taxa de juro para

cobertura do risco de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos "swaps" de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. A variação no justo valor dos "swaps" de cobertura de "cash-flow" é registada no activo ou no passivo por contrapartida da rubrica dos capitais próprios "Reservas de cobertura".

Nos casos em que o instrumento de cobertura se revela ineficaz, os montantes gerados por ajustamentos ao justo valor são registados directamente na demonstração de resultados. Em 31 de Dezembro de 2010, o Grupo não se encontra a utilizar qualquer instrumento financeiro derivado.

p) Provisões e contingências

As 'Provisões' são reconhecidas quando, e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

Provisões para reestruturações apenas são registadas caso o Grupo possua um plano detalhado e este já tenha sido devidamente comunicado às partes envolvidas.

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

Um activo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

q) Imposto sobre o rendimento

O 'Imposto sobre o rendimento' do período inclui o imposto corrente e o imposto diferido, de acordo com a IAS 12 – "Impostos sobre rendimento".

A Sonaecom é abrangida, desde Janeiro de 2008, pelo Regime especial de tributação dos grupos de sociedades, pelo que

o imposto corrente é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e no referido regime especial, de acordo com as regras do mesmo. O Regime especial de tributação dos grupos de sociedades engloba todas as empresas participadas directa ou indirectamente em pelo menos 90% do capital social e que sejam residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas. Para as empresas não abrangidas pelo regime especial de tributação, o imposto corrente é calculado com base nos respectivos resultados tributáveis, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os 'Impostos diferidos activos' são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos activos. No final de cada exercício é efectuada uma revisão dos impostos diferidos registados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou registados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação (Nota 11).

Os impostos diferidos são calculados à taxa que se espera que vigore no período em que se prevê que o activo ou o passivo seja realizado.

Nos casos em que os impostos diferidos são relativos a activos ou passivos registados directamente no capital próprio, o seu registo também é efectuada na rubrica de capital próprio. Nas outras situações, os impostos diferidos são sempre registados na demonstração de resultados.

r) Subsídios atribuídos pelo Governo

Subsídios atribuídos para financiar formação de pessoal são reconhecidos como proveitos durante o período de tempo durante o qual o Grupo incorre nos respectivos custos e são apresentados na demonstração de resultados a deduzir a esses mesmos custos.

Subsídios atribuídos para financiar investimentos são registados no balanço como proveitos diferidos e reconhecidos na demonstração de resultados, em 'Outros proveitos operacionais'. No caso dos investimentos em activos fixos tangíveis, tais subsídios são reconhecidos durante o período de vida útil estimado para os bens em causa e, no caso de outro tipo de investimentos, à medida que este vai sendo realizado.

s) Especialização de exercícios e Rédito

Os custos e os proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e os proveitos cujo valor real não seja conhecido, são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas de 'Outros activos não correntes', 'Outros activos correntes', 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes' são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

As receitas dos serviços de telecomunicações são reconhecidas no período em que os serviços são prestados. A facturação destes serviços é efectuada numa base mensal. Os valores não facturados, desde o último ciclo de facturação até ao final do mês, são registados por estimativa com base na valorização global do tráfego realmente ocorrido. As diferenças entre os valores estimados e os reais, que normalmente não são significativas, são registadas no período subsequente.

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados consolidada quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos bens são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas antes de impostos e líquidas de descontos.

Os proveitos relacionados com os cartões pré-pagos são reconhecidos à medida que os minutos são consumidos. No final de cada período é efectuada uma estimativa dos minutos por consumir e o valor de receita associado a estes minutos é diferido.

Os encargos com os programas de fidelização de clientes através da atribuição de pontos, atribuídos pela filial Optimus -Comunicações, S.A., são quantificados tendo em conta a probabilidade de exercício dos mesmos e são deduzidos à receita no momento em que são gerados por contrapartida da rubrica 'Outros passivos correntes'.

Os custos e proveitos dos projectos de consultoria, desenvolvidos na área de sistemas de informação, são reconhecidos, em cada exercício, em função da percentagem de acabamento dos mesmos.

Os activos e passivos não financeiros não correntes são registados pelo seu justo valor e, em cada exercício, a actualização financeira para o justo valor é registada na demonstração de resultados nas rubricas de 'Outros custos financeiros' e 'Outros proveitos financeiros'.

Os dividendos apenas são reconhecidos quando o direito dos accionistas ao seu recebimento já estiver devidamente estabelecido e comunicado.

t) Classificação de balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões para outros riscos e encargos' são classificados como activos e passivos não correntes (Notas 11 e 22).

u) Reservas

Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da 'Reserva legal' até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas de prémios de emissão de acções

Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou aumentos de capital. De acordo com a legislação

comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para a 'Reserva legal', isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo

De acordo com a IFRS 2 - "Pagamentos com base em acções", a responsabilidade com os Planos de Incentivo de Médio Prazo liquidados através da entrega de acções próprias é registada, a crédito, na rubrica de 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo', sendo que tal reserva não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

Reservas de cobertura

As reservas de cobertura reflectem as variações de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura de "cash flow" que se consideram eficazes (Nota 1.0)), sendo que as mesmas não são passíveis de ser distribuídas ou serem utilizadas para absorver prejuízos.

Reservas de acções próprias

As 'Reservas de acções próprias' reflectem o valor das acções próprias adquiridas e seguem um regime legal equivalente ao da reserva legal.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da Empresa, apresentadas de acordo com as IAS/IFRS. Assim, a 31 de Dezembro de 2010, a Sonaecom, SGPS, S.A., dispunha de reservas que, pela sua natureza, são consideradas distribuíveis no montante de cerca de 124,8 milhões de euros.

v) Acções próprias

As acções próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das acções próprias são registadas na rubrica 'Outras reservas'.

w) Moeda estrangeira

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data dos balanços.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada de resultados do exercício nas rubricas de resultados financeiros.

São tratadas como entidades estrangeiras aquelas que, operando no estrangeiro, têm autonomia organizacional, económica e financeira.

Os activos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio existentes à data do balanço, sendo que os custos e proveitos dessas demonstrações financeiras foram convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média do período. A diferença cambial resultante é registada no capital próprio na rubrica 'Outras reservas'.

As 'Diferenças de consolidação' e os ajustamentos de justo valor gerados nas aquisições de entidades estrangeiras com moeda funcional diferente do Euro são convertidos à data de fecho do balanço.

As cotações utilizadas para conversão em Euros das contas das filiais estrangeiras e dos saldos em moeda estrangeira foram as seguintes:

	2010		2009	
	31 de Dezembro	Média	31 de Dezembro	Média
Libra inglesa	1,1618	1,1667	1,1260	1,1232
Real brasileiro	0,4509	0,4298	0,3982	0,3628
Dólar americano	0,7484	0,7559	0,6942	0,7190
Zloti (Polónia)	0,2516	0,2504	0,2436	0,2315
Dólar australiano	0,7613	0,6947	0,6247	0,5670
Pesos mexicanos	0,0604	0,0599	0,0529	0,0533
Libra Egípcia	0,1342	0,1343	0,1265	0,1292
Ringgit (Malásia)	0,2442	0,2352	0,2027	0,2040
Peso Chileno	0,0016	0,0015	-	-
Dólar de Singapura	0,5836	0,5551	-	-
Franco suíço	0,7997	0,7260	0,6740	0,6623

x) Imparidade de activos

São efectuados testes de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas

circunstâncias que indique que o montante pelo qual um activo se encontra registado possa não ser recuperado. Sempre que o montante pelo qual um activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações' nos casos de Activos fixos tangíveis e intangíveis e de Diferenças de consolidação, na rubrica 'Outros custos financeiros' no caso de Investimentos financeiros e, para os outros activos, na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade'. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.

Evidência da existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos no pagamento de juros e outros pagamentos principais por parte da contraparte; e
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

Para determinadas categorias de activos financeiros para as quais não é possível determinar a imparidade em termos individuais, esta é calculada em termos colectivos. Evidência objectiva de imparidade para um portfólio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobranças, aumento do número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

Para o valor das Diferenças de consolidação e de Investimentos financeiros, a quantia recuperável, calculada em termos de valor de uso, é determinada com base nos últimos planos de negócio devidamente aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo. Para as dívidas a receber, o Grupo utiliza informação histórica e estatística, que lhe permite

efectuar uma previsão dos montantes em imparidade. No caso das Existências, as imparidades são calculadas com base nos valores de mercado e em diversos indicadores de rotação das existências.

y) Planos de Incentivo de Médio Prazo

O tratamento contabilístico dos Planos de Incentivo de Médio Prazo é baseado na IFRS 2 – “Pagamento com Base em Acções”.

De acordo com a IFRS 2, quando os planos estabelecidos pelo Grupo são liquidados através da entrega de acções próprias, a responsabilidade estimada é registada a crédito na rubrica de ‘Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo’, no Capital próprio, por contrapartida da rubrica de ‘Custos com o pessoal’ da demonstração de resultados do exercício.

Essa responsabilidade é quantificada com base no justo valor das acções à data de atribuição do plano e reconhecida durante o período de diferimento de cada plano (desde a data de atribuição do plano até à sua data de vencimento). A responsabilidade total é calculada proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização.

Quando as responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, isto é, quando são substituídas pelo pagamento de uma verba fixa a uma entidade externa ao Grupo, que assume a responsabilidade de entrega das acções na data de vencimento de cada plano, o tratamento contabilístico acima referido, sofre as seguintes adaptações:

- (i) O valor total a pagar é registado no balanço nas rubricas ‘Outros passivos não correntes’ e ‘Outros passivos correntes’;
- (ii) A parte da responsabilidade ainda não reconhecida na demonstração de resultados (relacionada com o período ainda a decorrer até à data de exercício) é diferida e registada no balanço nas rubricas ‘Outros activos não correntes’ e ‘Outros activos correntes’;
- (iii) O efeito líquido dos registos referidos em i) e ii) anulam o impacto, acima mencionado, em Capitais próprios;
- (iv) Na demonstração de resultados, o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento, continua a ser

registado na rubrica de ‘Custos com o pessoal’. Para os planos liquidados em dinheiro, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de ‘Outros passivos não correntes’ e ‘Outros passivos correntes’, por contrapartida da rubrica de ‘Custos com o pessoal’ da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das acções à data de cada balanço.

Quando estas responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, a contabilização é efectuada da mesma forma, mas com a responsabilidade quantificada com base no valor fixado no contrato.

Os planos liquidados através da entrega de acções da empresa-mãe são contabilizados como se se tratassem de planos liquidados em dinheiro, ou seja, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de ‘Outros passivos não correntes’ e ‘Outros passivos correntes’, por contrapartida da rubrica de ‘Custos com o pessoal’ da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das acções à data de cada balanço.

A 31 de Dezembro de 2010, todos os planos de acções Sonaecom em aberto estavam cobertos através da detenção de acções próprias. O impacto associado aos planos de acções dos Planos de Incentivo de Médio Prazo relativos a acções Sonaecom está contabilizado, no balanço, na rubrica de ‘Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo’. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de ‘Custos com o pessoal’.

Em relação aos planos liquidados através da entrega de acções da empresa-mãe, o Grupo efectuou contratos de cobertura, com uma entidade externa, através dos quais fixou o preço para a aquisição das referidas acções, pelo que a responsabilidade com os mesmos se encontra registada ao preço fixado no contrato, proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização, nas rubricas de ‘Outros passivos não correntes’ e ‘Outros passivos correntes’. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de ‘Custos com o pessoal’.

z) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("non adjusting events"), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

aa) Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 incluem:

- (i) Vidas úteis do activo tangível e intangível;
- (ii) Análises de imparidade das diferenças de consolidação e de outros activos tangíveis e intangíveis;
- (iii) Registo de ajustamentos aos valores do activo (Contas a Receber e Existências) e provisões;
- (iv) Cálculo da responsabilidade associada aos programas de fidelização de clientes.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pela IAS 8 – "Políticas contabilísticas, alterações em estimativas contabilísticas e erros".

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são descritos nas correspondentes notas anexas.

ab) Gestão do Risco Financeiro

A actividade do Grupo está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de liquidez e o risco de crédito.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos

mercados financeiros, a qual se reflecte na capacidade de projecção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão dos riscos financeiros do Grupo, subjacente a uma perspectiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas, recorrendo, sempre que possível e aconselhável, a instrumentos derivados de cobertura (Nota 1. o)).

Risco de mercado

a) Risco de taxa de câmbio

O Grupo opera internacionalmente e detém subsidiárias a operar em países com moeda diferente do Euro, nomeadamente, no Brasil, no Reino Unido, na Polónia, nos Estados Unidos, no México, na Austrália, no Egito, no Chile, no Panamá, em Singapura e na Malásia (sucursal), estando assim exposto ao risco de taxa de câmbio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais.

Sempre que possível, o Grupo tenta realizar coberturas naturais dos valores em exposição, compensando os créditos concedidos e recebidos expressos na mesma moeda. Quando tal não se revele possível ou adequado, o Grupo recorre a outros instrumentos derivados de cobertura.

A exposição do Grupo ao risco de taxa de câmbio advém, maioritariamente, do facto de algumas das suas subsidiárias relatarem em moeda diferente do Euro, sendo imaterial o risco associado à actividade operacional.

O montante de activos e passivos (em Euros) do Grupo registados

	Activos		Passivos	
	31 de Dezembro 2010	31 de Dezembro 2009	31 de Dezembro 2010	31 de Dezembro 2009
Dólar americano	4.595.594	3.015.850	1.254.661	1.177.184
Dólar australiano	257.906	228.768	69.703	83.105
Libra Egípcia	336.106	116.618	149.741	136.838
Libra inglesa	616.393	1.533.832	470.423	515.659
Pesos mexicanos	3.590.768	4.339.527	1.862.197	4.182.572
Real brasileiro	7.539.938	11.928.515	2.923.005	4.212.693
Ringgit (Malásia)	503.179	353.828	599.003	109.155
Zloti (Polónia)	177.452	80.858	1.175.852	330.046
Dólar de Singapura	63.400	-	39.999	-
Peso Chileno	48.786	-	13.447	-
Franco suíço	-	-	11.267	21.923

A sensibilidade (em Euros) do Grupo a variações nas taxas de câmbio pode ser resumida como segue (aumentos/ (diminuições)):

	Variação Taxa Câmbio	2010		2009	
		Resultados	Capital Próprio	Resultados	Capital Próprio
Dólar Americano	1%	35.207	39.632	1.578	19.965
Dólar australiano	1%	(138)	1.265	(360)	1.096
Franco suíço	1%	(102)	(102)	-	(219)
Libra Egípcia	1%	918	2.784	1.558	1.356
Libra inglesa	1%	11.581	11.090	7883	18.065
Pesos mexicanos	1%	(7.196)	13.078	(716)	853
Real brasileiro	1%	4.865	48.874	(12.470)	64.688
Ringgit (Malásia)	1%	(933)	(855)	(127)	2.320
Zloti (Polónia)	1%	(11.861)	(11.103)	631	(101)
Dólar Singapura	1%	2.114	2.262	-	-
Peso Chileno	1%	360	687	-	-
		34.816	107.612	(2.022)	108.024

b) Risco de taxa de juro

A totalidade do endividamento da Sonaecom encontra-se indexada a taxas variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da sociedade é mitigado pelo efeito dos seguintes factores: (i) relativamente baixo nível de alavancagem financeira; (ii) possibilidade de utilização de instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro, conforme referido abaixo; (iii) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados consolidados (nomeadamente operacionais) do Grupo, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos ("natural hedge"); e (iv) existência de liquidez ou disponibilidades consolidadas igualmente remuneradas a taxas variáveis.

O Grupo apenas utiliza instrumentos derivados ou transacções semelhantes para efeitos de cobertura de riscos de taxas de juro considerados significantes. Três princípios são utilizados na selecção e determinação dos instrumentos de cobertura do risco da taxa de juro:

- Para cada derivado ou instrumento de cobertura utilizado para protecção de risco associado a um determinado financiamento, existe coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objecto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura;

- Equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/ transacção que está a ser coberta; e

- Desde o início da transacção, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios do Grupo.

Uma vez que a totalidade do endividamento da Sonaecom (Nota 20) encontra-se indexado a taxas variáveis, swaps de taxa de juro e outros derivados são utilizados, quando tal é considerado necessário, como forma de protecção contra as variações dos fluxos de caixa futuros associados aos pagamentos de juros. Os swaps de taxa de juro contratados têm o efeito económico de converter os respectivos empréstimos associados a taxas variáveis para taxas fixas. Ao abrigo destes contratos, o Grupo acorda com terceiras partes (bancos) a troca, em períodos de tempo pré-determinados, da diferença entre o montante de juros calculados à taxa fixa contratada e à taxa variável da altura de refixação, com referência aos respectivos montantes nominais acordados.

As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, sendo política do Grupo privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias que formem parte das suas operações de financiamento. Para efeitos de determinação da contraparte das operações pontuais, a Sonaecom solicita a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações.

Na determinação do justo valor das operações de cobertura, o Grupo utiliza determinados métodos, tais como modelos de avaliação de opções e de actualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro de mercado prevalecentes à data de Balanço. Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação.

O justo valor dos derivados contratados, que se qualifiquem como de cobertura de justo valor ou que não sejam considerados suficientemente eficazes na cobertura de fluxos de caixa (conforme definições da IAS 39), é reconhecido nas rubricas de empréstimos, sendo as variações do seu justo valor reconhecidas directamente na demonstração de resultados do exercício. O justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa, considerados eficazes de acordo com o definido pela IAS 39, é reconhecido nas rubricas de empréstimos e as variações registadas no capital próprio.

O Conselho de Administração da Sonaecom aprova os termos e condições dos financiamentos considerados materiais para a Empresa, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixo/variável). No âmbito da política acima definida, cabe à Comissão Executiva, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, a decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro. A análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro é apresentada na Nota 20.

Risco de liquidez

A existência de liquidez nas empresas do Grupo implica que sejam definidos parâmetros de actuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objectivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respectivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência Financeira, isto é, garantir que as Empresas maximizam o valor / minimizam o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Os principais parâmetros subjacentes a tal política correspondem ao tipo de instrumentos permitidos, ao nível

de risco máximo aceitável, ao montante máximo de exposição por contraparte e aos prazos máximos de investimento.

A liquidez existente numa determinada subsidiária deverá ser aplicada nas alternativas abaixo descritas e pela ordem de prioridade apresentada:

- (i) Amortização de dívida de curto prazo – após comparação do custo de oportunidade de amortização e o custo de oportunidade inerente aos investimentos alternativos;
- (ii) Gestão consolidada de liquidez – a liquidez existente nas empresas do Grupo, deverá ser prioritariamente aplicada em empresas do Grupo, para que de uma forma consolidada seja reduzida a utilização de dívida bancária; e
- (iii) Recurso ao mercado.

O investimento por recurso ao mercado está limitado à contratação de operações com contrapartes elegíveis, isto é, que cumpram com determinadas notações de rating previamente definidas pela Administração, e limitada a determinados montantes máximos por contraparte.

A definição de limites máximos por contraparte tem como objectivo garantir que as aplicações de excedentes são realizadas de uma forma prudente e em observância dos princípios de gestão de relacionamento bancário.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em activos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

A análise da maturidade dos empréstimos obtidos é apresentada na Nota 20.

Risco de Crédito

A exposição do Grupo ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua actividade operacional. O risco de crédito associado a operações financeiras

é mitigado pelo facto de o Grupo, no que respeita a operadores de telecomunicações, apenas negociar com entidades de elevada qualidade creditícia.

A gestão deste risco tem por objectivo garantir a efectiva cobrança dos seus créditos nos prazos estabelecidos sem afectar o equilíbrio financeiro do Grupo. O Grupo recorre a agências de avaliação de crédito e possui departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e de gestão de processos em contencioso, assim como seguros de crédito, que contribuem para mitigar tal risco.

O montante relativo a clientes e outros devedores apresentado nas demonstrações financeiras, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição do Grupo ao risco de crédito.

2. Empresas incluídas na consolidação

As empresas do grupo incluídas na consolidação pelo método integral, suas sedes sociais, actividade principal, detentor de capital e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, são as seguintes:

				Percentagem do capital detido			
				2010		2009	
Firma (Marca comercial)	Sede social	Actividade principal	Detentor de capital	Directo	Efectivo*	Directo	Efectivo*
Empresa-mãe							
SONAECON, S.G.P.S., S.A. ("Sonaecom")	Maia	Gestão de participações sociais.		-	-	-	-
Subsidiárias							
Be Artis – Conceção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações, S.A. ("Artis")	Maia	Concepção, construção, gestão e exploração de redes de comunicações electrónicas e dos respectivos equipamentos e infra-estruturas, gestão de activos tecnológicos próprios ou de terceiros e prestação de serviços conexos.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Be Towering – Gestão de Torres de Telecomunicações, S.A. ("Be Towering")	Maia	Implantação, instalação e exploração de torres e outros sites para colocação de equipamentos de telecomunicações.	Optimus	100%	100%	100%	100%
Cape Technologies Limited ("Cape Technologies")	Dublin	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do	100%	100%	100%	100%
Digitmarket – Sistemas de Informação, S.A. ("Digitmarket" – usando a marca "Bizdirect")	Maia	Desenvolvimento de plataformas de gestão e comercialização de produtos, serviços e informação, tendo como principal suporte a internet.	Sonaecom SI	75,10%	75,10%	75,10%	75,10%
Lugares Virtuais, S.A. ("Lugares Virtuais")	Maia	Organização e gestão de portais electrónicos on-line, aquisição de conteúdos, gestão de leilões electrónicos, aquisição e disponibilização de produtos e serviços por via electrónica e quaisquer actividades conexas.	Miauger	100%	100%	100%	100%
Mainroad – Serviços em Tecnologias de Informação, S.A. ("Mainroad")	Maia	Prestação de serviços de consultadoria na área dos sistemas de informação.	Sonaecom SI	100%	100%	100%	100%
Miauger – Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, S.A. ("Miauger")	Maia	Organização e gestão de leilões electrónicos "on-line" de produtos e serviços.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
M3G – Edições Digitais, S.A. ("M3G")	Maia	Edições digitais, edição electrónica e produção de conteúdos na internet.	Público	100%	100%	100%	100%
Optimus - Comunicações, S.A. ("Optimus") (a)	Berkshire	Implementação, operação, exploração e oferta de redes e prestação de serviços de comunicações electrónicas, bem como quaisquer recursos conexos e, ainda, fornecimento e comercialização de produtos e equipamentos de comunicações electrónicas.	Sonaecom	53,54%	53,54%	53,54%	53,54%
	Maia		Sonae Telecom	35,86%	35,86%	35,86%	35,86%
	Porto		Sonaecom BV"	10,60%	10,60%	10,60%	10,60%
Per-Mar – Sociedade de Construções, S.A. ("Per-Mar")		Compra e venda, arrendamento e exploração de bens imóveis e estabelecimentos comerciais.	Optimus	100%	100%	100%	100%
		Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do UK	100%	100%	100%	100%
Praesidium Services Limited ("Praesidium Services")		Redacção, composição e edição de publicações periódicas e não periódicas	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A. ("PCJ") (b)		e a exploração de estações e estúdios de rádio e de televisão.					
Público – Comunicação Social, S.A. ("Público")		Redacção, composição e edição de publicações periódicas e não periódicas.	Sonaetelecom BV	100%	100%	100%	100%

*Percentagem de capital detido pela Sonaecom

(a) Empresa anteriormente denominada 'Sonaecom - Serviços de Comunicações, S.A.'

(b) Empresa constituída em Dezembro 2010

Porcentagem do capital detido

Firma (Marca comercial)	Sede social	Actividade principal	Detentor de capital	2010		2009	
				Directo	Efectivo*	Directo	Efectivo*
Saphety Level – Trusted Services, S.A. ("Saphety")	Maia	Prestação de serviços, formação e consultoria em comunicação, processamento, e certificação electrónica de dados; comercialização, desenvolvimento e representação de software.	Sonaecom SI	86,995%	86,995%	86,995%	86,995%
Sonae com - Sistemas de Informação, S.G.P.S., S.A. ("Sonae com SI")	Maia	Gestão de participações sociais, no âmbito do negócio de corporate venturing e joint-ventures.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Sonaecom - Sistemas de Información Españã, S.L. ("SSI Españã") (c)	Madrid	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação	Sonaecom SI	100%	100%	-	-
Sonaecom BV	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A. ("Sonae Telecom")	Maia	Gestão de participações sociais, no âmbito das telecomunicações	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Sonaetelecom BV	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A. ("Sontária") (d)	Maia	Realização de urbanizações e construções de edifícios, planeamento, gestão urbanística, realização de estudos, construção e gestão de imóveis, compra e venda de bens imóveis e revenda dos adquiridos para esse fim.	Sonaecom	100%	100%	-	-
Tecnológica Telecomunicações, LTDA. ("Tecnológica")	Rio de Janeiro	Prestação de serviços de consultoria e assistência técnica relacionados com informática e telecomunicações.	We Do Brasil	99,99%	99,99%	99,99%	99,90%
We Do Consulting – Sistemas de Informação, S.A. ("We Do")	Maia	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonaecom SI	100%	100%	100%	100%
Wedo do Brasil Soluções Informáticas, Ltda. ("We Do Brasil")	Rio de Janeiro	Comercialização de software e hardware; prestação de serviços de consultoria e assistência técnica relacionados com informática e processamento de dados.	We Do	99,91%	99,91%	99,91%	99,91%
We Do Poland Sp. Z.o.o. ("We Do Poland")	Poznan	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Americas, Inc ("We Do US") (e)	Wilmington	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Australia PTY Limited ("We Do Asia")	Sidney	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies BV ("We Do BV")	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	We Do	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies BV – Sucursal Malásia ("We Do Malásia")	Kuala Lumpur	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Chile SpA ("We Do Chile") (f)	Chile	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV	100%	100%	-	-
We Do Technologies Egypt LLC ("We Do Egypt")	Cairo	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV Sonaecom BV Sonaetelecom BV	90% 5% 5%	90% 5% 5%	90% 5% 5%	90% 5% 5%
We Do Technologies (UK) Limited ("We Do UK")	Berkshire	Gestão de participações sociais.	We Do	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Mexico, S de R.L. ("We Do Mexico")	Cidade do México	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonaecom BV We Do BV	5% 95%	5% 95%	5% 95%	5% 95%
We Do Technologies Panamá S.A. ("We Do Panamá") (g)	Cidade do Panamá	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV	100%	100%	-	-
We Do Technologies Singapore PTE. LDT. ("We Do Singapura") (c)	Singapura	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do	100%	100%	-	-

* Percentagem efectiva de capital detido pela Sonaecom

(c) Empresa constituída em Janeiro 2010

(d) Empresa adquirida em Dezembro 2010

(e) Empresa anteriormente denominada "Cape Technologies Americas, Inc."

(f) Empresa constituída em Abril 2010

(g) Empresa constituída em Fevereiro 2010

Todas estas empresas foram incluídas na consolidação, pelo método de consolidação integral, conforme estabelecido pela IAS 27 – "Demonstrações financeiras consolidadas e separadas" (maioria dos direitos de voto, sendo titular de capital da empresa).

3. Empresas controladas conjuntamente

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o Grupo controla conjuntamente e consolida pelo método proporcional a seguinte empresa:

Percentagem do capital detido

Firma (Marca comercial)	Sede social	Actividade principal	Detentor de capital	2010		2009	
				Directo	Efectivo*	Directo	Efectivo*
Unipress – Centro Gráfico, Lda. (“Unipress”)	Vila Nova de Gaia	Comércio, industria de artes gráficas e impressão de jornais.	Público	50%	50%	50%	50%

*Percentagem de capital detido pela Sonaecom

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os principais impactos decorrentes da consolidação pelo método proporcional, da entidade acima referida, é o seguinte (débito/(crédito)):

	2010	2009
Activos não correntes	2.661.901	3.258.587
Activos correntes	775.843	558.019
Passivos não correntes	(2.676.339)	(3.134.245)
Passivos correntes	(307.148)	(312.258)
Resultado líquido	7668	27.260
Total de proveitos	1.758.555	1.906.442
Total de custos	(1.750.887)	(1.879.183)

4. Investimentos em empresas associadas

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica incluía o investimento numa empresa associada, cuja sede social, actividade principal, detentor do capital, proporção do capital detido e valor de balanço, são os seguintes:

Percentagem do capital detido

Firma (Marca comercial)	Sede social	Actividade principal	Detentor de capital	2010		2009		Valor de balanço	
				Directo	Efectivo*	Directo	Efectivo*	2010	2009
Empresas associadas:									
Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A. (“S.I.R.S.” – usando a marca “Rádio Nova”)	Porto	Actividade de radiodifusão sonora.	Público	45%	45%	45%	45%	(a)	(a)
								-	-

*Percentagem efectiva de capital detido pela Sonaecom

(a) Participação que se encontra registada por um valor nulo.

A empresa associada foi incluída na consolidação, pelo método de equivalência patrimonial, conforme indicado na Nota 1. b), não tendo sido necessário efectuar qualquer ajustamento de uniformização das políticas contabilísticas da empresa associada com as políticas contabilísticas do Grupo, dado não existirem diferenças significativas.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o valor dos activos, passivos, proveitos e resultado líquido das empresas associadas foi como segue:

Empresa	Activo	Passivo	Total de proveitos	Resultado líquido
2010				
Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.	591.344	621.778	1.109.511	230
2009				
Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.	695.941	726.605	1.272.609	5.812

5. Alterações ocorridas no Grupo

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, verificaram-se as seguintes alterações no Grupo:

a) Aquisições

Compradora	Participada	Data	% adquirida	% participação actual
2010				
Sonaecom	Sontária	Dezembro 2010	100%	100%

A aquisição não gerou o registo de Diferenças de Consolidação.

A alocação do preço de compra foi efectuada da seguinte forma:

	Valor de Balanço antes da aquisição	Ajustamentos para o justo valor	Justo Valor
Activos adquiridos			
Activos tangíveis e intangíveis	3.613.563	5.486.437	9.100.000
Outras dívidas de terceiros	10.113	-	10.113
Outros activos correntes	65	-	65
Caixa e equivalentes de caixa	544	-	544
	3.624.285	5.486.437	9.110.722
Passivos adquiridos			
Empréstimos de longo prazo liquidados da parcela de curto prazo	2.676.637	-	2.676.637
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	63.415	-	63.415
Outras dívidas a terceiros	213.370	-	213.370
Outros passivos correntes	37.062	-	37.062
	2.990.484	-	2.990.484
Total dos activos líquidos adquiridos	633.801	5.486.437	6.120.238
Preço de aquisição			6.120.238
Diferenças de consolidação			-

O ajustamento para o justo valor foi efectuado com base na avaliação do edifício. A aquisição foi efectuada em Dezembro de 2010 pelo montante total de 8.860.291 Euros (6.120.239 Euros relativos ao investimento financeiro, 2.676.637 Euros relativos a empréstimos concedidos e 63.415 Euros relativos a outros), o qual se encontra por liquidar em 31 de Dezembro de 2010 (Nota 27), pelo que a aquisição da Sontária não teve impactos na Demonstração de Fluxos de Caixa de 2010.

b) Constituições

Participante	Participada	Data	Capital	% participação actual
2010				
We Do BV	SSI Espanã	Jan-10	3.010 EUR	100%
We Do BV	We Do Singapura	Jan-10	1 SGD	100%
We Do BV	We Do Panamá	Fev-10	1.000 USD	100%
We Do BV	We Do Chile	Abr-10	500.000 CLP	100%
Sonaecom	PCJ	Dez-10	50.000 EUR	100%

c) Dissolução de Sociedades

Participante	Participada	Data	% participação actual
2009			
Cape Technologies	Cape UK	Ago-09	100%
We Do UK	Praesidium Technologies	Dez-09	100%
Público	Sexta	Dez-09	50%

Em resultado destas dissoluções não foram gerados impactos materiais nas Demonstrações financeiras consolidadas anexas.

d) Outros

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, verificaram-se as seguintes alterações adicionais no Grupo:

Em 1 de Janeiro de 2009, procedeu-se à fusão por incorporação da filial Telemilénio Telecomunicações, Sociedade Unipessoal, Lda., na filial Optimus - Comunicações, S.A., possibilitando uma maior eficiência operacional e uma maior contenção de custos. Esta operação foi aprovada em Assembleia Geral das respectivas sociedades, ambas realizadas em 24 de Novembro de 2008.

6. Activos fixos tangíveis

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o movimento ocorrido no valor dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

									2010
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Ferramentas e utensílios	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Activo bruto									
Saldo em 31 Dezembro 2009	1.391.593	269.275.732	955.961.416	331.913	172.948.905	1.192.268	5.302.033	99.788.541	1.506.192.401
Entradas de empresas (Nota 5)	-	10.000.089	3.354.473	-	-	-	-	-	13.354.562
Adições	-	174.791	5.520.784	57419	15.443.604	321	90.892	81.149.647	102.437.458
Alienações	-	(547.551)	(39.664.665)	(203.822)	(955.408)	(43.497)	-	-	(41.414.943)
Transferências e abates	-	12.871.333	110.107.713	-	4.010.102	15.145	150.396	(139.955.356)	(12.800.667)
Saldo em 31 Dezembro 2010	1.391.593	291.774.394	1.035.279.721	185.510	191.447.203	1.164.237	5.543.321	40.982.832	1.567.768.811
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas									
Saldo em 31 Dezembro 2009	-	141.241.132	627.788.784	100.943	148.814.944	1.151.389	3.675.719	-	922.772.911
Entradas de empresas (Nota 5)	-	900.089	3.354.473	-	-	-	-	-	4.254.562
Amortizações do exercício	-	11.656.615	5.771.598	49.487	20.178.554	16.175	668.319	-	90.280.748
Alienações	-	(235.854)	(34.931.927)	(46.914)	(610.588)	(43.497)	-	-	(35.868.780)
Transferências e abates	-	27.180	(6.354.959)	-	641.069	-	(353.661)	-	(6.040.371)
Saldo em 31 Dezembro 2010	-	153.589.162	64.756.7969	103.516	169.023.979	1.124.067	3.990.377	-	975.399.070
Valor líquido	1.391.593	138.185.232	387.711.752	81.994	22.423.224	40.170	1.552.944	40.982.832	592.369.741

									2009
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Ferramentas e utensílios	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Activo bruto									
Saldo em 31 Dezembro 2008	1.391.593	252.295.915	891.297.575	161.116	157.107.115	1.189.329	5.139.704	88.154.502	1.396.736.849
Adições	-	207.267	9.642.812	554.880	13.535.261	54	126.166	90.085.008	114.151.448
Alienações	-	(341.988)	(2.452.817)	(384.083)	(256.784)	-	(1.002)	9.600	(3.427.074)
Transferências e abates	-	17.114.538	5.747.846	-	2.563.314	2.885	37.165	(78.460.570)	(1.268.822)
Saldo em 31 Dezembro 2009	1.391.593	269.275.732	955.961.416	331.913	172.948.905	1.192.268	5.302.033	99.788.541	1.506.192.402
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas									
Saldo em 31 Dezembro 2008	-	130.910.565	545.294.870	125.491	130.529.609	1.131.114	3.003.661	-	810.995.310
Amortizações do exercício	-	10.875.255	84.114.048	60.824	18.472.010	21.727	673.878	-	114.217.742
Alienações	-	(14.128)	(1.650.841)	(85.372)	(128.239)	-	(251)	-	(1.878.832)
Transferências e abates	-	(530.560)	30.707	-	(58.436)	(1.452)	(1.569)	-	(561.311)
Saldo em 31 Dezembro 2009	-	141.241.132	627.788.784	100.943	148.814.944	1.151.389	3.675.719	-	922.772.910
Valor líquido	1.391.593	128.034.600	328.172.632	230.971	24.133.961	40.879	1.626.314	99.788.541	583.419.492

As adições do exercício incluem um conjunto de activos associados à operação de UMTS (Universal Mobile Telecommunications Service), ao HSDPA (Kanguru Express) e ao FTTH (Fibre-to-the-Home), parte dos quais estão associados a projectos em curso, pelo que se mantêm registados em "Activos tangíveis em curso".

As alienações do exercício correspondem, na sua maior parte, à venda de um conjunto de activos relacionados com a rede 2G (Nota 30).

O custo de aquisição dos 'Activos fixos tangíveis' detidos pelo Grupo no âmbito de contratos de locação financeira, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, ascendia a 30.541.539 Euros e a 28.943.984 Euros, sendo o seu valor líquido contabilístico, nessas datas, de 17147.392 Euros e 19.136.822 Euros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2010 os 'Activos fixos tangíveis' incluem o montante de 19 milhões de euros relativo ao valor líquido do equipamento de telecomunicações cedido a clientes, ao abrigo de contratos de comodato com um período pré-definido, o qual se encontra a ser amortizado durante o período de duração desses mesmos contratos.

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica de 'Activos fixos tangíveis' não inclui qualquer bem dado como penhor ou em garantia da liquidação de empréstimos ou passivos, excepção feita aos activos afectos a contratos de locação financeira.

Durante o primeiro semestre, o Conselho de Administração do Grupo procedeu, com efeitos prospectivos, à revisão da vida útil estimada de um conjunto de activos associados às redes de telecomunicações móvel, tendo por base um relatório de avaliação produzido por entidades especializadas e independentes, a qual foi registada de forma prospectiva com efeitos a 1 de Janeiro de 2010 e cujo impacto significou que as amortizações do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 tenham sido, aproximadamente, 8,8 milhões de Euros inferiores às do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

Adicionalmente, a comparação das amortizações do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 com as do período homologado do ano anterior é também afectada por revisões da vida útil estimada de um conjunto de activos tangíveis e de software associados às redes de telecomunicações fixa e móvel, efectuadas no segundo semestre de 2009, as quais foram então registadas naquele semestre de forma prospectiva e cujo impacto significa que as amortizações do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 tenham sido, aproximadamente, 18 milhões de Euros e 5,7 milhões de Euros inferiores, respectivamente, às do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

As transferências do período incluem a transferência para "Activos intangíveis" de um conjunto de bens que até à data estavam classificados como "Activos tangíveis em curso" (Nota 7).

O 'Activo fixo tangível em curso' apresentava, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a seguinte composição:

	2010	2009
Desenvolvimento da rede fixa	3.707.908	56.587.660
Desenvolvimento da rede móvel	33.838.157	34.617.636
Sistemas de informação	153.510	4.951.431
Outros projectos em curso	3.283.257	3.631.814
	40.982.832	99.788.541

Em 31 de Dezembro de 2010, a diminuição nos valores relativos ao 'Desenvolvimento da rede fixa' referem-se, sobretudo, ao início de amortização dos investimentos realizados no desenvolvimento da rede de fibra óptica (FTTH).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o valor dos compromissos assumidos perante terceiros respeitantes a investimentos a efectuar era como segue:

	2010	2009
Investimentos da área técnica	20.444.493	17.282.698
Investimentos em sistemas de informação	2.291.541	3.451.214
	22.736.034	20.733.912

7. Activos intangíveis

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o movimento ocorrido no valor dos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

				2010
	Propriedade industrial	Software	Activos intangíveis em curso	Total
Activo bruto				
Saldo em 31 Dezembro 2009	304.081.633	229.169.691	19.212.155	552.463.479
Entradas de empresas	-	2.145	-	2.145
Adições	6.959.102	2.138.467	24.099.525	33.197.094
Alienações	(115.130)	-	-	(115.130)
Transferências e abates	(306.138)	33.071.025	(27225.826)	5.539.061
Saldo em 31 Dezembro 2010	310.619.467	264.381.328	16.085.854	591.086.649
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas				
Saldo em 31 Dezembro 2009	86.606.233	192.163.071	-	278.769.304
Entradas de empresas	-	2.145	-	2.145
Amortizações do exercício	19.986.262	19.275.650	-	39.261.912
Alienações	(44.773)	-	-	(44.773)
Transferências e abates	61	201.058	-	201.119
Saldo em 31 Dezembro 2010	106.547.783	211.641.924	-	318.189.707
Valor líquido	204.071.684	52.739.404	16.085.854	272.896.942

				2009
	Propriedade industrial	Software	Activos intangíveis em curso	Total
Activo bruto				
Saldo em 31 Dezembro 2008	287.617.028	214.987.219	11.249.369	513.853.616
Adições	16.191.881	2.524.565	18.920.145	376.36.591
Alienações	(591)	(83.586)	(5.250)	(89.427)
Transferências e abates	273.315	11.741.494	(10.952.109)	1.062.699
Saldo em 31 Dezembro 2009	304.081.633	229.169.691	19.212.155	552.463.479
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas				
Saldo em 31 Dezembro 2008	69.111.102	171.924.626	-	241.035.728
Amortizações do exercício	17.495.227	20.061.301	-	37.556.528
Alienações	(102)	(65.620)	-	(65.722)
Transferências e abates	6	242.764	-	242.770
Saldo em 31 Dezembro 2009	86.606.233	192.163.071	-	278.769.304
Valor líquido	217.475.400	37.006.620	19.212.155	273.694.175

As adições do exercício na rubrica "Propriedade industrial" incluem o valor de 5 milhões de euros relacionados com a aquisição de direitos contratuais pela subsidiária We Do.

No âmbito da atribuição da licença UMTS, a Optimus – Comunicações S.A. assumiu compromissos na área da promoção da Sociedade de Informação no montante total de cerca de 274 milhões de Euros, os quais terão de ser cumpridos até ao final de 2015.

Em conformidade com o Acordo estabelecido em 5 de Junho de 2007 com o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações ("MOPTC"), uma parte desses compromissos, até 159 milhões de Euros, tinha de ser realizado através de projectos próprios qualificáveis como contributos para a Sociedade de Informação e incorridos no âmbito da normal actividade da Optimus - Comunicações S.A. (investimentos em rede e tecnologia que não derivem da necessidade de cumprimento das obrigações inerentes à atribuição da licença UMTS e actividades de pesquisa, desenvolvimento e promoção de serviços, conteúdos e aplicações), os quais terão de ser reconhecidos pelo MOPTC e por entidades especialmente constituídas para o efeito. Em 31 de Dezembro de 2010, a totalidade do valor já foi realizado e validado por aquelas entidades, pelo que relativamente a estes compromissos não existem à data responsabilidades adicionais. Estes encargos foram registados nas demonstrações financeiras anexas à medida que os respectivos projectos foram sendo realizados e os custos estimados conhecidos.

Os restantes compromissos, até ao montante de cerca de 116 milhões de Euros, serão realizados nos termos acordados entre a Optimus - Comunicações S.A. e o MOPTC, através de contribuições para o projecto "Iniciativas E" (oferta de modems, descontos nas tarifas, contribuições monetárias, entre outras, afectas à generalização da utilização da Internet de banda larga para alunos e professores), contribuições essas efectuadas através do Fundo para a Sociedade de Informação, actualmente designado por Fundação para as Comunicações Móveis, constituído pelos três operadores móveis a desenvolver a sua actividade em Portugal. A responsabilidade total está reconhecida como um encargo adicional da licença UMTS, por contrapartida das rubricas 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes'. Desta forma, em 31 de Dezembro de 2010, a totalidade das responsabilidades com tais compromissos encontram-se integralmente registadas nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica 'Propriedade industrial', do activo bruto inclui o valor de 111,5 milhões de Euros correspondente ao valor presente desta responsabilidade estimada com o projecto "Iniciativas E", registados em Junho de 2008 e actualizados em Setembro de 2009.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o Grupo mantinha registado na rubrica 'Activos intangíveis' 191.238.132 Euros e 202.090.404 Euros, respectivamente, correspondentes ao investimento, líquido de amortizações, realizado no desenvolvimento da rede UMTS, nos quais se incluem: (i) 60.005.762 Euros (63.006.050 Euros, em 2009) relativos à licença, (ii) 20.050.125 Euros (21.052.631 Euros, em 2009) relativos ao contrato celebrado em 2002 entre a Oni Way e os restantes três operadores de telecomunicações móveis a operar em Portugal, (iii) 6.157.999 Euros (6.465.899 Euros, em 2009) relativos à contribuição, estabelecida em 2007, para o Capital Social da Fundação para as Comunicações Móveis no âmbito do acordo celebrado entre o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e os três operadores de telecomunicações a operar em Portugal e (iv) 99.897.320 Euros (106.182.551 Euros, em 2009) relativos ao programa Iniciativas E, estes dois últimos relativos aos compromissos assumidos pelo Grupo no âmbito da Sociedade de Informação.

O activo intangível em curso, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, era composto, essencialmente, por desenvolvimento de software.

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores dos activos fixos tangíveis e intangíveis para os segmentos móvel e fixo é efectuada de acordo com o descrito na Nota 9 ('Diferenças de consolidação'), na medida em que tais activos estão intimamente relacionados com a actividade global do segmento, pelo que os mesmos não podem ser analisados separadamente.

Os activos fixos tangíveis e intangíveis incluem juros suportados e outros encargos financeiros incorridos, directamente relacionados com a construção de determinados activos fixos tangíveis ou intangíveis em curso.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o total do valor bruto destes custos ascende a 19.469.903 Euros e 18.511.070 Euros, respectivamente. Os valores capitalizados nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foram de 958.833 Euros e 1.576.563 Euros, respectivamente. Para este efeito, foi utilizada uma taxa de capitalização de 1,64% em 2010 (2,31% em 2009) a qual corresponde à taxa média ponderada de remuneração dos financiamentos obtidos pelo Grupo.

8. Classes de instrumentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as classes de instrumentos financeiros detidos pelo Grupo eram como segue:

					2010
	Empréstimos e contas a receber	Investimentos disponíveis para venda	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Activos não correntes					
Investimentos disponíveis para venda (Nota 10)	-	212.323	212.323	-	212.323
	-	212.323	212.323	-	212.323
Activos correntes					
Clientes (Nota 13)	143.294.200	-	143.294.200	-	143.294.200
Outras dívidas de terceiros (Nota 14)	23.036.517	-	23.036.517	38.266.181	61.302.698
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 16)	68.577.903	-	68.577.903	-	68.577.903
	234.908.620	-	234.908.620	38.266.181	273.174.801

					2009
	Empréstimos e contas a receber	Investimentos disponíveis para venda	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Activos não correntes					
Investimentos disponíveis para venda (Nota 10)	-	1.207.320	1.207.320	-	1.207.320
	-	1.207.320	1.207.320	-	1.207.320
Activos correntes					
Clientes (Nota 13)	158.921.462	-	158.921.462	-	158.921.462
Outras dívidas de terceiros (Nota 14)	7703.616	-	7703.616	5.713.890	13.417.506
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 16)	83.629.417	-	83.629.417	-	83.629.417
	250.254.495	-	250.254.495	5.713.890	255.968.385

					2010
	Passivos registados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Passivo não corrente					
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo (Nota 20)	305.038.006	-	305.038.006	-	305.038.006
Outros passivos financeiros não correntes (Nota 21)	-	19.253.869	19.253.869	-	19.253.869
Titularização de créditos (Nota 23)	39.740.412	-	39.740.412	-	39.740.412
	344.778.418	19.253.869	364.032.287	-	364.032.287
Passivo corrente					
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 20)	30.942.240	-	30.942.240	-	30.942.240
Fornecedores (Nota 25)	-	178.732.746	178.732.746	-	178.732.746
Outros passivos financeiros (Nota 26)	-	2.171.140	2.171.140	-	2.171.140
Titularização de créditos (Nota 23)	19.634.161	-	19.634.161	-	19.634.161
Outras dívidas a terceiros (Nota 27)	-	12.090.269	12.090.269	44.661.886	56.752.155
	50.576.401	192.994.155	243.570.556	44.661.886	288.232.442

					2009
	Passivos registados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Passivo não corrente					
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo (Nota 20)	299.139.698	-	299.139.698	-	299.139.698
Outros passivos financeiros não correntes (Nota 21)	-	20.707.936	20.707.936	-	20.707.936
Titularização de créditos (Nota 23)	59.374.480	-	59.374.480	-	59.374.480
	358.514.178	20.707.936	379.222.114	-	379.222.114
Passivo corrente					
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 20)	59.256.449	-	59.256.449	-	59.256.449
Fornecedores (Nota 25)	-	195.303.884	195.303.884	-	195.303.884
Outros passivos financeiros (Nota 26)	-	3.053.364	3.053.364	-	3.053.364
Titularização de créditos (Nota 23)	19.488.569	-	19.488.569	-	19.488.569
Outras dívidas a terceiros (Nota 27)	-	36.666.068	36.666.068	10.313.425	46.979.493
	78.745.018	235.023.316	313.768.334	10.313.425	324.081.759

Os saldos a receber e a pagar do Estado e outros entes públicos, dada a sua natureza, foram considerados como instrumentos financeiros não abrangidos pela IFRS 7. De igual forma, as rubricas de outros activos/ passivos correntes e não correntes não foram consideradas nesta desagregação por serem constituídas por saldos não abrangidos no âmbito da IFRS 7.

9. Diferenças de consolidação

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os movimentos ocorridos na rubrica 'Diferenças de consolidação' foram os seguintes:

	2010	2009
Saldo inicial	526.106.175	526.030.904
Movimentos do exercício	35.377	75.271
Saldo final	526.141.552	526.106.175

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica "Movimentos do exercício" inclui, essencialmente, a actualização cambial das diferenças de consolidação.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica 'Diferenças de consolidação' tinha a seguinte composição:

	2010	2009
Optimus	485.092.375	485.092.375
Público	20.000.000	20.000.000
Cape Technologies	17476.354	17476.354
We Do	1.971.668	1.971.668
Praesidium Services	1.148.671	1.113.294
Unipress	321.698	321.698
SIRS	72.820	72.820
Per-mar	47.253	47.253
Be Towering	10.713	10.713
	526.141.552	526.106.175

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores de diferenças de consolidação registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas é efectuada tendo em conta as unidades geradoras de caixa, com base nos últimos planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projectados para períodos de 5 anos. As taxas de desconto utilizadas têm por base os custos médios ponderados de capital estimados com base nos segmentos onde as empresas se inserem, conforme tabela abaixo. Na perpetuidade, são consideradas geralmente, taxas de crescimento de cerca de 3% ou outras consideradas mais prudentes para casos específicos. Nas situações em que a aferição da existência, ou não, de imparidade é efectuada com base no preço de venda líquido, são utilizados valores de transacções semelhantes e outras propostas efectuadas.

	Taxa desconto
Telecomunicações	9,00%
Multimédia	9,45%
Sistemas de Informação	11,22%

10. Investimentos disponíveis para venda

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica incluía investimentos financeiros classificados como disponíveis para venda e tinha a seguinte composição:

	%	2010	2009
Altitude, SGPS, S.A.	-	-	1.000.000
Lusa – Agência de Notícias e Portugal, S.A.	1,38%	197.344	197.344
VISAPRESS - Gestão de Conteúdos dos Média, CRL	10,00%	5.000	-
Outros	-	9.979	9.976
		212.323	1.207.320

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 o grupo alienou a participação que detinha na empresa Altitude, SGPS, S.A. gerando uma mais-valia de 2.091.120 Euros, registada em 'Outros proveitos financeiros' (Nota 33). Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 a rubrica de 'Investimentos disponíveis para venda' não apresentou quaisquer movimentos.

Em 31 de Dezembro de 2010, estes investimentos correspondem a participações de valor imaterial em empresas não cotadas e nas quais o Grupo não detém influência significativa, pelo que o seu custo de aquisição foi considerado uma aproximação razoável do seu respectivo justo valor, ajustado, sempre que aplicável, pelas respectivas imparidades identificadas.

A aferição da existência, ou não, de imparidades para os investimentos acima descritos é efectuada recorrendo a comparações com a quota-parte do valor dos capitais próprios pertencentes ao grupo e com múltiplos de vendas e de EBITDA de empresas do mesmo sector.

A informação financeira relativa a estes investimentos pode ser resumida como segue (em milhares de Euros):

	Activo	Capital próprio	Dívida Bruta	Volume de Negócios	Resultado Operacional	Resultado Líquido
VISAPRESS - Gestão de Conteúdos dos Média, CRL (1)	15	65	64	-	(113)	(114)
Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A. (2)	17988	8.283	5.408	19.201	19.303	466

(1) Valores em milhares de Euros reportados a 31-12-2010.

(2) Valores em milhares de Euros reportados a 31-12-2009.

11. Impostos diferidos

Os activos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, no montante de 109.587.224 Euros e 121.894.677 Euros, respectivamente, decorrem, essencialmente, de prejuízos fiscais reportáveis, de diferenças temporárias e da diferença entre o valor contabilístico e fiscal de alguns activos fixos, conforme detalhado adiante.

O movimento ocorrido nos activos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foi como segue:

	2010	2009
Saldo inicial	121.894.677	124.862.171
Efeito em resultados:		
Prejuízos fiscais do exercício	-	9.323.827
Anulação de impostos diferidos activos relativos a prejuízos fiscais reportáveis registados em exercícios anteriores	(4.281.588)	-
Ajustamentos IAS/IFRS	(6.350.717)	(1.050.010)
Movimentos nas provisões não aceites fiscalmente e outras diferenças temporárias	1.823.322	1.604.469
Diferenças temporárias resultantes da Licença UMTS	5.573.220	(6.435.247)
Benefícios Fiscais (SIFIDE)	3.396.977	(98.000)
Movimentos, líquidos, nas diferenças temporárias entre o valor contabilístico e fiscal dos activos fixos	(9.269.078)	(3.338.628)
Diferenças temporárias resultantes da operação de titularização de créditos (Optimus)	(3.220.000)	(3.220.000)
Sub-total do efeito em resultados (Nota 34)	(12.327.864)	(3.213.589)
Outros	20.411	246.095
Saldo final	109.587.224	121.894.677

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, foram constituídos impostos diferidos activos no montante de 16,1 milhões de Euros, decorrentes da operação de titularização de créditos futuros concretizada em Dezembro de 2008 (Nota 23). Em resultado desta operação, e de acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 219/2001, de 4 de Agosto, os 100 milhões de Euros foram acrescidos para efeitos do apuramento do resultado fiscal relativo ao exercício de 2008, gerando assim uma diferença temporária entre o resultado contabilístico e o resultado fiscal, tendo sido registados impostos diferidos activos na extensão em que era provável, com razoável segurança, a sua utilização. Até 31 de Dezembro de 2010, foi revertido um montante de 6,4 milhões de Euros, correspondente à reversão da respectiva diferença temporária no período.

Os impostos diferidos relacionados com os Ajustamentos IAS/IFRS correspondem a diferenças temporárias geradas nas empresas incluídas na consolidação e resultam do facto de os ajustamentos de conversão para IAS/IFRS, registados nestas empresas, à data de 31 de Dezembro de 2009, já considerados nas demonstrações financeiras consolidadas em IAS/IFRS, de exercícios anteriores, apenas serem considerados para efeitos fiscais, linearmente, pelo período de 5 anos entre 2010 e 2014.

Os impostos diferidos relacionados com a Licença UMTS referem-se a diferenças temporárias relativas ao valor da licença UMTS, da subsidiária Optimus. Nas demonstrações financeiras consolidadas e de acordo com as IAS/IFRS, a licença foi amortizada linearmente, pelo período estimado de vida útil. Para efeitos fiscais, até ao exercício de 2009, a licença UMTS foi amortizada utilizando, nos primeiros cinco anos de operação comercial, de 2004 a 2008, quotas progressivas em função da capacidade da rede instalada, após o que seriam aplicadas quotas constantes até ao termo da licença. Deste modo, o grupo registou impostos diferidos activos relativos à diferença temporária entre o valor da licença para efeitos fiscais e o valor registado nas demonstrações financeiras consolidadas. Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, foi efectuada uma avaliação dos impostos diferidos a reconhecer, de que decorrem, essencialmente, activos por impostos diferidos, tendo os mesmos sido registados apenas na extensão em que era provável,

com razoável segurança, que lucros tributáveis futuros estariam utilizáveis e contra os quais pudessem ser utilizadas as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Esta avaliação baseou-se nos últimos planos de negócio aprovados pelos respectivos Conselhos de Administração das empresas do Grupo, periodicamente revistos e actualizados. Os principais critérios utilizados nesses planos de negócio encontram-se descritos na Nota 9.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a taxa de imposto utilizada para o apuramento dos impostos diferidos activos relativos a prejuízos fiscais foi de 25%. No caso dos restantes activos por impostos diferidos, a taxa usada foi de 26,5%. Não foi considerada a Derrama estadual, por não se entender como provável a tributação das diferenças temporárias no período estimado de aplicação da referida taxa.

De acordo com as declarações fiscais e outra informação preparada pelas empresas que registam activos por impostos diferidos, o detalhe dos mesmos em 31 de Dezembro de 2010, por situação geradora, era como segue:

Situação geradora	Empresas incluídas no RETGS	Empresas excluídas do RETGS				Total Grupo Sonaecom
		Optimus	Cape Technologies	We Do Brasil	Total	
Prejuízos fiscais reportáveis:						
A serem utilizados até 2012	74.946	-	-	-	-	74.946
A serem utilizados até 2013	126.771	-	-	-	-	126.771
A serem utilizados até 2014	-	-	-	-	-	-
A serem utilizados até 2015	-	6.199.247	-	-	6.199.247	6.199.247
Sem limite de utilização	-	-	134.506	291.016	425.522	425.522
Prejuízos fiscais	201.717	6.199.247	134.506	291.016	6.624.769	6.826.486
Provisões não aceites fiscalmente e outras diferenças temporárias	3.008.755	16.622.210	-	-	16.622.210	19.630.965
Benefícios Fiscais (SIFIDE)	3.396.977	1.716.399	-	-	1.716.399	5.113.376
Ajustamentos na conversão para IAS/IFRS	-	26.218.051	-	-	26.218.051	26.218.051
Diferenças temporárias resultantes da operação de titularização de créditos	-	9.660.000	-	-	9.660.000	9.660.000
Diferenças entre o valor contabilístico e fiscal dos activos fixos e outros	-	42.138.346	-	-	42.138.346	42.138.346
Total	6.607.449	102.554.253	134.506	291.016	102.979.775	109.587.224

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os valores de impostos diferidos não registados por, actualmente, não ser provável a existência de lucros fiscais futuros suficientes para os absorver eram como se segue:

	2010	2009
Prejuízos fiscais	49.143.653	54.390.654
Diferenças temporárias (provisões não aceites e outras diferenças temporárias)	36.576.315	36.398.937
Outros	11.123.352	10.430.115
Total	96.843.320	101.219.706

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os impostos diferidos activos relativos a prejuízos fiscais não registados têm as seguintes datas limite de utilização:

Limite de utilização	2010	2009
2009	-	1.013.287
2010	3.960	1.635.257
2011	4.456.587	11.743.719
2012	13.625.849	15.411.300
2013	14.930.200	14.927.816
2014	1.782.263	1.326.762
2015	7.394.686	3.556.967
2016	1.204.308	1.204.308
2017	1.771.661	1.771.661
2018	409.870	409.870
2019	1.453.372	-
Sem limite de utilização	2.110.897	1.389.708
	49.143.653	54.390.654

Os anos de 2016 e seguintes são aplicáveis a subsidiárias localizadas em países com um período de reporte de prejuízos fiscais superior a 4 anos.

Os passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 no montante de 786.549 Euros e 106.929 Euros, respectivamente, resultam essencialmente de ajustamentos de consolidação e de ajustamentos de conversão para IAS/IFRS.

O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, foi como segue:

	2010	2009
Saldo inicial	(106.929)	(605.414)
Efeito em resultados:		
Ajustamentos de consolidação	-	605.414
Ajustamentos na conversão para IAS / IFRS	(679.620)	(106.929)
Sub-total do efeito em resultados (Nota 34)	(679.620)	498.485
Saldo final	(786.549)	(106.929)

A reconciliação entre o resultado antes de imposto e o imposto registado nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é como segue:

	2010	2009
Resultado antes de imposto	58.097.553	11.201.295
Imposto (25%)	(14.524.388)	(2.800.324)
Ajustamentos IAS/IFRS	(5.415.817)	-
Desreconhecimento de activos por impostos diferidos registados em exercícios anteriores	(4.281.588)	-
Activos por impostos diferidos não registados nas contas individuais e/ou resultantes de ajustamentos de consolidação e outros ajustamentos à matéria colectável, tributação autónoma e derrama		(4.524.338)
Registo de passivos por impostos diferidos	(679.620)	498.485
Diferenças temporárias não registadas resultantes da operação de titularização de créditos	1.800.000	1.800.000
Registo de Impostos diferidos de benefícios fiscais (SIFIDE)	3.396.977	(98.000)
Movimento nas diferenças temporárias entre o valor contabilístico e fiscal da Licença UMTS	6.068.500	-
Impostos registados no exercício (Nota 34)	(16.749.346)	(5.124.176)

A Administração Fiscal tem a possibilidade de rever a situação fiscal da Empresa e das empresas participadas com sede social em Portugal durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais de cada exercício, desde 2007 (inclusive), poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. É convicção do Conselho de Administração que eventuais correcções àquelas declarações de impostos não produzirão efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras anexas.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, a subsidiária Optimus foi notificada do Relatório da Inspeção Tributária, onde se considera que é indevido o acréscimo, no apuramento do lucro tributável do exercício de 2008, do montante de 100 milhões de euros, respeitante ao preço inicial dos créditos futuros cedidos para titularização. Após recepção da respectiva Nota de Liquidação, a Optimus vai impugnar esta decisão e é convicção do Conselho de Administração da Optimus e do Grupo de que existem argumentos sólidos para a obtenção de sentença favorável à Optimus, razão pela qual se manteve o registo dos impostos diferidos activos associados a esta operação.

Conforme convicção do Conselho de Administração do Grupo corroborada pelos nossos advogados e consultores fiscais, não existem passivos materiais associados a contingências fiscais prováveis que não se encontrem provisionadas e que devam ser alvo de divulgação no Anexo ou de registo de provisões nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2010.

12. Existências

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2010	2009
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	947502	630.975
Mercadorias	31.456.854	26.093.875
	32.404.356	26.724.850
Perdas de imparidade acumuladas em existências (Nota 22)	(14.930.606)	(12.690.082)
	17.473.750	14.034.768

O custo das vendas nos exercícios findos em 31 e Dezembro de 2010 e 2009 ascendeu a 127.913.977 Euros e 153.951.259 Euros, respectivamente, e foi apurado como segue:

	2010	2009
Existências iniciais	26.724.850	40.886.903
Compras	153.505.688	162.992.321
Reforço de perdas de imparidade em existências (Nota 22)	3.923.887	-
Regularização de existências	(23.836.093)	(23.203.115)
Existências finais	(32.404.356)	(26.724.850)
	127.913.977	153.951.259

Os montantes inscritos nas rubricas de "Regularizações de existências", em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, referem-se, essencialmente, a transferências de terminais de telecomunicações da rubrica "Existências" para a rubrica de "Activos fixos tangíveis" ao abrigo de contratos de comodato celebrados com clientes da subsidiária Optimus – Comunicações S.A. (Nota 6).

As perdas acumuladas de imparidade para depreciação de existências reflectem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado das existências, bem como a estimativa de perdas de imparidade por baixa rotação, obsolescência e deterioração e são registados, a partir de 1 de Janeiro de 2010, em 'Custo das Vendas' (Nota 1.j).

13. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2010	2009
Clientes correntes:		
Telecomunicações	113.218.382	136.520.597
Sistemas de Informação	25.322.246	16.951.542
Multimédia e outros	4.753.572	5.449.323
	143.294.200	158.921.462
Clientes de cobrança duvidosa	69.882.223	67.319.126
	213.176.423	226.240.588
Perdas de imparidade acumuladas em clientes (Nota 22)	(69.882.223)	(67.319.126)
	143.294.200	158.921.462

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a composição das perdas por imparidade acumuladas por segmento é como segue:

	2010	2009
Perdas de imparidade acumuladas em clientes:		
Telecomunicações	65.609.712	63.367.027
Sistemas de Informação	1.330.035	895.183
Multimédia e outros	2.942.476	3.056.916
	69.882.223	67.319.126

A exposição do grupo ao risco de crédito é atribuível antes de mais às contas a receber da sua actividade operacional. Os montantes apresentados no balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas de imparidades para cobranças duvidosas que foram estimadas pelo Grupo, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas. O Conselho de Administração entende que os valores contabilísticos das contas a receber se aproximam do seu justo valor.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a antiguidade dos saldos de clientes pode ser detalhada como segue:

	Total	Vencido sem imparidade				Vencido e com imparidade			
		Não vencido	Até 30 dias	30 a 90 dias	Mais de 90 dias	Até 90 dias	90 a 180 dias	180 a 360 dias	Mais de 360 dias
2010									
Clientes	213.176.422	51.571.775	17.506.632	11.680.213	34.712.640	5.985.244	5.859.106	6.197.103	79.663.709
2009									
Clientes	226.240.589	57.041.686	26.683.222	11.399.858	44.068.057	2.952.382	3.589.051	5.016.947	75.489.386

Em 31 de Dezembro de 2010, do valor total das contas a receber, com antiguidade superior a 90 dias e com imparidade, líquido dos montantes de IVA que o Grupo espera e desenvolve esforços concretos para recuperar, encontram-se provisionados cerca de 90%.

A monitorização do risco de crédito é efectuada de forma contínua e pode ser resumida como segue:

Para os saldos de operadores, os montantes a receber são analisados casuisticamente. Para cada operador é apurada a exposição máxima ao risco e o ajustamento ao activo é calculado com base na antiguidade de cada saldo, na existência de disputas e na situação financeira de cada operador.

Em relação aos agentes, estes são classificados em termos de risco com base na continuidade de prestação de serviços e na sua situação financeira, sendo o ajustamento por imparidade calculado por aplicação de uma percentagem de incobrabilidade, apurada com base em dados históricos.

Para os clientes regulares, a imparidade é calculada pela aplicação de uma taxa de incobrabilidade apurada recorrendo ao histórico de cobranças do Grupo.

Para os restantes activos, a imparidade é calculada com base na antiguidade dos saldos a receber líquidos dos montantes a pagar e do conhecimento da situação financeira do devedor.

As garantias e cauções existentes para alguns operadores e agentes não são materiais.

14. Outras dívidas de terceiros

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2010	2009
Sociedade de Informação	17.390.276	-
Outros devedores	3.544.925	5.003.632
Adiantamentos a fornecedores	2.629.722	3.219.536
Estado e outros entes públicos	38.266.184	5.713.890
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 22)	(528.408)	(519.552)
	61.302.698	13.417.506

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica 'Estado e outros entes públicos' incluía pedidos de reembolso de Imposto Sobre Valor Acrescentado da Be Artis, no montante total de 31.281.446 Euros, decorrentes, essencialmente, da compra de activos fixos tangíveis efectuada por esta subsidiária à Optimus – Comunicações S.A., no final desse exercício (Nota 27).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica "Outros devedores" refere-se, essencialmente, a valores a receber pela subsidiária Optimus – Comunicações S.A..

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a antiguidade de saldos de outros devedores e adiantamentos a fornecedores pode ser detalhada como segue:

	Total	Vencido sem imparidade				Vencido e com imparidade			
		Não vencido	Até 30 dias	30 a 90 dias	Mais de 90 dias	Até 90 dias	90 a 180 dias	180 a 360 dias	Mais de 360 dias
2010									
Outros devedores	20.935.204	2.258.167	641.962	2.233.492	15.568.690	-	-	-	232.893
Adiantamentos a fornecedores	2.629.722	250.639	867.132	274.779	1.237.172	-	-	-	-
	23.564.926	2.508.806	1.509.094	2.508.271	16.805.862	-	-	-	232.893
2009									
Outros devedores	5.003.632	1.184.834	543.648	1.097.131	835.251	888.509	41.612	944	411.703
Adiantamentos a fornecedores	3.219.536	45.806	879.952	246.084	2.047.694	-	-	-	-
	8.223.168	1.230.640	1.423.600	1.343.215	2.882.945	888.509	41.612	944	411.703

Os valores vencidos e sem imparidade correspondem, maioritariamente, a dívidas com empresas do Grupo Sonae e com outras entidades, para as quais não existe risco de crédito.

A 31 de Dezembro de 2010, a posição líquida do grupo Sonaecom com a 'Fundação para as Comunicações Móveis', no âmbito do programa 'Iniciativas E', correspondia a um valor a receber no montante de 17.390.276 Euros (20.337.515 Euros em 31 de Dezembro de 2009) e encontra-se reflectida da seguinte forma:

	2010	2009
Activo		
Outras dívidas de terceiros	17.390.276	-
Outros activos correntes (Nota 15)	-	75.145.779
	17.390.276	75.145.779
Passivo		
Outras dívidas a terceiros (Nota 27)	-	(32.862.235)
Outros passivos correntes (Nota 28)	-	(21.946.029)
	-	(54.808.264)
	17.390.276	20.337.515

Durante o exercício de 2010, os valores relativos à posição líquida com a 'Fundação para as Comunicações Móveis' foram agregados e reflectidos em 'Outras dívidas de terceiros'.

Em 31 de Dezembro de 2010, encontra-se ainda registado em 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes' os montantes de 2.253.107 Euros (32.923.892 Euros, em 2009) e 33.219.196 Euros (33.480.367 Euros, em 2009), respectivamente, relativos às parcelas, ainda não realizadas, da estimativa associada aos compromissos assumidos pela Empresa no âmbito do programa "Iniciativas E" (Notas 7, 24 e 28).

15. Outros activos correntes

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2010	2009
Sociedade de informação	-	75.145.779
Facturação a emitir a clientes por prestação de serviços	38.486.597	37621.302
Facturação a emitir a operadores	18.421.496	17321.445
Trabalhos especializados pagos antecipadamente	9.389.330	9.542.595
Outros acréscimos de proveitos	1.212.637	1.021.987
Descontos de quantidade a receber	820.998	1.090.239
Rendas pagas antecipadamente	946.377	1.030.403
Planos de Incentivo de Médio Prazo (Notas 1.y) e 39)	-	252.015
Outros despesas pagas antecipadamente	561.695	701.072
	69.839.130	143.726.837

Durante o exercício de 2010, os valores relativos à posição líquida com a 'Fundação para as Comunicações Móveis' foram agregados e reflectidos em 'Outras dívidas de terceiros' (Nota 14).

Os resultados relativos a projectos realizados pela área de sistemas de informação são reconhecidos com base na percentagem de acabamento dos mesmos, a qual é calculada tendo por base a percentagem de custos já incorridos com trabalho realizado até à data relativamente ao total de custos estimados para o mesmo projecto, excepto quando tal não seja representativo da fase de acabamento do projecto.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os projectos em curso podem ser resumidos como segue:

	2010	2009
Número de projectos em curso	407	353
Total de custos reconhecidos	17.294.331	14.409.377
Total de receitas reconhecidas	24.410.691	23.306.775
Total de proveitos diferidos	5.369.221	3.303.630
Total de proveitos acrescidos	3.719.521	3.652.042

16. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	2010	2009
Numerário	190.896	63.627
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	6.709.461	3.875.125
Aplicações de tesouraria	61.677.547	79.690.665
Caixa e equivalentes de caixa	68.577.903	83.629.417
Descobertos bancários (Nota 20)	(2.553.704)	(682.546)
	66.024.199	82.946.871

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o detalhe da rubrica 'Aplicações de tesouraria' é como segue:

	2010	2009
Sonae Investments BV	56.810.000	78.810.000
Aplicações bancárias	4.867.547	880.665
	61.677.547	79.690.665

As aplicações de tesouraria acima referidas são remuneradas e, durante o período findo em 31 de Dezembro de 2010, venceram juros a uma taxa média de 2,132% (2,65% em 2009).

17. Capital social

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o capital social da Sonaecom estava representado por 366.246.868 acções correspondentes a acções ordinárias escriturais nominativas, com o valor unitário de 1 Euro. Nessas datas, a estrutura accionista era a seguinte:

	2010		2009	
	Número de acções	%	Número de acções	%
Sontel BV	183.374.470	50,07%	183.374.470	50,07%
Atlas Service Belgium	73.249.374	20,00%	73.249.374	20,00%
Acções dispersas em Bolsa	69.117.232	18,87%	71.204.015	19,44%
Banco Comercial Português, S.A. (BCP)	12.500.998	3,41%	12.500.998	3,41%
Sonae Investments BV	10.500.000	2,87%	10.500.000	2,87%
Acções próprias	9.256.357	2,53%	7.169.574	1,96%
Santander Asset Management	7.408.788	2,02%	7.408.788	2,02%
Sonae SGPS	838.649	0,23%	838.649	0,23%
Efanor Investimentos, S.G.P.S., S.A	1.000	0,00%	1.000	0,00%
	366.246.868	100,00%	366.246.868	100,00%

A totalidade das acções que representam o capital social da Sonaecom corresponde a acções autorizadas, subscritas e pagas.

Todas as acções têm os mesmos direitos, correspondendo um voto a cada uma.

18. Acções próprias

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, a Sonaecom entregou a colaboradores um total de 1.040.605 acções próprias, no âmbito do seu Plano de Incentivo de Médio Prazo (794.871 acções durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009).

Adicionalmente, durante o exercício, a Empresa adquiriu 3.127.388 novas acções (a um preço médio de 1,58 Euros), detendo, à data de 31 de Dezembro de 2010, 9.256.357 acções próprias representativas de 2,53% do seu capital social, a um preço médio de 1,624 Euros.

19. Interesses sem controlo

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os interesses sem controlo tinham a seguinte composição:

	2010	2009
Digitmarket	507.442	450.952
Saphety	83.495	54.331
Outros	2.853	2.869
	593.790	508.152

20. Empréstimos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os empréstimos obtidos tinham a seguinte composição:

a) Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo:

Empresa	Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	Montante utilizado	
					2010	2009
Sonaecom	Obrigações Sonaecom SGPS 2005	150.000.000	Jun-13	Final	150.000.000	150.000.000
SGPS	Obrigações Sonaecom SGPS 2010	40.000.000	Mar-15	Final	40.000.000	-
	Obrigações Sonaecom SGPS 2010	30.000.000	Fev-13	Final	30.000.000	-
	Encargos financeiros suportados na emissão da dívida, por amortizar	-	-	-	(1.883.453)	(1.912.757)
	Juros corridos e não vencidos	-	-	-	800.356	85.800
					218.916.903	148.173.043
Sonaecom	Papel Comercial	150.000.000	Jul-12	-	85.000.000	150.000.000
SGPS	Encargos financeiros suportados na emissão da dívida, por amortizar	-	-	-	(114.339)	(337.385)
	Juros corridos e não vencidos	-	-	-	416.833	358.518
					85.302.494	150.021.133
Unipress	Empréstimo bancário	-	-	-	431.059	557.856
Saphety	Suprimentos de minoritários	-	-	-	387.550	387.665
					305.038.006	299.139.698

b) Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos:

Empresa	Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	Montante utilizado	
					2010	2009
Sonaecom	Papel Comercial	100.000.000	Jul-10	-	-	15.000.000
SGPS	Papel Comercial	70.000.000	Dez-10	-	-	40.000.000
	Papel Comercial	40.000.000	Mai-11	-	15.000.000	-
	Papel Comercial	30.000.000	Abr-11	-	4.000.000	-
	Papel Comercial	15.000.000	Jun-11	-	9.250.000	-
	Juros corridos e não vencidos	-	-	-	138.536	73.903
					28.388.536	55.073.903
Sonaecom	Conta caucionada - CGD	-	-	-	-	3.500.000
SGPS	Descobertos bancários (Nota 16)	-	-	-	2.553.704	682.546
Diversas					30.942.240	59.256.449

Empréstimos Obrigacionistas

Em Junho de 2005, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 150 milhões de Euros sem garantias e pelo prazo de 8 anos. As obrigações vencem juros variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pelo Millenium BCP Investimento.

Em Fevereiro e Março de 2010, a Sonaecom procedeu à contratação de dois outros Empréstimos Obrigacionistas, ambos por subscrição particular, nos montantes de 30 e 40 milhões de Euros, sem garantias, e pelos prazos de 3 e 5 anos, respectivamente. Ambos os empréstimos vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Estas emissões foram organizadas e montadas, respectivamente, pelo Banco Espírito Santo de Investimento e pelo Caixa - Banco de Investimento. Estas emissões obrigacionistas foram admitidas à negociação no mercado da Euronext Lisbon.

Os empréstimos acima mencionados não têm garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo dos mesmos é, exclusivamente, garantido pelas actividades e capacidade de geração de fundos da respectiva empresa devedora.

A taxa de juro média dos empréstimos obrigacionistas, no período, foi de 2,01% (3,18%, em 2009).

Programas de Papel Comercial

Em Julho de 2007, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissões de Papel Comercial, até ao montante máximo de 250 milhões de Euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de cinco anos, organizado pelo Banco Santander de Negócios Portugal e pela Caixa - Banco de Investimento. De acordo com as condições iniciais de emissão, este Programa foi reduzido para 150 milhões de Euros em Julho de 2010.

O sindicato de garantia de colocação é composto pelas seguintes instituições: Banco Santander Totta, Caixa Geral de Depósitos, Banco BPI, Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), Banco Comercial Português e BNP Paribas (sucursal em Portugal).

Adicionalmente, a Sonaecom dispõe de três outros Programas de Emissões de Papel Comercial, com garantias de subscrição, com as seguintes características:

Montante	Data de contratação	Garantia de subscrição	Maturidade
40 milhões de euros	Janeiro de 2005	Banco Comercial Português	Maio de 2011
30 milhões de euros	Abril de 2010	Caja de Ahorros Y Monte de Piedad de Madrid (representação em Portugal) e Banco BPI	1 ano, eventualmente renovável
15 milhões de euros	Junho de 2010	Caixa Económica Montepio Geral	1 ano, eventualmente renovável

Os empréstimos acima mencionados não têm garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo dos mesmos é exclusivamente garantido pelas actividades e capacidade de geração de fundos da respectiva empresa devedora.

Linhas de crédito bancário de curto prazo

A Sonaecom dispõe ainda de um conjunto de linhas de crédito bancário de curto prazo, sob a forma de contas correntes ou autorizações de descoberto em conta, no montante global de 29 milhões de Euros. Estas linhas de crédito têm prazos de até um ano, automaticamente renováveis excepto em caso de denúncia de qualquer das partes, com determinados períodos de pré-aviso.

Todos os Programas de Papel Comercial e linhas de crédito bancário de curto prazo foram contraídos em Euros e vencem juros a taxas de mercado, indexadas à Euribor do respectivo prazo.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as dívidas a instituições de crédito (valores nominais), relacionadas com empréstimos obrigacionistas e papel comercial classificadas a médio e longo prazo, tinham o seguinte plano de reembolso e pagamento de juros previsto (valores determinados com base nas últimas taxa fixadas para cada tipo de empréstimo):

	N+1	N+2	N+3	N+4	N+5
2010					
Empréstimo obrigacionista:					
Amortização	-	-	180.000.000	-	40.000.000
Juros	5.361.400	5.376.089	2.833.123	1.254.400	288.684
Papel comercial:					
Amortização	-	85.000.000	-	-	-
Juros	1.098.810	547.900	-	-	-
	6.460.210	90.923.989	182.833.123	1.254.400	40.288.684
2009					
Empréstimo obrigacionista:					
Amortização	-	-	-	150.000.000	-
Juros	2.808.000	2.808.000	2.815.693	1.315.529	-
Papel comercial:					
Amortização	-	-	150.000.000	-	-
Juros	1.494.000	1.494.000	867.748	-	-
	4.302.000	4.302.000	153.683.441	151.315.529	-

Apesar da maturidade das emissões de papel comercial ser de seis meses, as contrapartes assumiram a colocação e a manutenção dos referidos limites por um prazo de cinco anos, facto pelo qual se encontra classificado no passivo não corrente. Os suprimentos de minoritários, não têm qualquer maturidade definida.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as linhas de crédito disponíveis pelo Grupo são como segue:

Empresa	Tipo de crédito	Limite	Montante utilizado	Montante disponível	Montante utilizado	
					Até 12 meses	Mais de 12 meses
2010						
Sonaecom	Papel comercial	150.000.000	85.000.000	65.000.000		x
Sonaecom	Papel comercial	40.000.000	15.000.000	25.000.000	x	
Sonaecom	Papel comercial	30.000.000	4.000.000	26.000.000	x	
Sonaecom	Papel comercial	15.000.000	9.250.000	5.750.000	x	
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	150.000.000	150.000.000	-		x
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	30.000.000	30.000.000	-		x
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	40.000.000	40.000.000	-		x
Sonaecom	Contas caucionadas	16.500.000	-	16.500.000	x	
Sonaecom	Contas caucionadas	10.000.000	-	10.000.000	x	
Sonaecom	Descobertos autorizados	2.500.000	-	2.500.000	x	
		484.000.000	333.250.000	150.750.000		
2009						
Sonaecom	Papel comercial	150.000.000	150.000.000	-		x
Sonaecom	Papel comercial	100.000.000	15.000.000	85.000.000	x	
Sonaecom	Papel comercial	70.000.000	40.000.000	30.000.000	x	
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	150.000.000	150.000.000	-		x
Sonaecom	Contas caucionadas	26.500.000	3.500.000	23.000.000	x	
Sonaecom	Descobertos Autorizados	2.500.000	-	2.500.000	x	
Público	Contas caucionadas	1.500.000	-	1.500.000	x	
		500.500.000	358.500.000	142.000.000		

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 não existem instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro.

Em Setembro de 2007, a Sonaecom contratou um swap de taxa de juro, de montante nocional de 110 milhões de Euros, pelo prazo de 18 meses e com refixações semestrais, de forma a cobrir totalmente o risco de taxa de juro de uma das tranches de papel comercial que a Sonaecom emitiu em 13 de Setembro de 2007, pelo mesmo montante de 110 milhões de Euros e pelo prazo de seis meses. O vencimento deste swap taxa de juro ocorreu em 13 de Março de 2009.

Em Dezembro de 2007, a Sonaecom contratou um swap de taxa de juro, de montante nocional de 75 milhões de Euros, pelo prazo de 18 meses e com refixações semestrais, de forma a cobrir 50% do risco de taxa de juro do empréstimo obrigacionista que a Sonaecom emitiu em Junho de 2005, pelo montante de 150 milhões de Euros, pelo prazo de oito anos e com refixações semestrais. O vencimento deste swap de taxa de juro ocorreu em 21 de Junho de 2009.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, os movimentos ocorridos no justo valor dos swaps relativos ao papel comercial, no montante de 174.106 Euros negativos, e relativo ao empréstimo obrigacionista, no montante de 481.174 Euros positivos foram registados na rubrica 'Reservas de cobertura' por serem considerados eficazes, conforme definido pela IAS 39.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, os referidos instrumentos financeiros derivados atingiram a respectiva maturidade. Desta forma, a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 a totalidade da dívida bruta encontra-se exposta a alterações nas taxas de juro de mercado.

Com base no endividamento exposto a taxas variáveis existente no final de 2010, incluindo a dívida relativa a locação financeira, e tendo em conta as aplicações e saldos bancários na mesma data, caso as taxas de juro de mercado venham a subir (descer), em média, 75bp durante o ano de 2010, os juros suportados nesse exercício seriam acrescidos (diminuídos), em aproximadamente, 2.500.000 Euros.

21. Outros passivos financeiros não correntes

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica era composta por saldos de fornecedores de activos fixos tangíveis relativos a contratos de leasing cujo vencimento é superior a um ano nos montantes de 19.253.869 Euros e 20.707.936, respectivamente.

O plano de reembolso previsto para estes saldos, a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 era o seguinte:

	2010		2009	
	Pagamentos de leasing	Actualização dos pagamentos de leasing	Pagamentos de leasing	Actualização dos pagamentos de leasing
2010	-	-	4.256.110	3.053.364
2011	3.299.843	2.171.140	2.917.149	2.054.610
2012	3.118.469	2.265.391	2.910.799	2.076.147
2013	2.861.485	2.106.910	2.738.701	1.992.811
2014	2.535.270	1.348.567	2.022.009	1.345.821
2015 e seguintes	16.755.683	13.533.001	16.422.216	13.238.547
	28.570.750	21.425.009	31.266.984	23.761.300
Juros	(7.145.741)	-	(7.505.684)	-
	21.425.009	21.425.009	23.761.300	23.761.300
Parcela curto prazo (Nota 26)	-	(2.171.140)	-	(3.053.364)
	21.425.009	19.253.869	23.761.300	20.707.936

Os acordos de médio e longo prazo estabelecidos com fornecedores de capacidade de rede de fibra óptica em que o Grupo tenha o direito de utilizar essa rede e esta seja considerada como um activo específico são registados como locação financeira de acordo com a IAS 17 - Locações e com a IFRIC 4 - "Determinar se um acordo contém uma locação". Estes contratos têm uma duração entre 15 e 20 anos.

22. Provisões e perdas de imparidade acumuladas

O movimento ocorrido nas provisões e perdas de imparidade acumuladas durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foi o seguinte:

Rubricas	Saldo inicial	Transferências	Reforço	Utilização	Redução (Nota 30)	Saldo final
2010						
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Notas 13 e 14)	67.838.678	-	15.166.366	(12.577.739)	(16.674)	70.410.631
Perdas de imparidade acumuladas em existências (Nota 12)	12.690.082	-	3.923.887	(1.683.363)	-	14.930.606
Provisões para outros riscos e encargos	32.175.824	-	1.547.629	(71.924)	(501.501)	33.150.028
	112.704.584	-	20.637.882	(14.333.026)	(518.175)	118.491.265
2009						
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Notas 13 e 14)	75.788.067	194.177	15.765.057	(23.700.672)	(207.951)	67.838.678
Perdas de imparidade acumuladas em existências (Nota 12)	11.273.207	502.706	2.614.759	(1.387.661)	(312.929)	12.690.082
Provisões para outros riscos e encargos	32.205.441	(194.177)	2.480.295	(266.734)	(2.049.001)	32.175.824
	119.266.715	502.706	20.860.111	(25.355.067)	(2.569.881)	112.704.584

O reforço das 'Provisões para outros riscos e encargos' inclui o montante de 520.360 Euros (1.601.580 Euros, em 2009) relativo à provisão para desmantelamento de sites, conforme previsto na IAS 16 – "Activos fixos tangíveis" (Nota 1.d)), e ainda o montante de 163.566 Euros (226.341 Euros, em 2009) registado, na demonstração de resultados, em 'Imposto sobre o rendimento' (Nota 34).

O reforço relativo a 'Perdas de imparidade acumuladas em existências' encontra-se registado, a partir do exercício de 2010, na demonstração de resultados, em 'Custo das Vendas' (Nota 1.j). Desta forma, o montante de reforço registado na demonstração de resultados na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade' ascende a 16.030.069 Euros (19.032.191 Euros em 2009).

As utilizações referem-se, essencialmente, à utilização de provisões por contrapartida das contas correntes de clientes com imparidade da filial Optimus – Comunicações S.A., integralmente objecto de perdas de imparidade já reconhecidas na demonstração de resultados.

A 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o detalhe das provisões para outros riscos e encargos é como segue:

	2010	2009
Desmantelamento de sites	22.729.081	22.208.721
Contingências diversas	2.598.683	3.359.135
Processos judiciais em curso	2.485.534	2.131.861
Indemnizações a liquidar	617.779	561.580
Outros	4.718.951	3.914.527
	33.150.028	32.175.824

A rubrica de contingências diversas diz respeito a passivos prováveis resultantes de transacções diversas efectuadas em exercícios anteriores e cuja saída de fundos é provável.

Relativamente às provisões constituídas para processos judiciais em curso e para outros riscos e encargos, dada a incerteza de tais processos, o Conselho de Administração não consegue estimar, com fiabilidade, o momento em que tais provisões terão de ser utilizadas, pelo que não se procedeu à actualização financeira dos mesmos.

23. Titularização de Créditos

Em 30 de Dezembro de 2008, a subsidiária Optimus - Comunicações, S.A., concretizou uma operação de titularização de créditos futuros, no montante de 100 milhões de Euros (98.569.400 Euros, líquidos de custos iniciais), através da qual cedeu os créditos futuros a serem gerados por uma carteira de contratos com clientes do segmento "Corporate", ao abrigo do regime estabelecido no Decreto-Lei n.º 453/99, de 5 de Novembro (Nota 11).

Esta operação foi coordenada pelo Deutsche Bank, tendo os créditos sido alocados à sociedade TAGUS – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. ("TAGUS"), que, para o efeito, procedeu à emissão de obrigações titularizadas denominadas "Magma No. 1 Securitisation Notes", às quais foi atribuído, pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, o código alfanumérico legalmente exigido (200812TGSSONSXXN0031).

As receitas futuras, nos montantes necessários para assegurar a realização pela TAGUS, dos pagamentos trimestrais de juros e capitais, devidos aos obrigacionistas da emissão associada a esta transacção, bem como os outros pagamentos devidos aos demais credores desta operação, serão alocadas pela Optimus – Comunicações, S.A. ao longo dos exercícios de 2009 a 2013 até ao valor máximo de 213.840.362 Euros. Nos termos da operação, o montante a alocar nos próximos 12 meses (19.643.161 Euros) foi relevado no passivo corrente e o restante, no montante de 39.740.412 Euros, registado no passivo não corrente.

Esta transacção não implicou qualquer alteração no tratamento contabilístico dos créditos subjacentes, ou na relação com os respectivos clientes.

A 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o valor registado em 'Titularização de créditos' tinha o seguinte plano de maturidade:

	N+1	N+2	N+3	N+4	N+5	Total
2010						
Titularização de créditos	19.634.161	19.792.061	19.948.351	-	-	59.374.573
2009						
Titularização de créditos	19.488.569	19.634.018	19.791.996	19.948.466	-	78.863.049

24. Outros passivos não correntes

Em 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2010	2009
Sociedade de Informação	2.253.107	32.923.892
Planos de Incentivo de Médio Prazo (Nota 39)	444.303	252.015
Outros	42.207	42.193
	2.739.617	33.218.100

A rubrica 'Sociedade de Informação' refere-se à parcela de médio e longo prazo ainda não realizada da estimativa associada aos compromissos assumidos pela empresa no âmbito do programa "Iniciativas E" (Notas 7 e 14)

Durante o exercício de 2010, os valores relativos à posição líquida com a 'Fundação para as Comunicações Móveis' foram agregados e reflectidos em 'Outras dívidas de terceiros' (Nota 14).

25. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 esta rubrica tinha a seguinte composição e plano de maturidade:

	Total	Até 90 dias	90 a 180 dias	Mais de 180 dias
2010				
Fornecedores, conta corrente	127.714.078	94.668.318	3.307.222	29.738.538
Fornecedores de activos fixos tangíveis	43.117.660	37.548.290	847.624	4.721.746
Fornecedores, facturas em recepção e conferência	7.901.008	7.901.008	-	-
	178.732.746	140.117.616	4.154.846	34.460.284
2009				
Fornecedores, conta corrente	14.752.801	14.752.801	-	-
Fornecedores de activos fixos tangíveis	42.052.543	42.052.543	-	-
Fornecedores, facturas em recepção e conferência	5.698.540	5.698.540	-	-
	195.303.884	195.303.884	-	-

A 31 de Dezembro de 2010 e 2009 esta rubrica inclui saldos a pagar a fornecedores decorrentes da actividade operacional do Grupo e de aquisição de activos fixos tangíveis. O Conselho de Administração acredita que o justo valor destes saldos não difere significativamente do seu valor contabilístico e que o efeito da actualização desses montantes não é material

26. Outros passivos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica 'Outros passivos financeiros' inclui o montante de 2.171.140 Euros (3.053.364 Euros, em 2009) relativos à parcela de curto prazo dos contratos de leasing (Nota 21).

27. Outras dívidas a terceiros

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2010	2009
Outros credores	12.090.269	36.666.068
Estado e outros entes públicos	44.661.886	10.313.425
	56.752.155	46.979.493

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica "Outros credores" incluía o montante de 32.862.235 Euros a pagar à 'Fundação para as Comunicações Móveis', no âmbito do programa 'Iniciativas E' (Notas 7 e 14). A partir de 2010, os montantes a pagar são registados pela sua posição líquida na rubrica "Outras dívidas de terceiros" (Nota 14).

Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica "Outros credores" incluía o montante de 8.860.291 Euros referente à aquisição da Sontária (Nota 5).

As dívidas a outros credores tinham o seguinte plano de maturidade:

	Total	Até 90 dias	90 a 180 dias	Mais de 180 dias
2010				
Outros credores	12.090.269	12.090.269	-	-
2009				
Outros credores	36.666.068	36.666.068	-	-

As dívidas a outros credores não incorporam juros. O Conselho de Administração considera que o valor contabilístico não difere significativamente do seu justo valor, e que os efeitos da sua actualização não são materiais.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica 'Estado e outros entes públicos' refere-se, essencialmente, a Impostos a pagar (Imposto sobre Valor Acrescentado, Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas, Contribuições a pagar à Segurança Social e às retenções de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares) das seguintes filiais:

	2010	2009
Optimus	33.929.861	1.080.885
Público	4.596.900	563.065
WeDo Brasil	1.694.830	1.191.716
WeDo	954.065	777.213
Digitmarket	927.284	721.580
Be Artis	693.484	3.611.813
Mainroad	471.202	303.698
Sonaecom	319.771	203.830
Be Towering	315.357	1.165.192
Outros	759.132	694.433
	44.661.886	10.313.425

A 31 de Dezembro de 2010, o saldo da rubrica de 'Estado e outros entes públicos' da filial Optimus –Comunicações S.A. incluía um montante credor de 31.281.446 Euros de IVA liquidado relativo à venda de activos fixos tangíveis à Be Artis ocorrida entre Outubro e Dezembro de 2010 (Nota 14).

28. Outros passivos correntes

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2010	2009
Custos a pagar:		
Sociedade de Informação	33.219.196	55.426.396
Facturação a emitir por operadores	43.994.936	42.253.761
Custos com o pessoal	27.266.801	27.169.996
Publicidade e propaganda	12.052.377	16.236.622
Activos fixos tangíveis	8.803.023	14.472.471
Trabalhos especializados	6.050.563	8.684.570
Comissões	5.656.915	5.866.194
Descontos de quantidade	3.890.940	1.087.169
Conservação e reparação	1.122.412	1.263.043
Planos de Incentivo de Médio Prazo (Nota 39)	214.096	219.145
Outros custos a pagar	5.689.930	6.092.806
Outros fornecimentos e serviços externos	16.743.419	9.370.346
	164.704.608	188.142.519
Proveitos diferidos:		
Receitas antecipadas de clientes	31.133.380	24.675.276
Outros proveitos diferidos	1.838.921	2.843.485
	32.972.301	27.518.761
	197.676.909	215.661.280

Em 31 de Dezembro de 2010, o valor relativo a 'Sociedade de Informação' de 33.219.196 (33.480.367 em 2009) Euros, é referente à parcela de curto prazo ainda não realizada da estimativa associada aos compromissos assumidos pela empresa, no âmbito do programa "Iniciativas E" (Notas 7 e 14).

Em 31 de Dezembro de 2009, o valor relativo a 'Sociedade de Informação' incluía ainda 21.946.029 Euros relativos a valores a entregar à 'Fundação para as Comunicações Móveis'. A partir de 2010, os montantes a entregar são registados pela sua posição líquida na rubrica "Outras dívidas de terceiros" (Nota 14).

A rubrica 'Receitas antecipadas de clientes' diz respeito, essencialmente, a valores recebidos de clientes, por parte da filial Optimus - Comunicações S.A., associados aos recarregamentos de telemóveis e à compra de minutos de telecomunicações ainda não consumidos.

29. Vendas e Prestações de Serviços

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2010	2009
Telecomunicações	779.252.625	797.836.891
Multimédia	29.604.556	30.103.619
Sistemas de Informação	111.858.284	121.454.005
Outros	3.523	5.812
	920.718.988	949.400.327

30. Outros Proveitos Operacionais

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica "Outros proveitos operacionais" tinha a seguinte composição:

	2010	2009
Proveitos suplementares	2.680.618	2.124.008
Redução de provisões (Nota 22)	518.175	2.569.881
Outros	5.026.191	2.337.629
	8.224.984	7031.518

Em 31 de Dezembro de 2010 a rubrica "Outros" inclui o montante de 2.035.017 Euros relativo à mais-valia obtida na alienação de um conjunto de activos relacionados com a rede 2G (Nota 6).

31. Fornecimentos e Serviços Externos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica "Fornecimentos e serviços externos" apresentava a seguinte composição:

	2010	2009
Custos de interligação	204.086.050	201.773.863
Trabalhos especializados	57.217.261	63.708.518
Comissões	42.743.208	47.924.372
Publicidade e propaganda	34.929.381	46.237.027
Rendas e alugueres	34.118.298	34.908.268
Outros subcontratos	29.849.483	26.776.313
Aluguer de circuitos	21.973.260	24.482.694
Electricidade	10.478.603	9.128.473
Conservação e Reparação	6.677.721	4.798.755
Comunicação	5.984.616	6.603.898
Deslocações e estadas	5.533.926	5.131.971
Honorários	4.210.566	5.263.552
Outros	21.971.798	18.255.197
	479.774.171	494.992.901

Os compromissos assumidos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 com contratos de locação operacional são como seguem:

	2010	2009
Pagamentos mínimos de locação operacional:		
2010	-	43.948.815
2011	45.447.226	40.373.138
2012	42.369.869	36.951.671
2013	40.754.278	33.789.891
2014	36.101.605	27.741.796
2015	33.286.152	23.814.616
2016 e seguintes	32.407.017	-
Renováveis por 1 ano	3.980.102	4.814.399
	234.346.249	211.434.325

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 foram reconhecidos 49.915.160 Euros (54.858.675 Euros, em 2009) na rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" relativos a rendas de locações operacionais, repartidas entre as rubricas "Rendas e alugueres" e "Alugueres de circuitos".

As rendas relativas a aluguer de espaço são maioritariamente compostas pelo contrato de aluguer do edifício Sonaecom em Lisboa, realizado durante o exercício de 2007 por um prazo de 5 anos e com a possibilidade de renovação anual. A actualização das rendas ocorrerá no final do primeiro ciclo do contrato, isto é, após os primeiros cinco anos.

32. Outros custos operacionais

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica "Outros custos operacionais" apresentava a seguinte composição:

	2010	2009
Impostos e taxas	14.012.737	13.548.750
Outros	650.745	1.201.508
	14.663.482	14.750.258

A rubrica "Impostos e taxas", em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, inclui, essencialmente, as taxas pagas pela subsidiária Optimus - Comunicações à ANACOM, associadas ao número de clientes activos, obrigação esta definida no âmbito da atribuição da licença de operador de GSM.

33. Resultados financeiros

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, têm a seguinte composição:

	2010	2009
Custos financeiros:		
Juros suportados:	(13.455.875)	(17902.087)
Empréstimos bancários	(7513.862)	(9.122.667)
Juros securitização (Nota 23)	(3.615.502)	(5.178.565)
Juros do swap	-	(488.408)
Juros de leasing	(984.631)	(1.062.088)
Outros juros	(1.341.879)	(2.050.359)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(528.343)	(132.869)
Outros custos financeiros	(546.879)	(564.176)
	(14.531.097)	(18.599.132)
Proveitos financeiros:		
Juros obtidos	5.278.324	5.049.591
Diferenças de câmbio favoráveis	501.818	856.323
Outros proveitos financeiros	2.379.628	-
	8.159.770	5.905.914

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica "Juros obtidos" inclui, principalmente, juros relativos a aplicações de tesouraria, juros de mora associados a processos em contencioso e ainda relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, a juros relativos aos "swaps" de taxa de juro contratados pela Sonaecom.

A rubrica "Outros Proveitos Financeiros" inclui a mais-valia obtida com a alienação da participação na Altitude, no montante de 2.091.120 Euros (Nota 10).

34. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é composto como segue ((custos)/proveitos):

	2010	2009
Imposto corrente	(3.578.296)	(2.182.731)
Provisão para impostos (Nota 22)	(163.566)	(226.341)
Imposto diferido activo (Nota 11)	(12.327.864)	(3.213.589)
Imposto diferido passivo (Nota 11)	(679.620)	498.485
	(16.749.346)	(5.124.176)

35. Partes relacionadas

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os saldos e transacções mantidos com partes relacionadas respeitam, essencialmente, à actividade operacional do Grupo (prestação de serviços de telecomunicações e serviços de consultoria), bem como à concessão e obtenção de empréstimos.

Os saldos e transacções mais significativos efectuados com entidades relacionadas (as quais se encontram descritas em anexo), durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, foram os seguintes:

				Saldos em 31 de Dezembro de 2010
	Contas a receber	Contas a pagar	Aplicações de tesouraria	Outros activos / (passivos)
Sonae SGPS	47.030	3.552	-	5.737
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	1.987.059	2.079.983	-	(996.504)
Worten	3.763.754	5.042	-	(1.073.063)
Sonaecenter II	2.277.512	269.649	-	(347.359)
Sonae Investimentos, SGPS, S.A.	9.411	8.860.291	-	253
Sonae Investments BV	-	-	56.810.000	9.342
France Telecom	2.376.029	1.469.802	-	(5.928.334)
	10.460.795	12.688.319	56.810.000	(8.329.928)

				Saldos em 31 de Dezembro de 2009
	Contas a receber	Contas a pagar	Aplicações de tesouraria	Outros activos / (passivos)
Sonae SGPS	53.353	22.925	-	(269.927)
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	685.448	2.797.523	-	(36.050)
Worten	3.776.717	4.238	-	(596.934)
Sonae Investments BV	-	-	78.810.000	11.619
France Telecom	1.592.750	1.684.684	-	(7773.114)
	6.108.268	4.509.370	78.810.000	(8.664.406)

	Transacções durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010			
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos	Juros obtidos / (suportados)	Proveitos suplementares
Sonae SGPS	92.699	(77.128)	320.747	-
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	4.142.814	1.805.522	-	285.610
Worten	7.195.673	3.164.762	-	-
Sonaecenter II	7.409.178	623.015	-	11.572
Sonae Investimentos, SGPS, S.A.	9.501	-	-	-
Sonae Investments BV	-	-	1.888.461	-
France Telecom	14.475.308	11.671.570	-	-
	33.325.173	17.187.741	2.209.208	297.182

	Transacções durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009			
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos	Juros obtidos / (suportados)	Proveitos suplementares
Sonae SGPS	306.486	1.596.670	(2.739)	(5.103)
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	8.701.412	1.375.581	-	158.024
Worten	10.068.959	3.169.730	-	-
Sonae Investments BV	-	-	2.914.117	-
France Telecom	15.029.005	13.377.524	-	-
	34.105.862	19.519.505	2.911.378	152.921

Adicionalmente, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, a Sonaecom adquiriu a Sontária à Sonae Investimentos, SGPS, S.A., pelo montante de 8.860.291 Euros (Nota 5 e 27).

As transacções efectuadas entre empresas do Grupo foram eliminadas no processo de consolidação, pelo que não são divulgadas nesta nota.

Todas as transacções acima referidas foram efectuadas a preços de mercado.

As contas a receber e a pagar a empresas relacionadas, serão liquidadas em numerário e não se encontram cobertas por garantias. Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, não foram reconhecidas perdas de imparidade em contas a receber de entidades relacionadas.

Uma listagem integral das partes relacionadas do Grupo Sonaecom é apresentada em anexo ao presente relatório.

36. Responsabilidades por garantias prestadas

O valor das garantias emitidas a favor de terceiros, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, tinha a seguinte composição:

Empresa	Beneficiário da garantia	Descrição	2010	2009
Optimus e Sonaecom	Direcção de Contribuições e Impostos	Reembolso do IVA	9.350.818	9.386.530
Optimus e Sonaecom	Direcção de Contribuições e Impostos	Liquidações adicionais de IRC	1.711.220	1.801.117
Sonaecom	Direcção de Contribuições e Impostos	Fiscalização Geral 2005	754.368	754.368
Optimus e Público	Direcção de Contribuições e Impostos	Processo de impugnação - IVA	598.000	598.000
We Do, We Do Egipto e We Do Mexico	Emirates Telecom. Corp., Oman	Boa execução de trabalhos a realizar	1.159.405	437.079
Optimus	Telecommunications e AD Makedonski			
	Direcção Geral do Tesouro	IRC - Retenção de rendimentos a não residentes	306.954	431.954
We Do, Saphety e Digitmarket	IAPMEI	Projecto "HERMES" - QREN	619.528	327.730
Optimus	Câmara Municipal de Coimbra, Lisboa, Barcelos, Elvas, Mealhada, Loures, Covil e Chaves	Boa execução de trabalhos a realizar nos municípios de Coimbra, Lisboa, Braga, Elvas, Caldas da Rainha, Guarda, Mealhada, Barcelos e Faro	274.551	312.993
Optimus	Governo Civil de Lisboa	Garantir o cumprimento integral do plano de sorteios	22.180	28.790
Público	Tribunal de Trabalho de Lisboa		271.511	271.511
Várias	Outros	Processo de execução nº 199A/92	1.112.712	1.106.110
			16.181.247	15.715.298

Adicionalmente a estas garantias, foram constituídas duas fianças relativas a processos fiscais em curso. A Sonae SGPS constituiu-se fiadora da Sonaecom SGPS, até ao montante de 2.844.270 Euros e a Sonaecom SGPS constituiu-se fiadora da Optimus até ao montante de 9.264.267 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é convicção do Conselho de Administração do Grupo que do desfecho dos processos judiciais e fiscais em curso não irão surgir impactos materialmente relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas anexas.

37. Informação por segmentos

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foram identificados como segmentos de negócio os seguintes:

- Telecomunicações;
- Multimédia;
- Sistemas de informação; e
- Actividades de Holding.

O segmento denominado "Actividades de Holding", engloba todas as operações realizadas pelas empresas do Grupo cuja actividade principal corresponde à gestão de participações sociais.

As restantes actividades do Grupo, para além das acima identificadas, encontram-se classificadas como não alocadas.

As transacções ocorridas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 inter-segmentos foram anuladas no processo de consolidação. Todas estas transacções foram efectuadas a preços de mercado.

As transferências e transacções entre segmentos são efectuadas nas condições comerciais e termos contratuais idênticos aos praticados para entidades terceiras, sendo na sua maioria relativas a juros de aplicações de tesouraria e fees de gestão.

A principal informação relativa aos segmentos de negócio existentes em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, preparada de acordo com as mesmas políticas e critérios contabilísticos adoptados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, é como segue:

	Telecomunicações		Multimédia		Sistemas de Informação		Actividades de Holding		Outros		Sub-Total		Eliminações		Total	
	Dezembro 2010	Dezembro 2009	Dezembro 2010	Dezembro 2009	Dezembro 2010	Dezembro 2009	Dezembro 2010	Dezembro 2009	Dezembro 2010	Dezembro 2009	Dezembro 2010	Dezembro 2009	Dezembro 2010	Dezembro 2009	Dezembro 2010	Dezembro 2009
Proveitos:																
Vendas e Prestações de serviços	780.358.120	800.086.152	29.755.815	30.401.293	142.537.694	149.908.112	6.277.673	709.356.8	220.800	220.800	959.130.101	987.709.925	(38.411.113)	(38.309.598)	920.718.988	949.400.327
Outros proveitos operacionais	10.064.880	9.353.072	583.938	286.335	512.080	427.093	14.585	19.160	-	-	11.175.483	10.085.660	(2.950.499)	(3.054.142)	8.224.984	7031.518
Total de proveitos	790.423.000	809.439.224	30.339.753	30.687.628	143.049.774	150.335.205	6.292.258	712.728	220.800	220.800	970.305.584	997.795.585	(41.361.612)	(41.363.740)	928.943.972	956.431.845
Amortizações e depreciações																
Resultado operacional do segmento	64.331.382	22.918.901	(2.684.337)	(4.368.908)	4.064.239	6.363.018	(1.171.555)	(1.363.595)	34.320	34.320	64.599.884	23.583.736	(130.305)	310.777	64.468.880	23.894.513
Juros líquidos	(9.232.272)	(12.061.470)	(91.596)	(132.681)	(660.185)	(96.685)	2.613.269	(526.102)	(35.558)	(35.558)	(7.422.816)	(12.852.496)	(754.735)	-	(8.177.551)	(12.852.496)
Ganhos e perdas em associadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros resultados financeiros	(368.882)	(266.341)	(9.374)	(18.638)	2.438.546	540.041	86.233.459	16.098.572	(40)	(54)	88.293.709	16.353.580	(86.487.485)	(161.94.302)	1.806.224	159.278
Impostos sobre o rendimento	(12.737.326)	(3.597.655)	86.036	(209.620)	(3.016.632)	(2.704.670)	(1.242.945)	(63.105)	(87)	(453)	(16.910.954)	(6.375.483)	161.609	1.251.307	(16.749.346)	(5.124.176)
Resultado líquido consolidado do exercício	41.992.902	7193.455	(2.699.271)	(4.729.847)	2.825.968	4.101.704	86.432.228	14.145.770	7296	(1.745)	128.559.123	20.709.337	(87210.916)	(14.632.218)	41.348.207	6.077.119
Atribuível a:																
Acionistas da empresa mãe	41.992.902	7193.455	(2.699.271)	(4.729.847)	2.846.845	3.786.498	86.432.228	14.145.770	7296	(1.745)	128.380.000	20.394.131	(87197.413)	(14.645.634)	41.182.587	5.748.497
Interesses sem controlo	-	-	-	-	179.123	315.206	-	-	-	-	179.123	315.206	(13.503)	13.416	165.620	328.622
Activos:																
Activos fixos tangíveis e Goodwill	859.423.449	854.677.532	4.333.706	5.805.921	69.556.922	63.667.282	437.294	544.491	1.574.705	1.574.705	935.321.212	926.269.931	456.087.023	456.949.911	1.391.408.235	1.383.219.842
Existências	16.034.959	13.037.731	937.502	585.975	501.289	411.062	-	-	-	-	174.73.750	14.034.768	-	-	174.73.750	14.034.768
Investimentos financeiros	1.282.025	1.282.025	444.509	436.509	2.494	907.494	1.131.467.477	1.117.166.353	-	-	1.133.193.505	1.119.92.381	(1.132.981.182)	(1.118.585.061)	212.323	1.207.320
Outros Activos não correntes	111.180.671	121.159.168	-	-	1.254.958	1.464.380	414.018.652	425.225.000	-	-	526.454.281	547.848.548	(417.96.965)	(425.846.065)	109.157.316	121.949.442
Outros activos correntes do segmento	243.980.319	356.554.398	10.546.272	8.775.208	60.287.588	41.187.466	107.866.898	94.839.197	71.467	71.467	422.772.334	500.925.736	(83.297.266)	(99.506.431)	339.475.068	399.695.222
Total do segmento	1.231.901.423	1.346.710.854	16.268.989	15.601.613	131.603.251	107.637.684	1.653.790.321	1.637.775.041	1.661.098	1.646.172	3.035.215.082	3.108.871.364	(1.177.488.390)	(1.186.987.646)	1.857.726.692	1.920.106.594
Passivos:																
Passivos do segmento	765.338.900	882.846.102	14.455.730	18.987.658	77.538.379	56.687.199	370.021.458	436.779.079	1.505.666	1.498.035	1.228.860.133	1.395.798.073	(346.385.435)	(409.554.943)	882.474.698	984.466.006
Total do segmento	765.338.900	882.846.102	14.455.730	18.987.658	77.538.379	56.687.199	370.021.458	436.779.079	1.505.666	1.498.035	1.228.860.133	1.395.798.073	(346.385.435)	(409.554.943)	882.474.698	984.466.006
Aumentos do activo fixo tangível	12.7134.582	149.227.278	584.226	794.001	10.060.109	3.177.403	14.024.581	25.730.141	25.046	-	151.828.544	178.928.823	(7388.116)	(27140.784)	144.440.428	151.788.039

Apesar da fusão ocorrida em 2007, entre os negócios de telecomunicações móveis e fixos, ao nível de algumas rubricas de balanço e da demonstração de resultados, o Conselho de Administração do Grupo continua a separar a análise dos negócios conforme segue:

	Rede Móvel		Rede Fixa e Internet		Eliminações		Telecomunicações	
	Dezembro 2010	Dezembro 2009	Dezembro 2010	Dezembro 2009	Dezembro 2010	Dezembro 2009	Dezembro 2010	Dezembro 2009
Proveitos:								
Vendas e Prestações de serviços	592.757.616	607.022.975	237.645.533	245.199.641	(50.045.029)	(52.136.464)	780.358.120	800.086.152
Outros proveitos operacionais	33.418.687	36.181.554	1.792.040	2.548.032	(25.145.847)	(29.376.514)	10.064.880	9.353.072
Total de proveitos	626.176.303	643.204.529	239.437.573	247.747.673	(75.190.876)	(81.512.978)	790.423.000	809.439.224
Amortizações e depreciações	(91.478.384)	(110.556.482)	(33.024.526)	(38.772.576)	(159.761)	(52.639)	(124.662.671)	(149.381.697)
Resultado operacional do segmento	94.024.816	56.081.322	(29.543.482)	(33.025.428)	(149.952)	(136.993)	64.331.382	22.918.901
Activos:								
Activos fixos tangíveis e Diferenças de consolidação	695.939.434	657.068.238	163.484.015	197.609.295	-	7510.087	859.423.449	854.677.532
Existências	13.444.518	8.244.662	2.590.440	4.793.068	-	-	16.034.958	13.037.730
Investimentos financeiros	1.282.025	1.282.025	-	-	-	-	1.282.025	1.282.025
Aumentos do activo fixo tangível	110.437.851	98.712.003	16.696.731	50.515.276	-	-	127.134.582	149.227.278

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as vendas e prestações de serviços inter-segmentos foram como segue:

	Telecomunicações	Multimédia	Sistemas de Informação	Actividades de Holding	Outros Sonaecom
2010					
Telecomunicações	-	37.005	29.081.130	5.894.238	220.800
Multimédia	1.397.533	-	198.622	164.391	-
Sistemas de Informação	992.808	88.640	-	202.700	-
Actividades de Holding	66.461	4.091	60.221	-	-
Outros Sonaecom	1.408	-	-	1.066	-
Outros	777.899.910	29.606.079	113.197.721	15.278	-
	780.358.120	29.735.815	142.537.694	6.277.673	220.800
2009					
Telecomunicações	-	233.455	28.162.057	6.804.632	220.800
Multimédia	1.195.269	-	226.868	157.127	-
Sistemas de Informação	979.581	60.136	-	125.956	-
Actividades de Holding	73.003	4.083	65.182	-	-
Outros Sonaecom	1.408	-	-	41	-
Outros	797.836.891	30.103.619	121.454.005	5.812	-
	800.086.152	30.401.293	149.908.112	7.093.568	220.800

38. Resultados por acção

Os resultados por acção, básicos e diluídos, são calculados dividindo o resultado líquido consolidado do exercício atribuível ao Grupo (41.182.587 Euros em 2010 e 5.748.497 Euros em 2009) pelo número médio de acções existente durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, deduzidas das acções próprias (358.008.787 em 2010 e 359.776.301 em 2009).

39. Planos de Incentivo de Médio Prazo

Em Junho de 2000, o Grupo Sonaecom implementou um sistema de incentivos em acções a colaboradores acima de determinado nível de função, que veio a assumir a forma de opções e acções da Sonaecom e acções da Sonae SGPS. O exercício dos direitos ocorre três anos após a sua atribuição, desde que o colaborador se mantenha na empresa durante esse período.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, os planos em aberto da Sonaecom são os seguintes:

	Período de Diferimento			31 Dezembro 2010	
	Cotação na data de atribuição*	Data de atribuição	Data de vencimento	Número agregado de participantes	Número de opções / acções
Acções Sonaecom					
Plano 2006	4,697	09 Mar 2007	08 Mar 2010	-	-
Plano 2007	2,447	10 Mar 2008	09 Mar 2011	379	1625.795
Plano 2008	1,117	10 Mar 2009	09 Mar 2012	394	3.476.627
Plano 2009	1,685	10 Mar 2010	08 Mar 2013	403	2.473.756
Acções Sonae SGPS					
Plano 2006	1,680	09 Mar 2007	08 Mar 2010	-	-
Plano 2007	1,160	10 Mar 2008	09 Mar 2011	4	186.234
Plano 2008	0,526	10 Mar 2009	09 Mar 2012	4	389.258
Plano 2009	0,761	10 Mar 2010	08 Mar 2013	4	302.131

* Cotação média do mês anterior à data de atribuição, para as acções Sonaecom e cotação mais baixa entre a cotação média do mês anterior à data da Assembleia Geral de Accionistas e a cotação do dia seguinte à mesma, para as acções Sonae SGPS. Contudo, para os Planos 2006, as cotações usadas corresponderam a: Sonaecom - cotação média entre os dias 3 de Março e 5 de Abril de 2007; Sonae SGPS - cotação média entre os dias 13 de Fevereiro e 26 de Março de 2007. A excepção deve-se à data em que terminou a Oferta Pública de Aquisição sobre a PT e foi aprovada pela Comissão de Nomeação e Remuneração.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, os movimentos ocorridos ao abrigo dos planos indicados detalham-se da seguinte forma:

	Acções Sonaecom		Acções Sonae SGPS	
	Número agregado de participantes	Número de acções	Número agregado de participantes	Número de acções
Saldo a 31 Dezembro 2009:				
Ainda diferidas	1.192	6.575.867	17	877.654
Total	1.192	6.575.867	17	877.654
Movimentos no ano:				
Atribuídas	408	2.498.790	4	290.000
Vencidas	(381)	(943.725)	(5)	(131.764)
Vencidas antecipadamente	(8)	(96.880)	-	-
Canceladas / extintas / corrigidas ⁽¹⁾	(35)	(457.874)	(4)	(158.267)
Saldo a 31 Dezembro 2010:				
Ainda diferidas	1.176	7.576.178	12	877.623
Total	1.176	7.576.178	12	877.623

(1) As correcções são efectuadas em função do dividendo pago e pelas alterações ao capital social.

Para os planos de acções Sonaecom, S.G.P.S., S.A., a responsabilidade é calculada com base na cotação à data de 2 Janeiro de 2009, data a partir da qual vigora a alteração da forma de liquidação dos planos, com excepção do plano atribuído em 2009 e 2010, cuja responsabilidade é calculada com base na respectiva data de atribuição. A responsabilidade de tais planos é de 4.812.753 Euros e foi registada na rubrica "Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo". Para os planos de acções Sonae SGPS, o Grupo celebrou contratos de cobertura com entidades externas, sendo a responsabilidade calculada com base no preço acordado e registada nas rubricas de "Outros passivos correntes" (Nota 28) e "Outros passivos não correntes" (Nota 24).

Os custos dos planos de acções são reconhecidos ao longo do exercício que medeia a atribuição e o exercício das mesmas. Os custos reconhecidos em anos anteriores e no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, são como se segue:

	Valor
Custos reconhecidos em exercícios anteriores	23.493.468
Custos reconhecidos no exercício	3.423.057
Custo do plano da subsidiária Exit (saída do consolidado)	(8.882)
Custo de planos exercidos em anos anteriores	(20.035.730)
Custos dos planos exercidos no exercício	(1.400.761)
Total de custos dos Planos	5.471.152
Registados em "Outros passivos correntes" (Nota 28)	214.096
Registados em "Outros passivos não correntes" (Nota 24)	444.303
Registado em Reservas	4.812.753

40. Remunerações atribuídas ao pessoal chave da gerência

Durante os exercícios de 2010 e 2009, as remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Administração e outros membros chave da gerência da Sonaecom a 31 de Dezembro de 2010 e 2009 (19 dirigentes em 2010 e 14 dirigentes em 2009), foi como segue:

	2010	2009
Benefícios de empregados de curto prazo	3.305.557	2.733.421
Pagamentos com base em acções	902.011	801.633
	4.207.568	3.535.054

Os valores referidos foram calculados numa base de acréscimo para os Benefícios de empregados de curto prazo, que incluem a Remuneração Fixa e o Prémio de Desempenho. O valor de Pagamentos com base em acções para 2010 e 2009 corresponde ao valor do Plano de Incentivo de Médio Prazo a ser atribuído em 2011 e relativo à performance de 2010 (e atribuído em 2010 relativo à performance de 2009, para o valor de 2009), cujas acções, ou o correspondente valor em dinheiro, serão entregues em Março de 2014 e Março de 2013, respectivamente.

O Relatório de Governo das Sociedades inclui informação mais detalhada sobre a política de remuneração da Sonaecom.

41. Honorários do Revisor Oficial de Contas

Em 2010 e 2009, o Grupo Sonaecom pagou, a título de honorários, ao ROC do Grupo, Deloitte, e à sua rede de empresas, os seguintes montantes:

	2010	2009
Revisão legal de contas	232.762	218.736
Outros serviços de garantia e fiabilidade	42.756	14.125
Consultoria Fiscal	13.283	44.176
Total	288.801	277.037

42. Trabalhadores ao serviço

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o número médio de trabalhadores ao serviço das empresas incluídas na consolidação, era de 2.120 e de 2.047, respectivamente. A 31 de Dezembro de 2010 o número de trabalhadores ascendia a 2.121.

43. Outros Assuntos

Em 31 de Dezembro de 2010, existem saldos em aberto com operadores nacionais, registados nas rubricas de clientes e fornecedores, no montante de 37139.253 Euros e 29.913.608 Euros, respectivamente, assim como saldos de "Outros activos correntes" no valor de 411.649 Euros, e de "Outros passivos correntes" no valor de 6.817.553 Euros, que resultam de um diferendo mantido, essencialmente, com a TMN-Telecomunicações Móveis, S.A. relativo à indefinição dos preços de interligação do ano de 2001, tendo os respectivos custos e proveitos sido registados nesse ano. A Empresa considerou nas demonstrações financeiras as tarifas mais penalizadoras. Em Primeira Instância a sentença foi totalmente favorável à Optimus. O Tribunal da Relação, em sede de recurso, julgou novamente improcedentes os intentos da TMN. Contudo, a TMN voltou a recorrer desta decisão, agora para o Supremo Tribunal de Justiça, o qual confirmou a decisão do Tribunal da Relação julgando improcedentes os intentos da TMN, concluindo assim que os preços de interligação do ano de 2001 não estavam definidos. A regularização dos valores em aberto vai depender do preço que vier a ser estabelecido.

44. Eventos Subsequentes

Em 18 de Fevereiro de 2011, o Grupo recebeu uma comunicação do "Santander Asset Management – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliários, S.A.", informando que os fundos geridos por este totalizam, desde 16 de Fevereiro de 2011, 3.732.774 acções, correspondentes a 1,019% do capital social e direitos de voto da Sonaecom, descendo, portanto, abaixo do limiar dos 2% de participação qualificada.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 2 de Março de 2011, sendo convicção de que as mesmas serão aprovadas em Assembleia Geral de accionistas sem quaisquer alterações.

Anexo

Pessoal chave gerência - Sonaecom

Ana Cristina Dinis da Silva Fanha Vicente Soares	Franck Emmanuel Dangeard
Ana Paula Garrido Pina Marques	Gervais Pellissier
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	Jean François Pontal
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	José Manuel Pinto Correia
António de Sampaio e Mello	Manuel Antonio Neto Portugal Ramalho Eanes
Artur Carlos Gomes Loureiro	Maria Cláudia Teixeira de Azevedo
David Charles Denholm Hobley	Miguel Nuno Santos Almeida
David Graham Shenton Bain	Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão
David Pedro Oliveira Parente Ferreira Alves	Pedro Rafael de Sousa Nunes Pedro
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	Rui José Silva Gonçalves Paiva

Pessoal chave gerência - Sonae SGPS

Álvaro Carmona e Costa Portela	Luís Filipe Palmeira Lampreia
Álvaro Cuervo Garcia	Michel Marie Bon
Belmiro Mendes de Azevedo	Nuno Miguel Teixeira Azevedo

Empresas do Grupo Sonae/Efanor

3DO Holding GmbH	Avenida M – 40 B.V.
3DO Shopping Centre GmbH	Avenida M – 40, S.A.
3shoppings – Holding,S.G.P.S., S.A.	Azulino Imobiliária, S.A.
ADD/Avaliações Engenharia de Avaliações e Perícias Ltda	BB Food Service, S.A.
ADDmakler Administração e Corretagem de Seguros Ltda	Beeskow Holzwerkstoffe
ADDmakler Administradora, Corretora de Seguros Partic. Ltda	Beralands BV
Adlands B.V.	Bertimóvel – Sociedade Imobiliária, S.A.
Aegean Park, S.A.	Best Offer – Prest. Inf. p/Internet, S.A.
Agepan Eiweiler Management GmbH	Bikini, Portal de Mulheres, S.A.
Agepan Flooring Products, S.A.RL	Bloco Q – Sociedade Imobiliária, S.A.
Agepan Tarket Laminat Park GmbH Co. KG	Bloco W – Sociedade Imobiliária, S.A.
Aglom Investimentos, S.G.P.S., S.A.	Boavista Shopping Centre BV
Aglom-Soc.Ind. Madeiras e Aglom., S.A.	BOM MOMENTO – Comércio Retalhista, S.A.
Águas Furtadas – Imobiliária, S.A.	Boulangier España, SL
Airone – Shopping Center, Srl	Box Lines Navegação, S.A.
ALBCC Albufeirashopping C.Comercial, S.A.	Campo Limpo, Lda
ALEXA Administration GmbH	Canasta – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
ALEXA Asset GmbH & Co KG	Carnes do Continente – Ind.Distr.Carnes, S.A.
ALEXA Holding GmbH	CarPlus – Comércio de Automóveis, S.A.
ALEXA Shopping Centre GmbH	Casa Agrícola de Ambrães, S.A.
Alexa Site GmbH & Co. KG	Casa Agrícola João e A. Pombo, S.A.
Algarveshopping – Centro Comercial, S.A.	Casa da Ribeira – Hotelaria e Turismo, S.A.
Alpêssego – Soc. Agrícola, S.A.	Cascaishopping – Centro Comercial, S.A.
Andar – Sociedade Imobiliária, S.A.	Cascaishopping Holding I, SGPS, S.A.
Aqualuz – Turismo e Lazer, Lda	CCCB Caldas da Rainha - Centro Comercial, S.A.
Arat inmebles, S.A.	Centro Colombo – Centro Comercial, S.A.
ARP Alverca Retail Park, S.A.	Centro Residencial da Maia,Urban., S.A.

Empresas do Grupo Sonae/Efanor

Arrábidasshopping – Centro Comercial, S.A.
 Aserraderos de Cuellar, S.A.
 Atlantic Ferries – Tráf.Loc,Flu.e Marít, S.A.
 Choice Car – Comércio de Automóveis, S.A.
 Choice Car SGPS, S.A.
 Cia.de Industrias e Negócios, S.A.
 Cinclus Imobiliária, S.A.
 Citorres – Sociedade Imobiliária, S.A.
 Clérigosshopping – Gestão do C.Comerc., S.A.
 CoimbraShopping – Centro Comercial, S.A.
 Colombo Towers Holding, BV
 Contacto Concessões, SGPS, S.A.
 Contibomba – Comérc.Distr.Combustiveis, S.A.
 Contimobe – Imobil.Castelo Paiva, S.A.
 Continente Hipermercados, S.A.
 Contry Club da Maia-Imobiliaria, S.A.
 Cooper Gay (Holding) Limited
 Coral - Correctores de Seguros, S.A.
 Craiova Mall BV
 Cronosaúde – Gestão Hospitalar, S.A.
 Cumulativa – Sociedade Imobiliária, S.A.
 Darbo S.A.S.
 Developpement & Partenariat Assurances, S.A.
 Distrifin – Comercio y Prest.Servicios, S.A.
 Dortmund Tower GmbH
 Dos Mares – Shopping Centre B.V.
 Dos Mares – Shopping Centre, S.A.
 Ecociclo – Energia e Ambiente, S.A.
 Ecociclo II
 Edições Book.it, S.A.
 Edifícios Saudáveis Consultores, S.A.
 Efanor – Design e Serviços, S.A.
 Efanor – Indústria de Fios, S.A.
 Efanor Investimentos, SGPS, S.A.
 Efanor Serviços de Apoio à Gestão, S.A.
 El Rosal Shopping, S.A.
 Empreend.Imob.Quinta da Azenha, S.A.
 Equador & Mendes, Lda
 Espimaia – Sociedade Imobiliária, S.A.
 Estação Oriente – Gest.de Galerias Com., S.A.
 Estação Viana – Centro Comercial, S.A.
 Estêvão Neves – Hipermercados Madeira, S.A.
 Etablissement A. Mathe, S.A.
 Euromegantic, Lteé
 Euroresinas – Indústrias Químicas, S.A.
 Farmácia Selecção, S.A.
 Imoresort – Sociedade Imobiliária, S.A.
 Imoresultado – Soc.Imobiliaria, S.A.
 Imosedas – Imobiliária e Seviços, S.A.
 Imosistema – Sociedade Imobiliária, S.A.
 Imosonae II
 Impaper Europe GmbH & Co. KG
 Implantação – Imobiliária, S.A.
 Infofield – Informática, S.A.
 Inparsa – Gestão Galeria Comercial, S.A.
 Inparvi SGPS, S.A.
 Centro Vasco da Gama – Centro Comercial, S.A.
 Change, SGPS, S.A.
 Chão Verde – Soc.Gestora Imobiliária, S.A.
 Fashion Division, S.A.
 Finlog – Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A.
 Fontana Corretora de Seguros Ltda
 Fozimo – Sociedade Imobiliária, S.A.
 Fozmassimo – Sociedade Imobiliária, S.A.
 Freccia Rossa – Shopping Centre S.r.l.
 Friengineering International Ltda
 Fundo de Invest. Imobiliário Imosedo
 Fundo I.I. Parque Dom Pedro Shop.Center
 Fundo Invest.Imob.Shopp. Parque D.Pedro
 Gaiashopping I – Centro Comercial, S.A.
 Gaiashopping II – Centro Comercial, S.A.
 GHP GmbH
 Gli Orsi Shopping Centre 1 Srl
 Global S – Hipermercado, Lda
 Glunz AG
 Glunz Service GmbH
 Glunz UK Holdings Ltd
 Glunz Uka GmbH
 Golf Time – Golfe e Invest. Turísticos, S.A.
 GOOD AND CHEAP – Comércio Retalhista, S.A.
 Guerin – Rent a Car (Dois), Lda.
 Guimarãesshopping – Centro Comercial, S.A.
 Harvey Dos Iberica, S.L.
 Herc Consultoria de Riscos e Corretora de Seguros Ltda
 HIPOTÉTICA – Comércio Retalhista, SA
 Hornitex Polska Sp z.o.o
 Iberian Assets, S.A.
 IGI – Investimento Imobiliário, S.A.
 Igimo – Sociedade Imobiliária, S.A.
 Iginha – Sociedade Imobiliária, S.A.
 Imoareaia – Invest. Turísticos, SGPS, S.A.
 Imobiliária da Cacula, S.A.
 Imoclub – Serviços Imobiliários, S.A.
 Imoconti – Soc.Imobiliária, S.A.
 Imodivor – Sociedade Imobiliária, S.A.
 Imoestrutura – Soc.Imobiliária, S.A.
 Imoferro – Soc.Imobiliária, S.A.
 Imohotel – Emp.Turist.Imobiliários, S.A.
 Imomuro – Sociedade Imobiliária, S.A.
 Imopenínsula – Sociedade Imobiliária, S.A.
 Imoplamac Gestão de Imóveis, S.A.
 Imoponte – Soc.Imobiliaria, S.A.
 Marmagno – Expl.Hoteleira Imob., S.A.
 Martimope – Sociedade Imobiliária, S.A.
 Marvero – Expl.Hoteleira Imob., S.A.
 MC Property Management S.A.
 MC SGPS, S.A.
 MDS Consultores, S.A.
 MDS Corretor de Seguros, S.A.
 Mediterranean Cosmos Shop. Centre Investments, S.A.
 Megantic BV
 Miral Administração e Corretagem de Seguros Ltda

Empresas do Grupo Sonae/Efanor

Integrum – Edifícios Sustentáveis, S.A.
 Integrum – Serviços Partilhados, S.A.
 Integrum Colombo Energia, S.A.
 InterClean, S.A.
 Interlog – SGPS, S.A.
 Investalentejo, SGPS, S.A.
 Invsauade – Gestão Hospitalar, S.A.
 Ipaper – Indústria Papeis Impregnados, S.A.
 ISF – Imobiliário, Serviços e Participaç
 Isoroy SAS
 JUST SPORT – Comércio Art. Desporto, S.A.
 KLC Holdings XII S.A.
 La Farga – Shopping Center, SL
 Larim Corretora de Resseguros Ltda
 Larissa Develop. Of Shopping Centers, S.A.
 Lazam – MDS Corretora e Administradora de Seguros, S.A.
 Lazam Corretora, Ltda.
 LCC LeiriaShopping Centro Comercial SA
 Le Terrazze - Shopping Centre 1 Srl
 Lembo Services Ltd (Euro)
 Libra Serviços, Lda.
 Lidergraf – Artes Gráficas, Lda.
 Lima Retail Park, S.A.
 Loureshopping – Centro Comercial, S.A.
 Luso Assistência – Gestão de Acidentes, S.A.
 Luz del Tajo – Centro Comercial S.A.
 Luz del Tajo B.V.
 Madeirashopping – Centro Comercial, S.A.
 Maiashopping – Centro Comercial, S.A.
 Maiequipa – Gestão Florestal, S.A.
 Marcas do Mundo – Viag. e Turismo Unip, Lda
 Marcas MC, ZRT
 Marimo – Exploração Hoteleira Imobiliária
 Marina de Tróia S.A.
 Marinamagic – Expl.Cent.Lúdicos Marít, Lda
 Pátio Boavista Shopping Ltda.
 Pátio Campinas Shopping Ltda
 Pátio Goiânia Shopping Ltda
 Pátio Londrina Empreend. e Particip. Ltda
 Pátio Penha Shopping Ltda.
 Pátio São Bernardo Shopping Ltda
 Pátio Sertório Shopping Ltda
 Peixes do Continente – Ind.Dist.Peixes, S.A.
 Pharmaconcept – Atividades em Saúde, S.A.
 PHARMACONTINENTE – Saúde e Higiene, S.A.
 PJP – Equipamento de Refrigeração, Lda
 Plaza Eboli B.V.
 Plaza Eboli – Centro Comercial S.A.
 Plaza Mayor Holding, SGPS, S.A.
 Plaza Mayor Parque de Ócio B.V.
 Plaza Mayor Parque de Ocio, S.A.
 Plaza Mayor Shopping B.V.
 Plaza Mayor Shopping, S.A.
 Ploi Mall BV
 Ploiesti Shopping Center (Euro)
 Poliface Brasil, Ltda
 Poliface North America
 MJLF – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
 Modalfa – Comércio e Serviços, S.A.
 MODALLOOP – Vestuário e Calçado, S.A.
 Modelo – Dist.de Mat. de Construção, S.A.
 Modelo Cont. Seguros-Soc. De Mediação, Lda
 Modelo Continente – Oper.Retalho SGPS, S.A.
 Modelo Continente Hipermercados, S.A.
 Modelo Continente, SGPS, S.A.
 Modelo Hiper Imobiliária, S.A.
 Modelo Hipermercados Trading, S.A.
 Modelo.com – Vendas p/Correspond., S.A.
 Monselice Centre Srl
 Movelpartes – Comp.para Ind.Mobiliária, S.A.
 Movimento Viagens – Viag. e Turismo U.Lda
 Mundo Vip – Operadores Turisticos, S.A.
 NA – Comércio de Artigos de Desporto, S.A.
 NA – Equipamentos para o Lar, S.A.
 NAB, Sociedade Imobiliária, S.A.
 Norscut – Concessionária de Scut Interior Norte, S.A.
 Norte Shop. Retail and Leisure Centre BV
 Norteshopping – Centro Comercial, S.A.
 Nova Equador Internacional,Ag.Viag.T, Lda
 Nova Equador P.C.O. e Eventos
 Novobord (PTY) Ltd.
 Oeste Retail Park – Gestão G.Comerc., S.A.
 Operscut – Operação e Manutenção de Auto-estradas, S.A.
 OSB Deustchland Gmbh
 Paracentro – Gest.de Galerias Com., S.A.
 Pareuro, BV
 Park Avenue Develop. of Shop. Centers S.A.
 Parque Atlântico Shopping – C.C., S.A.
 Parque D. Pedro 1 B.V.
 Parque D. Pedro 2 B.V.
 Parque de Famalicão – Empr. Imob., S.A.
 Parque Principado SL
 Project SC 2 BV
 Project Sierra 1 B.V.
 Project Sierra 1 B.V.
 Project Sierra 2 B.V.
 Project Sierra 3 BV
 Project Sierra 4 BV
 Project Sierra 6 BV
 Project Sierra 7 BV
 Project Sierra 8 BV
 Project Sierra 9 BV
 Project Sierra Brazil 1 B.V.
 Project Sierra Charagonis 1 S.A.
 Project Sierra Germany Shop. Center 1 BV
 Project Sierra Germany Shop. Center 2 BV
 Project Sierra Italy 5 Srl
 Project Sierra Spain 1 B.V.
 Project Sierra Spain 2 – Centro Comer. S.A.
 Project Sierra Spain 2 B.V.
 Project Sierra Spain 3 – Centro Comer. S.A.
 Project Sierra Spain 3 B.V.
 Project Sierra Spain 5 BV
 Project Sierra Spain 6 – Centro Comer. S.A.

Empresas do Grupo Sonae/Efanor

Porturbe – Edifícios e Urbanizações, S.A.
 Praedium II – Imobiliária, S.A.
 Praedium III – Serviços Imobiliários, S.A.
 Praedium SGPS, S.A.
 Predicomercial – Promoção Imobiliária, S.A.
 Prédios Privados Imobiliária, S.A.
 Predisedas – Predial das Sedas, S.A.
 Pridelease Investments, Ltd
 Proj. Sierra Germany 1 – Shop.C. GmbH
 Proj. Sierra Germany 4 (four) – Sh.C.GmbH
 Proj. Sierra Italy 2 – Dev.of Sh.C. Srl
 Proj.Sierra 1 – Shopping Centre GmbH
 Proj.Sierra Germany 2 (two) – Sh.C.GmbH
 Proj.Sierra Germany 3 (three) – Sh.C.GmbH
 Proj.Sierra Italy 1 – Shop.Centre Srl
 Proj.Sierra Italy 2 – Dev. Of Sh.C.Srl
 Proj.Sierra Italy 3 – Shop. Centre Srl
 Proj.Sierra Portugal III – C.Comerc., S.A.
 Proj.Sierra Portugal VIII – C.Comerc., S.A.
 Project 4, Srl
 Project SC 1 BV
 SC – Eng. e promoção imobiliária,SGPS, S.A.
 SC Aegean B.V.
 SC Assets SGPS, S.A.
 SC Mediterraneum Cosmos B.V.
 SCS Beheer, BV
 Selfrio – Engenharia do Frio, S.A.
 Selfrio,SGPS, S.A.
 Selifa – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
 Sempre à Mão – Sociedade Imobiliária, S.A.
 Sempre a Postos – Produtos Alimentares e Utilidades, Lda
 Serra Shopping – Centro Comercial, S.A.
 Sesagest – Proj.Gestão Imobiliária, S.A.
 Sete e Meio – Invest. Consultadoria, S.A.
 Sete e Meio Herdades – Inv. Agr. e Tur., S.A.
 Shopping Centre Colombo Holding, BV
 Shopping Centre Parque Principado B.V.
 Shopping Penha B.V.
 Siaf – Soc.Iniciat.Aprov.Florestais, S.A.
 SIAL Participações Ltda
 Sic Indoor – Gestão de Suportes Publicitários, S.A.
 Sierra Asset Management – Gest. Activos, S.A.
 Sierra Asset Management Luxemburg, Sarl
 Sierra Berlin Holding BV
 Sierra Brazil 1 B.V.
 Sierra Central S.A.S
 Sierra Charagionis Develop.Sh. Centre S.A.
 Sierra Charagionis Propert.Management S.A.
 Sierra Corporate Services – Ap.Gestão, S.A.
 Sierra Corporate Services Holland, BV
 Sierra Develop.Iberia 1, Prom.Imob., S.A.
 Sierra Development Greece, S.A.
 Sierra Developments – Serv. Prom.Imob., S.A.
 Sierra Developments Germany GmbH
 Sierra Developments Holding B.V.
 Sierra Developments Italy S.r.l.
 Project Sierra Spain 6 B.V.
 Project Sierra Spain 7 – Centro Comer. S.A.
 Project Sierra Spain 7 B.V.
 Project Sierra Three Srl
 Project Sierra Two Srl
 Promessa Sociedade Imobiliária, S.A.
 Prosa – Produtos e serviços agrícolas, S.A.
 Publimeios – Soc.Gestora Part. Finan., S.A.
 Puravida – Viagens e Turismo, S.A.
 Racionaliz. y Manufact.Florestales, S.A.
 RASO, SGPS, S.A.
 Resoflex – Mob.e Equipamentos Gestão, S.A.
 Resolução, SGPS, S.A.
 Rio Sul – Centro Comercial, S.A.
 River Plaza Mall, Srl
 Rochester Real Estate, Limited
 RSI Corretora de Seguros Ltda
 S. C. Setler Mina Srl
 S.C. Microcom Doi Srl
 Saúde Atlântica – Gestão Hospitalar, S.A.
 SC – Consultadoria, S.A.
 Sierra Investments SGPS, S.A.
 Sierra Italy Holding B.V.
 Sierra Man.New Tech.Bus. – Serv.Comu.CC, S.A.
 Sierra Management Germany GmbH
 Sierra Management Hellas S.A.
 Sierra Management II – Gestão de C.C. S.A.
 Sierra Management Italy S.r.l.
 Sierra Management Portugal – Gest. CC, S.A.
 Sierra Management Spain – Gestión C.Com.S.A.
 Sierra Management, SGPS, S.A.
 Sierra Portugal Fund, Sarl
 Sierra Property Management, Srl
 SII – Soberana Invest. Imobiliários, S.A.
 SIRS – Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.
 Sistavac – Sist.Aquecimento,V.Ar C., S.A.
 SKK – Central de Distr., S.A.
 SKK SRL
 SKKFOR – Ser. For. e Desen. de Recursos
 SMP – Serv. de Manutenção Planeamento
 Soc.Inic.Aproveit.Florest. – Energias, S.A.
 Sociedade de Construções do Chile, S.A.
 Sociedade Imobiliária Troia – B3, S.A.
 Société de Tranchage Isoroy S.A.S.
 Socijofra – Sociedade Imobiliária, S.A.
 Sociloures – Soc.Imobiliária, S.A.
 Soconstrução BV
 Sodesa, S.A.
 Soflorin, BV
 Soira – Soc.Imobiliária de Ramalde, S.A.
 Solaris Supermercados, S.A.
 Solinca – Investimentos Turísticos, S.A.
 Solinca III – Desporto e Saúde, S.A.
 Solinfitness – Club Malaga, S.L.
 Soltroia – Imob.de Urb.Turismo de Tróia, S.A.
 Sonae Capital Brasil, Lda

Empresas do Grupo Sonae/Efanor

Sierra Developments Services Srl	Sonae Capital,SGPS, S.A.
Sierra Developments Spain – Prom.C.Com.SL	Sonae Center Serviços, S.A.
Sierra Developments, SGPS, S.A.	Sonae Center II S.A.
Sierra Enplanta Ltda	Sonae Financial Participations BV
Sierra European R.R.E. Assets Hold. B.V.	Sonae Ind., Prod. e Com.Deriv.Madeira, S.A.
Sierra GP Limited	Sonae Indústria – SGPS, S.A.
Sierra Investimentos Brasil Ltda	Sonae Indústria Brasil, Ltda
Sierra Investments (Holland) 1 B.V.	Sonae Industria de Revestimentos, S.A.
Sierra Investments (Holland) 2 B.V.	Sonae Investments, BV
Sierra Investments Holding B.V.	Sonae Novobord (PTY) Ltd
Sonae RE, S.A.	Tecmasa Reciclados de Andalucia, SL
Sonae Retalho Espana – Servicios Gen., S.A.	Teconologias del Medio Ambiente, S.A.
Sonae Serviços de Gestão, S.A.	Terra Nossa Corretora de Seguros Ltda
Sonae, SGPS, S.A.	Textil do Marco, S.A.
Sonae Sierra Brasil Ltda	Tlantic Portugal – Sist. de Informação, S.A.
Sonae Sierra Brazil B.V.	Tlantic Sistemas de Informação Ltd ^a
Sonae Sierra, SGPS, S.A.	Todos os Dias – Com.Ret.Expl.C.Comer., S.A.
Sonae Tafibra Benelux, BV	Tool Gmbh
Sonae Turismo – SGPS, S.A.	Torre Colombo Ocidente – Imobiliária, S.A.
Sonae Turismo Gestão e Serviços, S.A.	Torre Colombo Oriente – Imobiliária, S.A.
Sonae UK, Ltd.	Torre São Gabriel – Imobiliária, S.A.
Sonaecenter Serviços, S.A.	TP – Sociedade Térmica, S.A.
Sonaegest – Soc.Gest.Fundos Investimentos	Troia Market – Supermercados, S.A.
Sondis Imobiliária, S.A.	Troia Market, S.A.
Sontel BV	Tróia Natura, S.A.
Sontur BV	Troiareort – Investimentos Turísticos, S.A.
Sonvecap BV	Troiaverde – Expl.Hoteleira Imob., S.A.
Sopair, S.A.	Tulipamar – Expl.Hoteleira Imob., S.A.
Sótaqua – Soc. de Empreendimentos Turist	Unishopping Administradora Ltda.
Spanboard Products, Ltd	Unishopping Consultoria Imob. Ltda.
SPF – Sierra Portugal Real Estate, Sarl	Urbisedas – Imobiliária das Sedas, S.A.
Spinveste – Gestão Imobiliária SGII, S.A.	Valecenter Srl
Spinveste – Promoção Imobiliária, S.A.	Valor N, S.A.
Sport Zone – Comércio Art.Desporto, S.A.	Vastgoed One – Sociedade Imobiliária, S.A.
SRP Development, S.A.	Vastgoed Sun – Sociedade Imobiliária, S.A.
Tableros Tradema, S.L.	Venda Aluga – Sociedade Imobiliária, S.A.
Tafiber,Tableros de Fibras Ibéricas, SL	Via Catarina – Centro Comercial, S.A.
Tafibras Participações, S.A.	Viajens y Turismo de Geotur España, S.L.
Tafisa – Tableros de Fibras, S.A.	Vuelta Omega, S.L.
Tafisa Canadá Societé en Commandite	WELL W – Electrodomésticos e Equip., SA
Tafisa France, S.A.	World Trade Center Porto, S.A.
Tafisa UK, Ltd	Worten – Equipamento para o Lar, S.A.
Taiber,Tableros Aglomerados Ibéricos, SL	Worten España, S.A.
Tarkett Agepan Laminate Flooring SCS	Zubiarte Inversiones Inmob, S.A.
Tavapan, S.A.	

Empresas do Grupo FT

France Telecom, S.A.	Atlas Services Belgium, S.A.
----------------------	------------------------------

6.3 Demonstrações financeiras individuais da Sonaecom

Balanços

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

	Notas	Dezembro 2010	Dezembro 2009
Activo			
Activos não correntes			
Activos fixos tangíveis	1.a), 1.e) e 2	428.818	516.887
Activos intangíveis	1.b) e 3	8.476	27.603
Investimentos em empresas do grupo	1.c) e 5	996.797.029	925.155.905
Outros activos não correntes	1.c), 1.l), 1.m), 4 e 6	560.706.652	635.868.036
Total de activos não correntes		1.557.940.975	1.561.568.431
Activos correntes			
Outras dívidas de terceiros	1.d), 1.f), 4 e 8	9.668.483	7.618.844
Outros activos correntes	1.l), 1.m) e 9	1.638.580	7.001.871
Caixa e equivalentes de caixa	1.g), 4 e 10	75.631.256	3.189.749
Total de activos correntes		86.938.319	17.810.464
Total activo		1.644.879.294	1.579.378.895
Capital próprio e passivo			
Capital próprio			
Capital social	11	366.246.868	366.246.868
Acções próprias	1.o) e 12	(15.030.834)	(12.809.015)
Reservas	1.n)	788.244.305	795.738.278
Resultado líquido do exercício		135.403.787	(6.056.465)
Total do capital próprio		1.274.864.126	1.143.119.666
Passivo			
Passivo não corrente			
Empréstimos de longo prazo liquidados da parcela de curto prazo	1.h), 4 e 13.a)	304.333.736	298.531.561
Provisões para outros riscos e encargos	1.j), 1.m) e 14	56.487	41.634
Outros passivos não correntes	1.l), 1.m), 1.r) e 15	374.091	247.722
Impostos diferidos passivos	1.k), 1.m) e 7	-	10.480
Total de passivos não correntes		304.764.314	298.831.397
Passivo corrente			
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	1.h), 1.g) 4, e 13.b)	53.472.759	134.585.855
Outras dívidas a terceiros	4 e 16	10.367.886	798.465
Outros passivos correntes	1.l), 1.m), 1.r) e 17	1.410.209	2.043.512
Total de passivos correntes		65.250.854	137.427.832
Total do passivo e capital próprio		1.644.879.294	1.579.378.895

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010 e 2009.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo
 Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério
 António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier
 Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida
 António Sampaio e Mello
 David Charles Denholm Hobley
 Frank Emmanuel Dangeard

Gervais Gilles Pellissier
 Jean-François René Pontal
 Nuno Miguel Moniz Trigos Santos Jordão

Demonstrações dos resultados por naturezas

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

	Notas	Dezembro 2010	“Setembro a Dezembro de 2010 (Não auditado)”	Dezembro 2009	“Setembro a Dezembro de 2009 (Não auditado)”
Prestações de serviços	18	6.278.651	1.454.415	7.114.067	1.689.203
Outros proveitos operacionais	1.f)	14.584	9.512	23.247	5.765
		6.293.235	1.463.927	7.137.314	1.694.968
Fornecimentos e serviços externos	19 e 21	(2.781.738)	(514.500)	(3.548.014)	(1.050.780)
Custos com o pessoal	1.r), 25 e 26	(4.358.462)	(1.084.081)	(4.612.452)	(1.212.150)
Amortizações e depreciações	1.a), 1.b), 1.q), 2 e 3	(111.539)	(24.028)	(134.923)	(36.937)
Provisões e perdas de imparidade	1.j), 1.q) e 14	-	-	(14)	450.000
Outros custos operacionais		(137.269)	(10.517)	(92.792)	(25.981)
		(7.389.008)	(1.633.126)	(8.388.195)	(1.875.848)
Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo	20	129.026.996	126.460.673	(6.071.000)	(2.051.000)
Outros custos financeiros	1.c , 1.h), 1.q), 13, 20 e 21	(7949.668)	(2.148.197)	(10.904.516)	(1.662.463)
Outros proveitos financeiros	1.c), 13, 20 e 21	16.671.281	2.120.062	12.240.316	4.754.966
Resultados correntes		136.652.836	126.263.339	(5.986.081)	860.623
Imposto sobre o rendimento	1.k) e 7	(1.249.049)	276.732	(70.384)	(759.754)
Resultado líquido do exercício		135.403.787	126.540.071	(6.056.465)	100.869
Resultados por acção	23				
Incluindo operações em descontinuação:					
Básicos		0,38	0,35	(0,02)	0,00
Diluídos		0,38	0,35	(0,02)	0,00
Excluindo operações em descontinuação:					
Básicos		0,38	0,35	(0,02)	0,00
Diluídos		0,38	0,35	(0,02)	0,00

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010 e 2009.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo
 Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério
 António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier
 Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida
 António Sampaio e Mello
 David Charles Denholm Hobley
 Frank Emmanuel Dangeard

Gervais Gilles Pellissier
 Jean-François René Pontal
 Nuno Miguel Moniz Trigo Santos Jordão

Demonstrações do rendimento integral

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

	Notas	Dezembro 2010	Dezembro 2009
Resultado líquido do exercício		135.403.787	(6.056.465)
Componentes de outro rendimento integral do exercício, líquido de imposto:			
Aumento / (diminuição) do justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura	1.i) e 13	-	307068
Componentes de outro rendimento integral do exercício, líquido de imposto		-	307068
Rendimento integral do exercício		135.403.787	(5.749.397)

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010 e 2009.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

António Sampaio e Mello

David Charles Denholm Hobley

Frank Emmanuel Dangeard

Gervais Gilles Pellissier

Jean-François René Pontal

Nuno Miguel Moniz Trigoso Santos Jordão

Demonstrações das alterações no capital próprio

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

	Capital social		Acções próprias (Nota 12)		Prémios de emissão de acções	Reserva legal	Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo (Nota 24)	Reservas de acções próprias	Reservas de cobertura	Outras reservas	Reservas	
	2010										Total de reservas	Resultado líquido
Saldo em 31 de Dezembro 2009	366.246.868	-	(12.809.015)	-	775.290.377	1.985.181	361.418	12.809.015	-	5.292.287	(6.056.465)	1.143.119.666
Aplicação do resultado líquido de 2009	-	-	-	-	-	(764.178)	-	-	-	(6.056.465)	6.056.465	-
Utilização da reserva legal para cobertura de prejuízos acumulados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	764.178	-	-
Rendimento integral do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entrega de acções próprias no âmbito dos Planos de Incentivo de Médio Prazo	-	-	2.723.096	-	-	-	(69.962)	(2.723.096)	-	1.095.625	-	135.403.787
Efeito do reconhecimento dos Planos de Incentivo de Médio Prazo	-	-	-	-	-	-	259.925	-	-	-	-	1.025.663
Aquisição de acções próprias	-	-	(4.944.915)	-	-	-	-	4.944.915	-	(4.944.915)	-	259.925
Saldo em 31 de Dezembro 2010	366.246.868	-	(15.030.834)	-	775.290.377	1.221.003	551.381	15.030.834	-	(3.849.290)	135.403.787	1.274.864.126

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

	Capital social		Acções próprias (Nota 12)		Prémios de emissão de acções	Reserva legal	Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo (Nota 24)	Reservas de acções próprias	Reservas de cobertura	Outras reservas	Reservas	
	2009										Total de reservas	Resultado líquido
Saldo em 31 de Dezembro 2008	366.246.868	-	(13.499.750)	-	775.290.377	1.002.287	-	13.499.750	(307.068)	(13.792.204)	19.657.889	1.148.098.149
Aplicação do resultado líquido de 2008	-	-	-	-	-	982.894	-	-	-	18.674.995	(19.657.889)	-
Rendimento integral do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.056.465	(5.749.397)
Entrega de acções próprias no âmbito dos Planos de Incentivo de Médio Prazo	-	-	3.825.612	-	-	-	(86.526)	(3.825.612)	307.068	3.660.773	-	3574.247
Efeito do reconhecimento dos Planos de Incentivo de Médio Prazo	-	-	-	-	-	-	2.407.990	-	-	-	-	240.790
Transferência das responsabilidades associadas aos Planos de Incentivo de Médio Prazo do passivo	-	-	-	-	-	-	207.154	-	-	-	-	207.154
Efeito da liquidação de contratos com liquidação em acções	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(116.400)	-	(116.400)
Aquisição de acções próprias	-	-	(3.134.877)	-	-	-	-	3.134.877	-	(3.134.877)	-	(3.134.877)
Saldo em 31 de Dezembro 2009	366.246.868	-	(12.809.015)	-	775.290.377	1.985.181	361.418	12.809.015	-	5.292.287	(6.056.465)	1.143.119.666

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

	31 Dezembro 2010		31 Dezembro 2009	
Actividades operacionais				
Pagamentos ao pessoal	(4.208.997)		(4.248.366)	
Fluxo gerado pelas operações	(4.208.997)		(4.248.366)	
Pagamento / recebimento de imposto sobre o rendimento	(1.415.920)		1.096.942	
Outros recebimentos / pagamentos relativos a actividades operacionais	9.585.807		885.175	
Fluxo das actividades operacionais (1)	3.960.890	3.960.890	(2.266.249)	(2.266.249)
Actividades de investimento				
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos financeiros	23.788.458		7.974.187	
Activos fixos tangíveis	-		601	
Activos intangíveis	-		284	
Juros e proveitos similares	15.390.097		15.590.569	
Empréstimos concedidos	49.220.000		-	
Dividendos recebidos	136.960.673	225.359.228	3.480.000	270.456.641
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros	(92.470.000)		(865.200)	
Activos fixos tangíveis	(309)		(112.137)	
Activos intangíveis	(2.065)		(999)	
Empréstimos concedidos	-	(92.472.374)	(78.036.000)	(79.014.336)
Fluxos das actividades de investimento (2)		132.886.854		(51.968.695)
Actividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos obtidos	70.000.000	70.000.000	50.385.000	50.385.000
Pagamentos respeitantes a:				
Juros e custos similares	(7.011.322)		(12.551.344)	
Aquisição de acções próprias	(4.944.915)		(3.134.876)	
Empréstimos obtidos	(122.450.000)	(134.406.237)	(27.373.000)	(43.059.220)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(64.406.237)		7.325.780
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		72.441.507		(46.909.164)
Efeito das diferenças de câmbio				
Caixa e seus equivalentes no princípio do exercício		3.189.749		50.098.913
Caixa e seus equivalentes no final do exercício		75.631.256		3.189.749

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010 e 2009.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

António Sampaio e Mello

David Charles Denholm Hobley

Frank Emmanuel Dangeard

Gervais Gilles Pellissier

Jean-François René Pontal

Nuno Miguel Moniz Trigoso Santos Jordão

Anexo às Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009

	2010	2009
1. Aquisição ou alienação de filiais e outras actividades empresariais		
a) Outras actividades empresariais		
Reembolso de prestações acessórias na Sonae Telecom S.G.P.S., S.A	15.788.458	-
Reembolso de prestações acessórias na Sonaetelecom BV	8.000.000	-
Prestações acessórias na Sonae com Sistemas de Informação, S.G.P.S.,S.A.	-	7974.187
	23.788.458	7974.187
b) Outras actividades empresariais		
Prestações acessórias na Sonae Telecom S.G.P.S., S.A	38.630.000	-
Prestações acessórias na Sonaetelecom BV	27.300.000	-
Aumento de partes de capital na Sonaecom BV	25.000.000	-
Aumento capital social na Sonae Telecom S.G.P.S., S.A	1.490.000	-
Constituição da PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.	50.000	-
Reembolso de prestações acessórias na Miauger - Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, S.A.	-	800.000
Aumento capital social na Sonaecom - Serviços de Comunicações, S.A.	-	65.200
	92.470.000	865.200
2. Descrição dos componentes de caixa e seus equivalentes		
Numerário	10.318	10.974
Depósitos à ordem	216.938	284.775
Aplicações de Tesouraria	75.404.000	2.894.000
Depósitos à ordem (saldos credores)	-	-
Caixa e seus equivalentes	75.631.256	3.189.749
Depósitos à ordem (saldos credores)	-	-
Disponibilidades constantes do balanço	75.631.256	3.189.749
3. Informações respeitantes a actividades financeiras não monetárias		
a) Créditos bancários obtidos e não sacados	150.750.000	140.500.000
b) Compra de empresas através da emissão de acções	Não aplicável	Não aplicável
c) Conversão de dívidas em capital	Não aplicável	Não aplicável

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010 e 2009.

O Técnico Oficial de Contas

Patrícia Maria Cruz Ribeiro da Silva

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

António Sampaio e Mello

David Charles Denholm Hobley

Frank Emmanuel Dangeard

Gervais Gilles Pellissier

Jean-François René Pontal

Nuno Miguel Moniz Trigo Santos Jordão

6.4. Anexo às demonstrações financeiras individuais da Sonaecom

A SONAECOM, S.G.P.S., S.A. (doravante designada “Empresa” ou “Sonaecom”) foi constituída em 6 de Junho de 1988, sob a firma Sonae – Tecnologias de Informação, S.A. e tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Maia – Portugal.

Por escritura pública de 30 de Setembro de 1997, realizou-se a cisão-fusão da Pargeste, S.G.P.S., S.A., passando a Empresa a abarcar as participações financeiras nas empresas ligadas ao núcleo de comunicação e tecnologias de informação da sociedade cindida.

Em 3 de Novembro de 1999, procedeu-se ao aumento de capital e alteração do pacto social, tendo a firma sido alterada para Sonae.com, S.G.P.S., S.A.. Desde então, o objecto social da Empresa é a gestão de participações sociais, tendo, na mesma data, o capital social sido redenominado para Euros, ficando este, na altura, representado por cento e cinquenta milhões de acções de valor nominal unitário de 1 Euro.

Em 1 de Junho de 2000, a Empresa foi objecto de uma Oferta Combinada de Acções, que integrou o seguinte:

- Oferta Pública de Venda de 5.430.000 acções, representativas de 3,62% do capital social, realizada no mercado nacional, dirigida: (i) aos colaboradores do Grupo Sonae; (ii) aos clientes das sociedades dominadas pela Sonaecom; e (iii) ao público em geral.
- Oferta Particular de Venda de 26.048.261 acções, representativas de 17,37% do capital social, dirigida a investidores institucionais, nacionais e estrangeiros.

Complementarmente à Oferta Combinada de Venda, e nos termos a seguir indicados, teve lugar um aumento do capital social da Empresa, tendo as novas acções sido integralmente subscritas e realizadas pela Sonae, S.G.P.S., S.A. (accionista da Sonaecom, doravante designada “Sonae”). Este aumento de capital foi subscrito e realizado, na data de fixação do preço da Oferta Combinada de Venda, na modalidade de novas entradas em dinheiro, dando lugar à emissão de 31.000.000 de novas acções

ordinárias, escriturais e com o valor nominal unitário de 1 Euro. O preço de subscrição das novas acções foi igual ao preço fixado para a alienação das acções na referida Oferta Combinada (10 Euros).

Adicionalmente, a Sonae alienou, nesse exercício, 4.721.739 acções representativas do capital social da Sonaecom ao abrigo da opção concedida aos bancos líderes da Oferta Particular de Venda e 1.507.865 acções a gestores do Grupo Sonae e a antigos sócios de empresas adquiridas pela Sonaecom. Por deliberação da Assembléia Geral realizada em 17 de Junho de 2002, o capital social foi aumentado de 181.000.000 Euros para 226.250.000 Euros por subscrição pública reservada aos accionistas. Foram subscritas e realizadas 45.250.000 novas acções, de valor nominal unitário de 1 Euro, ao preço de 2,25 Euros por acção.

Em 30 de Abril de 2003, por escritura pública, a designação social foi alterada para SONAECOM, S.G.P.S., S.A..

Por deliberação da Assembleia Geral de 12 de Setembro de 2005, o capital social foi aumentado em 70.276.868 Euros de 226.250.000 Euros para 296.526.868 Euros, através da emissão de 70.276.868 novas acções, de valor nominal de 1 Euro cada, e com um prémio de emissão de 242.455.195 Euros, inteiramente subscrito pelo accionista France Telecom. A escritura do aumento de capital foi celebrada no dia 15 de Novembro de 2005.

Por deliberação da Assembleia Geral de 18 de Setembro de 2006, o capital social foi aumentado em 69.720.000 Euros para 366.246.868 Euros, através da emissão de 69.720.000 novas acções, de valor nominal de 1 Euro cada, e com um prémio de emissão global de 275.657.217 Euros, subscrito pelos accionistas O93X – Telecomunicações Celulares, S.A. (EDP) e Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. (Parpública). A escritura deste aumento de capital ocorreu a 18 de Outubro de 2006.

Por deliberação da Assembleia Geral de 16 de Abril de 2008, as acções escriturais ao portador foram convertidas em acções escriturais nominativas.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros, arredondados à unidade.

1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, os quais foram preparados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS/IFRS") tal como adoptadas pela União Europeia.

A adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") tal como adoptadas pela União Europeia ocorre pela primeira vez em 2007, pelo que a data de transição dos princípios contabilísticos portugueses para esse normativo é 1 de Janeiro de 2006, tal como definido pela IFRS 1 – "Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro".

Para a Sonaecom, não existem diferenças entre os IFRS adoptados pela União Europeia e os IFRS publicados pelo International Accounting Standards Board.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas ("endorsed") pela União Europeia tiveram aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2010 e foram adoptadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010:

Norma/Interpretação

Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)

Revisões da IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro 1-Jan-10 *

Esta norma foi revista no sentido de agrupar as várias emendas que foram ocorrendo desde a sua primeira versão.

IFRS 1 – Emendas (Excepções adicionais na adopção pela primeira vez das IFRS's) 1-Jan-10

Estas emendas abordam a aplicação retrospectiva das IFRSs em situações particulares e tem como objectivo garantir que as entidades, aplicando as IFRSs, não incorram em custos ou esforços indevidos no processo de transição.

IFRS 2 – Emendas (Contabilização de pagamentos baseados em acções, liquidados em dinheiro, em transacções intragrupo) 1-Jan-10

Clarifica como uma subsidiária deve contabilizar determinados acordos de pagamento baseado em acções nas suas demonstrações financeiras individuais.

IFRS 3 – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas (revisão de 2008) 1-Jul-09

Esta revisão vem trazer algumas alterações ao nível do registo de concentrações de actividades empresariais, nomeadamente no que diz respeito: (a) à mensuração dos interesses sem controlo (anteriormente designados interesses minoritários); (b) ao reconhecimento e mensuração subsequente de pagamentos contingentes; (c) ao tratamento dos custos directos relacionados com a concentração; (d) ao registo de transacções de compra de interesses em entidades já controladas e de transacções de venda de interesses sem que de tal resulte a perda de controlo; e (e) ao cálculo do resultado na venda de participação com perda de controlo e necessidade de remensuração dos interesses retidos na participação alienada.

IAS 28 (revisão de 2008) Investimentos em associadas 1-Jul-09

Os princípios descritos acima e adoptados para a IAS 27 (2008) relativamente ao apuramento do resultado da venda é alargado à IAS 28.

* A data de eficácia de acordo com a adopção pela UE foi posterior à data de eficácia estabelecida originalmente pela norma.

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
Alteração à IAS 39 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração - Instrumentos: Itens Cobertos Elegíveis	1-Jul-09	IFRS 1 - Emendas (Excepções à divulgação de comparativos exigidos pela IFRS 7 na adopção pela primeira vez das IFRS's)	1-Jul-10
Clarifica a aplicação da contabilidade de cobertura à componente inflação dos instrumentos financeiros e aos contratos de opções, quando utilizados como instrumentos de cobertura.		Esta emenda permite, na adopção pela primeira vez das IFRS's, a utilização das disposições transitórias introduzidas pela emenda de Março de 2009 à IFRS 7 (Melhoria das divulgações sobre Instrumentos Financeiros) para as entidades que já utilizam as IFRS's.	
IFRIC 12 - Acordos de concessão de serviços	1-Jan-10*	IAS 32 - Emendas (Clarificação de direitos de emissão)	1-Fev-10*
Esta interpretação vem introduzir regras de reconhecimento e mensuração por parte do operador privado envolvido na prestação de serviços de construção de infraestruturas e de operação no âmbito de concessões do tipo público-para-privado.		Esta emenda clarifica que quando tais direitos são emitidos numa base 'pro rata' para todos os accionistas numa mesma classe por uma quantia monetária fixa, eles devem ser classificados em capitais próprios independentemente da moeda em que o preço de exercício está denominado.	
IFRIC 15 - Acordos para a construção de imóveis	1-Jan-10*	Revisão da IAS 24 (Divulgações de Partes Relacionadas)	1-Jan-11
Esta interpretação vem abordar a forma para avaliar se um acordo de construção de um imóvel está no âmbito da IAS 11 - Contratos de construção ou no âmbito da IAS 18 - Rédito e como o correspondente rédito deve ser reconhecido.		A norma revista aborda preocupações pelo facto dos requisitos de divulgação anteriores e a definição de entidade relacionada serem demasiado complexos e difíceis de aplicar na prática em ambientes de forte presença governamental, através de: (1) permissão de uma excepção parcial para entidades relacionadas com o Governo e (2) fornecendo uma definição revista de entidade relacionada.	
IFRIC 16 - Coberturas de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira	1-Jul-09 *	IFRIC 14 - Emendas (Pré-pagamento voluntário de contribuições)	1-Jan-11
Esta interpretação vem fornecer orientações sobre a contabilidade de cobertura de investimentos líquidos em operações estrangeiras.		Estas emendas corrigem uma consequência não desejada da IFRIC 14. Sem estas emendas, em determinadas circunstâncias não era permitido às entidades o reconhecimento como activo de certos pré-pagamentos voluntários de contribuições mínimas.	
IFRIC 17 - Distribuições aos proprietários de activos que não são caixa	1-Jul-09 *	IFRIC 19 (Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital Próprio)	1-Jul-10 *
Esta interpretação fornece orientação sobre a correcta contabilização de activos que não são caixa distribuídos aos accionistas como dividendos.		Clarifica os requisitos das IFRSs quando uma entidade renegoceia os termos de um passivo financeiro com o seu credor, e este aceita acções da empresa ou outro instrumento de capital para realização completa ou parcial do passivo financeiro.	
IFRIC 18 - Transferências de activos provenientes de clientes	Transferências efectuadas em ou após 1-Jul-09 *		
Esta interpretação fornece orientação sobre a contabilização, pelos operadores, de activos fixos tangíveis "dos clientes".			
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro - 2008	1-Jan-10		
Este processo envolveu a revisão de 12 normas contabilísticas.			
* A data de eficácia de acordo com a adopção pela UE foi posterior à data de eficácia estabelecida originalmente pela norma.			

A aplicação destas normas não teve impactos significativos nas demonstrações financeiras da Empresa.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ("endorsed") pela União Europeia, mas têm aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros:

Estas normas apesar de aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não foram adoptadas pela Empresa no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, em virtude da sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adopção das mesmas.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 9 (Instrumentos Financeiros)	1-Jan-13
Esta norma é o primeiro passo no projecto de substituição da IAS 39, ela introduz novos requisitos de classificação e mensuração de activos financeiros.	
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – Ciclo 2008/2010	“Várias (a mais próxima em 1-Jul-10)”
Este processo envolveu a revisão de 7 normas contabilísticas.	

A aplicação destas normas e interpretações, quando aplicáveis à Empresa, não produzirá efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras futuras da Empresa.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados pela Empresa a 31 de Dezembro de 2010 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2009.

Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

a) Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e eventuais perdas de imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes e registadas por duodécimos, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, por contrapartida da rubrica ‘Amortizações e depreciações’ da demonstração de resultados.

As perdas de imparidade detectadas no valor de realização dos activos fixos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica ‘Amortizações e depreciações’ da demonstração de resultados.

As taxas anuais utilizadas correspondem à vida útil estimada dos bens, que são as seguintes:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções – obras em edifícios alheios	10-20
Equipamento básico	3-8
Equipamento administrativo	3-10
Ferramentas e utensílios	4-8
Outras imobilizações corpóreas	4

As despesas correntes com reparação e manutenção do activo fixo tangível são registadas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentem o período de utilização dos respectivos bens, são capitalizadas e amortizadas de acordo com a vida útil dos correspondentes bens.

b) Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e eventuais perdas de imparidade acumuladas. Os activos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, se a Empresa possuir o poder de os controlar e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os activos intangíveis compreendem, essencialmente, software e propriedade industrial.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, durante o período estimado da sua vida útil (três anos), a partir do mês em que as correspondentes despesas sejam incorridas.

As amortizações do exercício dos activos intangíveis são registadas na demonstração de resultados na rubrica "Amortizações e depreciações".

c) Investimentos em empresas do grupo e outros activos não correntes

Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas do grupo (empresas nas quais a Empresa detenha directa ou indirectamente mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais), são registados na rubrica "Investimentos em empresas do grupo", ao custo de aquisição, de acordo com as disposições previstas na IAS 27, em virtude da Sonaecom apresentar em separado, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IAS/IFRS.

Na rubrica "Outros activos não correntes" são registados, ao valor nominal, os empréstimos e as prestações acessórias concedidos às empresas participadas cujo reembolso previsto ou contratual apenas venha a ocorrer num prazo superior a um ano.

É efectuada uma avaliação dos investimentos e dos empréstimos concedidos a empresas do grupo quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade ou quando as perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir.

As perdas de imparidade detectadas no valor de realização dos investimentos financeiros e nos empréstimos concedidos a empresas do grupo são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica "Outros custos financeiros" da demonstração de resultados.

Os encargos incorridos com a compra de investimentos financeiros em empresas do grupo são registados como custo no momento em que são incorridos.

d) Instrumentos financeiros

A Empresa classifica os instrumentos financeiros nas seguintes categorias: 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados', 'Empréstimos e contas a receber', 'Investimentos detidos até ao vencimento' e 'Investimentos disponíveis para venda'. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

A classificação é definida no momento do reconhecimento inicial e reapreciada numa base trimestral.

(i) 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'

Esta categoria divide-se em duas subcategorias: 'activos financeiros detidos para negociação' e 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Um activo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adopção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfazamento contabilístico. Os instrumentos derivados são também classificados como detidos para negociação, excepto se estiverem afectos a operações de cobertura. Os activos desta categoria são classificados como activos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data do balanço.

(ii) 'Empréstimos e contas a receber'

'Empréstimos e contas a receber' são activos financeiros não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que não se encontram cotados em mercados activos/ líquidos. Estes investimentos financeiros surgem quando a Empresa fornece dinheiro ou serviços directamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efectiva e deduzidos de qualquer imparidade.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são classificados como activos correntes, excepto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como activos não correntes. Em ambos os casos, esta categoria aparece no balanço incluída na rubrica 'Outras dívidas de terceiros'.

(iii) 'Investimentos detidos até ao vencimento'

Esta categoria inclui os activos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e relativamente aos quais é intenção do Conselho de Administração a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento.

(iv) 'Investimentos disponíveis para venda'

Incluem-se aqui os activos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadram nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos activos não correntes, excepto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data do balanço.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transacção, isto é, na data em que a Empresa assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do activo. Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transacção, sendo a única excepção os 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transacção são reconhecidos na demonstração de resultados. Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, conseqüentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

Os 'Investimentos disponíveis para venda' e os 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são posteriormente mantidos ao justo valor.

Os 'Empréstimos e contas a receber' e os 'Investimentos detidos até ao vencimento' são registados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efectiva. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são registados na demonstração de resultados do exercício. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio. No momento em que esse investimento é vendido ou esteja em situação de imparidade, o ganho ou perda acumulada é registado na demonstração de resultados.

O justo valor dos investimentos é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado activo/líquido (investimentos não cotados), a Empresa estabelece o justo valor através de outras técnicas de avaliação como o recurso a transacções de instrumentos financeiros substancialmente semelhantes, análises de fluxos financeiros e modelos de opção de preços ajustados para reflectir as circunstâncias específicas. Caso tal não possa ser utilizado, a Empresa valoriza tais investimentos pelo seu custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade identificadas. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho da Euronext à data do balanço.

A Empresa efectua avaliações à data de cada balanço sempre que exista evidência objectiva de que um activo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa (superior a 25%) ou prolongada (durante dois trimestres consecutivos) do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o activo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para 'Investimentos disponíveis para venda', as perdas acumuladas – calculadas pela

diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração de resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração de resultados. Perdas de imparidade reconhecidas na demonstração de resultados relativas a instrumentos de capital não são revertidas através de resultados.

e) Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

As locações são classificadas como financeiras ou operacionais em função da substância e não da forma do respectivo contrato.

Os activos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o activo fixo tangível, as amortizações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos em falta até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do activo fixo tangível são reconhecidos como custos na demonstração de resultados do exercício.

Os bens cuja utilização decorre do regime de aluguer de longa duração (“ALD”), estão contabilizados pelo método de locação operacional. De acordo com este método, as rendas pagas são reconhecidas como custo, durante o período de aluguer a que respeitam.

f) Outras dívidas de terceiros

As ‘outras dívidas de terceiros’ são registadas pelo seu valor

realizável líquido e não incluem juros, por não se considerar material o efeito da sua actualização financeira.

Estes instrumentos financeiros surgem quando a Empresa empresta dinheiro ou presta serviços directamente a um devedor sem intenção de transaccionar o montante a receber.

O montante desta rubrica encontra-se deduzido de eventuais perdas de imparidade, que são registados na Demonstração de Resultados em ‘Provisões e perdas de imparidade’. Recuperações subsequentes de montantes anteriormente sujeitos a imparidade, são creditados na rubrica de ‘Outros proveitos operacionais’ da demonstração de resultados.

g) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica ‘Caixa e equivalentes de caixa’ correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7- ‘Demonstração de Fluxos de Caixa’, através do método directo. A Empresa classifica na rubrica ‘Caixa e equivalentes de caixa’ os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica ‘Caixa e equivalentes de caixa’ compreende também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica ‘Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos’. A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em actividades operacionais, de financiamento e de investimento. As actividades operacionais englobam os pagamentos a pessoal e outros recebimentos e pagamentos relacionados com a actividade operacional.

Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de

investimentos em empresas subsidiárias e associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de activos fixos tangíveis.

Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e a contratos de locação financeira.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo, não existindo qualquer montante penhorado nem dado como garantia.

h) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo “custo amortizado”. Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com o método da taxa de juro efectiva. Os juros corridos mas não vencidos são acrescidos ao valor dos empréstimos até ao momento da sua liquidação.

i) Instrumentos financeiros derivados

A Empresa utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Derivados para negociação (especulação) não são utilizados pela Empresa.

Os instrumentos financeiros derivados (“cash flow hedges”) utilizados pela Empresa respeitam a “swaps” de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos “swaps” de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. A variação no justo valor dos “swaps” de cobertura de “cash-flow” é registada no activo ou no passivo por contrapartida da rubrica dos capitais próprios “Reservas de cobertura”.

Nos casos em que o instrumento de cobertura se revela ineficaz, os montantes gerados por ajustamentos ao justo valor são

registados directamente na demonstração de resultados.

Em 31 de Dezembro de 2010, a Empresa não se encontra a utilizar qualquer instrumento financeiro derivado.

j) Provisões e contingências

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data. Provisões para reestruturações apenas são registadas caso a Empresa possua um plano detalhado e este já tenha sido devidamente comunicado às partes envolvidas.

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

Um activo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

k) Imposto sobre o rendimento

O ‘Imposto sobre o rendimento do exercício’ inclui o imposto corrente e o imposto diferido, de acordo com a IAS 12- ‘Impostos sobre o Rendimento’.

A Sonaecom é abrangida, desde Janeiro de 2008, pelo Regime especial de tributação dos grupos de sociedades, pelo que o imposto corrente é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas no referido regime especial, de acordo com as regras do mesmo. O Regime especial de tributação dos grupos de sociedades engloba todas as

empresas participadas directa ou indirectamente em pelo menos 90% do capital social e que sejam residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos activos. No final de cada exercício é efectuada uma revisão dos impostos diferidos registados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou registados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação (Nota 7).

Os impostos diferidos são calculados à taxa que se espera que vigore no período em que se prevê que o activo ou o passivo seja realizado.

Nos casos em que os impostos diferidos são relativos a activos ou passivos registados directamente no capital próprio, o seu registo também é efectuada na rubrica de capital próprio. Nas outras situações, os impostos diferidos são sempre registados na demonstração de resultados.

l) Especialização de exercícios e Rêdito

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e os proveitos cujo valor real não seja conhecido, são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas “Outros activos correntes”, “Outros activos não correntes”, “Outros passivos correntes” e “Outros passivos não correntes” são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

Os activos e passivos não financeiros não correntes são registados pelo seu justo valor e, em cada exercício, a actualização financeira para o justo valor é registada na demonstração de resultados nas rubricas ‘Outros custos financeiros’ e ‘Outros proveitos financeiros’.

Os dividendos apenas são reconhecidos quando o direito dos accionistas ao seu recebimento já estiver devidamente estabelecido e comunicado.

m) Classificação de balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os impostos diferidos e as provisões para outros riscos e encargos são classificados como não correntes (Notas 7 e 14).

n) Reservas

Reserva Legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da ‘reserva legal’ até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reserva de prémios de emissão de acções

Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a

emissão ou aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para a 'reserva legal', isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo

De acordo com a IFRS 2- 'Pagamentos com Base em acções', a responsabilidade com os planos liquidados através da entrega de acções próprias é registada, a crédito, na rubrica de 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo', sendo que tal reserva não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

Reservas de cobertura

As reservas de cobertura reflectem as variações de justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de "cash flow" que se consideram eficazes (Nota 1. i)) sendo que as mesmas não são passíveis de ser distribuídas ou ser utilizadas para absorver prejuízos.

Reservas de acções próprias

As reservas de acções próprias reflectem o valor das acções próprias adquiridas e seguem um regime legal equivalente ao da reserva legal.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da Empresa, apresentadas de acordo com as IAS/IFRS.

Assim, em 31 de Dezembro de 2010, a Sonaecom dispunha de reservas que, pela sua natureza, são consideradas distribuíveis no montante de cerca de 124,8 milhões de euros.

o) Acções próprias

As acções próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das acções próprias são registadas na rubrica 'Outras reservas'.

p) Moeda estrangeira

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data dos balanços.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados do exercício.

As cotações utilizadas para conversão em Euros foram as seguintes:

	2010		2009	
	31 Dezembro	Média	31 Dezembro	Média
Libra inglesa	1,16178	1,16668	1,126	1,12324
Franco Suiço	0,7997	0,72600	-	-
Dólar americano	0,74839	0,75587	0,69416	0,71896

q) Imparidade de activos

São efectuados testes de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um activo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual um activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica de "Amortizações e depreciações" nos casos de Activos fixos tangíveis, na rubrica de 'Outros custos financeiros' no caso de Investimentos financeiros e, para os outros activos, na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade'. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo,

individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.

Para os Investimentos financeiros, a quantia recuperável, calculada em termos de valor de uso, é determinada com base nos últimos planos de negócio devidamente aprovados pelo Conselho de Administração da Empresa.

Evidência da existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos no pagamento de juros e outros pagamentos principais por parte da contraparte;
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

r) Planos de Incentivo de Médio Prazo

O tratamento contabilístico dos Planos de Incentivo de Médio Prazo é baseado na IFRS 2 – 'Pagamentos com Base em Acções'.

De acordo com a IFRS 2, quando os planos estabelecidos pela Empresa são liquidados através da entrega de acções próprias, a responsabilidade estimada é registada a crédito na rubrica de 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo', no Capital próprio, por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício.

Essa responsabilidade é quantificada com base no justo valor das acções à data de atribuição do plano e reconhecida durante o período de diferimento de cada plano (desde a data de atribuição do plano até à sua data de vencimento). A responsabilidade total é calculada proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização.

Quando as responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, isto é, quando são substituídas pelo pagamento de uma verba fixa a uma entidade externa à Empresa, que

assume a responsabilidade de entrega das acções na data de vencimento de cada plano, o tratamento contabilístico acima referido, sofre as seguintes adaptações:

- (i) O valor total a pagar é registado no balanço nas rubricas 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes';
- (ii) A parte da responsabilidade ainda não reconhecida na demonstração de resultados (relacionada com o período ainda a decorrer até à data de exercício) é diferida e registada no balanço nas rubricas 'Outros activos não correntes' e 'Outros activos correntes';
- (iii) O efeito líquido dos registos referidos em i) e ii) anulam o impacto, acima mencionado, em Capitais próprios;
- (iv) Na demonstração de resultados, o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento, continua a ser registado na rubrica 'Custos com o pessoal'.

Para os planos liquidados em dinheiro, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das acções à data de cada balanço.

Quando estas responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, a contabilização é efectuada da mesma forma, mas com a responsabilidade quantificada com base no valor fixado no contrato.

Os planos liquidados através da entrega de acções da empresa-mãe são contabilizados como se se tratassem de planos liquidados em dinheiro, ou seja, a responsabilidade

estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das acções à data de cada balanço.

A 31 de Dezembro de 2010, todos os planos de acções Sonaecom em aberto estavam cobertos através da detenção de acções próprias. O impacto associado aos planos de acções dos Planos de Incentivo de Médio Prazo relativos a acções Sonaecom está contabilizado, no balanço, na rubrica de 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo'. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

Em relação aos planos liquidados através da entrega de acções da empresa-mãe, a Empresa efectuou contratos de cobertura, com uma entidade externa, através dos quais fixou o preço para a aquisição das referidas acções, pelo que a responsabilidade com os mesmos se encontra registada ao preço fixado no contrato, proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização, nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes'. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

s) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("non adjusting events"), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

t) Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 incluem, essencialmente, as análises de imparidade dos activos, nomeadamente dos investimentos financeiros em empresas do Grupo.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva, conforme disposto pelo IAS 8- 'Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros'.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras, são descritos nas correspondentes notas anexas, quando aplicável.

u) Gestão do Risco Financeiro

A actividade da Empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de liquidez e o risco de crédito.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflecte na capacidade de projecção de fluxos de caixa e rentabilidades. A política de gestão dos riscos financeiros da Empresa, subjacente a uma perspectiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas, recorrendo, sempre que possível e aconselhável, a instrumentos derivados de cobertura

(Nota 1.i)).

Risco de mercado

a) Risco da taxa de câmbio

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados a flutuações cambiais.

Sempre que possível, a Empresa tenta realizar coberturas naturais dos valores em exposição, compensando os créditos concedidos e recebidos expressos na mesma moeda. Quando tal não se revele possível, a Empresa recorre a outros instrumentos derivados de cobertura.

Considerando os reduzidos valores de activos e passivos em moeda estrangeira, o impacto da variação da taxa de câmbio não é significativo.

b) Risco de taxa de juro

A totalidade do endividamento da Sonaecom encontra-se indexado a taxas variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da Empresa é mitigado pelo efeito dos seguintes factores: (i) relativamente baixo nível de alavancagem financeira; (ii) possibilidade de utilização de instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro, conforme referido abaixo; (iii) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados da Empresa, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos (“natural hedge”); e (iv) existência de liquidez ou disponibilidades igualmente remuneradas a taxas variáveis.

A Empresa apenas utiliza instrumentos derivados ou transacções semelhantes para efeitos de cobertura de riscos de taxas de juro considerados significantes. Três princípios são utilizados na selecção e determinação dos instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro:

- Para cada derivado ou instrumento de cobertura utilizado para protecção de risco associado a um determinado

financiamento, existe coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objecto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura;

- Equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/ transacção que está a ser coberta;
- Desde o início da transacção, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios da Empresa.

Uma vez que a totalidade do endividamento da Sonaecom (Nota 13) encontra-se indexado a taxas variáveis, swaps de taxa de juro e outros derivados são utilizados como forma de protecção contra as variações dos fluxos de caixa futuros associados aos pagamentos de juros. Quando os swaps de taxa de juro são contratados têm o efeito económico de converter os respectivos empréstimos associados a taxas variáveis para taxas fixas. Ao abrigo destes contratos, a Empresa acorda com terceiras partes (bancos) a troca, em períodos de tempo pré-determinados, da diferença entre o montante de juros calculados à taxa fixa contratada e à taxa variável da altura de refixação, com referência aos respectivos montantes nominais acordados.

As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, sendo política da Empresa privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias que formem parte das suas operações de financiamento.

Para efeitos de determinação da contraparte das operações pontuais, a Sonaecom solicita a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações.

Na determinação do justo valor das operações de cobertura,

a Empresa utiliza determinados métodos, tais como modelos de avaliação de opções e de actualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro de mercado prevalentes à data de Balanço. Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação.

O justo valor dos derivados contratados, que se qualifiquem como de cobertura de justo valor ou que não sejam considerados suficientemente eficazes na cobertura de fluxos de caixa (conforme definições da IAS 39 – ‘Instrumentos Financeiros’), é reconhecido nas rubricas de empréstimos, sendo as variações do seu justo valor reconhecidas directamente na demonstração de resultados do exercício. O justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa, considerados eficazes de acordo com o definido pela IAS 39, é reconhecido nas rubricas de empréstimos e as variações registadas no capital próprio.

O Conselho de Administração da Sonaecom aprova os termos e condições dos financiamentos considerados materiais para a Empresa, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixo/variável). No âmbito da política acima definida, cabe à Comissão Executiva, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, a decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

A análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro é apresentada na Nota 13.

Risco de liquidez

A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de actuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objectivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respectivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência Financeira, isto é, garantir que a Empresa maximiza o valor / minimiza o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Os principais parâmetros subjacentes a tal política correspondem ao tipo de instrumentos permitidos, ao nível de risco máximo aceitável, ao montante máximo de exposição por contraparte e aos prazos máximos de investimento.

A liquidez existente deverá ser aplicada nas alternativas abaixo descritas e pela ordem de prioridade apresentada:

- (i) Amortização de dívida de curto prazo – após comparação do custo de oportunidade de amortização e custo de oportunidade inerente aos investimentos alternativos;
- (ii) Gestão consolidada de liquidez – a liquidez existente nas empresas do Grupo, deverá ser prioritariamente aplicada em empresas do Grupo, para que de uma forma consolidada seja reduzida a utilização de dívida bancária;
- (iii) Recurso ao mercado.

O investimento por recurso ao mercado está limitado à contratação de operações com contrapartes elegíveis, isto é, que cumpram com determinadas notações de rating previamente definidas pela Administração e limitada a determinados montantes máximos por contraparte.

A definição de limites máximos por contraparte tem como objectivo garantir que as aplicações de excedentes são realizadas de uma forma prudente e em observância dos princípios de gestão de relacionamento bancário.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em activos, para permitir liquidações

urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

A análise da maturidade de cada um dos instrumentos financeiros passivos, é apresentada na Nota 13.

Risco de crédito

A exposição da Empresa ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua actividade operacional. O risco de crédito associado a operações financeiras é mitigado pelo facto da Empresa apenas negociar com entidades de elevada qualidade creditícia.

A gestão deste risco tem por objectivo garantir a efectiva cobrança dos seus créditos nos prazos estabelecidos sem afectar o equilíbrio financeiro da Empresa.

O montante relativo a outras dívidas de terceiros apresentado nas demonstrações financeiras, o qual se encontra líquido de imparidades, representa a máxima exposição da Empresa ao risco de crédito.

2. Activos fixos tangíveis

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o movimento ocorrido no valor dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

						2010
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Total
Activo bruto						
Saldo em 31 Dezembro 2009	721.165	46.325	171	331.750	619	1.100.030
Adições	-	-	-	310	-	310
Saldo final em 31 Dezembro 2010	721.165	46.325	171	332.060	619	1.100.340
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas						
Saldo em 31 Dezembro 2009	347.862	17.977	170	216.945	189	583.143
Amortizações do exercício	55.430	7.914	-	24.906	129	88.379
Saldo final em 31 Dezembro 2010	403.292	25.891	170	241.851	318	671.522
Valor líquido	317.873	20.434	1	90.209	301	428.818

						2009
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Total
Activo bruto						
Saldo em 31 Dezembro 2008	679.443	46.325	171	328.207	103	1.054.249
Adições	41.722	-	-	4.798	516	470.36
Alienações	-	-	-	(1.255)	-	(1.255)
Saldo final em 31 Dezembro 2009	721.165	46.325	171	331.750	619	1.100.030
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas						
Saldo em 31 Dezembro 2008	276.753	9.607	92	185.127	103	471.682
Amortizações do exercício	71.109	8.370	78	32.470	86	112.113
Alienações	-	-	-	(652)	-	(652)
Saldo final em 31 Dezembro 2009	347.862	17.977	170	216.945	189	583.143
Valor líquido	373.303	28.348	1	114.805	430	516.887

As adições do exercício de 2009 incluem, essencialmente, obras em edifícios alheios.

3. Activos intangíveis

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o movimento ocorrido no valor dos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

				2010
	Propriedade industrial	Software	Imobilizado em curso	Total
Activo bruto				
Saldo em 31 Dezembro 2009	6.650	182.283	376	189.309
Adições	3.069	964	-	4.033
Saldo final em 31 Dezembro 2010	9.719	183.247	376	193.342
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas				
Saldo em 31 Dezembro 2009	6.259	155.447	-	161.706
Amortizações do exercício	1.022	22.138	-	23.160
Saldo final em 31 Dezembro 2010	7.281	177.585	-	184.866
Valor líquido	2.438	5.662	376	8.476

				2009
	Propriedade industrial	Software	Imobilizado em curso	Total
Activo bruto				
Saldo em 31 Dezembro 2008	6.650	168.027	13.917	188.594
Adições	284	339	376	999
Alienações	(284)	-	-	(284)
Transferências	-	13.917	(13.917)	-
Saldo final em 31 Dezembro 2009	6.650	182.283	376	189.309
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas				
Saldo em 31 Dezembro 2008	5.630	133.290	-	138.920
Amortizações do exercício	653	22.157	-	22.810
Alienações	(24)	-	-	(24)
Saldo final em 31 Dezembro 2009	6.259	155.447	-	161.706
Valor líquido	391	26.836	376	27603

4. Classes de instrumentos financeiros

A 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as classes de instrumentos financeiros eram como segue:

						2010
	Empréstimos e contas a receber	Investimentos detidos até à maturidade	Investimentos disponíveis para venda	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Activos não correntes						
Outros activos não correntes (Nota 6)	560.706.652	-	-	560.706.652	-	560.706.652
	560.706.652	-	-	560.706.652	-	560.706.652
Activos correntes						
Outras dívidas de terceiros (Nota 8)	7.365.498	-	-	7.365.498	2.302.985	9.668.483
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 10)	75.631.256	-	-	75.631.256	-	75.631.256
	82.996.754	-	-	82.996.754	2.302.985	85.299.739
2009						
	Empréstimos e contas a receber	Investimentos detidos até à maturidade	Investimentos disponíveis para venda	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Activos não correntes						
Outros activos não correntes (Nota 6)	635.868.036	-	-	635.868.036	-	635.868.036
	635.868.036	-	-	635.868.036	-	635.868.036
Activos correntes						
Outras dívidas de terceiros (Nota 8)	6.647.983	-	-	6.647.983	970.861	7.618.844
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 10)	3.189.749	-	-	3.189.749	-	3.189.749
	9.837.732	-	-	9.837.732	970.861	10.808.593

						2010
	Derivados de cobertura	Passivos registados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Passivo não corrente						
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo (Nota 13)	-	304.333.736	-	304.333.736	-	304.333.736
	-	304.333.736	-	304.333.736	-	304.333.736
Passivo corrente						
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 13)	-	53.472.759	-	53.472.759	-	53.472.759
Outras dívidas a terceiros (Nota 16)	-	-	10.048.115	10.048.115	319.771	10.367.886
	-	53.472.759	10.048.115	63.520.874	319.771	63.840.645
2009						
	Derivados de cobertura	Passivos registados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Passivo não corrente						
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo (Nota 13)	-	298.531.561	-	298.531.561	-	298.531.561
	-	298.531.561	-	298.531.561	-	298.531.561
Passivo corrente						
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 13)	-	134.585.855	-	134.585.855	-	134.585.855
Outras dívidas a terceiros (Nota 16)	-	-	594.635	594.635	203.830	798.465
	-	134.585.855	594.635	135.180.490	203.830	135.384.320

Os saldos a receber e a pagar do Estado e outros entes públicos, dada a sua natureza, foram considerados como instrumentos financeiros não abrangidos pela IFRS 7. De igual forma, as rubricas de outros activos/ passivos correntes não foram consideradas nesta desagregação por serem constituídas por montantes não abrangidos no âmbito da IFRS 7.

5. Investimentos em empresas do grupo

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica incluía as partes de capital detidas em empresas do grupo e tinha a seguinte composição:

Empresa	2010	2009
Optimus - Comunicações, S.A. ("Optimus")	764.876.231	764.876.231
Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A. ("Sonae Telecom")	107.289.987	105.799.987
Sonaetelecom BV	75.009.902	44.209.902
Sonae com - Sistemas de Informação, S.G.P.S., S.A. ("Sonae com SI")	52.241.587	52.241.587
Sonaecom BV	25.020.000	20.000
Be Artis - Concepção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações, S.A. ("Be Artis")	8.230.885	50.000
Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A. ("Sontária")	6.120.239	-
Miauger - Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, S.A. ("Miauger")	4.568.100	4.568.100
PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A. ("PCJ")	50.000	-
	1.043.406.931	971.765.807
Perdas de imparidade (Nota 14)	(46.609.902)	(46.609.902)
Total de investimentos em empresas do Grupo	996.797.029	925.155.905

Os movimentos ocorridos nesta rubrica durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, foram como segue:

Empresa	Saldo 31 Dezembro 2009	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo 31 Dezembro 2010
Optimus	764.876.231	-	-	-	764.876.231
Sonae Telecom	105.799.987	1.490.000	-	-	107.289.987
Sonaetelecom BV	44.209.902	4.300.000	-	26.500.000	75.009.902
Sonae com SI	52.241.587	-	-	-	52.241.587
Miauger	4.568.100	-	-	-	4.568.100
Sonaecom BV	20.000	25.000.000	-	-	25.020.000
Be Artis	50.000	-	-	8.180.885	8.230.885
Sontária	-	6.120.239	-	-	6.120.239
PCJ	-	50.000	-	-	50.000
	971.765.807	36.960.239	-	34.680.885	1.043.406.931
Imparidades (Nota 14)	(46.609.902)	-	-	-	(46.609.902)
	925.155.905	36.960.239	-	34.680.885	996.797.029

Empresa	Saldo 31 Dezembro 2008	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo 31 Dezembro 2009
Optimus	749.628.393	65.200	-	15.182.638	764.876.231
Sonae Telecom	105.799.987	-	-	-	105.799.987
Sonaetelecom BV	44.209.902	-	-	-	44.209.902
Sonae com SI	26.641.587	-	-	25.600.000	52.241.587
Miauger	4.568.100	-	-	-	4.568.100
Tele 2	13.076.489	-	-	(13.076.489)	-
Sonaecom BV	100.000	-	(80.000)	-	20.000
Be Artis	50.000	-	-	-	50.000
	944.074.458	65.200	(80.000)	27.706.149	971.765.807
Imparidades (Nota 14)	(45.977.902)	(2.400.000)	-	1.768.000	(46.609.902)
	898.096.556	(2.334.800)	(80.000)	29.474.149	925.155.905

O valor de 4.300.000 Euros e 25.000.000 Euros de Aumentos na Sonaetelecom BV e Sonaecom BV, no exercício de 2010, correspondem ao aumento de capital por conversão de Prémios de Emissão realizados no exercício de 2010 nestas subsidiárias.

No exercício de 2010, o montante de 6.120.239 Euros corresponde à aquisição da totalidade do capital social da Sontária- Empreendimentos Imobiliários, S,A, à Sonae Investimentos SGPS, S.A. (Nota 16).

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, o valor de 8.180.885 Euros de Transferências na Be Artis corresponde à utilização de prestações acessórias para cobertura de prejuízos (Nota 6).

O valor de 26.500.000 Euros de Transferências na Sonaetelecom BV, no exercício de 2010, corresponde ao aumento de capital por conversão de Prestações acessórias, nesta subsidiária (Nota 6).

Com efeitos contabilísticos a partir do dia 1 de Janeiro de 2009, foi efectuada a fusão por incorporação da filial Telemilénio Telecomunicações, Sociedade Unipessoal, Lda., na filial Optimus - Comunicações, S.A., conforme aprovado em Assembleia Geral das respectivas sociedades, ambas realizadas em 24 de Novembro de 2008.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, o valor de 15.182.638 Euros de Transferências ao nível da Optimus corresponde ao valor da participação na Tele 2, e ao reforço de prestações acessórias no montante de 2.106.149 Euros, efectuadas nos termos do projecto de fusão anteriormente referido (Nota 6).

O valor de 25.600.000 Euros de Transferências ao nível da Sonae com SI, no exercício de 2009, corresponde ao aumento de capital por conversão de Prestações acessórias nesta subsidiária (Nota 6).

A variação de Perdas de imparidade acumuladas resulta do reforço efectuado durante o exercício de 2009 no montante de 2.400.000 Euros e da transferência no montante de 1.768.000 Euros para a rubrica de Outros activos não correntes (Nota 14).

A Empresa apresenta em separado demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2010, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adoptadas pela União Europeia, as quais apresentam um total de activo consolidado de 1.857.726.692 Euros, um passivo consolidado de 882.474.698 Euros, proveitos operacionais consolidados de 928.943.972 Euros e capitais próprios consolidados de 975.251.994 Euros, incluindo um resultado líquido consolidado positivo (atribuível a accionistas da empresa mãe – Sonaecom, S.G.P.S., S.A.) para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 de 41.182.587 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a principal informação financeira (preparada de acordo com as normas IAS/IFRS) sobre as filiais detidas directamente pela Empresa é como segue:

		2010			2009		
Empresa	Sede	% Participação	Capitais Próprios	Resultado Líquido	% Participação	Capitais Próprios	Resultado Líquido
Optimus	Maia	53,54%	449.201.872	34.632.662	53,54%	512.472.399	2.920.511
Sonae Telecom	Maia	100%	165.252.034	35.195.035	100%	190.088.655	15.478.275
Sonae com SI	Maia	100%	39.550.583	2.920.527	100%	36.630.056	688.611
Miauger	Maia	100%	1.260.038	(1.060.804)	100%	2.320.841	637.414
Sonaetelecom BV	Amesterdão	100%	244.441	(10.385.882)	100%	(8.669.677)	(613.738)
Sonaecom BV	Amesterdão	100%	13.496.248	4.952.908	100%	(16.456.660)	(1.433.302)
Be Artis	Maia	100%	167.261.649	106.684	100%	108.710.509	(1.972.907)
PCJ	Maia	100%	50.000	-	-	-	-
Sontária	Maia	100%	633.803	431.644	-	-	-

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a Sonaecom detinha indirectamente, através da Sonae Telecom SGPS, SA e da Sonaecom BV, participações adicionais na Optimus – Comunicações, S.A. de 35,86% e 10,60%, respectivamente, totalizando uma participação de 100%.

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais investimentos em empresas do grupo registados nas demonstrações financeiras anexas é efectuada tendo em conta as unidades geradoras de caixa, com base nos últimos planos de negócio aprovados pelos respectivos Conselhos de Administração, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projectados para períodos de 5 anos. As taxas de desconto utilizadas têm por base os custos médios ponderados de capital estimados com base nos segmentos onde as empresas se inserem, conforme tabela abaixo. Na perpetuidade, são consideradas geralmente taxas de crescimento de cerca de 3% ou outras consideradas mais prudentes para casos específicos. Nas situações em que a aferição da existência, ou não, de imparidade é efectuada com base no preço de venda líquido, são utilizados valores de transacções semelhantes e outras propostas efectuadas.

	Taxa de desconto
Telecomunicações	9,00%
Multimédia	9,45%
Sistemas de informação	11,22%

6. Outros activos não correntes

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2010	2009
Activos financeiros		
Empréstimos de médio e longo prazo concedidos a empresas do Grupo:		
Be Artis	175.720.000	271.915.000
Sonaecom BV	168.158.000	199.088.000
Sonae com SI	21.190.000	7.350.000
Sonaetelecom BV	18.141.000	28.521.000
Sontária	2.676.637	-
Lugares Virtuais	1.170.000	1.030.000
Wedo Consulting	520.000	8.490.000
	387.575.637	516.394.000
Prestações acessórias:		
Be Artis	165.889.115	115.640.000
Sonae Telecom SGPS	38.630.000	15.788.458
Miauger	800.000	800.000
Sonaetelecom BV	-	11.500.000
	205.319.115	143.728.458
	592.894.752	660.122.458
Perdas de imparidade acumuladas (Nota 14)	(32.188.100)	(24.254.422)
	560.706.652	635.868.036

Durante os exercícios findos em 2010 e 2009, os movimentos ocorridos em 'Empréstimos de médio e longo prazo concedidos a empresas do Grupo' foram os seguintes:

					2010
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo final
Be Artis	271.915.000	206.720.001	(220.640.001)	(82.275.000)	175.720.000
Sonaecom BV	199.088.000	23.590.000	(54.520.000)	-	168.158.000
Sonae com SI	7.350.000	14.240.000	(400.000)	-	21.190.000
Sonaetelecom BV	28.521.000	9.120.000	(19.500.000)	-	18.141.000
Sontária (Nota 16)	-	2.676.637	-	-	2.676.637
Lugares Virtuais	1.030.000	600.000	(460.000)	-	1.170.000
Wedo Consulting	8.490.000	-	(7.970.000)	-	520.000
	516.394.000	256.946.637	(303.490.001)	(82.275.000)	387.575.637

					2009
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo final
Be Artis	190.780.000	215.645.000	(134.510.000)	-	271.915.000
Sonaecom BV	138.887.000	79.296.000	(19.095.000)	-	199.088.000
Sonaetelecom BV	27.401.000	1.120.000	-	-	28.521.000
Wedo Consulting	-	9.960.000	(1.470.000)	-	8.490.000
Sonae com SI	390.000	7.350.000	(390.000)	-	7.350.000
Lugares Virtuais	900.000	930.000	(800.000)	-	1.030.000
	358.358.000	314.301.000	(156.265.000)	-	516.394.000

Durante os exercícios findos em 2010 e 2009, os movimentos ocorridos em 'Prestações acessórias' foram os seguintes:

					2010
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo final
Be Artis	115.640.000	-	(23.845.000)	74.094.115	165.889.115
Sonae Telecom SGPS	15.788.458	38.630.000	(15.788.458)	-	38.630.000
Sonaetelecom BV	11.500.000	15.000.000	-	(26.500.000)	-
Miauger	800.000	-	-	-	800.000
	143.728.458	53.630.000	(39.633.458)	47.594.115	205.319.115

					2009
Empresa	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo final
Be Artis	115.640.000	-	-	-	115.640.000
Sonaetelecom BV	11.500.000	-	-	-	11.500.000
Sonae Telecom SGPS	15.788.458	-	-	-	15.788.458
Sonae com SI	33.574.187	-	(7.974.187)	(25.600.000)	-
Tele 2	2.106.149	-	-	(2.106.149)	-
Miauger	-	800.000	-	-	800.000
	178.608.794	800.000	(7.974.187)	(27.706.149)	143.728.458

Durante o exercício de 2010, o montante de 82.275.000 Euros da rubrica Transferências de “Empréstimos de médio e longo prazo concedidos a empresas do grupo” da Be Artis, correspondeu à conversão de Suprimentos para “Prestações acessórias”. O montante de 74.094.115 Euros, relativo a Transferências de Prestações acessórias, na Be Artis, corresponde a este movimento de conversão de suprimentos, líquido do movimento de utilização de Prestações acessórias para cobertura de resultados transitados negativos (Nota 5).

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os empréstimos a empresas do grupo venceram juros a uma taxa média de 3,60% e 2,22%, respectivamente. As prestações acessórias não vencem juros.

A variação de Perdas de imparidade acumuladas resulta do reforço efectuado durante o exercício no montante de 7.933.678 Euros (Nota 14).

Os empréstimos concedidos e as prestações acessórias não têm um prazo de reembolso definido, pelo que não é apresentada informação sobre a sua maturidade.

A aferição da existência ou não de imparidade para os principais empréstimos concedidos a empresas do grupo registados nas demonstrações financeiras anexas é efectuada com base nos últimos planos de negócio aprovados pelos respectivos Conselhos de Administração, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projectados para períodos de 5 anos, tendo por base as taxas de desconto e de crescimento em perpetuidade apresentadas na nota anterior (Nota 5).

7. Impostos diferidos

O movimento ocorrido no passivo por impostos diferidos no exercício findo em 31 Dezembro de 2010 e 2009 foi como se segue:

	2010	2009
Saldo inicial	10.480	-
Efeito em resultados		
Ajustamentos IAS	(10.480)	10.480
Saldo final	-	10.480

Em 31 de Dezembro de 2010, os valores de impostos diferidos não registados por actualmente não ser provável a existência de lucros fiscais futuros para os absorver eram como se segue:

Ano em que foram gerados	Prejuízos reportáveis	Provisões não aceites	Total	Activos por impostos diferidos
2001	-	3.463.000	3.463.000	917.695
2002	-	11.431.819	11.431.819	3.029.432
2003	-	31.154.781	31.154.781	8.256.017
2004	-	9.662.981	9.662.981	2.560.690
2005	-	(3.033.899)	(3.033.899)	(803.983)
2006	19.808.429	(149.858)	19.658.571	4.912.395
2007	54.563.604	(537.036)	54.026.568	13.498.586
2008	-	9.893.940	9.893.940	2.621.894
2009	-	9.903.475	9.903.475	2.624.421
2010	-	8.227.517	8.227.517	2.180.292
	74.372.033	80.016.720	154.388.753	39.797.439

Em 31 Dezembro de 2010, a taxa de imposto utilizada para cálculo dos activos/passivos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis foi de 25%, e de 26,5% para os restantes activos e passivos por impostos diferidos. Não foi considerada a Derrama estadual, por não se entender como provável a tributação das diferenças temporárias no período estimado de aplicação da referida taxa.

A reconciliação entre o resultado antes de imposto e o imposto registado no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 é como se segue:

	2010	2009
Resultado antes de imposto	136.652.836	(5.986.081)
Imposto 25%	(34.163.209)	1.496.520
Registo de imposto corrente, tributação autónoma e derrama	(340.348)	(59.904)
Registo de impostos diferidos passivos	10.480	(10.480)
Movimentos nas provisões não aceites fiscalmente (Nota 14)	(1.983.419)	(2.531.015)
Ajustamentos aos resultados não aceites fiscalmente	34.240.169	1.034.495
Utilização de prejuízos de anos anteriores, cujos impostos diferidos não estavam registados	987.278	-
Impostos registados no exercício	(1.249.049)	(70.384)

Os ajustamentos aos resultados não aceites fiscalmente são relativos, essencialmente, a dividendos recebidos no exercício de 2010 (Nota 20), os quais não concorrem para a formação do lucro tributável do exercício.

A Administração Fiscal tem a possibilidade de rever a situação fiscal da Empresa durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais de cada exercício, desde 2007 (inclusivé), poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. É convicção do Conselho de Administração que eventuais correcções àquelas declarações de impostos não produzirão efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras anexas.

Conforme convicção do Conselho de Administração da Empresa corroborada pelos nossos advogados e consultores fiscais, não existem passivos materiais associados a contingências fiscais classificadas como prováveis que não se encontrem provisionadas e que devessem ser alvo de divulgação no Anexo ou de registo de provisões nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010.

8. Outras dívidas de terceiros

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2010	2009
Outros devedores	7.367.428	6.649.913
Estado e outros entes públicos	2.302.985	970.861
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 14)	(1.930)	(1.930)
	9.668.483	7.618.844

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica 'Outros Devedores' incluía saldos a receber de diversas empresas do Grupo, relativos a juros de suprimentos, juros de aplicações de tesouraria e de diversos serviços prestados (Nota 21).

O valor registado em Estado e outros entes públicos, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, diz respeito a pagamentos especiais por conta, retenções efectuadas por terceiros e imposto a recuperar.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a antiguidade dos saldos de outros devedores pode ser detalhada como segue:

	Vencido sem imparidade					Vencido com imparidade			
	Total	Não vencido	Até 30 dias	30 a 90 dias	Mais de 90 dias	Até 90 dias	90 a 180 dias	180 a 360 dias	Mais de 360 dias
2010									
Outros devedores	7.367.428	1.701.597	-	2.085.684	3.578.217	-	-	-	1.930
2009									
Outros devedores	6.649.913	6.096.642	-	20.959	530.382	-	-	-	1.930

Por não se tratarem de activos financeiros, as dívidas do Estado e outros entes públicos não foram objecto do detalhe acima.

9. Outros activos correntes

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2010	2009
Acréscimos de proveitos		
Juros a receber	1.492.476	3.086.332
Valores a debitar	37.609	3.804.721
Outros acréscimos de proveitos	450	1.031
Juros a receber		
Seguros	31.375	56.340
Rendas	12.258	13.998
Outros custos plurianuais	64.412	39.449
	108.045	109.787
	1.638.580	7.001.871

Em 2009, a rubrica 'Valores a debitar' diz respeito essencialmente a um valor a debitar à Optimus.

10. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o detalhe de caixa e seus equivalentes era o seguinte:

	2010	2009
Numerário	10.318	10.974
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	216.938	284.775
Aplicações de tesouraria	75.404.000	2.894.000
	75.631.256	3.189.749

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o detalhe da rubrica 'Aplicações de tesouraria' é como segue:

	2010	2009
Optimus	70.240.000	-
Aplicações bancárias	4.800.000	-
Wedo	360.000	-
Sontária	4.000	-
Público	-	2.894.000
	75.404.000	2.894.000

As aplicações de tesouraria acima referidas são remuneradas e, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, venceram juros a uma taxa média de 2,25% (3,02% em 2009).

11. Capital social

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o capital social da Sonaecom estava representado por 366.246.868 acções ordinárias escriturais e nominativas, com o valor unitário de 1 Euro. Nessas datas, a estrutura accionista era a seguinte:

	2010		2009	
	Número de acções	%	Número de acções	%
Sontel BV	183.374.470	50,07%	183.374.470	50,07%
Atlas Service Belgium	73.249.374	20,00%	73.249.374	20,00%
Acções dispersas em Bolsa	69.117.232	18,87%	71.204.015	19,44%
Millenium BCP	12.500.998	3,41%	12.500.998	3,41%
Sonae Investments BV	10.500.000	2,87%	10.500.000	2,87%
Santander Asset Management	7.408.788	2,02%	7.408.788	2,02%
Acções próprias (Nota 12)	9.256.357	2,53%	7.169.574	1,96%
Sonae SGPS	838.649	0,23%	838.649	0,23%
Efanor Investimentos, S.G.P.S., S.A	1.000	0,00%	1.000	0,00%
	366.246.868	100,00%	366.246.868	100,00%

A totalidade das acções que representam o capital social da Sonaecom corresponde a acções autorizadas, subscritas e pagas. Todas as acções têm os mesmos direitos, correspondendo um voto a cada uma.

12. Acções próprias

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, a Sonaecom entregou a colaboradores um total de 1.040.605 acções próprias, no âmbito do seu Plano de Incentivos de Médio Prazo.

Adicionalmente, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, a Empresa adquiriu 3.127.388 novas acções (a um preço médio de 1,58 Euros), detendo no final do período 9.256.357 acções próprias, representativas de 2,53% do seu capital social, a um preço médio de 1,62 Euros.

13. Empréstimos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os empréstimos obtidos tinham a seguinte composição:

a) Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo

Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	Montante utilizado	
				2010	2009
Obrigações Sonaecom SGPS 2005	150.000.000	Jun-13	Final	150.000.000	150.000.000
'Obrigações Sonaecom SGPS 2010'	40.000.000	Mar-15	Final	40.000.000	-
'Obrigações Sonaecom SGPS 2010'	30.000.000	Fev-13	Final	30.000.000	-
Encargos financeiros suportados na emissão da dívida	-	-	-	(1.883.453)	(1.912.757)
Juros corridos não vencidos	-	-	-	800.356	85.800
				218.916.903	148.173.043
Papel comercial	150.000.000	Jul-12	-	85.000.000	150.000.000
Juros corridos não vencidos	-	-	-	416.833	358.518
				85.416.833	150.358.518
				304.333.736	298.531.561

b) Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos

Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	Montante utilizado	
				2010	2009
Aplicações de tesouraria	-	-	-	25.084.223	76.011.952
Papel comercial	100.000.000	Jul-10	-	-	15.000.000
Papel comercial	70.000.000	Dez-10	-	-	40.000.000
Papel comercial	40.000.000	Mai-11	-	15.000.000	-
Papel comercial	30.000.000	Abr-11	-	4.000.000	-
Papel comercial	15.000.000	Jun-11	-	9.250.000	-
Juros corridos e não vencidos	-	-	-	138.536	73.903
				28.388.536	55.073.903
Contas caucionadas - CGD	-	-	-	-	3.500.000
				53.472.759	134.585.855

Empréstimos Obrigacionistas

Em Junho de 2005, a Sonaecom procedeu à contratação de um Empréstimo Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 150 milhões de Euros sem garantias e pelo prazo de 8 anos. As obrigações vencem juros variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Esta emissão foi organizada e montada pelo Millenium BCP Investimento.

Em Fevereiro e Março de 2010, a Sonaecom procedeu à contratação de dois outros Empréstimos Obrigacionistas, ambos por subscrição particular, nos montantes de 30 e 40 milhões de Euros, sem garantias, e pelos prazos de 3 e 5 anos, respectivamente. Ambos os empréstimos vencem juros a taxas variáveis, indexados à taxa Euribor e pagos semestralmente. Estas emissões foram organizadas e montadas, respectivamente, pelo Banco Espírito Santo de Investimento e pelo Caixa – Banco de Investimento. Estas emissões obrigacionistas foram admitidas à negociação no mercado da Euronext Lisbon.

Os empréstimos acima mencionados não têm garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo dos mesmos é, exclusivamente, garantido pelas actividades e capacidade de geração de fundos da empresa devedora.

A taxa de juro média dos empréstimos obrigacionistas, no exercício, foi de 2,01% (3,18% em 2009).

Programas de Papel Comercial

Em Julho de 2007, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissões de Papel Comercial, até ao montante máximo de 250 milhões de Euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de cinco anos, organizado pelo Banco Santander de Negócios Portugal e pela Caixa – Banco de Investimento. De acordo com as condições iniciais de emissão, este Programa foi reduzido para 150 milhões de Euros em Julho de 2010.

O sindicato de garantia de colocação é composto pelas seguintes instituições: Banco Santander Totta, Caixa Geral de Depósitos, Banco BPI, Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), Banco Comercial Português e BNP Paribas (sucursal em Portugal).

Adicionalmente, a Sonaecom dispõe de três outros Programas de Emissões de Papel Comercial, com garantias de subscrição, com as seguintes características:

Montante	Data de contratação	Garantia de subscrição	Maturidade
40 milhões de euros	Janeiro de 2005	Banco Comercial Português	Maio de 2011
30 milhões de euros	Abril de 2010	Caja de Ahorros Y Monte de Piedad de Madrid (representação em Portugal) e Banco BPI	1 ano, eventualmente renovável
15 milhões de euros	Junho de 2010	Caixa Económica Montepio Geral	1 ano, eventualmente renovável

Os empréstimos acima mencionados não têm garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo dos mesmos é exclusivamente garantido pelas actividades e capacidade de geração de fundos da empresa devedora.

Linhas de Crédito Bancário de curto prazo

A Sonaecom dispõe ainda de um conjunto de linhas de crédito bancário de curto prazo, sob a forma de contas correntes ou autorizações de descoberto em conta, no montante global de 29 milhões de Euros. Estas linhas de crédito têm prazos de até um ano, automaticamente renováveis excepto em caso de denúncia de qualquer das partes, com determinados períodos de pré-aviso.

Todos os Programas de Papel Comercial e linhas de crédito bancário de curto prazo foram contraídos em Euros e vencem juros a taxas de mercado, indexadas à Euribor do respectivo prazo.

Durante os exercícios findos em 2010 e 2009, o detalhe das aplicações tesouraria recebidas de empresas filiais, foram os seguintes:

	2010	2009
Be Towering	12.703.410	7432.557
Digitmarket	3.759.125	3.597.549
Sonae com SI	3.240.480	161.927
Público	2.144.963	4.757
Mainroad	1.545.062	1.094.285
Miauger	1.026.643	828.316
Optimus	401.581	62.722.607
Lugares Virtuais	140.273	50.043
Saphety	91.418	106.389
Be Artis	15.201	-
Sonae Telecom	10.121	8.265
Wedo Consulting	5.946	5.257
	25.084.223	76.011.952

As aplicações de tesouraria de empresas do Grupo têm prazo de reembolso inferior a um ano e são remuneradas com base em taxas de juro de mercado. Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as aplicações de tesouraria venceram juros a uma taxa média de 0,50% e 0,73%, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as dívidas a instituições de crédito (valores nominais), relacionadas com empréstimos obrigacionistas e papel comercial classificadas a médio e longo prazo tinham o seguinte plano de reembolso e pagamento de juros previsto (valores determinados com base nas últimas taxas fixadas para cada tipo de empréstimo):

	N+1	N+2	N+3	N+4	N+5
2010					
Empréstimo obrigacionista					
Amortização	-	-	180.000.000	-	40.000.000
Juros	5.361.400	5.376.089	2.833.123	1.254.400	288.684
Papel comercial					
Amortização	-	85.000.000	-	-	-
Juros	1.098.810	547.900	-	-	-
	6.460.210	90.923.989	182.833.123	1.254.400	40.288.684
2009					
Empréstimo obrigacionista					
Amortização	-	-	-	150.000.000	-
Juros	2.808.000	2.808.000	2.815.693	1.315.529	-
Papel comercial					
Amortização	-	-	150.000.000	-	-
Juros	1.494.000	1.494.000	867.748	-	-
	4.302.000	4.302.000	153.683.441	151.315.529	-

Apesar da maturidade das emissões de papel comercial ser de seis meses, as contrapartes assumiram a colocação e a manutenção dos referidos limites por um prazo de cinco anos, pelo que tal passivo encontra-se registado no médio e longo prazo.

À data de 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as linhas de crédito disponíveis pela Empresa eram como se segue:

Tipo de crédito	Limite	Montante utilizado	Montante disponível	Maturidade	
				Até 12 meses	Mais de 12 meses
2010					
Papel comercial	150.000.000	85.000.000	65.000.000		x
Papel comercial	40.000.000	15.000.000	25.000.000	x	
Papel comercial	30.000.000	4.000.000	26.000.000	x	
Papel comercial	15.000.000	9.250.000	5.750.000	x	
Empréstimo obrigacionista	150.000.000	150.000.000	-		x
Empréstimo obrigacionista	40.000.000	40.000.000	-		x
Empréstimo obrigacionista	30.000.000	30.000.000	-		x
Contas caucionadas	16.500.000	-	16.500.000	x	
Contas caucionadas	10.000.000	-	10.000.000	x	
Descobertos autorizados	2.500.000	-	2.500.000	x	
	484.000.000	333.250.000	150.750.000		
2009					
Papel comercial	150.000.000	150.000.000	-		x
Papel comercial	100.000.000	15.000.000	85.000.000	x	
Papel comercial	70.000.000	40.000.000	30.000.000	x	
Empréstimo obrigacionista	150.000.000	150.000.000	-		x
Contas caucionadas	26.500.000	3.500.000	23.000.000	x	
Descobertos autorizados	2.500.000	-	2.500.000	x	
	499.000.000	358.500.000	140.500.000		

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, não existem instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro.

Em Setembro de 2007, a Sonaecom contratou um swap de taxa de juro, de montante nominal de 110 milhões de Euros, pelo prazo de 18 meses e com refixações semestrais, de forma a cobrir totalmente o risco de taxa de juro de uma das tranches de papel comercial que a Sonaecom emitiu em 13 de Setembro de 2007, pelo mesmo montante de 110 milhões de Euros e pelo prazo de seis meses. O vencimento deste Swap taxa de juro ocorreu em 13 de Março de 2009.

Em Dezembro de 2007, a Sonaecom contratou um swap de taxa de juro, de montante nominal de 75 milhões de Euros, pelo prazo de 18 meses e com refixações semestrais, de forma a cobrir 50% do risco de taxa de juro do empréstimo obrigacionista que a Sonaecom emitiu em Junho de 2005, pelo montante de 150 milhões de Euros, pelo prazo de oito anos e com refixações semestrais. O vencimento deste Swap taxa de juro ocorreu em 21 de Junho de 2009.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, os movimentos ocorridos no justo valor dos swaps relativos ao papel comercial, no montante de 174.106 Euros negativos, e relativo ao empréstimo obrigacionista, no montante de 481.174 Euros positivos foram registados na rubrica 'Reservas de cobertura' por serem considerados eficazes, conforme definido pela IAS 39.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, o referido instrumento financeiro derivado atingiu a respectiva maturidade. Desta forma, a 31 de Dezembro de 2010 a totalidade da dívida bruta encontra-se exposta a alterações nas taxas de juro de mercado.

14. Provisões e perdas de imparidade acumuladas

O movimento ocorrido nas provisões e perdas de imparidade acumuladas, durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foi o seguinte:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Transferências	Redução	Saldo Final
2010					
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 8)	1.930	-	-	-	1.930
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos em empresas do Grupo (Nota 5)	46.609.902	-	-	-	46.609.902
Perdas de imparidade acumuladas em outros activos não correntes (Notas 6 e 20)	24.254.422	7.933.678	-	-	32.188.100
Provisões para outros riscos e encargos	41.634	14.853	-	-	56.487
	70.907.888	7.948.531	-	-	78.856.419
2009					
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 8)	2.006	14	-	(90)	1.930
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos em empresas do Grupo (Notas 5 e 20)	45.977.902	2.400.000	(1.768.000)	-	46.609.902
Perdas de imparidade acumuladas em outros activos não correntes (Notas 6 e 20)	15.335.424	7.151.000	1.768.000	(2)	24.254.422
Provisões para outros riscos e encargos	57.264	7.370	-	(23.000)	41.634
	61.372.596	9.558.384	-	(23.092)	70.907.888

Os incrementos em provisões e perdas de imparidade são registados por contrapartida da rubrica "Provisões e perdas de imparidade" da demonstração de resultados, com excepção dos incrementos em perdas de imparidade em investimentos em empresas do Grupo e em outros activos não correntes que, dada a sua natureza, são registados por contrapartida de custos financeiros na rubrica "Ganhos e perdas em investimentos em empresas do Grupo" (Nota 20).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o reforço das 'Provisões para outros riscos e encargos', inclui o montante de 14.853 Euros e 7.370 Euros, respectivamente, registado, na demonstração de resultados, em 'Imposto sobre o rendimento do exercício' (Nota 7).

15. Outros passivos não correntes

Esta rubrica, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, era composta pelos valores relativos aos Planos de Incentivo de Médio Prazo, exigíveis a médio e longo prazo, nos montantes de 374.091 Euros e 247.722 Euros, respectivamente (Nota 24).

16. Outras dívidas a terceiros

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2010	2009
Outros credores	10.046.147	594.635
Estado e outros entes públicos	319.771	203.830
Fornecedores de activos fixos tangíveis	1.968	-
	10.367.886	798.465

No exercício de 2010, a rubrica 'Outros credores' incluía o montante de 8.860.291 Euros, referentes à aquisição da empresa Sontária – Empreendimentos Imobiliários, S.A., 6.120.239 Euros relativos ao investimento financeiro, 2.676.637 Euros relativos a empréstimos concedidos e 63.415 Euros relativos a outros.

As outras dívidas a terceiros tinham a seguinte maturidade:

	Total	Até 90 dias	90 a 180 dias	Mais de 180 dias
2010				
Fornecedores de activos fixos tangíveis	1.968	1.968	-	-
Outros credores	10.046.147	10.046.147	-	-
	10.048.115	10.048.115	-	-
2009				
Fornecedores de activos fixos tangíveis	-	-	-	-
Outras dívidas	594.635	594.635	-	-
	594.635	594.635	-	-

17. Outros passivos correntes

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2010	2009
Acréscimos de custos		
Custos com pessoal	1.144.864	1.321.371
Planos de incentivo de médio prazo (Nota 24)	160.357	182.034
Consultoria	26.228	221.426
Outros acréscimos de custos	66.353	306.541
	1.397.802	2.031.372
Proveitos diferidos		
Outros proveitos diferidos	12.407	12.140
	12.407	12.140
	1.410.209	2.043.512

18. Prestações de serviços

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as Prestações de serviços correspondiam ao débito, às empresas participadas, de fees de gestão (Nota 21).

19. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	2010	2009
Trabalhos especializados	1.802.835	2.181.399
Rendas e alugueres	359.272	395.474
Honorários	164.641	327.807
Deslocações e estadas	156.903	205.601
Outros fornecimentos e serviços externos	298.087	437.733
	2.781.738	3.548.014

Os compromissos assumidos, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, com contratos de locação operacional são como seguem:

	2010	2009
Pagamentos mínimos de locação operacional:		
2010	-	323.797
2011	112.976	261.153
2012	53.450	73.768
2013	28.184	18.929
2014	12.816	-
Renováveis por 1 ano	135.695	124.601
	343.121	802.248

20. Resultados financeiros

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, têm a seguinte composição:

	2010	2009
Ganhos e perdas em investimentos em empresas do Grupo		
Perdas relativas a empresas do Grupo (Notas 5, 6 e 14)	(7.933.677)	(9.551.000)
Ganhos relativos a empresas do Grupo	136.960.673	3.480.000
	129.026.996	(6.071.000)
Outros custos financeiros		
Juros suportados:		
Empréstimos bancários	(2.853.510)	(5.049.550)
Outros empréstimos	(4.895.718)	(5.217.212)
Descobertos bancários e outros	(43.332)	(543.623)
	(7.792.560)	(10.810.385)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(4.489)	(1)
Outros custos financeiros	(152.619)	(94.130)
	(157.108)	(94.131)
	(7.949.668)	(10.904.516)
Outros custos financeiros		
Juros obtidos	16.671.281	12.239.907
Diferenças de câmbio favoráveis	-	409
	16.671.281	12.240.316

Em 31 de Dezembro de 2010, os ganhos relativos a empresas do Grupo respeitam a dividendos recebidos das filiais Optimus (52.597.475 Euros) e Sonae Telecom (84.363.198 Euros). Em 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica respeitava a dividendos recebidos das filiais Sonaecom SI e Sonae Telecom.

21. Entidades Relacionadas

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os principais saldos e transacções mantidos com entidades relacionadas (as quais se detalham em anexo) são como segue:

					Saldos a 31 de Dezembro de 2010
	Contas a receber	Contas a pagar	Aplicações de tesouraria	Outros activos / (passivos)	Empréstimos concedidos / (obtidos)
Optimus	694.103	(107.905)	70.240.000	(7.913)	(401.581)
Sonaecom BV	5.512.448	-	-	536.889	168.158.000
Be Artis	353.664	(809)	-	(780.569)	175.704.799
Sonaetelecom BV	-	(104.798)	-	67.607	18.141.000
Be Towering	19.213	-	-	5.614	(12.703.410)
Lugares Virtuais	-	(158.570)	-	(110.320)	1.029.727
Público	23.063	-	-	58.227	(2.144.964)
Digitmarket	5.631	(1.505)	-	(771)	(3.759.125)
Wedo	673.148	-	360.000	939.831	514.054
Sonae Investimentos SGPS	-	(8.860.291)	-	-	-
Sonae com SI	187.725	(6.304)	-	44.415	179.495.20
Sontária	-	-	4.000	59.415	2.676.637
Mainroad	51.304	(9.230)	-	40.194	(1.545.062)
Miauger	14.357	-	-	(20.111)	(1.026.643)
Outros	2.611	(248.206)	-	16.215	(101.539)
	7537267	(9.497618)	70.604.000	848.723	362.491.413

					Saldos a 31 de Dezembro de 2009
	Contas a receber	Contas a pagar	Aplicações de tesouraria	Outros activos / (passivos)	Empréstimos concedidos / (obtidos)
Optimus	1.699.029	145.580	-	4.411.764	(62.722.607)
Sonaecom BV	1.972.912	-	-	260.050	199.088.000
Be Artis	1.731.654	589	-	1.865.925	271.915.000
Sonaetelecom BV	104.017	-	-	36.299	28.521.000
Be Towering	762.482	-	-	5.614	(7.432.557)
Lugares Virtuais	10.540	360	-	(129.361)	979.957
Público	28.687	-	2.894.000	38.272	(4.757)
Digitmarket	20.536	1.505	-	6	(3.597.549)
Wedo	207.280	-	-	822.587	8.484.743
Sonae com SI	1.085	201.884	-	17.996	7188.074
Outros	58.347	22.565	-	(109.790)	(2.037.256)
	6.596.569	372.483	2.894.000	7.219.362	440.382.048

				Transacções a 31 de Dezembro de 2010
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos	Juros obtidos / (suportados)	Proveitos suplementares
Optimus	5.520.026	641.863	(180.308)	9.362
Be Artis	289.387	(76.619)	7522.519	(42)
Be Towering	84.825	(56.505)	(22.516)	-
Wedo	133.861	(49)	266.815	-
Sonaecom BV	219	-	7319.561	-
Sonae SGPS	-	-	320.747	-
Outros	245.744	379.713	1.349.848	-
	6.274.062	888.403	16.576.666	9.320

				Transacções a 31 de Dezembro de 2009
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos	Juros obtidos / (suportados)	Proveitos suplementares
Optimus	6.478.618	(86.767)	(66.801)	-
Be Artis	271.039	(6.874)	6.969.188	(42)
Be Towering	54.976	(107.772)	(60.597)	-
Wedo	82.171	-	203.533	-
Sonaecom BV	-	-	4.312.727	-
Sonae SGPS	-	458.817	(2.739)	(5.220)
Outros	221.450	79.470	472.033	(515)
	7108.254	336.874	11.827.344	(5.777)

Todas as transacções acima referidas foram efectuadas a preços de mercado.

22. Responsabilidades por garantias prestadas

O valor das garantias emitidas a favor de terceiros, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, tinha a seguinte composição:

Beneficiário da garantia	Descrição	2010	2009
Direcção de Contribuições e Impostos	Reembolso do IVA	8.115.243	8.115.243
		8.115.243	8.115.243

Adicionalmente a esta garantia, foram constituídas duas fianças no montante total de 12.094.773 Euros relativas a processos fiscais em curso. A Sonae SGPS constituiu-se fiadora da Sonaecom SGPS, até ao montante de 2.844.270 euros e a Sonaecom SGPS constituiu-se fiadora da Optimus até ao montante de 9.264.267 euros.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, é convicção do Conselho de Administração do Grupo que do desfecho dos processos judiciais e fiscais em curso não irão surgir impactos materialmente relevantes para as demonstrações financeiras anexas.

23. Resultados por acção

Os resultados por acção, básicos e diluídos, são calculados dividindo o resultado líquido do exercício (135.403.787 Euros em 2010 e 6.056.465 Euros negativos em 2009) pelo número médio de acções existente durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 deduzidas das acções próprias (358.008.787 em 2010 e 359.776.301 em 2009).

24. Planos de Incentivo de Médio Prazo

Em Junho de 2000, a Sonaecom implementou um sistema de incentivos em acções a colaboradores acima de determinado nível de função, que veio a assumir a forma de opções e acções da Sonaecom e acções da Sonae SGPS. O exercício dos direitos ocorre três anos após a sua atribuição, desde que o colaborador se mantenha na Empresa durante esse período. Em alguns dos planos, os beneficiários podiam optar entre opções ou acções. A valorização dos planos de opções é efectuada com base no modelo de Black Scholes.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, os planos em aberto da Sonaecom são os seguintes:

	Cotação na data de atribuição*	Período de Diferimento		31 Dezembro 2010	
		Data de atribuição	Data de vencimento	Número agregado de participantes	Número de opções / acções
Acções Sonaecom					
Plano 2006	4,697	09 Mar 07	08 Mar 10	-	-
Plano 2007	2,447	10 Mar 08	09 Mar 11	19	188.386
Plano 2008	1,117	10 Mar 09	09 Mar 12	18	395.553
Plano 2009	1,685	10 Mar 10	08 Mar 13	18	283.307
Acções Sonae SGPS					
Plano 2006	1,68	09 Mar 07	08 Mar 10	-	-
Plano 2007	1,16	10 Mar 08	09 Mar 11	3	164.685
Plano 2008	0,526	10 Mar 09	09 Mar 12	3	342.364
Plano 2009	0,761	10 Mar 10	08 Mar 13	3	265.824

* Cotação média do mês anterior à data de atribuição para as acções Sonaecom e cotação mais baixa entre a cotação média do mês anterior à data da Assembleia Geral de Accionistas e a cotação do dia seguinte à mesma, para as acções Sonae SGPS. Contudo, para os Planos 2006, as cotações usadas corresponderam a: Sonaecom - cotação média entre os dias 3 de Março e 5 de Abril de 2007; Sonae SGPS - cotação média entre os dias 13 de Fevereiro e 26 de Março de 2007. A excepção deve-se à data em que terminou a Oferta Pública de Aquisição sobre a PT e foi aprovada pela Comissão de Nomeação e Remuneração.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, os movimentos ocorridos ao abrigo dos planos indicados detalham-se da seguinte forma:

	Acções Sonaecom		Acções Sonae SGPS	
	Número agregado de participantes	Número de acções	Número agregado de participantes	Número de acções
Saldo a 31 Dezembro 2009:				
Ainda diferidas	58	817507	11	711.330
Total	58	817507	11	711.330
Movimentos no ano:				
Atribuídas	18	283.307	3	255.151
Vencidas	(19)	(97.731)	(3)	(95.019)
Canceladas / extintas / corrigidas*	(2)	(135.837)	(2)	(98.589)
Saldo a 31 Dezembro 2010:				
Ainda diferidas	55	867.246	9	772.873
Total	55	867.246	9	772.873

* As correcções são efectuadas em função do dividendo pago e pelas alterações ao capital social.

Para os planos de acções Sonaecom, S.G.P.S., S.A., a responsabilidade é calculada com base na cotação à data de 2 Janeiro de 2010, data a partir da qual vigora a alteração da forma de liquidação dos planos, com excepção dos planos atribuídos em 2009 e 2010, cuja responsabilidade é calculada com base na respectiva data de atribuição. A responsabilidade de tais planos é de 551.381 Euros e foi registada na rubrica 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo'. Para os planos de acções Sonae SGPS, o Grupo celebrou contratos de cobertura com entidades externas, sendo a responsabilidade calculada com base no preço acordado. A responsabilidade de tais planos é registada nas rubricas de 'Outros passivos correntes' (Nota 17) e 'Outros passivos não correntes' (Nota 15), no valor de 534.448 Euros.

Os custos dos planos de acções são reconhecidos ao longo do período que medeia a atribuição e o exercício das mesmas. Os custos reconhecidos em anos anteriores e no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, são como se segue:

	Valor
Custos reconhecidos em exercícios anteriores	3.935.581
Custos reconhecidos no exercício	734.717
Custo de planos exercidos em exercícios anteriores	(3.144.406)
Custos de planos exercidos no exercício	(440.063)
	1.085.829
Registados em Outros passivos correntes (Nota 17)	160.357
Registados em Outros passivos não correntes (Nota 15)	374.091
Registados em Reservas	551.381

25. Remunerações atribuídas ao pessoal chave da gerência

Durante os exercícios de 2010 e 2009, as remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Administração e outros membros chave da gerência da Sonaecom, foi como segue:

	2010	2009
Benefícios de empregados de curto prazo	1.498.092	2.209.425
Pagamentos com base em acções	435.600	713.233
	1.933.692	2.922.658

Os valores referidos foram calculados numa base de acréscimo para os Benefícios de empregados de curto prazo, que incluem a Remuneração Fixa e o Prémio de Desempenho. O valor de Pagamentos com base em acções para 2010 e 2009 corresponde ao valor do Plano de Incentivo de Médio Prazo a ser atribuído em 2011 e relativo à performance de 2010 (e atribuído em 2010 relativo à performance de 2009, para o valor de 2009), cujas acções, ou o correspondente valor em dinheiro, serão entregues em Março de 2014 e Março de 2013, respectivamente.

26. Trabalhadores ao serviço

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o número médio de trabalhadores ao serviço da Empresa era de 38 e 39, respectivamente. A 31 de Dezembro de 2010 o número de trabalhadores ascendia a 38.

27. Honorários do Revisor Oficial de Contas

Em 2010, a Empresa pagou, a título de honorários, ao ROC, Deloitte, e à sua rede de empresas, os seguintes montantes:

	2010	2009
Revisão legal de contas	16.019	15.480
Outros serviços de garantia e fiabilidade	24.928	4.261
Consultoria Fiscal	2.452	9.623
Total	43.399	29.364

28. Eventos Subsequentes

Em 18 de Fevereiro de 2011, o Grupo recebeu uma comunicação do "Santander Asset Management – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliários, S.A.", informando que os fundos geridos por este totalizam, desde 16 de Fevereiro de 2011, 3.732.774 acções, correspondentes a 1,019% do capital social e direitos de voto da Sonaecom, descendo, portanto, abaixo do limiar dos 2% de participação qualificada.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 2 de Março de 2011, sendo convicção de que as mesmas serão aprovadas em Assembleia Geral de accionistas sem quaisquer alterações.

Anexo

A 31 de Dezembro de 2010, as partes relacionadas da Sonaecom, S.G.P.S., são como segue:

Pessoal chave gerência

Ana Cristina Dinis da Silva Fanha Vicente Soares	Franck Emmanuel Dangeard
Ana Paula Garrido Pina Marques	Gervais Pellissier
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	Jean François Pontal
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	José Manuel Pinto Correia
António de Sampaio e Mello	Manuel Antonio Neto Portugal Ramalho Eanes
Artur Carlos Gomes Loureiro	Maria Cláudia Teixeira de Azevedo
David Charles Denholm Hobley	Miguel Nuno Santos Almeida
David Graham Shenton Bain	Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão
David Pedro Oliveira Parente Ferreira Alves	Pedro Rafael de Sousa Nunes Pedro
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	Rui José Silva Gonçalves Paiva

Pessoal chave gerência - Sonae SGPS

Álvaro Carmona e Costa Portela	Luís Filipe Palmeira Lampeira
Álvaro Cuervo Garcia	Michel Marie Bon
Belmiro Mendes de Azevedo	Nuno Miguel Teixeira Azevedo

Empresas do Grupo Sonaecom

Be Artis – Conceção, Construção e Gestão Redes Comunicações, S.A.	Optimus – Comunicações, S.A.
Be Towering – Gestão de Torres de Telecomunicações, S.A.	Sonaecom BV
Cape Technologies Americas, Inc	Sonaetelecom BV
Cape Technologies Limited	Sonaecom, S.G.P.S., S.A.
Digitmarket – Sistemas de Informação, S.A.	Sonaecom – Sistemas de Información España, S.L.
Lugares Virtuais, S.A.	Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A.
M3G – Edições Digitais, S.A.	Tecnológica Telecomunicações LTDA.
Mainroad – Serviços Tec. Informação, S.A.	Unipress – Centro Gráfico, Lda
Miauger – Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, S.A.	WeDo Consulting – Sistemas de Informação, S.A.
PCJ - Público, Comunicação e Jornalismo, S.A.	WeDo Poland Sp. Z.o.o.
Permar – Sociedade de Construções, S.A.	WeDo Technologies Egypt a Limited Liability Company
Praesidium Services Limited	WeDo Technologies Mexico, s de R.L. de C.V.
Público – Comunicação Social, S.A.	WeDo Technologies BV
Saphety Level – Trusted Services, S.A.	WeDo Technologies Australia PTY Limited
Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.	WeDo Technologies (UK) Limited
Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A.	WeDo do Brasil – Soluções Informáticas, Ltda
Sonae com – Sistemas Informação, S.G.P.S., S.A.	WeDo Technologies BV – Sucursal Malaysia
	WeDo Technologies Chile SpA.
	We Do Technologies Panamá S.A.
	We Do Technologies Singapore PTE. LDT.

Empresas do Grupo Sonaef/Efanor

3DO Holding GmbH	Avenida M – 40 B.V.
3DO Shopping Centre GmbH	Avenida M – 40, S.A.
3shoppings – Holding, S.G.P.S., S.A.	Azulino Imobiliária, S.A.
ADD/Avaliações Engenharia de Avaliações e Perícias Ltda	BB Food Service, S.A.
ADDmakler Administração e Corretagem de Seguros Ltda	Beeskow Holzwerkstoffe
ADDmakler Administradora, Corretora de Seguros Partic. Ltda	Beralands BV
Adlands B.V.	Bertimóvel – Sociedade Imobiliária, S.A.
Aegean Park, S.A.	Best Offer – Prest. Inf. p/Internet, S.A.
Agepan Eiweiler Management GmbH	Bikini, Portal de Mulheres, S.A.
Agepan Flooring Products, S.A.RL	Bloco Q – Sociedade Imobiliária, S.A.
Agepan Tarket Laminat Park GmbH Co. KG	Bloco W – Sociedade Imobiliária, S.A.
Aglom Investimentos, S.G.P.S., S.A.	Boavista Shopping Centre BV
Aglom-Soc. Ind. Madeiras e Aglom., S.A.	BOM MOMENTO – Comércio Retalhista, S.A.
Águas Furtadas – Imobiliária, S.A.	Boulangier Espanha, SL
Airone – Shopping Center, Srl	Box Lines Navegação, S.A.
ALBCC Albufeirashopping C.Comercial, S.A.	Campo Limpo, Lda
ALEXA Administration GmbH	Canasta – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
ALEXA Asset GmbH & Co. KG	Carnes do Continente – Ind.Distr.Carnes, S.A.
ALEXA Holding GmbH	CarPlus – Comércio de Automóveis, S.A.
ALEXA Shopping Centre GmbH	Casa Agrícola de Ambrões, S.A.
Alexa Site GmbH & Co. KG	Casa Agrícola João e A. Pombo, S.A.
Algarveshopping – Centro Comercial, S.A.	Casa da Ribeira – Hotelaria e Turismo, S.A.
Alpêssego – Soc. Agrícola, S.A.	Cascaishopping – Centro Comercial, S.A.
Andar – Sociedade Imobiliária, S.A.	Cascaishopping Holding I, SGPS, S.A.
Aqualuz – Turismo e Lazer, Lda	CCCB Caldas da Rainha - Centro Comercial, S.A.
Arat inmebles, S.A.	Centro Colombo – Centro Comercial, S.A.
ARP Alverca Retail Park, S.A.	Centro Residencial da Maia, Urban., S.A.
Arrábidashopping – Centro Comercial, S.A.	Centro Vasco da Gama – Centro Comercial, S.A.
Aserraderos de Cuellar, S.A.	Change, SGPS, S.A.
Atlantic Ferries – Tráf.Loc,Flu.e Marít, S.A.	Chão Verde – Soc.Gestora Imobiliária, S.A.
Choice Car – Comércio de Automóveis, S.A.	Fashion Division, S.A.
Choice Car SGPS, S.A.	Finlog – Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A.
Cia.de Industrias e Negócios, S.A.	Fontana Corretora de Seguros Ltda
Cinclus Imobiliária, S.A.	Fozimo – Sociedade Imobiliária, S.A.
Citorres – Sociedade Imobiliária, S.A.	Fozmassimo – Sociedade Imobiliária, S.A.
Clérigoshopping – Gestão do C.Comerc., S.A.	Freccia Rossa – Shopping Centre S.r.l.
Coimbrashopping – Centro Comercial, S.A.	Friengineering International Ltda
Colombo Towers Holding, BV	Fundo de Invest. Imobiliário Imosede
Contacto Concessões, SGPS, S.A.	Fundo I.I. Parque Dom Pedro Shop.Center

Empresas do Grupo Sonae/Efanor

Contibomba – Comérc.Distr.Combustíveis, S.A.	Fundo Invest.Imob.Shopp. Parque D.Pedro
Contimobe – Imobil.Castelo Paiva, S.A.	Gaiashopping I – Centro Comercial, S.A.
Continente Hipermercados, S.A.	Gaiashopping II – Centro Comercial, S.A.
Contry Club da Maia-Imobiliária, S.A.	GHP GmbH
Cooper Gay (Holding) Limited	Gli Orsi Shopping Centre 1 Srl
Coral - Correctores de Seguros, SA	Global S – Hipermercado, Lda
Craiova Mall BV	Glunz AG
Cronosaúde – Gestão Hospitalar, S.A.	Glunz Service GmbH
Cumulativa – Sociedade Imobiliária, S.A.	Glunz UK Holdings Ltd
Darbo S.A.S.	Glunz Uka GmbH
Developpement & Partenariat Assurances, S.A.	Golf Time – Golfe e Invest. Turísticos, S.A.
Distrifin – Comercio y Prest.Servicios, S.A.	GOOD AND CHEAP – Comércio Retalhista, S.A.
Dortmund Tower GmbH	Guerin – Rent a Car (Dois), Lda.
Dos Mares – Shopping Centre B.V.	Guimarãesshopping – Centro Comercial, S.A.
Dos Mares – Shopping Centre, S.A.	Harvey Dos Iberica, S.L.
Ecociclo – Energia e Ambiente, S.A.	Herco Consultoria de Riscos e Corretora de Seguros Ltda
Ecociclo II	HIPOTÉTICA – Comércio Retalhista, SA
Edições Book.it, S.A.	Hornitex Polska Sp z.o.o
Edifícios Saudáveis Consultores, S.A.	Iberian Assets, S.A.
Efanor – Design e Serviços, S.A.	IGI – Investimento Imobiliário, S.A.
Efanor – Indústria de Fios, S.A.	Igimo – Sociedade Imobiliária, S.A.
Efanor Investimentos, SGPS, S.A.	Iginha – Sociedade Imobiliária, S.A.
Efanor Serviços de Apoio à Gestão, S.A.	Imoareia – Invest. Turísticos, SGPS, S.A.
El Rosal Shopping, S.A.	Imobiliária da Cacela, S.A.
Empreend.Imob.Quinta da Azenha, S.A.	Imoclub – Serviços Imobiliários, S.A.
Equador & Mendes, Lda	Imoconti – Soc.Imobiliária, S.A.
Espimaia – Sociedade Imobiliária, S.A.	Imodivor – Sociedade Imobiliária, S.A.
Estação Oriente – Gest.de Galerias Com., S.A.	Imoestrutura – Soc.Imobiliária, S.A.
Estação Viana – Centro Comercial, S.A.	Imoferro – Soc.Imobiliária, S.A.
Estêvão Neves – Hipermercados Madeira, S.A.	Imohotel – Emp.Turist.Imobiliários, S.A.
Etablissement A. Mathe, S.A.	Imomuro – Sociedade Imobiliária, S.A.
Euromegantic, Lteé	Imopenínsula – Sociedade Imobiliária, S.A.
Euroresinas – Indústrias Químicas, S.A.	Imoplamac Gestão de Imóveis, S.A.
Farmácia Seleção, S.A.	Imoponte – Soc.Imobiliária, S.A.
Imoresort – Sociedade Imobiliária, S.A.	Marmagno – Expl.Hoteleira Imob., S.A.
Imoresultado – Soc.Imobiliária, S.A.	Martimope – Sociedade Imobiliária, S.A.
Imosedas – Imobiliária e Serviços, S.A.	Marvero – Expl.Hoteleira Imob., S.A.
Imosistema – Sociedade Imobiliária, S.A.	MC Property Management S.A.
Imosonae II	MC SGPS, S.A.
Impaper Europe GmbH & Co. KG	MDS Consultores, S.A.

Empresas do Grupo Sonae/Efanor

Implantação – Imobiliária, S.A.	MDS Corretor de Seguros, S.A.
Infofield – Informática, S.A.	Mediterranean Cosmos Shop. Centre Investments, S.A.
Inparsa – Gestão Galeria Comercial, S.A.	Megantic BV
Inparvi SGPS, S.A.	Miral Administração e Corretagem de Seguros Ltda
Integrum – Edifícios Sustentáveis, S.A.	MJLF – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Integrum – Serviços Partilhados, S.A.	Modalfa – Comércio e Serviços, S.A.
Integrum Colombo Energia, S.A.	MODALLOOP – Vestuário e Calçado, S.A.
Interclean, S.A.	Modelo – Dist.de Mat. de Construção, S.A.
Interlog – SGPS, S.A.	Modelo Cont. Seguros-Soc. De Mediação, Lda
Investalentejo, SGPS, S.A.	Modelo Continente – Oper.Retalho SGPS, S.A.
Invsauade – Gestão Hospitalar, S.A.	Modelo Continente Hipermercados, S.A.
Ipaper – Industria Papeis Impregnados, S.A.	Modelo Continente, SGPS, S.A.
ISF – Imobiliário, Serviços e Participaç	Modelo Hiper Imobiliária, S.A.
Isoroy SAS	Modelo Hipermercados Trading, S.A.
JUST SPORT – Comércio Art. Desporto, S.A.	Modelo.com – Vendas p/Correspond., S.A.
KLC Holdings XII S.A.	Monselice Centre Srl
La Farga – Shopping Center, SL	Movelpartes – Comp.para Ind.Mobiliária, S.A.
Larim Corretora de Resseguros Ltda	Movimento Viagens – Viag. e Turismo U.Lda
Larissa Develop. Of Shopping Centers, S.A.	Mundo Vip – Operadores Turisticos, S.A.
Lazam – MDS Corretora e Administradora de Seguros, S.A.	NA – Comércio de Artigos de Desporto, S.A.
Lazam Corretora, Ltda.	NA – Equipamentos para o Lar, S.A.
LCC LeiriaShopping Centro Comercial SA	NAB, Sociedade Imobiliária, S.A.
Le Terrazze - Shopping Centre 1 Srl	Norscut – Concessionária de Scut Interior Norte, S.A.
Lembo Services Ltd (Euro)	Norte Shop. Retail and Leisure Centre BV
Libra Serviços, Lda.	Norteshopping – Centro Comercial, S.A.
Lidergraf – Artes Gráficas, Lda.	Nova Equador Internacional,Ag.Viag.T, Lda
Lima Retail Park, S.A.	Nova Equador P.C.O. e Eventos
Loureshopping – Centro Comercial, S.A.	Novobord (PTY) Ltd.
Luso Assistência – Gestão de Acidentes, S.A.	Oeste Retail Park – Gestão G.Comerc., S.A.
Luz del Tajo – Centro Comercial S.A.	Operscut – Operação e Manutenção de Auto-estradas, S.A.
Luz del Tajo B.V.	OSB Deustchland Gmbh
Madeirashopping – Centro Comercial, S.A.	Paracentro – Gest.de Galerias Com., S.A.
Maiashopping – Centro Comercial, S.A.	Pareuro, BV
Maiequipa – Gestão Florestal, S.A.	Park Avenue Develop. of Shop. Centers S.A.
Marcas do Mundo – Viag. e Turismo Unip, Lda	Parque Atlântico Shopping – C.C., S.A.
Marcas MC, ZRT	Parque D. Pedro 1 B.V.
Marimo – Exploração Hoteleira Imobiliária	Parque D. Pedro 2 B.V.
Marina de Tróia S.A.	Parque de Famalicão – Empr. Imob., S.A.
Marinamagic – Expl.Cent.Lúdicos Marít, Lda	Parque Principado SL

Empresas do Grupo Sonae/Efanor

Pátio Boavista Shopping Ltda.	Project SC 2 BV
Pátio Campinas Shopping Ltda	Project Sierra 1 B.V.
Pátio Goiânia Shopping Ltda	Project Sierra 1 B.V.
Pátio Londrina Empreend. e Particip. Ltda	Project Sierra 2 B.V.
Pátio Penha Shopping Ltda.	Project Sierra 3 BV
Pátio São Bernardo Shopping Ltda	Project Sierra 4 BV
Pátio Sertório Shopping Ltda	Project Sierra 6 BV
Peixes do Continente – Ind.Dist.Peixes, S.A.	Project Sierra 7 BV
Pharmaconcept – Actividades em Saúde, S.A.	Project Sierra 8 BV
PHARMACONTINENTE – Saúde e Higiene, S.A.	Project Sierra 9 BV
PJP – Equipamento de Refrigeração, Lda	Project Sierra Brazil 1 B.V.
Plaza Eboli B.V.	Project Sierra Charagionis 1 S.A.
Plaza Eboli – Centro Comercial S.A.	Project Sierra Germany Shop. Center 1 BV
Plaza Mayor Holding, SGPS, S.A.	Project Sierra Germany Shop. Center 2 BV
Plaza Mayor Parque de Ócio B.V.	Project Sierra Italy 5 Srl
Plaza Mayor Parque de Ocio, S.A.	Project Sierra Spain 1 B.V.
Plaza Mayor Shopping B.V.	Project Sierra Spain 2 – Centro Comer. S.A.
Plaza Mayor Shopping, S.A.	Project Sierra Spain 2 B.V.
Ploi Mall BV	Project Sierra Spain 3 – Centro Comer. S.A.
Ploiesti Shopping Center (Euro)	Project Sierra Spain 3 B.V.
Poliface Brasil, Ltda	Project Sierra Spain 5 BV
Poliface North America	Project Sierra Spain 6 – Centro Comer. S.A.
Porturbe – Edifícios e Urbanizações, S.A.	Project Sierra Spain 6 B.V.
Praedium II – Imobiliária, S.A.	Project Sierra Spain 7 – Centro Comer. S.A.
Praedium III – Serviços Imobiliários, S.A.	Project Sierra Spain 7 B.V.
Praedium SGPS, S.A.	Project Sierra Three Srl
Predicomercial – Promoção Imobiliária, S.A.	Project Sierra Two Srl
Prédios Privados Imobiliária, S.A.	Promessa Sociedade Imobiliária, S.A.
Predisedas – Predial das Sedas, S.A.	Prosa – Produtos e serviços agrícolas, S.A.
Pridelease Investments, Ltd	Publimeios – Soc.Gestora Part. Finan., S.A.
Proj. Sierra Germany 1 – Shop.C. GmbH	Puravida – Viagens e Turismo, S.A.
Proj. Sierra Germany 4 (four) – Sh.C.GmbH	Racionaliz. y Manufact.Florestales, S.A.
Proj. Sierra Italy 2 – Dev.of Sh.C. Srl	RASO, SGPS, S.A.
Proj.Sierra 1 – Shopping Centre GmbH	Resoflex – Mob.e Equipamentos Gestão, S.A.
Proj.Sierra Germany 2 (two) – Sh.C.GmbH	Resolução, SGPS, S.A.
Proj.Sierra Germany 3 (three) – Sh.C.GmbH	Rio Sul – Centro Comercial, S.A.
Proj.Sierra Italy 1 – Shop.Centre Srl	River Plaza Mall, Srl
Proj.Sierra Italy 2 – Dev. Of Sh.C.Srl	Rochester Real Estate, Limited
Proj.Sierra Italy 3 – Shop. Centre Srl	RSI Corretora de Seguros Ltda
Proj.Sierra Portugal III – C.Comerc., S.A.	S. C. Setler Mina Srl

Empresas do Grupo Sonae/Efanor

Proj.Sierra Portugal VIII – C.Comerc., S.A.	S.C. Microcom Doi Srl
Project 4, Srl	Saúde Atlântica – Gestão Hospitalar, S.A.
Project SC 1 BV	SC – Consultadoria, S.A.
SC – Eng. e promoção imobiliária,SGPS, S.A.	Sierra Investments SGPS, S.A.
SC Aegean B.V.	Sierra Italy Holding B.V.
SC Assets SGPS, S.A.	Sierra Man.New Tech.Bus. – Serv.Comu.CC, S.A.
SC Mediterraneum Cosmos B.V.	Sierra Management Germany GmbH
SCS Beheer, BV	Sierra Management Hellas S.A.
Selfrio – Engenharia do Frio, S.A.	Sierra Management II – Gestão de C.C. S.A.
Selfrio,SGPS, S.A.	Sierra Management Italy S.r.l.
Selifa – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Sierra Management Portugal – Gest. CC, S.A.
Sempre à Mão – Sociedade Imobiliária, S.A.	Sierra Management Spain – Gestión C.Com.S.A.
Sempre a Postos – Produtos Alimentares e Utilidades, Lda	Sierra Management, SGPS, S.A.
Serra Shopping – Centro Comercial, S.A.	Sierra Portugal Fund, Sarl
Sesagest – Proj.Gestão Imobiliária, S.A.	Sierra Property Management, Srl
Sete e Meio – Invest. Consultadoria, S.A.	SII – Soberana Invest. Imobiliários, S.A.
Sete e Meio Herdades – Inv. Agr. e Tur., S.A.	SIRS – Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.
Shopping Centre Colombo Holding, BV	Sistavac – Sist.Aquecimento,V.Ar C., S.A.
Shopping Centre Parque Principado B.V.	SKK – Central de Distr., S.A.
Shopping Penha B.V.	SKK SRL
Siaf – Soc.Iniciat.Aprov.Florestais, S.A.	SKKFOR – Ser. For. e Desen. de Recursos
SIAL Participações Ltda	SMP – Serv. de Manutenção Planeamento
Sic Indoor – Gestão de Suportes Publicitários, S.A.	Soc.Inic.Aproveit.Florest. – Energias, S.A.
Sierra Asset Management – Gest. Activos, S.A.	Sociedade de Construções do Chile, S.A.
Sierra Asset Management Luxemburg, Sarl	Sociedade Imobiliária Troia – B3, S.A.
Sierra Berlin Holding BV	Société de Tranchage Isoroy S.A.S.
Sierra Brazil 1 B.V.	Socijofra – Sociedade Imobiliária, S.A.
Sierra Central S.A.S	Sociloures – Soc.Imobiliária, S.A.
Sierra Charagionis Develop.Sh. Centre S.A.	Soconstrução BV
Sierra Charagionis Propert.Management S.A.	Sodesa, S.A.
Sierra Corporate Services – Ap.Gestão, S.A.	Soflorin, BV
Sierra Corporate Services Holland, BV	Soira – Soc.Imobiliária de Ramalde, S.A.
Sierra Develop.Iberia 1, Prom.Imob., S.A.	Solaris Supermercados, S.A.
Sierra Development Greece, S.A.	Solinca – Investimentos Turísticos, S.A.
Sierra Developments – Serv. Prom.Imob., S.A.	Solinca III – Desporto e Saúde, S.A.
Sierra Developments Germany GmbH	Solinfitness – Club Malaga, S.L.
Sierra Developments Holding B.V.	Soltroia – Imob.de Urb.Turismo de Tróia, S.A.
Sierra Developments Italy S.r.l.	Sonae Capital Brasil, Lda
Sierra Developments Services Srl	Sonae Capital,SGPS, S.A.
Sierra Developments Spain – Prom.C.Com.SL	Sonae Center Serviços, S.A.

Empresas do Grupo Sonae/Efanor

Sierra Developments, SGPS, S.A.	Sonae Center II S.A.
Sierra Enplanta Ltda	Sonae Financial Participations BV
Sierra European R.R.E. Assets Hold. B.V.	Sonae Ind., Prod. e Com.Deriv.Madeira, S.A.
Sierra GP Limited	Sonae Indústria – SGPS, S.A.
Sierra Investimentos Brasil Ltda	Sonae Indústria Brasil, Ltda
Sierra Investments (Holland) 1 B.V.	Sonae Industria de Revestimentos, S.A.
Sierra Investments (Holland) 2 B.V.	Sonae Investments, BV
Sierra Investments Holding B.V.	Sonae Novobord (PTY) Ltd
Sonae RE, S.A.	Tecmasa Reciclados de Andalucia, SL
Sonae Retalho Espana – Servicios Gen., S.A.	Teconologias del Medio Ambiente, S.A.
Sonae Serviços de Gestão, S.A.	Terra Nossa Corretora de Seguros Ltda
Sonae, SGPS, S.A.	Textil do Marco, S.A.
Sonae Sierra Brasil Ltda	Tlantic Portugal – Sist. de Informação, S.A.
Sonae Sierra Brazil B.V.	Tlantic Sistemas de Informação Ltdª
Sonae Sierra, SGPS, S.A.	Todos os Dias – Com.Ret.Expl.C.Comer., S.A.
Sonae Tafibra Benelux, BV	Tool Gmbh
Sonae Turismo – SGPS, S.A.	Torre Colombo Ocidente – Imobiliária, S.A.
Sonae Turismo Gestão e Serviços, S.A.	Torre Colombo Oriente – Imobiliária, S.A.
Sonae UK, Ltd.	Torre São Gabriel – Imobiliária, S.A.
Sonaecenter Serviços, S.A.	TP – Sociedade Térmica, S.A.
Sonaegest – Soc.Gest.Fundos Investimentos	Troia Market – Supermercados, S.A.
Sondis Imobiliária, S.A.	Troia Market, S.A.
Sontel BV	Tróia Natura, S.A.
Sontur BV	Troiaresort – Investimentos Turísticos, S.A.
Sonvecap BV	Troiaverde – Expl.Hoteleira Imob., S.A.
Sopair, S.A.	Tulipamar – Expl.Hoteleira Imob., S.A.
Sótaqua – Soc. de Empreendimentos Turist	Unishopping Administradora Ltda.
Spanboard Products, Ltd	Unishopping Consultoria Imob. Ltda.
SPF – Sierra Portugal Real Estate, Sarl	Urbisedas – Imobiliária das Sedas, S.A.
Spinveste – Gestão Imobiliária SGII, S.A.	Valecenter Srl
Spinveste – Promoção Imobiliária, S.A.	Valor N, S.A.
Sport Zone – Comércio Art.Desporto, S.A.	Vastgoed One – Sociedade Imobiliária, S.A.
SRP Development, S.A.	Vastgoed Sun – Sociedade Imobiliária, S.A.
Tableros Tradema, S.L.	Venda Aluga – Sociedade Imobiliária, S.A.
Tafiber, Tableros de Fibras Ibéricas, SL	Via Catarina – Centro Comercial, S.A.
Tafibras Participações, S.A.	Viajens y Turismo de Geotur España, S.L.
Tafisa – Tableros de Fibras, S.A.	Vuelta Omega, S.L.
Tafisa Canadá Societé en Commandite	WELL W – Electrodomésticos e Equip., SA
Tafisa France, S.A.	World Trade Center Porto, S.A.

Empresas do Grupo Sonae/Efanor

Tafisa UK, Ltd

Taiber, Tableros Aglomerados Ibéricos, SL

Tarkett Agepan Laminate Flooring SCS

Tavapan, S.A.

Worten – Equipamento para o Lar, S.A.

Worten España, S.A.

Zubiarte Inversiones Inmob, S.A.

Empresas do Grupo FT

France Telecom, S.A.

Atlas Services Belgium, S.A.



07



Declaração nos termos
do Artº 245, 1, al.c) do Código
de Valores Mobiliários

7. Declaração nos termos do Artº 245, 1, al.c) do Código de Valores Mobiliários

Os signatários individualmente declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento foram elaborados em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, do activo e do passivo, da situação financeira e do resultado consolidado e individual do emitente e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do emitente e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

O Conselho de Administração

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Ângelo Gabriel Ribeirinho Paupério

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier

Maria Cláudia Teixeira de Azevedo

Miguel Nuno Santos Almeida

Nuno Miguel Moniz Trigoso Santos Jordão

António Sampaio e Mello

Gervais Gilles Pellissier

David Charles Denholm Hobley

Jean-François René Pontal

Frank Emmanuel Dangeard

Maia, 2 de Março de 2011



08

Certificação Legal de Contas e
Relatório de Auditoria

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

E

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e o Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada e individual contida no Relatório de Gestão e sobre as demonstrações financeiras consolidadas e individuais anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 da SONAECOM, S.G.P.S., S.A. (“Empresa”), as quais compreendem os Balanços consolidado e individual em 31 de Dezembro de 2010 (que evidenciam um total de activos de 1.861.869.826 Euros e 1.644.879.294 Euros, respectivamente e capitais próprios consolidados e individuais de 975.251.994 Euros e 1.274.864.126 Euros, respectivamente, incluindo um resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas da Empresa de 41.182.587 Euros e um resultado líquido individual de 135.403.787 Euros), as Demonstrações consolidadas e individuais dos Resultados por Naturezas e do Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas e individuais que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e do conjunto das empresas incluídas na consolidação, os resultados e o rendimento integral consolidado e individual das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e individual e os seus fluxos de caixa consolidados e individuais; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade da Empresa e do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados e rendimento integral.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas e individuais, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Página 2 de 2


Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas e individuais referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada e individual da SONAECOM, S.G.P.S., S.A. em 31 de Dezembro de 2010, os resultados e o rendimento integral consolidado e individual das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e individuais e os seus fluxos de caixa consolidados e individuais no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

6. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas e individuais do exercício e o Relatório do Governo das Sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Porto, 2 de Março de 2011



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves





09

Relatório e parecer
do Conselho Fiscal

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal da Sonaecom, SGPS, SA

Aos Senhores Accionistas

1 – Relatório

1.1 - Introdução

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis e de acordo com os termos do mandato que nos foi conferido, o Conselho Fiscal emite o presente relatório sobre a acção fiscalizadora desenvolvida e, bem assim, o parecer sobre o relatório de gestão e demais documentos de prestação de contas individuais e consolidadas da Sonaecom SGPS, SA, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

1.2 – Fiscalização

O Conselho Fiscal, no decurso do exercício em apreço, acompanhou nos termos da sua competência a gestão da sociedade e das suas participadas, analisou com a extensão aconselhável a evolução dos negócios, a regularidade dos registos contabilísticos, a qualidade do processo de preparação e divulgação da informação financeira e das respectivas políticas contabilísticas e critérios valorimétricos e, bem assim, a observância dos normativos legais e estatutários.

Para o efeito, o Conselho Fiscal efectuou reuniões com a frequência adequada, nas quais, contou com a presença da Administração, de responsáveis operacionais das áreas financeira, da contabilidade, de auditoria interna e gestão de risco e do revisor oficial de contas e auditor externo. Adicionalmente, o Conselho Fiscal participou na reunião do Conselho de Administração que aprovou o relatório de gestão e as contas do exercício e esteve presente em reunião conjunta com a Comissão de Auditoria e Finanças.

O Conselho Fiscal analisou com particular atenção o tratamento contabilístico das operações que, materialmente, influenciaram o desenvolvimento da actividade expressa nas demonstrações financeiras em apreço e exerceu as suas competências quanto às qualificações e independência do auditor externo.

No âmbito das suas atribuições, o Conselho Fiscal examinou o relatório de gestão e demais documentos de prestação de contas individuais e consolidadas, preparadas pelo Conselho de Administração, considerando que a informação divulgada satisfaz as normas legais em vigor e é apropriada para a compreensão da posição financeira e dos resultados da sociedade e do universo de consolidação, e procedeu à apreciação da certificação legal das contas e relatório de auditoria, emitido pelo revisor oficial de contas que mereceu o seu acordo.

2 – Parecer

Em face do exposto, o Conselho Fiscal é de opinião que estão reunidas as condições para que a Assembleia Geral aprove:

- O relatório de gestão, as demonstrações da posição financeira, individual e consolidada, em 31 de Dezembro de 2010, as demonstrações individuais e consolidadas dos resultados por naturezas, as demonstrações consolidadas e individuais do rendimento integral, as demonstrações consolidadas e individuais das alterações do capital próprio e as demonstrações consolidadas e individuais dos fluxos de caixa e os correspondentes anexos;
- A proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

3 – Declaração de responsabilidade

De acordo com o disposto no art. 8º, nº 1, alínea a) do Regulamento da CMVM nº 5 / 2008 e nos termos previstos na alínea c) do nº 1 do artº 245º do Código de Valores Mobiliários informamos que, tanto quanto é do nosso conhecimento, a informação constante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sonaecom, SGPS, SA e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da Sonaecom, SGPS, SA e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se deparam. Mais se declara que o relatório sobre o governo das sociedades cumpre o disposto no art. 245-A do Código dos Valores Mobiliários.

Maiá, 8 de Março de 2011

O Conselho Fiscal

Arlindo Dias Duarte Silva

Óscar José Alçada da Quinta

Armando Luis Vieira de Magalhães





10

Glossário

3G	Termo utilizado para descrever uma geração de sistemas de comunicações móveis que surgiu após a segunda geração (2G), rede móvel de GSM. Trata-se de uma evolução nas comunicações, baseada na substituição de circuitos por redes de banda larga móveis de alta velocidade, em que os dados são transmitidos em pacotes.
B2B	Business-to-Business – uma forma de identificar o mercado (electrónico ou não) de transacções entre duas empresas.
Backbone	Conjunto de circuitos, maioritariamente de alta velocidade, que formam os segmentos principais de uma rede de comunicações, aos quais os elementos secundários se encontram ligados.
BSC	Controlador de Central – o BSC é responsável pela gestão dos recursos de rádio de uma ou mais BTSs, em todos os aspectos. O BSC estabelece ainda a ligação entre a central móvel e o MSC.
Centrais	Centrais telefónicas locais (detidas em Portugal pela PT), utilizadas para executar a desagregação local de lacetes.
Churn de clientes	Número de clientes que desistem de um serviço durante um determinado período de tempo.
Femtocell	Um pequena estação-base da rede móvel, tipicamente concebida para uso residencial ou em pequenos negócios. Permite a ligação à rede do prestador de serviços através de uma ligação fixa de banda larga (tal como FTTH, xDSL ou cabo), possibilitando menor utilização de recursos da rede móvel. Uma femtocell permite ainda aos operadores estender a cobertura dentro de edifícios, especialmente em zonas de acesso via rádio limitado ou não disponível.
FWA	Fixed Wireless Access – tecnologia rádio de acesso fixo que permite aos operadores fornecer aos seus clientes uma ligação directa à sua rede de telecomunicações, através de uma ligação fixa de rádio, das instalações do cliente até à central local do operador, em vez de uma ligação por fio de cobre ou fibra óptica.
Gigabit Ethernet	Transmissão de dados através de tecnologia Ethernet, com velocidades até 1000 Mbps. O termo Ethernet refere-se ao tipo de cabo e ao modo de acesso à rede. Trata-se da rede local mais frequentemente utilizada em empresas. Suporta várias velocidades de comunicação, consoante o padrão de Ethernet utilizado.
GPRS	General Packet Radio Service – evolução dos sistema GSM, baseada na permuta de pacotes, que permite velocidades de transmissão até 115 Kbps.
GPS	Global Positioning System – sistema de posicionamento global, via satélite.
GSM	Global Standard for Mobile Communications – padrão utilizado em sistemas digitais de comunicações móveis 2G, que especifica a forma como os dados são codificados e transferidos através do espectro.
HSDPA	High-Speed Downlink Packet Access over W-CDMA networks – tecnologia que melhora a taxa de transferência de dados UMTS, sendo por isso também referida como geração três e meio (3.5G).
HSUPA	High-Speed Uplink Packet Access over W-CDMA networks – uma tecnologia semelhante à HSDPA, mas relativa ao envio de informação do terminal móvel para a rede (“upload”), que melhora a taxa de transferência de dados UMTS. A curto/médio prazo, a taxa de transferência do envio deverá ser inferior à da recepção,
IMS	IP Multimedia Subsystem – uma arquitectura de sistemas direccionada para a entrega de serviços multimédia via internet protocol (IP) a utilizadores móveis.
ISP	Internet Service Provider – fornecedor de acesso à Internet.

IVR	Interactive voice response - uma tecnologia que permite a um computador detectar voz e sinais telefónicos no decorrer de uma chamada telefónica, possibilitando respostas automáticas através de mensagens áudio pré-gravadas ou geradas dinamicamente, permitindo, por exemplo, direccionar os utilizadores para a melhor forma de prosseguir o contacto. A tecnologia IVR é muito utilizada no sector das telecomunicações, nomeadamente nas linhas de apoio a clientes.
Kbps	Unidade de medição da velocidade de transmissão de informação digital, que corresponde a 1024 bits por segundo.
Mega/Mbps	Unidade de medição da velocidade de transmissão de informação digital, que corresponde a 1024 Kbps.
MMS	Multimedia Messaging Service - serviço de mensagens multimédia que combina texto, imagem e som, operacional em redes GPRS e 3G.
MPEG	Sistemas de codificação e de compressão aprovadas pelo moving picture experts group.
MSC	Mobile Switching Centres - centros de controlo e de comutação, uma das componentes-chave de uma rede GSM, que actuam como nós de interligação entre a rede de rádio e os restantes tipos de rede de um operador móvel.
MTRs	Mobile Termination Rates - fees mobile phone companies charge other carriers to terminate calls on their networks.
MVNO	Mobile Virtual Network Operator - operador móvel sem rede de telecomunicações própria, prestando serviços através da utilização da rede de um operador tradicional.
Nodos-B	Elemento básico de transmissão de uma rede UMTS.
PSTN	Public Switched Telephone Network - conjunto de infra-estruturas de telecomunicações que permite o estabelecimento de ligações analógicas entre terminais, para suportar uma ampla gama de serviços de telecomunicações, como telefone e videoconferência.
SHDSL	Symmetric High-Bit-Rate Digital Subscriber Line - permite uma comunicação bidireccional com velocidades mais elevadas, usando um par entrançado de fios de cobre (por outras palavras, um cabo telefónico normal), mesmo a grandes distâncias.
SMS	Short Messaging Service - serviço destinado à troca de mensagens de texto em redes móveis.
TDT	Televisão Digital Terrestre.
Triple Play	Oferta integrada de serviços de voz, internet e televisão.
SOHO	Small Offices, Home Offices - um segmento do mercado empresarial correspondente às pequenas empresas e negócios.
ULL	Unbundling of the Local Loop - opção de rede de acesso que envolve a desagregação do lacete local para a prestação de serviços aos clientes finais. O ULL permite aos operadores alternativos o acesso ao lacete local de cobre detido pelo operador incumbente.
UMTS	Universal Mobile Telecommunications System - um dos sistemas de comunicações móveis de terceira geração utilizados, nomeadamente na Europa, integrando uma família mais alargada (IMT-2000).
VoIP	Voice over IP - tecnologia que permite a conversão de sinais áudio analógicos em sinais digitais, que são depois transmitidos através da Internet e reconvertidos em sinais analógicos. A combinação de dados e voz num único canal encoraja a criação de serviços de comunicação com possibilidades que vão para além da chamada telefonia.
Wi-Fi	Um tipo de tecnologia sem fios, cuja marca é detido pela Wi-Fi Alliance, que promove determinados standards com o objectivo de melhorar a interoperabilidade dos produtos e serviços de redes locais sem fios.

Advertências

Este documento pode conter informações e indicações futuras, baseadas em expectativas actuais ou em opiniões da gestão. Indicações futuras são indicações que não são factos históricos.

Estas indicações futuras estão sujeitas a um conjunto de factores e de incertezas que poderão fazer com que os resultados reais difiram materialmente daqueles mencionados como indicações futuras, incluindo, mas não limitados, a alterações na regulação, sector das telecomunicações, condições económicas e alterações da concorrência. Indicações futuras podem ser identificados por palavras tais como “acredita”, “espera”, “antecipa”, “projecta”, “pretende”; “procura”, “estima”, “futuro” ou expressões semelhantes. Embora estas indicações reflectam as nossas expectativas actuais, as quais acreditamos serem razoáveis, os investidores e analistas, e em geral todos os destinatários deste documento, são advertidos de que as informações e indicações futuras estão sujeitas a vários riscos e incertezas, muitos dos quais difíceis de antecipar e para além do nosso controlo, e que poderão fazer com que os resultados e os desenvolvimentos difiram materialmente daqueles mencionados em, ou subentendidos, ou projectados pelas informações e indicações futuras. Todos são advertidos a não dar uma inapropriada importância às informações e indicações futuras. Nós não assumimos nenhuma obrigação de actualizar qualquer informação ou indicação futura.

Relatório disponível no sítio na internet da Sonaecom: www.sonae.com

Contactos para os Media e Investidores

Isabel Borgas

Directora de Comunicação

isabel.borgas@sonae.com Portugal

Tel: 351 93 100 20 20

Sonaecom SGPS, SA

Rua Henrique Pousão, 432 – 7º

4460-191 Senhora da Hora

Carlos Silva

Director de Relações com Investidores

carlos.alberto.silva@sonae.com

Tel: 351 93 100 24 44